

DÉBORA ANÍZIO RIOS

AS ANTIGAS DOCAS DE D. PEDRO II:
TRAJETÓRIA, REMEMORAÇÃO, PATRIMONIALIZAÇÃO E
DESDOBRAMENTOS

Dissertação de mestrado acadêmico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Linha de pesquisa: Memória e patrimônio

Orientadora: Professora Dra. Maria Amália Silva Alves de Oliveira.

Rio de Janeiro
2020

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

R586 Rios, Débora Anízio
As antigas Docas de D. Pedro II: trajetória,
rememoração, patrimonialização e desdobramentos /
Débora Anízio Rios. -- Rio de Janeiro, 2020.
205

Orientador: Maria Amalia Silva Alves de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Memória Social, 2020.

1. Patrimônio. 2. Memória. 3. Identidade. 4. Docas
de D. Pedro II. I. Oliveira, Maria Amalia Silva
Alves de, orient. II. Título.

DÉBORA ANÍZIO RIOS

AS ANTIGAS DOCAS DE D. PEDRO II:
TRAJETÓRIA, REMEMORAÇÃO, PATRIMONIALIZAÇÃO E
DESDOBRAMENTOS

Dissertação de mestrado acadêmico
apresentado ao Programa de Pós-Graduação em
Memória Social da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Memória
Social.

Linha de pesquisa: Memória e patrimônio

Aprovado em 17 de fevereiro de 2020.

Banca Examinadora

Orientador: Dra. Maria Amália Silva Alves de Oliveira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dra. Camila Maria dos Santos Moraes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dra. Simone Pondé Vassallo
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro
2020

Este trabalho é dedicado à meus pais pelo apoio incondicional a continuidade dos meus estudos, e à Nossa Senhora Aparecida, pela força renovada a cada etapa desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha companheira de vida, Thais Cristine de Araújo Enseñat, por toda a força, paciência e compreensão, que me impulsionavam a cada dia pela memória dos meus objetivos, e por acreditar na minha capacidade em alcançá-los, se doando o quanto possível para que eu prosseguisse com confiança e amor até o fim.

À professora Dra. Maria Amália Silva Alves de Oliveira, por ser mais do que uma orientadora. Sua parceria e incentivo foram fundamentais para que, mesmo depois de tanto tempo, pudéssemos estar nos reencontrando para trabalharmos em conjunto na realização desse trabalho. Obrigada por toda a paciência, conselhos e atenção dispensada ao longo desse caminho.

Aos membros da banca examinadora, professoras Dra. Simone Pondé Vassallo, Dra. Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu e Dra. Camila Maria dos Santos Moraes, pelas sugestões e comentários que busquei incorporar às discussões e reflexões desse trabalho. Também à Coordenação e aos professores do PPGMS/UNIRIO pelas oportunidades de aprendizado e convivência. Meus agradecimentos à professora Dra. Leila Bianchi Aguiar do PPGH/UNIRIO, e aos colegas presentes na aula Tópicos Especiais em Patrimônio pela troca de conhecimento ocasionadas pelos nossos encontros.

À turma da pós-graduação, em especial as amigas mestrandas Keline Sousa Coimbra e Gabriela Elis da Cunha, pelo compartilhamento de momentos de descontração e anseios. Às instituições Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Museu da República, pelo amparo oferecido para as pesquisas documentais. Aos entrevistados, José Miguel, Coordenador Cultural da Organização Não-Governamental Ação da Cidadania, ao historiador Adler Homero e o arquiteto Paulo Vidal Leite, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, à Luiz Eduardo Negrogun, do Cedine, e ao antropólogo Milton Guran, obrigada pela disponibilidade de me receber, pela atenção e contribuição. A todos da minha família, especialmente ao meu cão Toby, que por 18 anos é meu companheiro de vida e de afago, a minha tia-avó Iracema, e a todos que de alguma forma torceram e contribuíram para realização desse trabalho.

Por fim agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes, por ter me concedido uma bolsa de estudos durante o mestrado, o que foi fundamental para minha dedicação exclusiva a essa pesquisa.

*Mas sei que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança
Dança na corda bamba de sombrinha
E em cada passo dessa linha
Pode se machucar
Azar!
A esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar
(Aldir Blanc / João Bosco)*

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir a relação entre memória e patrimônio, utilizando para tal as antigas Docas de D. Pedro II. Graças às disputas e acontecimentos que a envolveram no presente, esse edifício se tornou objeto fértil para reflexão sobre as ações de rememoração que envolvem os bens culturais, que vêm a ser alçados, em determinados contextos específicos, à categoria de patrimônio. Por meio de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, o desenvolvimento desse trabalho se deu pela análise desses materiais, de forma que compusessem a trajetória das antigas Docas de D. Pedro II, ao mesmo tempo em que a colocassem em diálogo com as narrativas presentes à seu respeito, principalmente no que tange a sua conexão e estabelecimento como lugar de memória e cultura afro-brasileira, e à identidade de Pequena África. Assim, espera-se que esse trabalho possa contribuir para àqueles que buscam compreender melhor os processos de patrimonialização, sua relação com as ações de lembrança e esquecimento, e os múltiplos desdobramentos e possibilidades que se desenham para bens culturais quando consolidados por determinada narrativa patrimonial, compreendendo esta como fruto de disputas e parte de um encadeamento heterogêneo de interesses e negociações movimentando as relações sociais, e a partir delas também sendo modificado.

Palavras-chave: Patrimônio; Memória; Identidade; Docas de D. Pedro II

ABSTRACT

This work aims to discuss the relationship between memory and heritage, using the old D. Pedro II Docks. Thanks to the disputes and events that involved it in the present, this building has become a fertile object for reflection on the remembrance actions that involve cultural goods, which can be raised, in certain specific contexts, to the category of heritage. Through bibliographic, documentary and field research, the development of this work took place through the analysis of these materials, in such a way as to compose the trajectory of the old D. Pedro II Docks, and, at the same time, dialogue with the present narratives about them, especially with regard to its connection and establishment as a place of memory and afro-brazilian culture, and the identity of Little Africa. Thus, it is hoped that this work can contribute to those who seek to better understand the processes of patrimonialization, its relationship with the actions of remembering and forgetting, and the multiple developments and possibilities that are drawn for cultural goods when consolidated by a given heritage narrative, understanding this as the result of disputes and part of a heterogeneous chain of interests and negotiations moving social relations, and from them also being modified.

Keywords: Heritage; Memory; Identity; D. Pedro II Docks

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa Geral de Preservação do Morro da Conceição.....	34
Figura 2: Sítio Arqueológico do Cais do Valongo em novembro de 2018.	46
Figura 3: O surgimento inesperado do bloco de granito lavrado em meio a escavação da trincheira para implantação da rede de esgoto.....	47
Figura 4: Vista superior da pedra fundamental das Docas D. Pedro II.	48
Figura 5: Representação da altura máxima permitida para prédios na Zona de amortecimento e na região em torno do Cais do Valongo.	54
Figura 6: Zona de Amortecimento do Cais do Valongo.....	58
Figura 7: O largo do Paço com o chafariz do Mestre Valentim na obra de Debret, 1839.	64
Figura 8: Earle, Augustus, "Slave market at Rio de Janeiro" na "rua Valongo", 1824..	67
Figura 9: "Plan of the City of Rio de Janeiro".....	69
Figura 10: As instalações da companhia Docas da Alfândega, hoje Espaço Cultural da Marinha, por George Leuzinger, c. 1866.....	75
Figura 11: Docas de D. Pedro II.....	92
Figura 12: Docas D. Pedro II, imagem expandida.	93
Figura 13: Docas de D. Pedro 2.....	96
Figura 14: Revolta da Armada - Docas de D. Pedro 2º.....	96
Figura 15: Recorte da planta desenhada na 'INSPECTORIA DO 4º de PORTOS MARÍTIMOS de acordo com a cláusula II das que acompanharão o DECRETO Nº 960 de 30 de Junho de 1892'.....	99
Figura 16: Recorte da planta da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil (1901).	100
Figura 17: Figura 18: 'Largo da Imperatriz' por Augusto Malta (1904).....	103
Figura 18: Visão do aterro em frente as Docas Nacionaes.....	104
Figura 19: Estudo de drenagem e galerias entre a Praça Municipal e a rua Pedra do Sal (1912).....	106
Figura 20: Kfuri, Jorge. 1918. Praça Mauá e Caes do Porto 1918.....	107
Figura 21: Recorte em perspectiva de Kafuri, Jorge. 1918. Rio de Janeiro. Ilha das Cobras. 1918.	108
Figura 22: Manchete jornal Gazeta de Notícias. 1919.	110
Figura 23: "Os fundos das Docas D. Pedro II e os populares que não faltam...".	110
Figura 24: Fotografia da matéria do jornal Gazeta de Notícias.....	111
Figura 25: Foto da manchete do 'A Razão' "O edifício das docas vendo-se ao lado os bombeiros que se encontravam no becco do mesmo nome".	112
Figura 26: "Os bombeiros, ainda hoje, trabalhando na extinção do incendio".....	113
Figura 27: Recorte em perspectiva de: MALTA, Augusto. Substituição da iluminação pública de gás para lâmpadas incandescentes, 1921.	114
Figura 28: Croqui de reconstrução do prédio no antigo espaço das antigas Docas D. Pedro II.....	115
Figura 29: Vista aérea cais do Porto.....	118
Figura 30: Recorte da Planta dos terrenos pertencentes a Caixa Especial de Portos. ..	119

Figura 31: Holland, S. H. Vista geral da cidade. 1930.	119
Figura 32: Vista aérea da Zona Portuária (1960).	120
Figura 33: Possível fachada voltada para a Barão de Tefé, por Gutierrez, Juan (1890).	121
Figura 34: Imagem Satélite Docas de D. Pedro II. 15 de jul. 2019.	122
Figura 35: Docas Pedro II: fachada principal, levantamento.	124
Figura 36: “O carnavalesco quer transformar velho armazém em usina da alegria” ...	124
Figura 37: “Darcy preside ‘Flor do Amanhã’”.....	125
Figura 38: “Vai ter comida, diversão e arte no armazém da Praça Mauá que será o QG do festival”.....	126
Figura 39: Primeira lavagem simbólica do galpão pela Ação da Cidadania.	132
Figura 40: Primeira lavagem simbólica do galpão pela Ação da Cidadania.	133
Figura 41: Interior das antigas Docas de D. Pedro II. 15 nov. 2018.	134
Figura 42: Primeiro andar Galpão da Cidadania e os vãos de abertura. 24 mai. 2019.	135
Figura 43: Pilastra inacabada, segundo andar. 15 nov. 2018.	135
Figura 44: Fachada contemporânea das antigas Docas D. Pedro II. 24 mai. 2018.	136
Figura 45: Delimitação do entorno do tombamento das antigas Docas de D. Pedro II. 18 de jul. 2019.	152
Figura 46: Interior das antigas Docas de D. Pedro II durante a campanha do Natal Sem Fome.	160
Figura 47: Painel nos fundos do prédio das Antigas Docas de D. Pedro II.....	162
Figura 48: Cais do Valongo em obras em julho de 2019	171

LISTA DE SIGLAS

ACRJ	Associação Comercial do Rio de Janeiro
AEIU	Área Especial de Interesse Urbanístico
APA	Áreas de Proteção Ambiental
APAC	Áreas de Proteção do Ambiente Cultural
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro
CEDINE	Conselho Estadual dos Direitos do Negro
CEPAC	Certificado de Potencial Adicional de Construção
CEPPIR	Coordenadoria Especial de Promoção das Políticas de Igualdade Racial
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
COMDEDINE	Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FIA	Fundo para Infância e Adolescência
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IDG	Instituto de Desenvolvimento e Gestão
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPN	Instituto Pretos Novos
IRPH	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade
ISE	Investimentos Sociais de Empresas
LAAU	Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana
MEL	Museu da Escravidão e Liberdade
MPF	Ministério Público Federal
MUHCAB	Museu da História e da Cultura Afro-brasileira
ONG	Organização Não Governamental
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
SEPPIR	Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. POLÍTICAS PÚBLICAS E O PATRIMÔNIO NO PORTO DO RIO	24
1.1. O Plano Sagas e o Plano do Porto o Rio.	30
1.2. Porto Maravilha: políticas culturais, e a emergência das ‘Docas de D. Pedro II’ ...	40
1.3. O Cais do Valongo como vetor de rememoração das ‘Docas de D. Pedro II’	49
2. AS DOCAS DE D. PEDRO II	63
2.1. Uma idealização de André Rebouças	70
2.2. As ‘Docas Nacionaes’ para República	95
2.3. “A Rajada de Fogo”	109
2.4. O novo milênio para as antigas Docas de D. Pedro II.....	127
3. PATRIMONIALIZAÇÃO DAS ANTIGAS DOCAS DE D. PEDRO II.....	139
3.1. O tombamento das antigas Docas de D. Pedro II.....	141
3.2. Disputas pela memória do espaço	157
3.3. As antigas Docas de D. Pedro II: possibilidades presentes.....	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
REFERÊNCIAS	183
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	196
ANEXO A – Brochura promocional do espetáculo André Rebouças	199
ANEXO B – Folder Ação da Cidadania	200
ANEXO C – Ação da Cidadania “Ação da Cidadania sob ataque”	202
ANEXO D – Ministério da Cultura “Minc formaliza utilização de patrimônio para eventos”.....	205
ANEXO E – Jornal do Brasil “Prédio da discórdia no Valongo.”.....	206

INTRODUÇÃO

A trajetória dos bens culturais que podem vir a ser alçados, em determinado momento de sua existência, à categoria de patrimônio, não é um todo coerente e linear. Em verdade, mesmo os bens considerados materiais e imóveis manifestam em sua existência uma multiplicidade de sentidos e significados, que lhes são atribuídos por sua presença no meio social que lhes depositam valores, funções e padrões de acordo com o contexto em que estão inseridos.

Nessa perspectiva consideramos que esses bens culturais são importantes manifestos do tempo, vida e cotidiano das sociedades que estão sempre em movimento. Assim, as iniciativas que se voltam para determinado objeto, com a intenção de fazer dele um patrimônio, não é, senão, uma ação mneumônica envolvendo o esforço de uma construção de saber para trazê-lo para o presente, o reinterpretando e iluminando os aspectos múltiplos de sua existência, em um movimento conhecido como patrimonialização.

No entanto, no decorrer desse processo, existem, eventualmente, aspectos que serão mais evidenciados do que outros. Isso se justifica pois o presente o reivindica e o faz por motivos específicos, e uma vez estabelecida uma narrativa, ela tem potencialidade para se tornar o fio condutor para a construção de saber sobre o objeto, que será valorizado por traços de sua trajetória, que o conecte ao valor que lhe é atrelado no presente. Reconhecer tal característica, não significa desautorizar o processo e questionar sua fidedignidade, pelo contrário, ao iluminar esse seu traço estamos contribuindo para que seja eliminada certezas homogeneizadoras, revelando o seu aspecto processual permeado de disputas, e ampliando a possibilidade de reflexões sobre a construção de saber patrimonial em uma perspectiva heterogênea.

Porquanto, o objetivo geral desse trabalho é discutir a relação entre memória e patrimônio, tomando para tal os remanescentes das antigas Docas de D. Pedro II, localizada na Rua Barão de Tefé, 75, no bairro da Saúde na zona portuária do Rio de Janeiro. Tal qualificação como ‘remanescente’, se deve ao fato de que foi constatado nesse trabalho que o edifício das Docas de D. Pedro II foi destruído a cem anos atrás, por consequência de um incêndio no ano de 1919. Dois anos após esse acontecimento, em 1922, foi construído pelo, então, Ministério da Guerra um novo edifício, que correspondem às características que o compõe atualmente. Apesar de considerar a possibilidade da utilização das fundações das antigas docas que restaram do acidente para

reconstrução do novo prédio, materialmente, o que existe no espaço é um novo edifício que não são as Docas de D. Pedro II. Esta, que foi originalmente construída na segunda metade do século XIX pelo engenheiro André Pinto Rebouças, contemporaneamente, tem se apresentado como um lugar simbólico, se não utópico, no qual são depositados sentidos e valores que, apesar de dialogar com sua atividade inicial, graças ao que é tratado, fundamentalmente, como uma descaracterização incompreendida, ultrapassam barreiras físicas, estabelecendo conexões com o presente de forma imaterial e simbólica. Contudo, manteremos a abordagem de “antigas Docas de D. Pedro II”, pois é a partir dessa ideia que estão desenvolvidas as questões, problemas e reflexões motivadoras para esse trabalho, abrindo, no entanto, caminhos para discussão futura sobre os desdobramentos possíveis desse fato para o presente.

Como consequência das intervenções urbanas do projeto denominado Porto Maravilha, que transcorreram entre 2009 e 2016, nos bairros da Saúde, Gamboa e do Santo Cristo na região portuária do Rio de Janeiro, bens culturais foram memorados, e, por consequência, tombados, circuitos turísticos foram criados, novos equipamentos culturais construídos, e uma nova narrativa se consolidou para reestabelecer a região do porto como um espaço de cultura e lazer. Dentro de um contexto o qual coincide com a escolha do Rio de Janeiro como cidade sede de megaeventos, como a Copa do Mundo de 2014, e os Jogos Olímpicos de 2016, a zona portuária teve atrelada a si, a partir de então, uma nova identidade denominada de Boulevard Olímpico.

É dentro desse contexto que emergem as antigas Docas de D. Pedro II. Esse edifício é um dos bens culturais memorados e tombados por consequência dessas políticas públicas, e vêm acompanhando as mudanças às quais passou e, ainda passa a região. No entanto, dentre todos, elas têm demonstrado protagonismo particular, o qual consideramos estar ligado diretamente ao processo de redescoberta do Cais do Valongo, em 2011, este que foi o maior porto de entrada de africanos para serem escravizados na América Latina no século XIX, localizado à frente das antigas docas, na Praça Jornal do Comércio.

A partir de então, reconhecendo sua relevância histórica para a diáspora africana na cidade do Rio de Janeiro, e o aproveitando, em sua existência, como uma oportunidade de exercer ações afirmativas e educativas sobre a cultura afro-brasileira, o cais foi transformado em um sítio arqueológico, e símbolo máximo da identidade conclamada como Pequena África. Assim, como resultado de reivindicações demandadas pelo movimento negro e pesquisadores da temática, foram realizados esforços em nível

municipal, estadual e federal para que o local fosse reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Unesco, como Patrimônio da Humanidade. Tal dinâmica resultou na publicação de documentos oficiais destacando diretrizes e propostas para salvaguarda desse sítio arqueológico, dos quais podemos citar as Recomendações do Valongo (2011), e o Dossiê de Candidatura a Patrimônio da Humanidade do Cais do Valongo (2016).

No que tange nosso objeto de análise, durante o trabalho de escavação do cais, foi encontrada, fora de contexto aparente, a pedra fundamental das antigas Docas de D. Pedro II, fato que demarcou temporalmente sua emergência contemporânea. Como consequência, as antigas Docas de D. Pedro II passaram por um processo de rememoração, e, após o levantamento de parte de sua trajetória, ela começou a ser considerada um lugar apropriado para a organização de um “espaço referencial da herança africana”¹, ideia amadurecida no Dossiê de Candidatura a Patrimônio da Humanidade, no qual sugere que nela seja instalado um Memorial de Visitação do Cais do Valongo.

Para compor essa perspectiva, em sua própria existência, as antigas Docas de D. Pedro II são tomadas como parte da identidade afro-brasileira. Nos documentos que integram o processo de tombamento do edifício, que atualmente ocupa o espaço das antigas Docas de D. Pedro II, aberto oficialmente em 03 de agosto de 2012, estão localizados fragmentos de sua existência, o reconhecendo como local que “guarda aspectos dessa memória da resistência e luta abolicionista”, uma vez que foi idealizado por um engenheiro negro e abolicionista, e que para sua construção não havia sido utilizada mão de obra escrava, em um período onde ainda vigorava a escravidão.

Essas narrativas agregaram valor simbólico a ele, que passou a ser cotado para fazer parte, por exemplo, do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, instituído pelo Decreto Municipal Nº 34.803 de 29 de novembro de 2011, que visava a necessidade de “socializar os diversos sítios arqueológicos existentes na região” e “criar um agenciamento urbano que defina os limites do sítio arqueológico do Cais do Valongo” para promover sua salvaguarda. Assim, bens culturais foram reunidos e se tornaram suportes de memória para a preservação do Cais do Valongo.

Há de se considerar nesse processo que, o prédio das antigas Docas D. Pedro II, uma vez tombado a partir dessas narrativas e transformado memorial, se tornará um comunicador de memórias ligadas a identidade de Pequena África, e da cultura afro-

¹ Recomendações do Valongo, p. 6.

brasileira. No entanto, esse processo não se deu linearmente, havendo intensas disputas envolvendo sua desocupação, já que desde o ano 2000, o prédio é sede do Comitê Rio da Organização Não Governamental Ação da Cidadania. Ademais, a inserção de outros atores que reivindicavam diferentes projetos para o espaço, ou mesmo que visavam anulá-lo por questões ideológicas, também comprometeram a resolução dessa questão. As ordens judiciais de despejo investidas contra a permanência da ONG no local, que é de posse da União, por exemplo, não surtiram efeito, bem como foram mal toleradas pelo movimento negro e pesquisadores, as propostas de negociação que previam o compartilhamento do espaço entre a ONG e o futuro museu.

Outra matéria que também demarcou seu protagonismo no presente, foram as discussões envolvendo a concepção desse memorial, que ocasionaram disputas desde sua denominação à quem iria administrá-lo. Inicialmente seria um Memorial – como previsto do Dossiê de candidatura do Cais do Valongo, no entanto, após passar para administração municipal em 2017, foi denominado Museu da Escravidão, e depois Museu da Escravidão e Liberdade, nome mal aceito principalmente pelo movimento negro, que considerava a sigla MEL inadequada para um espaço que guardaria, também, narrativas sobre o sofrimento dos africanos escravizados que desembarcaram no cais. Com a dissolução de algumas propostas, o município se retirou do projeto envolvendo as antigas Docas de D. Pedro II, e em 13 de novembro de 2018, ficou estabelecido que ficaria a seu cargo, a consolidação de um museu de território com sede no Centro Cultural José Bonifácio, a 900 metros do prédio das antigas Docas de D. Pedro II, sob a denominação de Museu da História e da Cultura Afro-brasileira, o MUHCAB.

Já nas antigas Docas de D. Pedro II, a responsabilidade de criar um Complexo Cultural envolvendo três espaços, o Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana, o LAAU, o Centro Cultural da Fundação Palmares e o Centro Integrado de Interpretação do Cais do Valongo ficou sob responsabilidade da Fundação Palmares, subordinada ao Ministério da Cidadania ainda no final de 2019. Junto a essa ocupação, há ainda uma proposta de restauração do prédio feita pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan, o qual aguarda propostas de licitação para dar prosseguimento aos planos.

Assim, observando sua rememoração, tombamento, e as disputas em torno de sua existência no presente, considera-se que as antigas Docas de D. Pedro II vivem um novo ciclo de sua biografia. Ela poderá ser protagonista dentro desse espaço e um lugar de

memória² de referência, que em um cenário contemporâneo o tornará um potencial objeto cultural de consumo, sendo, ainda, um novo atrativo para a atividade turística na região. Tal fato revela o aspecto processual o qual vivem também os objetos materiais, que mesmo dentro de uma aparente estabilidade temporal ou física, estão sendo sempre ressignificados dentro das relações sociais, por meio de memórias influenciadas por contextos históricos e sociais.

Partindo então do presente, no qual as antigas Docas de D. Pedro II são reconhecidas como patrimônio cultural, e buscando iluminar a complexidade dos significados dessa nova narrativa institucionalizada que lhe é atribuída, nos utilizaremos do método da biografia cultural discutida por Arjun Appadurai (2008) e Igor Kopytoff (2008). Embora os autores se utilizem da metodologia para entender as diversas etapas da trajetória de uma mercadoria, consideramos que, com essa ferramenta, será possível apreender as disputas e acontecimentos envolvendo seu processo mneumônico, que teve como consequência contemporânea seu tombamento, sem desconsiderar, ainda, que, possivelmente esses novos contornos valorativos a transformarão sim em uma mercadoria localizada dentro de um segmento de mercado em ascensão, que é o turismo de diásporas³.

Nessa perspectiva, ao considerar que mercadorias têm, assim como pessoas uma vida social, Appadurai (2008) nos convida a refletir sobre como as coisas se apresentam para nós, de forma que por meio de suas trajetórias sejam revelados seus múltiplos significados e utilizações anteriores ao seu estado mercantil. Somando-se à Appadurai (2008), Kopytoff (2008) ao refletir que, mesmo objetos que não estão sujeitos a trocas monetárias podem ser considerados mercadorias, demonstra que as coisas podem ser trocadas por valores simbólicos, que as distingue e as fazem ser objeto de distinção. A esse aspecto soma-se a transitoriedade na qual estão dispostas as coisas, que podem entrar e sair desse estado, ou mesmo não serem reconhecidas como tal para uns, enquanto para outros simbolizar algo de valor imensurável.

Nesse processo, o qual o Kopytoff (2008) denomina de “singularização de objetos”, é possível contextualizar que, as antigas Docas de D. Pedro II e sua emergência contemporânea, são resultado do desejo de atores sociais lhe atribuírem uma “sacralidade cultural”, lhe concedendo novos valores a serem representativos das narrativas coletivas e identitárias que se deseja consolidar. Ao reafirmar o método da biografia cultural, o

² C.f. Pierre Nora (1993).

³ Ver Pinho (2018).

autor discute que, ao longo das suas trajetórias os objetos passam por várias singularizações, e que uma biografia coerente dessas coisas seria uma que se detivesse a contar todo o processo de suas classificações e reclassificações. Nesse aspecto nos parece proveitoso atentar-nos para a singularização contemporânea das antigas Docas de D. Pedro II, considerando-a como apenas uma parte de muitos significados os quais esse edifício em sua materialidade já experimentou.

O segundo ponto a ser explorado sobre as antigas Docas de D. Pedro II, tem como base a reflexão de Smith (2001) que discute o patrimônio o considerando como um processo cultural. Na sua perspectiva, o patrimônio não seria uma *coisa*, atribuição que para a autora significa o patrimônio como um fim em si mesmo, ou seja, um objeto em um estado de existência orgânica. Ao contrário, eles deveriam ser considerados como sendo resultado de ações de lembrança e esquecimento, que os fazem ser pontos de referência contribuindo para a coesão social ligados diretamente “[...] a negociação da memória, da identidade e sentido de lugar.” (SMITH, 2001, p. 41).

Ao desconstruir a ideia de patrimônio como uma “coisa”, a autora se volta para as possibilidades de enxergá-lo como um processo, e considera que por meio dessa abertura conceitual seria possível então vislumbrar nos processos de construção de saber o que é esquecido e lembrado, e virá a se cristalizar por meio da ferramenta da patrimonialização. Smith (2001) nos ajuda a compreender que esse estado patrimonial, envolve processos de negociação de significados e valores, manifestados em decisões sobre o que preservar ou não, o que lembrar ou não, e que essas são escolhas políticas. No entanto, para Appadurai (2008) e Kopytoff (2008), ainda a patrimonialização não simbolizaria um fim, mas uma das partes de uma biografia, como as antigas Docas de D. Pedro II, que mesmo após sua patrimonialização continuam a passar por novos contornos valorativos. Assim, a biografia cultural também nos presenteará com a percepção de quem são os atores que, por meio de uma atribuição simbólica de valor, constituída com base em uma ideia de identitária de espaço, estabeleceram essa aura contemporânea, e novos contornos valorativos para existência das antigas Docas de D. Pedro II.

Nessa perspectiva Bourdieu (2011), ao refletir sobre a identidade e representação a partir da ideia de região, afirma que a identidade étnica ou regional são representações mentais, sendo elas “[...] atos de percepção e apreciação, conhecimento e reconhecimento dos agentes (pessoas), e que colocam esse reconhecimento em objetos, em coisas, ou mesmo atos.” (BOURDIEU, 2011, p. 112). Afirmando que esta seria uma estratégia para *manipulação simbólica*, que determina a representação mental que outros terão desses

espaços e dos que o ocupam, o autor evoca sua perspectiva de poder simbólico, afirmando que, no entanto, esses lugares seriam palco de *lutas de classificações*, na tentativa de definirem uma identidade regional e étnica. Por esse ângulo, Bourdieu (2011), chama atenção para um monopólio, que impõe uma visão do mundo social por meio do princípio de *di-visão*⁴, promovendo consenso e sentidos sobre a identidade e unidade dos grupos, sendo o discurso regionalista uma dessas ações performativas, e sua categorização um poder por si.

No entanto, o autor chama atenção para a existência de uma “[...] luta colectiva pela subversão das relações de forças simbólicas.” (BOURDIEU, 2011, p.124). Estas ações procurariam impor novos princípios de *di-visão*, sendo essa perspectiva do autor que consideramos poder estar inserida a rememoração das antigas Docas de D. Pedro II. Os atores inseridos em sua construção de saber no presente, o fazem parte de um contexto maior de conhecimento científico e comum, visando o estabelecimento e manutenção de uma narrativa identitária de espaço na zona portuária, que com símbolos específicos estabelece uma nova região: a Pequena África. Considerando esta uma contra narrativa, esse ato comporia, como sugere Bourdieu (2011), uma revolução simbólica contra a dominação simbólica no espaço, intimidando-a para que esses atores pudessem reapropriar-se coletivamente desse poder “[...] sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade.” (BOURDIEU, 2011, p.125).

Assim, para o autor, o reconhecimento de um estigma produz uma revolta contra ele, que, por sua vez, se torna um emblema que pode consolidar a institucionalização dos grupos, unidos pelos efeitos econômicos e sociais desse estigma, que, em nossa perspectiva, podemos destacar a escravização dos africanos e seus efeitos sociais e econômicos que ainda reverberam na população negra brasileira. Dessa forma, a partir da tomada de consciência e apropriação desses estigmas, são resultados o que o autor chama de *revolta regionalista*, que “[...] produz o território de que, aparentemente, ela é produto.” (BOURDIEU, 2011, p. 126), ou seja, o porto, como um lugar estigmatizado pela escravidão, é apropriado pelos que compartilham dessa ancestralidade o transformando, junto a seus símbolos, como o Cais do Valongo, em lugares de memória, identificação e resistência da cultura afro-brasileira. Ademais, apesar de a noção de Pequena África já coexistir no espaço para os pares que a identificam, foi com a emergência do Cais do Valongo, que se fez possível que outros indivíduos se unissem aos

⁴ Bourdieu (2011) afirma que etimologicamente a palavra região conduz ao princípio de *di-visão*.

grupos já estabelecidos, os dando maior volume e expressividade para se apropriarem dessa identidade. E, ao passo que à aplicação de políticas públicas no espaço se voltavam para a criação de uma nova identidade para a região portuária, a de Boulevard Olímpico, as narrativas desenvolvidas a partir da emergência do cais, contribuíram para emergência de uma narrativa simbólica de espaço ligada aos símbolos como o cais e outros, que por se consolidarem, em boa parte, fora do contexto oficial, criaram uma nova região dentro do território da zona portuária, sendo essa uma contra narrativa, uma nova *di-visão*.

Sendo assim, o elo entre memória e patrimônio apresentado até então, e que pretendemos compreender, envolvem questões sobre a construção de saber, e as escolhas mneumônicas que são consolidadas sobre a trajetória dos bens culturais que culminam em ambos, sua patrimonialização, e desdobramentos anteriormente não contemplados em sua existência. Tais reflexões deságuam em nosso objeto. Graças aos desdobramentos das políticas públicas aplicadas na zona portuária do Rio de Janeiro, as antigas Docas de D. Pedro II foram rememoradas. Isso resultou em um exercício de construção de saber, que teve como consequência a sua patrimonialização, e em como ela será reconhecida pela sociedade no presente. Dessa forma, as antigas Docas de D. Pedro II demonstram ser um objeto de extrema relevância para compreensão abrangente da relação entre memória e patrimônio, além de contribuir para desvelar processos históricos e culturais pelos quais passou a zona portuária do Rio de Janeiro.

Porquanto, para além da realização da pesquisa bibliográfica, foi reconhecida a necessidade de realização de análises documentais de itens iconográficos, cartográficos, materiais jornalísticos, vídeos e materiais institucionais, leis, decretos, publicações oficiais, entre outros. Tais itens foram considerados mais do que complementares, mas parte fundamental para a compreensão da trajetória das antigas Docas de D. Pedro II. Por essa razão, é metodologicamente relevante destacar que consideramos documentos como monumentos na perspectiva de Le Goff (2013). Não os reconhecendo como objetos inócuos, esses materiais foram analisados em sua totalidade considerando as condições de sua produção, e deles foram retirados fragmentos que tornasse possível iluminar não somente a trajetória das antigas Docas de D. Pedro II, bem como estabelecer um diálogo coerente com o presente, no sentido de que neles fossem demonstradas que as disputas que as envolveram, resultaram em ações que impactaram aquela região social, geográfica e economicamente percebidas até o presente, e utilizados como acontecimentos de valor para sua emergência contemporânea.

Para tal, foram realizadas pesquisas no Arquivo Nacional, envolvendo, principalmente, leis e decretos não disponibilizados digitalmente, porém, a fonte de maior volume documental tomada para esse trabalho são os Diários Oficiais do período de 1869 a 1901, recuperadas dos arquivos digitalizados da Biblioteca Nacional. Neles foram pesquisados, respectivamente, os termos ‘Docas D. Pedro II’ e ‘André Rebouças’, que resultaram na revelação de fatos envolvendo a idealização, construção e utilização das docas nesse período. Para além dos Diários Oficiais, também foi pesquisado os termos ‘Docas D. Pedro II’ e ‘Docas Nacionaes’ no período de 1901 a 1922, na totalidade dos periódicos da cidade do Rio de Janeiro disponibilizados pela Biblioteca Nacional, a fim de que fosse desvelada parte da maior lacuna temporal sobre sua trajetória identificada nesse trabalho, o que resultou na pesquisa de termos secundários como de possíveis endereços, ruas próximas, personagens históricos e empresas que oferecessem maior comprovação dos fragmentos encontrados.

Também foi analisada toda a documentação de tombamento das antigas Docas de D. Pedro II, retirada do Sistema Eletrônico de Informações do Iphan, registrado digitalmente em 15 de janeiro de 2018, composto por três volumes somando 534 folhas. Nela constam trocas de e-mail, memorandos, pareceres técnicos, avisos, ofícios, atas, matérias de jornais, fichas de acompanhamento, convocatórias, as Recomendações do Valongo, despachos, editais, minutas, cópias de diário oficial, entre outros documentos elaborados e utilizados para dar prosseguimento ao seu tombamento.

Para além desses itens, foi feito um acompanhamento na mídia no período de compreende maio de 2017 a maio de 2019, uma vez que notamos que os veículos tradicionais estavam se encarregando de comunicar os acontecimentos envolvendo as antigas Docas de D. Pedro II. Tal fato demonstraria o alcance gerado pelas narrativas constituídas desde a descoberta do Cais do Valongo, bem como serviram de instrumento para aferição da aceitação das narrativas instituídas como oficiais, e as disputas que envolveram sua ocupação e projetos.

A terceira etapa dessa pesquisa, foi consolidada pela realização de entrevistas com atores que, por sua constante aparição ao longo da construção desse trabalho, demonstraram ser de relevância para expansão da compreensão sobre os acontecimentos do presente que envolveram as antigas Docas de D. Pedro II. Assim, foram agendados encontros com esses personagens, onde foram abordadas questões específicas ao tema, de maneira qualitativa e aberta, sem questionário estruturado. Nessa perspectiva buscamos um representante da Ação da Cidadania, este José Miguel, Coordenador

Cultural da ONG; também buscamos o historiador Adler Homero responsável por oferecer uma das primeiras considerações sobre o tombamento emergencial das antigas Docas de D. Pedro II; por conseguinte, contactamos o arquiteto Paulo Vidal Leite do Iphan, responsável por redigir o parecer, que resultou nos moldes em que o prédio foi tombado em definitivo; ademais buscamos o sr. Luiz Eduardo Negrogun, presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Negro, o Cedine, por ser uma das entidades do movimento negro que reivindicou, de antemão, o tombamento das antigas Docas de D. Pedro II; e, por fim, entrevistamos o antropólogo Milton Guran, coordenador do grupo de trabalho responsável por elaborar o dossiê de candidatura do Cais do Valongo para Patrimônio da Humanidade.

Estruturalmente o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro se deterá na compressão de como se estabeleceu o contexto, que foi responsável por fazer das antigas Docas de D. Pedro II um lugar de memória no presente. A discussão se inicia pautada nas transformações políticas, sociais e culturais ocorridas no Brasil na década de 80, pois as consideramos responsáveis por oferecer uma ampliação, antes não imaginada, no significado e constituição dos patrimônios. Esse é um momento de inclusão de atores da sociedade civil, movimentos sociais e ONG's, reivindicando uma nova leitura do que seria o patrimônio nacional, questionando, ainda, os bens culturais considerados de valor histórico e cultural institucionalizados ao longo dos anos. Tais reflexões serão tomadas a partir do espaço da zona portuária, e de como ele foi sendo lembrado e ressignificado também a partir desse momento, culminando em medidas de salvaguarda de bens culturais estruturados em políticas públicas, como plano o Sagas durante a década de 80, o Plano de Revitalização realizado no ano 2001, até o Porto Maravilha em 2009. Nessa perspectiva, o último subcapítulo, nos levará a análise da emergência do Cais do Valongo durante a última intervenção no porto no Rio, e como este foi o vetor para a rememoração das antigas Docas de D. Pedro II, demonstrando como esta faz parte de um contexto histórico, cultural e social mais amplo que envolveu toda a cidade.

Após localizarmos o momento de sua emergência contemporânea, o segundo capítulo será reservado para à exposição dos fragmentos recuperados da trajetória das antigas Docas de D. Pedro II, a revelando desde a sua idealização e construção em meados do século XIX, como os seus usos, ocupações e esquecimentos ao longo do século XX, e as novas configurações estabelecidas a partir do século XXI. Iniciado por uma discussão sobre o porto do Rio de Janeiro, sua idealização será vislumbrada como parte de um projeto mais amplo do engenheiro André Rebouças, que vislumbrava muitas falhas na

infraestrutura da capital do Império, principalmente nos trâmites portuários. Sua construção foi concebida por muitas brigas políticas, narradas em suma, nos Diários Oficiais no período, e são passíveis de muitas interpretações e questionamentos. Com a Proclamação da República, e, por conseguinte, a realização das obras do porto que o configuraram espacialmente como o é, será exposto como figurou as antigas Docas D. Pedro II nesse novo momento até seu incêndio em 1919, reconstrução em 1922, e suas ocupações a partir de então. Por conseguinte, no século XXI, as narramos a partir dos anos 2000, quando é ocupado pela Ação da Cidadania que as rememoram parcialmente, e é responsável por uma intervenção no imóvel que o modificou, possivelmente, pela primeira vez desde 1922.

Assim sendo, o capítulo três se deterá nos desdobramentos do presente, este compreendendo o ano de 2011 a 2019, com objetivo de discutir sua emergência contemporânea, e saída de um suposto esquecimento das antigas Docas de D. Pedro II. O principal material utilizado para construção desse capítulo será o processo de tombamento do prédio. Analisaremos essas documentações, localizando nelas quais foram as narrativas estabelecidas para que ele recebesse valores simbólicos, e se tornasse, junto a outros bens culturais da região um ponto de referência e lugar de memória da cultura afro-brasileira. Ademais, iluminaremos as disputas que se desenharam sobre seu destino, usos e ocupação, e, por fim, mencionaremos as propostas recentes para as antigas Docas de D. Pedro II, destacando por todo o capítulo as adequações, controvérsias e utilização da sua trajetória nas narrativas estabelecidas, visando contribuir para melhor entendimento dos processos de patrimonialização, e também, iluminar aspectos ainda não contemplados no decurso de sua construção de saber.

Assim sendo, considerando a transdisciplinaridade compreendida no campo da Memória Social, esperamos que esse trabalho possa contribuir para as mais diversas áreas de conhecimento científico, mas especialmente, as que se debruçam em questões envolvendo a patrimonialização e os processos valorativos que são atribuídos aos bens culturais nesse decurso de aspectos heterogêneos e complexos. Ademais, estamos confiantes de que os fatos, informações, reflexões e métodos realizados para esse trabalho possam ser de usufruto para muitos outros, não somente sobre as antigas Docas de D. Pedro II, mas para os que visem a melhor compreensão do ambiente social, econômico, geográfico, histórico e político da zona portuária do Rio de Janeiro.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS E O PATRIMÔNIO NO PORTO DO RIO

A rememoração e a patrimonialização das antigas Docas de D. Pedro II no presente, se deu graças a uma política pública de intervenção no porto do Rio de Janeiro e em suas imediações. No entanto, por se tratar de um bem cultural ligado a identidade de Pequena África, seria pertinente iniciarmos essa discussão nos voltando, primeiramente, para a trajetória geral dos patrimônios, seus conceitos e ideias, destacando, especificamente, o decurso de suas utilizações como meios de identificação e reafirmação.

Segundo Abreu (2015), a emergência da noção de preservação e salvaguarda do patrimônio é um fenômeno próprio do ocidente moderno, que vêm ocupando cada vez mais os debates internacionais. Autores como Poulot (2011), Smith (2001) e Chuva (2017) apontam o século XVIII, como o momento em que a ideia de patrimônio nasce para o mundo ocidental. Emergindo no contexto da Revolução Francesa (1789-1799), período de intensas transformações sociais, a ideia de patrimônio se estabelece na França graças à necessidade de criação de um passado comum, que representasse as novas demandas emergentes. A partir de então, foi se estabelecendo no pensamento coletivo a noção de bens públicos, ou seja, que pertenceriam a todo o povo e não somente a indivíduos ou grupo dominante.

No século seguinte essa ideia irá se expandir por todo o mundo ocidental, sendo interpretados por cada nação de acordo com suas particularidades. Abreu (2015) nos oferece uma síntese da trajetória dos processos de patrimonialização a partir de então, os separando em três grandes momentos. Primeiramente do século XIX, à primeira metade do XX, período fundamentado na reconstrução do passado e valorização de uma arte nacional, o ano de 1940, marcado pela criação da Unesco, e, por conseguinte, após a década de 1980, manifestado pelo lançamento, através da Unesco, da Recomendação de Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares, onde a autora afirma que é acrescentado ao processo de patrimonialização o conceito antropológico de cultura.

No Brasil do século XIX, as noções que cercam o significado de patrimônio são manifestadas pela emergência de uma nova forma de consciência nacional. Em um primeiro momento existirá um esforço por parte da Família Real Portuguesa, que se estabelece no Brasil em 1808, e faz do país uma nação independente de Portugal em 1822, de estabelecer narrativas que a integrem ao passado local, fortalecendo sua imagem para fazer com que a população se veja representada nesses novos líderes e seus símbolos –

principalmente os monumentos de culto à nação, e que o exterior reconhecesse a civilidade e modernidade da cidade imperial e da figura do Imperador Pedro II. É com essa intenção que, em 1837, é criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, onde foram agrupadas narrativas sobre personagens, lugares e fatos históricos que visavam contribuir para enobrecer o passado lusitano nas Américas, e solidificar a imagem do Brasil como nação soberana livre de Portugal (MARCELO, 2013).

Após a Proclamação da República em 1889, é iniciado um processo de revisionismo histórico, que tentará, inicialmente, se distanciar da construção narrativa criada pelo Império e de tudo que representava a monarquia extinta. Considerada ultrapassada e colonial, a virada do século XIX para o XX, é tomada pela noção de progresso, responsável por inflar o sentimento nacionalista e republicano. Para tal, foram criadas narrativas nacionais estabelecendo novos saberes, e símbolos foram importados de lugares considerados desenvolvidos e modernos. Esses novos pontos de referência tornariam possível a manutenção do sentimento de pertencimento à nação, e, como bens públicos, se tornaram merecedores da proteção de todos, simbolizando o futuro do Estado-Nação, sua solidez, unidade e homogeneidade.

Nessa perspectiva, consideramos que os acontecimentos de maior significância para a temática da proteção ao patrimônio no Brasil, se dão a partir dessa necessidade de solidificar o significado da nação no pensamento coletivo (CHUVA, 2017), de maneira que o patrimônio se torna um dos meios utilizados pelo Estado para fim de coesão social. A discussão sobre a preservação da memória nacional é inflada nas primeiras duas décadas do século XX, o que ocasiona a criação dos primeiros projetos legislativos sobre a temática⁵. No entanto, a construção narrativa empregada durante a República Velha, surtiu poucos efeitos duradouros. De moldes muito elitistas, as largas avenidas e equipamentos culturais, que, durante os primeiros 30 anos do século XX, fizeram com que o estilo de vida local fosse apelidado de *Béllé Époque* carioca, foram se desgastando e dando espaço a cultura popular, como o próprio carnaval de rua e os chopes berrantes da Rua do Ouvidor (VELLOSO, 1988).

É com a Revolução de 1930, golpe de Estado que instituiu Getúlio Vargas (1882-1954) como novo presidente do Brasil, que são realizadas mudanças no Estado brasileiro refletindo na legislação de preservação ao patrimônio vigente até os dias de hoje. Durante o período do Estado Novo (1937-1945) é criada pela lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937,

⁵ Wanderley Pinho, sócio do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, fez a primeira proposta de defesa dos bens culturais em 1917. (FERNANDES, 2010)

a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. Esse acontecimento e subordinação ministerial, demarca a intenção do Estado em gerenciar diretamente a concepção de símbolos e narrativas nacionais, tornando-os, como afirma Chuva (2017), marcos referenciais na qualidade de bens simbólicos, utilizados como métodos afirmativos dos ideais de nação. Ademais a criação da instituição é o reflexo de uma ideologia política nacionalista e autoritária, com intenção de estruturar um Estado centralizado, forte e hegemônico, sendo estas ações que acabaram por refletir por um longo período na forma a qual foi compreendido, não só, o patrimônio no Brasil, mas demais impressões sobre o país.

Uma vez que a República Velha ao longo de sua existência importou saberes e valores que consideravam de países de cultura superior, após a década de 30, começam a emergir movimentos que romperam e criticaram boa parte dos símbolos criados na primeira República, começando a apaziguar o presente com passado monárquico brasileiro. Regulamentado pelo decreto-lei nº 25, o qual discriminava o que deveria constituir o patrimônio histórico e artístico nacional, e por meio do instrumento do tombamento, esse momento inicial é representado por uma busca por referências autênticas da brasilidade, expressas, por exemplo, na arquitetura colonial e o no barroco.

Apesar de alguns intelectuais como Mário de Andrade (1893-1945), terem concebido, já nesse período, algumas manifestações de cunho imaterial como representativos do patrimônio brasileiro, a narrativa que se consolidou nesse momento inicial foi a do patrimônio pedra e cal, o que fez com que as práticas de preservação fossem atribuídas a bens considerados de caráter monumental pelos intelectuais do período. As cidades mineiras, como Ouro Preto, passaram a ser tomadas como referência principal nesse momento, pois nelas coexistiam o colonial e o barroco, e tal movimento fez com que a ‘mineiridade’ se tornasse um dos marcos referenciais do período, tomada como modelo pela nação do que seria seu patrimônio histórico e artístico (PINHEIRO, 2006).

Nessa perspectiva, os discursos que irão compor as narrativas nacionais, principalmente nesse período, são “[...] modalidades discursivas cujo propósito fundamental é a construção de uma ‘memória’ e de ‘identidades’ nacionais.” (GONÇALVES, 2002, p. 13). Sendo assim, é possível concebê-los como ações políticas, pois são atos praticados com intenção de alcançar um determinado fim. Tais narrativas transpõem as noções de propriedade privada existentes na ideia de patrimônio para o público, a fim de que o coletivo se aproprie dos símbolos nacionais se tornando uma nação

“[...] na medida em que apropria do seu patrimônio” (GONÇALVES, 2002, p. 24). Nesse sentido, a nação é proprietária de sua cultura, se apropriando da mesma e a protegendo de qualquer movimento que simbolize contra narrativas.

Rodrigo de Melo Franco de Andrade (1937-1967), primeiro gestor do Sphan, foi responsável por manter, durante os primeiros 30 anos de existência do órgão, a noção de patrimônio resguardado ao histórico e artístico, correspondendo as necessidades políticas no momento de sua fundação. Após o golpe militar de 1964, que resultou no estabelecimento da Ditadura Militar (1964-1985), demarcamos somente a partir da gestão do presidente do Sphan, Renato Soeiro (1967-1979), acontecimentos que contribuíram para a gradual transformação da noção de preservação de patrimônio, principalmente no que se refere a novas funções que lhes foram sendo atribuídas.

Castro e Freire-Medeiros (2013) destacam que os anos de 1960, foram marcados por discussões a nível internacional sobre o papel do turismo no desenvolvimento econômico de países considerados em desenvolvimento. A Unesco, criada em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, realizou em 1963, a Conferência das Nações Unidas sobre Turismo e Viagens Internacionais, recomendando explicitamente que países que estavam em condições mais frágeis economicamente, se voltassem para o potencial do turismo como meio de desenvolvimento econômico (CASTRO; FREIRE-MEDEIROS, 2013, p. 19). Sendo assim, o patrimônio começou a desempenhar uma dupla função: para além de serem referenciais simbólicos da nação, começam a se transformar em produtos culturais.

Após os 21 anos de Ditadura Militar no país, os anos 80 foi marcado por tentativas de abertura política gradual e de redemocratização. Segundo Abreu (2015) e Guimarães (2016), nesse período começaram a vir a público movimentos preocupados em debater as diversas construções discursivas que operavam no país de forma hegemônica, abrindo espaço para um revisionismo, que seria responsável por dar margem para a emergência de contra narrativas minoritárias, e, por consequência, ampliar o pensamento acerca dos processos de patrimonialização.

Permeado pela noção de que os homens eram seres biologicamente semelhantes, porém diferenciados culturalmente – discurso apropriado pela própria Unesco desde a década de 70, em 80, essa noção se espalhou ocidentalmente. Calcados no conceito antropológico de cultura, o qual vislumbrava o cotidiano a partir de uma perspectiva processual, segundo Chuva (2017), os domínios do social passíveis de gerar herança ampliaram-se significativamente.

Nessa perspectiva, novos atores começam a ser considerados protagonistas no processo de patrimonialização. Levando em conta que o patrimônio era consolidado por grupos hegemônicos até então, a abertura democrática se manifestou na patrimonialização trazendo esses personagens para debates centrais que levaram o processo para além das fronteiras do pedra e cal. Já estabelecido como Iphan desde 1970, o órgão adotou as mudanças propostas internacionalmente, e começou a ampliar as noções de patrimônio, fazendo com que passassem a se basear “[...] na noção de *referência cultural*, deslocando-se o foco dos *bens* para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores condicionados historicamente.” (CHUVA, 2017, p. 40).

Paralelamente, em 1975, foi criado em São Paulo por Aloísio Magalhães (1927-1982) o Centro Nacional de Referência Cultural, o CNRC, voltado para análise da dinâmica cultural brasileira. Magalhães que a partir de 1979, presidiu o Iphan, migrou seus trabalhos para o órgão, e contribuiu para que a noção de ‘patrimônio histórico e artístico’ se expandisse para a de ‘patrimônio cultural’. A força institucional que a redemocratização proporcionou ao Iphan, gerou a inflexão na qual “[...] percebia a nação como heterogênea, o que equivaleria a uma concepção pluralista da tradição.” (GUIMARÃES, 2016, p. 154), algo impensável aos nacionalistas do início do século XX. Como é, também, afirmado por Abreu (2015),

A nova configuração social e política que se produziu no Brasil no final dos anos 1980, e que se consolidou com a promulgação de uma nova Constituição em 1988, afetou diversos campos, entre eles, o campo do patrimônio, principalmente por tornar possível a entrada em cena de novos sujeitos de direito coletivo, defendendo seus próprios interesses e trazendo suas próprias demandas de patrimonialização e preservação de suas tradições. Por meio de uma crescente participação da sociedade civil no governo, o país deu um salto de qualidade no fortalecimento de movimentos de ação afirmativa, no empenho da construção da autoestima e dignidade social para agrupamentos sociais que antes eram marginalizados social, econômica e politicamente. Novas identidades coletivas foram construídas e potencializadas pelos movimentos sociais e pelas novas conquistas democráticas. (ABREU, 2015, p. 86).

Nessa perspectiva, o artigo 215 da Constituição Brasileira, definiu como um dos papéis do Estado ser o protetor das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Assim, reconhecendo em níveis institucionais que o patrimônio havia sido formalizado por tantos anos por um discurso de poder hegemônico, e que durante sua existência coexistiam outras narrativas que permaneciam à sua margem, foram empregadas novas

formas de construção de saber patrimonial, que estabeleceram novos protagonistas no processo, fazendo-os deter de uma nova ferramenta de afirmação identitária, o patrimônio (ABREU, 2015).

Dessa forma, tendo em vista que historicamente “[...] o regime federativo no Brasil implicou historicamente em dissimilaridades com relação ao alcance de políticas públicas nacionais [...]” (ABREU, 2015, p. 78), as políticas preservacionistas, normatizada por fóruns internacionais promovidos pela Unesco, estimularam uma dinâmica global de identificação, difusão e circulação de valores e signos patrimoniais inteiramente novos, visando ações afirmativas e reparatórias, que tinham como base o “[...] patrimônio cultural imaterial como fonte de diversidade cultural.” (ABREU, 2015, p. 74), que acarretou o início do período o qual Abreu (2015) denominou de “patrimonialização das diferenças”.

O patrimônio imaterial e intangível emergido como demanda internacional, graças ao contexto político favorável que se desenhou a partir da década de 80, no Brasil, foi manifestando-se na formulação de políticas públicas. Fora do domínio autoritário, a participação de membros da sociedade como agências locais, nacionais e internacionais, movimentos sociais, ONG’s, coletivos de indivíduos de camadas populares, foram fazendo com que o patrimônio deixasse de representar somente o que era artístico e monumental, para ser um instrumento de referência que garantia a visibilidade das diversas expressões culturais (Abreu, 2015).

Ainda segundo Abreu (2015), esse momento pode ser conhecido como a ‘era das organizações não governamentais’, que começaram a ocupar a cena pública gerando uma demanda que configurou um *boom* de patrimonialização. Essa participação ativa das ONGs criou mecanismos próprios de identificação de novos patrimônios em potenciais, na medida em que se tornaram porta voz de coletivos que demandavam por reconhecimento. Tais reivindicações foram responsáveis por criar meios de inventariação e preservação de patrimônios. Uma vez que o tombamento, instrumento utilizado para tutelar e preservar patrimônios materiais, não poderia ser aplicado a bens intangíveis, com a contribuição dos antropólogos foi iniciado o uso do instrumento do registro para catalogar as manifestações culturais.

Tais acontecimentos podem ser tomados a partir do espaço da zona portuária do Rio de Janeiro. Desde a década de 80, políticas públicas foram implementadas na região alinhadas aos discursos internacionais de preservação do patrimônio e as reivindicações de novos atores locais, que se posicionavam contra o método de desenvolvimento urbano

que foi estabelecido no centro da cidade desde a década de 60, responsável por fazer com que o porto e seus bairros fossem espaço de usos periféricos, e, com o tempo, marginalizados e estigmatizados. Esse movimento inicial corroborou para a continuidade de projetos de intervenções até o Porto Maravilha, e fez da região de um espaço discursivamente abandonado, em um lugar de distinção dentro da cidade do Rio de Janeiro, sendo o grande fio condutor para tais ações a ideia de preservação, que se voltaram tanto para o material quanto para o imaterial da região.

Nessa perspectiva, órgãos como o Iphan, passaram a identificar, também, os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo como a Pequena África, denominação atribuída pelo cantor, compositor e pintor Heitor dos Prazeres (1898-1961), ao espaço que compreendida desde à região da zona portuária até a Cidade Nova. Na década de 80, tal identificação já era utilizada pelos movimentos negros e outros grupos, e na oportunidade concedida pelo momento político e social que vivenciava o país, a narrativa se fortaleceu se transformando em uma reivindicação por espaço, reconhecimento e memória.

Sendo assim, reafirmamos que o patrimônio pode ser compreendido como um dos meios pelo qual os indivíduos se lembram, ou seja, são suportes simbólicos de determinada narrativa de memória, seja ela nacional ou de coletivos e grupos. Atuando dessa forma no meio social, os bens culturais alçados a patrimônio agem como meio de coesão e identidade, e, embora as fronteiras tenham se ampliado para sua concepção, a patrimonialização ainda está sujeita a jogos de poder e negociações sobre o que deve ser lembrado por meio desses lugares. Assim, compreender como se dá esse processo se torna fundamental para o entendimento de como as coisas se apresentam para nós, e, mais especificamente, como por elas nos identificamos como parte de um todo nem sempre tangível ou próximo, mas que traz sentidos universais para os grupos que compartilham dos símbolos por elas representados.

1.1. O Plano Sagas e o Plano do Porto o Rio

Guimarães (2016), afirma que as políticas patrimoniais estiveram sempre, de alguma forma, associadas ao conceito de projeto urbano. Aos que compartilhavam desse pensamento, o faziam criticando a produção arquitetônica e modernista, e o funcionalismo urbano atuante nas grandes cidades brasileiras desde os anos 1950. Tal reflexão foi bem recebida por múltiplos países, uma vez que propunha repensar o desenvolvimento das suas cidades criando centralidades por meio da requalificação,

reabilitação ou revitalização de conjuntos arquitetônicos considerados em estado de degradação.

Graças, em boa parte, às políticas implementadas no Brasil nas décadas de 40 e 50, a zona portuária foi isolada geograficamente de outros espaços da cidade. Assim, ainda durante os anos de 1970, o porto do Rio de Janeiro sofria as consequências dessas políticas, vivendo sob a dialógica de espaço “degradado” e “abandonado” da cidade. Graças à desvalorização de seus terrenos e imóveis, a região se tornou atrativa para a construção de edifícios garagens, que serviriam para aliviar o reflexo do trânsito intenso no centro do Rio. Ademais, a região passou a ser considerada um espaço criminalizado, que pela existência de muitos bares noturnos e a expansão das favelas ao longo do século, corroboraram para o estabelecimento de narrativas que consideravam tais configurações como passíveis à prostituição, consumo e tráfico de drogas. No entanto, graças ao contexto dos anos 80, associações de moradores junto a técnicos e instituições dos três níveis de governo começaram a se articular para reverter esse quadro, e assim,

Os bairros da região portuária promoveram debates, sendo o primeiro deles no Centro Cultural José Bonifácio, em 1983, enquanto artigos, dissertações, teses e projetos eram lançados contemplando a preservação do patrimônio local e a melhoria da qualidade de vida de sua população. Muitas ideias não saíram do papel, e outras tiveram resultado apenas parciais, mas o processo de transformação da região portuária estava em curso. (TURAZZI, 2016, p. 152).

Nessa perspectiva, os debates que se deram sobre a cidade do Rio de Janeiro, e, mais precisamente, sobre a zona portuária, começaram a se manifestar em narrativas nostálgicas e de perda. Culpando a ideologia de desenvolvimento de décadas passadas, seus bairros e lugares foram rerepresentados pelo que um dia haveriam simbolizado para a cidade, como espaços simbólicos consagrados de um tempo que não existiria mais, graças à falta de interesse em sua preservação no passado.

Tal afirmação se confirma ao vislumbramos as narrativas do Iphan sobre o Morro da Conceição, retiradas da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que já visavam propostas de preservação sem tombamento do espaço, no qual afirmava que “Num processo de urbanização descaracterizante nossas cidades têm sido despersonalizadas aceleradamente. E se sofrem as cidades como um todo, sofrem principalmente seus centros antigos sob investidas renovadoras as mais violentas.” (IPHAN, 1984, p. 97), seguindo ainda,

O Rio de Janeiro vem pagando um alto preço por essa urbanização ‘compressora’, que tem modificado radicalmente tanto sua conformação física, como sua estrutura social. Em sua Área Central promovem-se as alterações mais radicais, responsáveis pela perda de sua identidade; do tecido mais antigo sobrevivem apenas poucas manchas-documentos da história de identificação homem-espço que chegou ao nosso século. (IPHAN, 1984, p. 97).

Nessa perspectiva, consideramos que o afastamento ocasionado pela distância temporal e espacial dos bens culturais com o meio, faz com que eles se tornem, em sua existência, objetos singulares. Esse sentimento se dá pois o patrimônio se configura sempre em condição de desaparecimento, e do conhecimento *a priori* de que seu resgate jamais será completo. Sendo assim, o que ele representa só existe na medida em que se perde. Os discursos do patrimônio cultural, então, irão buscar superar essa distância por meio da criação de saberes que os reconectem ao presente (Gonçalves, 2002).

Guimarães (2016) reafirma que a noção de perda foi manifestada nos ambientes urbanos do Rio de Janeiro. A autora destaca os sistemas retóricos de perda e de autenticidade, que foram responsáveis por compor as intervenções na zona portuária da cidade desde a década de 80. As proteções realizadas na região central e portuária foram particulares, no sentido de ter, precisamente atreladas a si, afirmações de deterioração, ocupações indevidas dos imóveis que compunham os conjuntos arquitetônicos, havendo, por isso, a principal necessidade de “[...] implementação de medidas complementares de ‘conservação’ dos aspectos físicos e de ‘revitalização’ de seus usos.” (GUIMARÃES, 2016, p. 157). Ao mesmo tempo em que dezenas de imóveis foram reconhecidos como fadados ao desaparecimento e descaracterização, eram também reconhecidos de valor histórico e cultural, e, assim, passaram a receber regulamentações específicas sobre formas de ocupação do solo e usos mais adequados.

Ainda na década de 80, a discussão sobre a preservação do Morro da Conceição representou o pontapé inicial para a criação de políticas públicas direcionadas para a região. Esse movimento foi resultado da ampliação de um estudo iniciado em 1979, que tinha como proposta a reabilitação da região e do entorno, e se ocupou em promover a recuperação do conjunto arquitetônico do Valongo, e a renovação estética de outros prédios da região. O Iphan, que no período começava a se voltar para bens culturais inseridos em contextos históricos e culturais legíveis, encontrou no Morro da Conceição um espaço favorável a empregar novos meios de patrimonialização, como a figura do

entorno como um instrumento de preservação sem tombamento, como se vê descrito abaixo,

Aproveitava-se o momento propício para o uso de ações inovadoras, pautando-se no alargamento da concepção de entorno ocorrido na fase inicial do IPHAN, nas recomendações internacionais para a criação de zonas especiais de proteção de monumentos em que fossem considerados aspectos sociais, econômicos, culturais e da história urbana, nas demandas sociais pela qualidade de vida e ainda nas novas relações estabelecidas com outras instituições governamentais, especialmente com as prefeituras. (MOTTA, THOMPSON, 2010, p. 63).

Inovadora em termos de instrumentos legais, também começou a ser levado em conta o interesse local pela preservação. Ainda utilizando do termo “monumento”, o Iphan afirmava que a vitalidade do que é tombado não mais dependeria somente dos instrumentos legais do Estado, mas estaria ligado também aos modos utilização do espaço pela população, que seria, dentre todos os atores, a melhor guardiã dos entornos. Segundo Guimarães (2016), foram as políticas patrimoniais brasileiras que iniciaram a criação de medidas visando valorizar o conjunto de casas e prédios urbanos, mas de forma que fossem iluminados aspectos intangíveis, sendo esses o testemunho de um passado e de seus integrantes.

Na figura abaixo, é possível verificar o mapa proposto pelo Iphan, com as demarcações de entorno previstas para a preservação do Morro da Conceição delimitadas por três grandes ruas: Rua Barão de Tefé, partindo da última quadra que compreendia a Rua Sacadura Cabral, com extensão até Rua Camerino visíveis à esquerda do mapa; Avenida Marechal Floriano abaixo da figura, e a Rua Acre à sua direita. A partir delas demonstram estar delimitados alguns edifícios para além de suas fronteiras, que, nesse caso, foram considerados para contribuir para a ambiência desejada para preservação do Morro da Conceição. Cabe ressaltar que, no recorte abaixo, a delimitação da Avenida Barão de Tefé, é tomada até a última quadra antes da Rua Coelho de Castro, ou seja, excluindo a quadra onde estava localizada as antigas Docas de D. Pedro II.

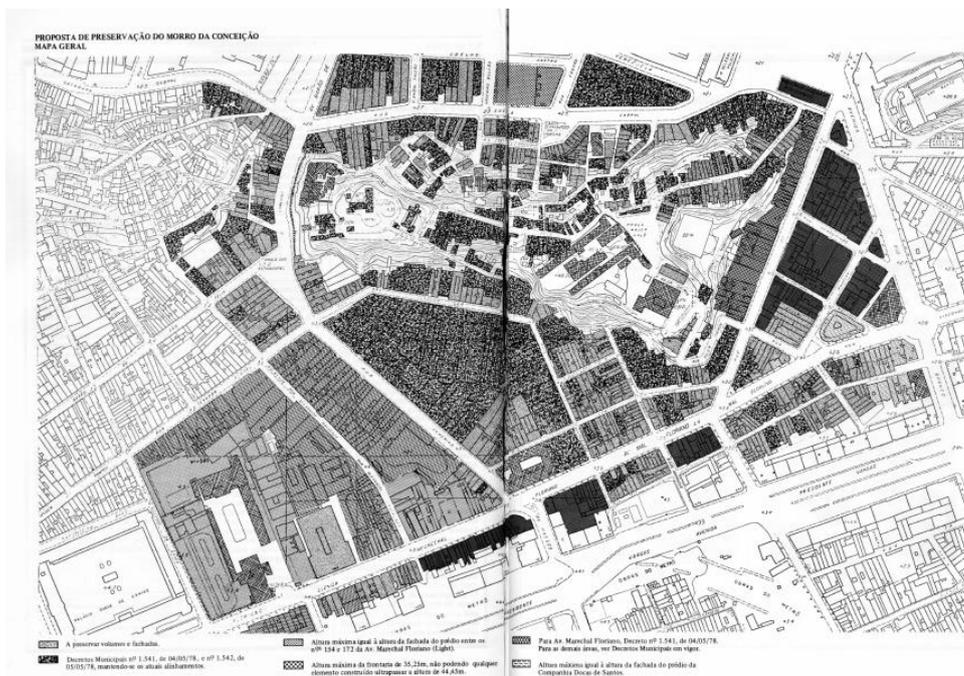


Figura 1: Mapa Geral de Preservação do Morro da Conceição.
Fonte: IPHAN (1984).

Uma segunda iniciativa demarca esse período de intervenções em moldes similares ao do Morro da Conceição: o Corredor Cultural. Essa política de proteção ambiental e urbana elaborada e regulamentada no período que compreende 1979 e 1987, segundo Pio (2013, p. 2), teve base no urbanismo culturalista, valorizando aspectos fundamentais à requalificação urbana: a história, a memória, a preservação, e a participação comunitária. O resultado foi a patrimonialização de cerca de 1.600 edificações e “[...] na valorização de um ‘modo de vida’ entendido como típico.” (GUIMARÃES, 2014, p. 28), tendo como objetivo manter não somente os testemunhos materiais do passado histórico da cidade, mas também os que habitavam os imóveis.

Em 1983, reagindo à proposta urbanística para a zona portuária apresentada pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, a ACRJ, que tinha objetivo de transformar o espaço em polo exportador, ampliando atividades ligadas ao comércio e indústria, emergiram movimentos populares para a preservação da região, temendo a alteração nas formas de uso do espaço (GUIMARÃES, 2014). Graças ao sucesso da iniciativa do Corredor Cultural, e necessitando de políticas públicas de proteção por estar passando durante as décadas de 70 e 80, por remoções de moradores e pressão imobiliária para continuar sua verticalização e construção de estacionamentos, foi instituído o projeto Sagas, sigla em referência aos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, via decreto nº

7.351, de 14 de fevereiro de 1988, consolidando legalmente o plano que deveria contribuir para a,

[...] manutenção das características consideradas importantes na ambiência e na identidade cultural da região; a preservação dos bens culturais que apresentassem características morfológicas típicas e recorrentes da área; o estabelecimento de critérios para novos gabaritos; a prévia aprovação para demolições e construções; e, finalmente, a criação de um escritório técnico para fiscalização e o acompanhamento das intervenções. (TURAZZI, 2016, p. 152)

O projeto Sagas foi responsável por inventariar o patrimônio arquitetônico dos três bairros, acreditando-se que essa proteção seria suficiente para reversão do quadro de deterioração da região, fato que não se confirmou. O projeto contou com a participação de moradores, movimentos sociais, iniciativa privada e outros atores, no entanto, como a ocupação dos imóveis coloniais e cortiços que viriam a ser tutelados estavam, graças à lógica social local, ocupados por oficinas, depósitos e garagens, tais atividades foram consideradas inadequadas para serem utilizadas por tais fins, causando tensão com os moradores e trabalhadores locais (TURAZZI, 2016).

Ademais, essa intervenção foi responsável por modificar o *status* de diversos espaços e cerca de dois mil bens da região. No que tange a proteção ao patrimônio, três medidas legais foram tomadas para catalogá-los: (1) *bens tombados*, que não poderiam ser demolidos ou sofrer alterações que os descaracterizassem interna e externamente; (2) *preservados*, que poderiam sofrer alterações, como no telhado, volumetria e interior, no entanto precisariam seguir orientações do órgão patrimonial municipal, e não alterar a fachada ou os demolir; (3) *tutelados*, que ficaram reservados as restrições apresentadas pela ambiência, de forma que seguissem as características e gabaritos de prédios vizinhos que tenham sido tombados ou preservados (Guimarães, 2014, p. 30).

Para além da alteração da legislação patrimonial, uma vez que foram classificados como ‘históricos’ ou ‘culturais’ esse modelo de intervenção “[...] demarcou as fronteiras de uma nova modalidade de intervenção para a Zona Portuária, indicando quais espaços eram inalienáveis e quais, em contrapartida, poderiam ser transformados ou vendidos.” (GUIMARÃES, 2014, p. 30). Ademais, a política de preservação do Sagas gerou as Áreas de Proteção Ambiental (APA), que em 1992, no primeiro Plano Diretor Decenal, se transforma em Área de Proteção Ambiental e Cultural (Apac), segmentando o que seriam os aspectos naturais e culturais em unidades de conservação distintas.

Atuando nesses moldes, o projeto Sagas representou, desde seu início, uma contra narrativa que se desenhava contra as políticas patrimoniais, que as viam como responsáveis por engessar os espaços e, assim, impedir o crescimento, transformação e desenvolvimento das cidades. As Apacs, nessa perspectiva, contribuíram para a flexibilização dos critérios de patrimonialização, que atenderiam tanto a pressão dos movimentos sociais, ONGs e moradores, como os interesses imobiliários e de estratégias urbanísticas municipais.

Outrossim, o projeto Sagas em conjunto com as Apacs foram responsáveis por uma sucessão de decretos, que inseriam e excluía bens protegidos. Tais acontecimentos revelam que a narrativa da preservação patrimonial passou a ser utilizada como discurso para jogos de inalienação e alienação dos imóveis com objetivos contraditórios e especulativos (GUIMARÃES, 2016).

A década de 90, por sua vez, foi responsável pela ampliação das discussões internacionais que dialogavam sobre as experiências de revitalizações em áreas portuárias no mundo, que eram tomadas como exemplo maior de lugares propícios a intervenções urbanísticas, que poderiam aliar a preservação com a utilização dos espaços para o desenvolvimento do turismo cultural. Tal movimento é confirmado, por exemplo, na Eco 92, realizada no Rio de Janeiro, onde o turismo foi incentivado para proteção de áreas naturais e culturais. No ano seguinte, durante a gestão do prefeito César Maia (1993-1997), começou a ser desenvolvido o marketing urbano visando o fortalecimento do setor (MALTA, 2016).

Esses novos projetos geraram classificações espaciais, que segmentaram as ações de reurbanização da zona portuária. Os Morros da Conceição, Saúde, Livramento e Pinto – classificados pelo projeto Sagas como de alto valor histórico, paisagístico e cultural, tiveram incentivo ao turismo e atração moradores de classe média, por exemplo. Em seus arredores, foram removidas moradias sob viadutos, criação e reformas de praças e largos para que se tornassem pontos de referência urbana. Também foram movidas ações para recuperar fisicamente casas de arquitetura colonial, que foram divididas e identificadas como ‘vazios’ e ‘imóveis ‘arruinados’, além da criação do projeto Habitacional da Saúde e a Reabilitação de Cortiços. (VALADÃO, 2012).

Protegido pelas iniciativas do Plano Sagas, o porto foi o local onde se deram maiores transformações no período, e, apesar de estar associada à retórica do patrimônio cultural, as intervenções estavam pautadas também na resolução da desordem urbana. No Morro da Providência, por exemplo, ficou estabelecido o programa Favela-Bairro,

também implementado no Caju. Ademais, foram excluídos da intervenção os 3,5 km da orla da Baía onde estavam os galpões e os armazéns do século XX, os quais ficaram reservados à exploração imobiliária dos seus amplos terrenos.

Ao longo dos anos, as intervenções abarcavam discursos que visavam legitimar medidas de gestão do território. Ainda durante o governo do prefeito César Maia foi iniciado a reestruturação da região em parceria com governos federal, estadual e instituições privadas. Foram aproveitadas as classificações patrimoniais do projeto Sagas para segmentar as medidas de revitalização, reafirmando valores culturais e identificando a produção de novas realidades (GUIMARÃES, 2016).

Assim, ao operar distinções do que seria ou não histórico e cultural, a ação patrimonial indicou também o que era inalienável e o que poderia, em contrapartida, ser mercantilizado. Com isso foram produzidas narrativas que redistribuíram simbolicamente os espaços portuários, que tiveram como efeito fundacional, uma segunda intervenção na região, o Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro, ou Plano do Porto do Rio, idealizado pelo Instituto Pereira Passos, e lançado em 2001 pela prefeitura (GUIMARÃES, 2014). Esse novo projeto foi divulgado “[...] visando incentivar o desenvolvimento habitacional, econômico e turístico dos bairros portuários da Saúde, Gamboa e do Santo Cristo.” (GUIMARÃES, 2014, p. 16).

Como estratégia para tal, foram criadas diversas Apacs na zona sul da cidade, que inviabilizaram a realização de novas demolições de imóveis e abertura de novos terrenos para especulação imobiliária. Dessa forma, os investimentos poderiam ser estrategicamente transferidos para a zona portuária e para bairros da zona oeste da cidade, como a Barra da Tijuca e Jacarepaguá. Guimarães (2016) ao citar a declaração do então secretário municipal de urbanismo, Alfredo Sirkis, relata que, na perspectiva municipal esperava-se “[...] dotar a cidade de estrutura para abrigar megaeventos, centros de alta tecnologia e equipamentos culturais de apelo internacional.” (GUIMARÃES, 2016, p. 161).

Apesar da emergência de movimentos contrários aos embargos que aconteceram na Zona Sul a estratégia surtiu efeito, e gradualmente foi se desenhando investimentos em nível municipal, estadual e federal para que a cidade fosse, enfim, sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007, sob a justificativa de que “[...] os jogos seriam como uma vitrine de exposição da cidade para o mundo.” (CASTRO; FREIRE-MEDEIROS, 201, p. 30).

Assim, o início do século XXI, foi um período com foco na aplicação de projetos monumentais, que solidificariam a cidade como potencialmente competitiva para tornar-

se sede dos Jogos Pan-Americanos, da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos (MALTA, 2016). Na zona portuária pode-se destacar a reurbanização da Rua Sacadura Cabral, a construção do centro poliesportivo Vila Olímpica da Gamboa (2005) e da Cidade do Samba (2006), bem como a reforma no terminal de passageiros do porto e na divulgação do Morro da Conceição como sítio histórico de origem portuguesa.

Para o fator de insulamento da zona portuária, o Plano do Porto do Rio apontou o isolamento natural da região graças à morfologia do litoral composta por uma cadeia de colinas, pela construção dos ramais ferroviários e metroviários e os espaços operacionais aterrados da baía (GUIMARÃES, 2014). Por essas razões o abandono e esvaziamento seriam de responsabilidade do governo federal, que detinha terrenos de grande escala sem utilização desde que a capital do país foi transferida para Brasília na década de 1960. Assim, o plano se desenharia sob quatro eixos: estrutura urbana; sistema de circulação; legislação urbana; grandes empreendimentos.

No que tange o imaterial, como consequência da ampliação do diálogo com movimentos sociais durante a década de 80, coletivos formados por integrantes do movimento negro contribuíram para que a zona portuária fosse reconhecida como espaço simbólico de referência de africanidade, amplificando, com o tempo, a noção de Pequena África. Criticando a baixa representatividade da cultura afro-brasileira nas políticas públicas patrimoniais, esses grupos buscaram reforçar a necessidade de reparação da memória de sua existência apagada pelas representações hegemônicas até então. Assim, já na década de 80, foram tombados na região central da cidade a Escola Tia Ciata (1983), a Pedra do Sal (1984), o Sambódromo e Terreirão do Samba (1985), o busto de Zumbi dos palmares e o Centro Cultural José Bonifácio (1986), esse último com o intuito de ser uma instituição dedicada à preservação e difusão da memória negra.

No entanto, em muitos momentos a presença desses novos atores é tomada por conflitos e resistência. O Morro da Conceição representa um desses espaços, já que no processo de rememoração do morro, as primeiras políticas patrimoniais haviam sido definidas com base em um passado de ancestralidade portuguesa, católica e militar. Isso demonstra, que apesar da abertura democrática e a participação de novos atores nos processos de patrimonialização, as gestões ainda estão sujeitas a um olhar colonizador, não se detendo nas diversas narrativas que podem vir a compor a vida social dos bens culturais, o que pode gerar resultados controversos (GUIMARÃES, 2014).

No contexto do Plano do Porto do Rio, isso se demonstrou com algumas das intervenções realizadas no Morro da Conceição. Como lugar a ser revitalizado por estar

em condições de deterioração e abandono físico e social, foi escolhido o Jardim Suspenso do Valongo. Esse lugar tombado ainda em 1938, foi uma das obras erguidas na gestão do prefeito Pereira Passos no início do século XX, pautada pela sua ideia de embelezamento. Nessa perspectiva, a sua escolha desse lugar para restauro correspondeu mais à concepção dos planejadores urbanos, do que outras percepções do espaço, como o entendimento de que ali também era um lugar significativo para a noção de Pequena África, pois abrigou no século XIX, o antigo comércio de escravos africanos (GUIMARÃES, 2014).

Ainda nessa matéria, Guimarães (2014) dialoga com o fato de que uma ausência de memória sobre o passado escravista do Valongo não foi uma falta de conhecimento, mas sim “[...] a materialização de um processo seletivo de memórias [...]” (GUIMARÃES, 2014, p. 46). O Plano do Porto do Rio, afirma a autora, foi desenhado de acordo com um sistema de valor específico, nele, as noções de autenticidade foram evocadas de forma que determinadas narrativas portariam mais noções de pertencimento ao espaço do que outras, pois seriam mais genuínas. A Pequena África, afirma Guimarães (2014), emergiu como reação ao apagamento da presença ancestral negra no projeto de revitalização urbana do Morro da Conceição e de toda a Zona Portuária, como ela afirma,

Os herdeiros da Pequena África demarcavam o passado da Zona Portuária através de tempos e espaços específicos: a comercialização de escravos africanos no mercado do Valongo e o enterro em cova rasa na Gamboa daqueles que haviam morrido na travessia marítima, a partir do século XVIII; a ocupação de casas da Saúde e do entorno da Pedra do Sal por migrantes baianos e africanos, a partir de meados do século XIX; e, com as reformas urbanísticas realizadas pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX, o deslocamento habitacional desses migrantes para a Cidade Nova e para as favelas e subúrbios da cidade (GUIMARÃES, 2014, p. 21).

No entanto, tais medidas afirmativas só viriam de fato a se estabelecer na oportunidade concedida pela realização do Projeto Porto Maravilha. Apesar de não ter como princípio o estabelecimento de uma ação política voltada para esses grupos, que permaneciam na tentativa de se firmarem como protagonistas no reestabelecimento de suas memórias ancestrais, os caminhos trilhados pela intervenção levaram inevitavelmente ao reencontro com o passado na materialidade do Cais do Valongo.

Sendo assim, desde a redemocratização e os avanços políticos e sociais que se deram a partir dela, principalmente no que tange a abertura ao diálogo com os diversos grupos sociais, a zona portuária foi um espaço no qual se desenhou um modelo de política pública voltado para a rememoração de lugares, e por consequência, sua

patrimonialização. No entanto, tais acontecimento não se deram linearmente ou incontestavelmente, mas sim se consolidaram graças a contextos políticos com interesses próprios, manifestados, não somente, na reafirmação de identidades, mas coincidindo com a necessidade de reposicionamento da cidade do Rio de Janeiro como um ambiente propício para investimentos.

Porém tampouco esses investimentos, políticas públicas e a noção de Pequena África, ficaram tão evidentes quanto na aplicação do projeto Porto Maravilha, estabelecido em 2009. Foi a partir desse momento que se demarcou efetivamente uma das maiores intervenções urbanas na Zona Portuária, desde as obras de Pereira Passos no século XX, e que alterou a forma como a região ficou reconhecida tanto pelas alterações urbanas propostas, mas, mais ainda, pelo que com ela emergiu no sentido de reafirmação identitária marcada pela presença e cultura afro-brasileira manifestada pelo desterramento do Cais do Valongo.

1.2. Porto Maravilha: políticas culturais, e a emergência das ‘Docas de D. Pedro II’

Todos os projetos desenvolvidos anteriormente na zona portuária foram condensados e aprimorados em um inteiramente novo: o Porto Maravilha – Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. Sob a gestão do prefeito Eduardo Paes (2009-2016), que havia feito parte do governo César Maia como Secretário de Turismo, Esporte e Lazer entre 2007 e 2008, foi realizada a intervenção considerada até então, como uma das maiores propostas de transformação na paisagem da zona portuária do Rio de Janeiro no século XXI (CARNEIRO; PINHEIRO, 2016, p. 71).

Em uma intervenção que demarcou a gestão por sua magnitude, o fazendo ser comparado ao prefeito Pereira Passos e sua reforma urbanística do início do século XX, o município alterou pela primeira vez o Plano Diretor e, por meio de parcerias público-privadas, criou com a Lei Complementar 101/2009 a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto, a Cdurp, com a missão de “[...] articular ações para fazer da região algo moderno e, para tanto, efetuar a articulação entre empresas e órgãos públicos.” (CARNEIRO; PINHEIRO, 2016, p. 71).

A fim de conduzir o planejamento da companhia, o município disponibilizou para realizar ações econômicas e políticas, uma área de cinco milhões de metros quadrados a

qual denominou Área Especial de Interesse Urbanístico, a AEIU. Para que empresas pudessem utilizar esses espaços, foram criados os Certificados de Potencial Adicional de Construção, os Cepacs, e quem os adquirissem passaria a ter a oportunidade de iniciar construções ou ampliar áreas já existentes. As políticas culturais, nessa perspectiva, estavam asseguradas, de acordo com o projeto, com o repasse de 3% do valor arrecadado pela venda das Cepacs.

Sendo assim, o eixo cultural do Porto Maravilha foi pautado pela preservação e valorização do patrimônio material, preservação da memória da região e ao incentivo de expressões artísticas e culturais. Assim, é possível notar padrões nas idealizações das políticas culturais nesses espaços “[...] especialmente no que diz respeito ao papel das atividades culturais na recuperação dos espaços públicos, no intuito de modernizar ou ‘reinventar’ a imagem das cidades.” (PIO, 2013, p. 1). É notório nesses casos que, por exemplo, as tradições locais e cultura popular são valorizadas, instalam-se museus e centros culturais monumentais, o patrimônio cultural é preservado, e aumentam os incentivos a eventos além do estímulo ao turismo de cunho cultural, como destaca também Guimarães (2016),

Como ocorrido em outras áreas centrais e portuárias do mundo transformadas em patrimônios culturais, as intervenções urbanísticas produziram uma transformação no imaginário sobre esses bairros, que passaram a ser também associados a um estilo de vida autêntico e boêmio. Transcorridos 25 anos da criação do Sagas seu perfil habitacional e popular foi alterado, com a atração de jovens de classe média, artistas plásticos, ONGs, associações recreativas e culturais, bares, casas de shows e edifícios corporativos. (GUIMARÃES, 2016, p. 164)

Ademais, tomando como circunstância, que as quatro frentes de atuação do Porto Maravilha foram estabelecidas como: uso habitacional, melhoria na infraestrutura, comércio e indústria e cultura e entretenimento, é possível notar que, dentre elas, as atividades culturais desempenharam um papel determinante para, ambos, políticos e opinião pública, constatar o sucesso da intervenção, de forma a ser possível afirmar, assim como Pio (2013), que memória urbana e cultura são utilizadas como que “[...] importantes dinamizadores econômicos e sociais nos projetos de revitalização das áreas urbanas centrais, particularmente nas zonas portuárias.” (PIO, 2013, p. 1).

Assim, na primeira fase do projeto, as iniciativas se voltaram para revitalização da Praça e do Píer Mauá, a reurbanização do Morro da Conceição – melhorando as vias locais, rede elétrica e restauração do patrimônio histórico, e instalação de novos

equipamentos culturais, dos quais podemos destacar o Museu de Arte do Rio (2013) e o Museu do Amanhã (2015), e a recuperação de edifícios considerados de valor histórico (PIO, 2013). Além desses projetos, foi realizada uma operação de demolição do elevador da Perimetral, construído na década de 60, que ligava a zona sul às zonas norte e oeste, fazendo com que a passagem pela zona portuária ficasse mais restrita. Em seu lugar foram construídos túneis e o Veículo Leve sob Trilhos, o VLT, que se tornou um dos principais acessos à zona portuária desde então. Pio (2013) afirma que esses resultados são produtos da reprodução de modelos internacionais de requalificação urbana, que possuem como característica

[...] a proposição das intervenções como processos de produção de ‘locais de sucesso’ e a reorientação das cidades em direção à economia da cultura e, portanto, a proliferação de ações e experiências culturais. (PIO, 2013, p. 3).

Tal afirmação é pertinente uma vez que os planos anteriores já demonstravam a necessidade de requalificação da imagem cidade do Rio de Janeiro, que vinha por muito tempo portando o estereótipo de Cidade Maravilhosa, que apesar das qualidades, começava a ser associada também a desigualdade e violência. Nessa perspectiva, Castro e Freire-Medeiros (2013), citam trechos da fala do então presidente do Instituto Brasileiro de Turismo, a Embratur, que confirmam a visão ortodoxa de que os megaeventos seriam uma grande oportunidade de atrair investimentos, e comunicadores de uma nova imagem a se desenvolver.

‘o Rio tem condições de se transformar nos próximos anos, em uma das cinco cidades mais importantes do planeta para a visitação turística, se souber aproveitar as oportunidades que se abrirão com a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016’. Esses dois eventos conformariam, segundo Moysés, ‘uma oportunidade única de renovar a imagem turística no mundo’ (CASTRO; FREIRE-MEDEIROS, 2013, p. 30).

A criação de um modelo de Cidade Olímpica moderna, inclusiva, patrimonial, sustentável e revalorizada econômica e culturalmente, contrastava à imagem gasta de Cidade Maravilhosa (MALTA, 2016). Essa reinvenção de identidade cidadina, refletiu-se, inclusive, em *slogans* de campanha, como “Porto Maravilha – Uma nova cidade está nascendo”. Pio (2013) chama atenção para um padrão de regeneração cultural das cidades, que diz se apoiar em quatro ações que podem ser confirmadas nas propostas do Porto Maravilha. A começar, existe uma busca por *status* oficial concedido por órgãos

internacionais, e assim o foi, quando o Rio de Janeiro obteve pela Unesco o título de Cidade Patrimônio da Humanidade em 2012, por conseguinte o patrimônio começa a passar por processos valorativos, principalmente os localizados em centros históricos e áreas portuárias, representando o histórico e cultural autêntico. Essa ação contribui para requalificar a área tanto como vetor de crescimento econômico como coração cultural da cidade. Em contrapartida, são criados megaprojetos arquitetônicos, que reafirmam novos símbolos e são demarcadores temporais de um futuro, e por fim, sendo anfitriã de eventos culturais ou festivais, a cidade é globalmente rerepresentada e promovida.

Nessa nova cidade que se quer construir estão alinhadas tanto a criatividade, responsável por trazer inovação, progresso e desenvolvimento, como a exaltação da diversidade cultural, no que Pio (2013), irá chamar de “[...] necessidade de aliar as ‘vocações econômicas’ às singularidades históricas e culturais da cidade [...].” (PIO, 2013, p. 6), ou seja, são formadas narrativas que permitam a inserção de políticas culturais e urbanas nesses espaços. Tais discursos demonstrariam que o Rio de Janeiro dispõe de um mercado de bens culturais, tanto dependente da história e cultura, bem como dos grandes projetos de renovação urbana.

Cabe afirmar, ainda, como lembra Valadão (2012), que na existência de um mercado internacional, onde as cidades competem entre si com intuito de obter visibilidade afim de gerar investimentos e atrair pessoas que movimentem a economia, sediar megaeventos faz parte de estratégias específicas de recolocação no mercado. Como uma empresa visando fazer bons negócios, são criados modelos a se seguir, e trocas de conhecimento que importam e exportam conhecimento, como meios de alcançar os resultados desejados internacionalmente. Assim, o Brasil emerge no início do século XXI, como importante competidor, no que pode ser denominado “mercado mundial de megaeventos esportivos” (VALADÃO, 2012).

Aliadas, ambas, tradição e modernidade, o status desejado pela cidade é constantemente vinculada ao “[...] ‘Discurso do DNA urbano’, isto é, a ideia de que as cidades possuem uma ‘essência’ natural que lhe atribui uma personalidade fixa, absoluta e imutável.” (PIO, 2013, p. 7). Nessa perspectiva, pode-se afirmar que por muitos momentos na trajetória da cidade do Rio de Janeiro, são evidentes as narrativas sobre a existência de algo genuinamente carioca, principalmente no que se refere aos modos de ser, fazer e criar. A diversidade é utilizada como um bem cultural, e, embora só tenha de fato sido negociada a partir dos anos 80, para além das narrativas oficiais da cidade, ela sempre esteve presente, ainda que de forma dialógica a ideia de que a diversidade fazia

parte de nossa cultura por ser um país miscigenado, sendo o conceito mais representativo o mito das três raças concebido por pensadores no início do século XX.

Assim, a narrativa de um estado puro de existência é constantemente empregada, também, em narrativas de revitalização urbana e na construção de saber patrimonial. Por isso, é preciso compreender que o que é tomado como um DNA, é uma construção histórica e cultural, e não um dado genético ou orgânico, eles são discursos que se moldam para atender as necessidades do presente, ou seja, são mutáveis. Esse estado de naturalidade, que pode se desenhar de tantas formas distintas, é um longo processo de criação de significados que confere a uma realidade potencial de vitalidade e duração.

As metáforas que se consolidaram durante a execução projeto Porto Maravilha, contribuíram para formar consensos, omitindo o caráter processual dos acontecimentos sociais que abarcam contradições e discordâncias. Para o sucesso político da intervenção, a cultura é vista como algo positivo, pois dela surge a possibilidade de negociação e reparação demandados por minorias, sem de fato extinguir os problemas sociais e econômicos que as afligem por consequência da construção histórica e cultural da sociedade brasileira.

Carneiro e Pinheiro (2016) consideram que o que prevalece no discurso oficial governamental, é que a política patrimonial está menos voltada para a ideia de identidade étnico-racial, e mais voltada para obtenção de recursos a partir da formação e do uso desse patrimônio a ser concebido como mercadoria. Malta (2016) desenha o intenso *city marketing* em torno das políticas culturais que corroboraram para a criação de vários produtos como, Rio Capital Sustentável, Rio Capital do Turismo, Rio Capital da Indústria Criativa, Rio Capital Verde. Para compor esses *slogans* estão os espaços, lugares, patrimônios e modos de fazer, que foram escolhidos para se tornarem parte das narrativas oficiais, que viriam a compor um grande produto chamado Cidade Olímpica.

Visto que, nesse estágio, os patrimônios, museus e coleções são frequentemente tomados como meio a compor um discurso harmônico e consensual, compreende-se que as políticas de memórias são forças hegemônicas que operam dialogando, porém, se distanciando de posicionamentos descolonizadores (ABREU, 2015). O patrimônio, pois, se demonstra, como um campo paradoxal, que como afirma Abreu (2015), representa, contemporaneamente, um excesso de patrimonialização potencializada pela política de patrimonialização das diferenças, porém, essas são menos conciliatórias da diversidade e mais meios de distinção, compondo selos e listas que reafirmam o valor simbólico de alguns bens, enquanto outros permanecem em seu estado de “inércia”.

No entanto, na execução do projeto Porto Maravilha houve pontos fora da curva. Se desde a década de 80, graças ao contexto favorável, os trabalhos de todos os planos de intervenção contribuíram para estabelecer novas formas de diálogo com a sociedade, fazendo ainda, que muitos moradores começassem a participar na “[...] produção de novos usos e sentidos através da atuação em órgãos governamentais, movimentos sociais, instituições religiosas, entidades internacionais, estabelecimentos comerciais e industriais, etc.” (Guimarães, 2016, p. 63). O que se contempla hoje na zona portuária é um espaço que passou por intervenções onde permeavam interesses hegemônicos, porém, graças às múltiplas mediações realizadas durante seu processo, foram moldadas outras narrativas materiais e simbólicas para a região, como é o caso do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo.

Este foi o lugar responsável, em sua existência, por ter sido lugar de desembarque de africanos para serem escravizados nas Américas, e, em grande escala, no século XIX. Guimarães (2016) aponta a sua redescoberta como a política patrimonial mais notória de todo o projeto iniciado em 2009. No entanto, é imprescindível esclarecer que encontrar o Cais do Valongo, ou mesmo fazer dele um sítio arqueológico, ou qualquer desdobramento, não foram, como apontam Carneiro e Pinheiro (2015), em nenhum momento de propriedade e prioridade da gestão. Devido a Lei Federal nº 3.924/61, que dispõe sobre os sítios arqueológicos da União, e do Decreto Municipal nº 22. 872/2003, o qual obriga que qualquer intervenção no solo da cidade do Rio de Janeiro deve deter de acompanhamento arqueológico, foi recomendado pelo Iphan o monitoramento por pesquisadores nas obras na área onde se sabia haver existido o Cais do Valongo e da Imperatriz no século XIX.

Segundo o artigo “Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX”, elaborado pela Professora Dra. Tania Andrade Lima, que esteve à frente da equipe de escavação, pela Dra. Gláucia Aparecida Malerba Sene e o Dr. Marcos André Torres de Souza, a intenção do acompanhamento foi encontrar vestígios dos dois cais, sendo o foco, no entanto, direcionado para o Cais do Valongo, pois, como afirmaram, ele seria de “[...] indiscutível importância para a comunidade descendente e para a história da escravidão no Brasil, mas, sobretudo, por ele ter sido varrido da memória social do povo brasileiro.” (LIMA, SENE, DE SOUZA, 2016, p. 301).

Com o trabalho iniciado em consonância com a intervenção prevista, o que significou aos arqueólogos abrirem mão do que era o ideal metodologicamente, por razão dos interesses da gestão, a equipe ficou sujeita a “[...] tão somente monitorar o que fosse

emergencial e escavar sistematicamente o que fosse possível.” (LIMA, SENE, DE SOUZA, 2016, p. 318). No entanto, a reurbanização da Praça Jornal do Comercio feita após as escavações, se deu em conformidade aos achados do Cais do Valongo, tendo sido “[...] reurbanizada à luz de um projeto desenvolvido em 2011 pela então Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design, transformada, em 2012, no Instituto Rio Patrimônio da Humanidade.” (LIMA, SENE, DE SOUZA, 2016, p. 380). Assim, toda a área em frete ao antigo cais foi reurbanizada para possibilitar a visita do público ao sítio arqueológico. Foram construídas escadas, rampas de acesso e pontos de observação que proporcionassem, segundo os arqueólogos,

[...] um local de reflexão para os que visitam aquele que foi tanto o ponto de chegada do Brasil de centenas de milhares de africanos para serem escravizados, quanto da princesa das Duas Sicílias, Teresa Cristina Maria de Bourbon, por ocasião do seu casamento com D. Pedro II. (LIMA, SENE, DE SOUZA, 2016, p. 383).



Figura 2: Sítio Arqueológico do Cais do Valongo em novembro de 2018.

Fonte: Acervo próprio.

É a partir desse momento, precisamente, que começamos a nos aproximar vividamente das antigas Docas de D. Pedro II, que, até então, não tivera protagonismo algum nos projetos de intervenção da zona portuária. No entanto, em 04 de maio de 2012, durante a escavação de uma das trincheiras para implantação da rede de esgoto, na qual

foi denominada ‘Frente 3’ pelos arqueólogos, no sentido da rua Sacadura Cabral para o cais, foi realizado um desvio não programado na escavação por razões técnicas, levando-a para dentro da praça. Essa ação culminou no achado de um “[...] grande bloco retangular de granito finamente lavrado, em frente ao nº 105 da av. Barão de Tefé e junto ao meio-fio da Praça Jornal do Commercio, a 2,50 m de profundidade.” (LIMA, SENE, DE SOUZA, 2016, p. 338).



Figura 3: O surgimento inesperado do bloco de granito lavrado em meio a escavação da trincheira para implantação da rede de esgoto.

Fonte: LIMA; SENE; DE SOUZA, 2016, p. 339.

O bloco foi escavado para ficar exposta sua totalidade, e, após esse processo foi identificado que nele estava lavrado as iniciais “D DPII” em mármore preto e branco, e no canto superior esquerdo, a data 15-09-1871. Ao centro, foi identificado um recorte de medidas 0,35 x 0,35 m, que indicava existir um compartimento interno selado por uma tira de metal dificultando sua abertura (LIMA, SENE, DE SOUZA, 2016, p. 338). Ao ser aberta em outubro de 2012, pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, o IRPH, foi

confirmado que se tratava de uma pedra fundamental, e que no seu interior existia, como de praxe, uma cápsula do tempo contendo materiais que são testemunhos do tempo em foi lançada. No seu interior foi encontrada

[...] uma caixa de madeira revestida de chumbo, contendo exemplares de jornais do dia do lançamento da pedra, a saber *Diário Oficial do Império do Brasil*, *Jornal do Commercio* e *A Reforma*, bem como nove moedas, de bronze, prata, cobre e ouro. (LIMA, SENE, DE SOUZA, 2016, p. 340).

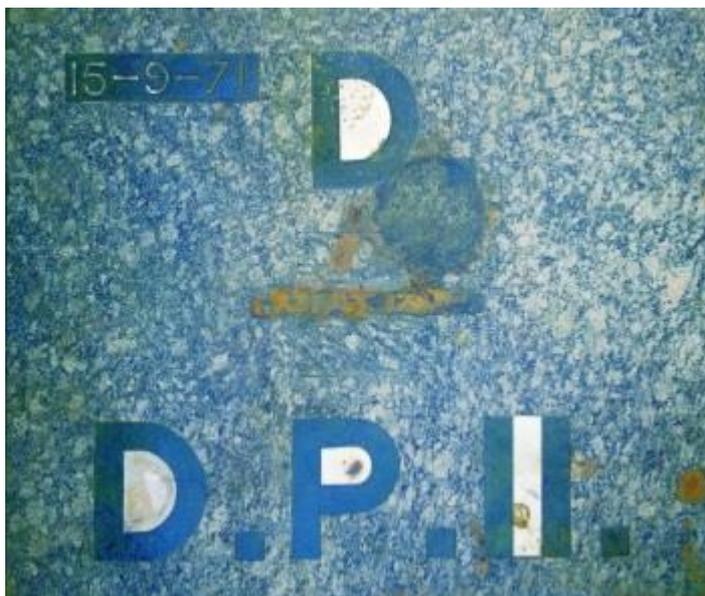


Figura 4: Vista superior da pedra fundamental das Docas D. Pedro II.
Fonte: LIMA; SENE; DE SOUZA, 2016, p. 339.

No contexto de descobrimento da pedra fundamental, a qual, após a investigação foi constatado pertencer as antigas Docas de D. Pedro II, foi levantada a questão de o porquê sua localização estar a cerca de 60 metros do local onde foi encontrada, sendo que essas pedras são colocadas acima das fundações de uma construção, e não afastadas. No período, os arqueólogos afirmaram o desconhecimento sobre o acontecimento, mas apontou que poderia ter sido “[...] decorrente de um açodamento em lançá-la, ainda que fora do lugar de praxe.” (LIMA, SENE, DE SOUZA, 2016, p. 340).

É a partir desse momento, fundamentalmente, que são iniciados movimentos responsáveis por buscar a rememoração das antigas Docas de D. Pedro II. Junto à emergência do Cais do Valongo, é proporcionada a possibilidade de surgimento de novas demandas sociais, principalmente buscando meios de resguardar a recente descoberta, e utilizá-la como um meio de expor o passado escravagista, forçando a reflexão histórica e social dos acontecimentos capazes de reparar simbolicamente no presente as marcas que,

até hoje, são desdobramentos da escravidão a qual foi sujeita a população negra e africana nas Américas.

Cabe ressaltar que, esse acontecimento não é um fato em si mesmo. As demandas de reivindicações que se levantaram na década de 80, a mudança política e os modelos de gestão aplicados nos três níveis de poder nas décadas seguintes, foram responsáveis por desenhar um contexto de fortalecimento das políticas culturais voltadas para ações afirmativas e de preservação do patrimônio material e imaterial. O Cais do Valongo é um dos lugares que, graças a esse processo foi possibilitado de ser exposto, e cumprir sua função social de lugar de memória.

Porém, é nessa perspectiva também que as antigas Docas de D. Pedro II emergem, com a diferença de que elas não constavam em nenhum dos planos iniciais. Não havia intenção de ter sua pedra fundamental revelada, ou, antes disso, ser lembrada, como têm sido, por já ser reconhecida como de relevância. Diferentemente do Cais do Valongo que estava encoberto, porém não esquecido, os remanescentes das docas estavam ocultos em sua existência imponente em frente a um objeto de grande desejo e valor simbólico.

Assim, ainda sem deter de contornos valorativos que as fariam ser notadas expressivamente, ou planos em que estivessem sido incluídas, elas se mantiveram até 2011. Foi a partir de então que, embora alguns atores que as cercam, já soubessem de alguns fatos relativos a elas, que novas questões surgiram, as transformando em um novo objeto de desejo, disputa e controvérsias que as fizeram de extrema relevância para as demandas que também reivindicam a identidade de Pequena África e seus símbolos da zona portuária, e a partir de então, também as antigas Docas de D. Pedro II se tornaram um desses lugares de memória.

1.3. O Cais do Valongo como vetor de rememoração das ‘Docas de D. Pedro II’

Sem relação aparente, o Cais do Valongo é a razão pela qual as antigas Docas de D. Pedro II foram lembradas no presente. Após a sua revelação em forma de sítio arqueológico em 2011, novas possibilidades vêm sendo discutidas sobre o significado de sua existência para a história do Brasil e do mundo. Considerado de extrema relevância por membros da sociedade civil, ONGs, acadêmicos e movimentos sociais, o Cais do Valongo é considerado, atualmente, um sítio de memória sensível, equiparando-se aos campos de concentração de Auschwitz e Hiroshima, representando lugares onde

houveram dor e sofrimento e a violação dos direitos humanos em sua mais extrema manifestação.

Assim, consideramos que o Cais do Valongo pode ser analisado pela perspectiva de Halbwachs (2003), o qual afirma que, para que a memória emerja nas relações sociais ela necessita estar ligada a um espaço. Na perspectiva do autor, esse lugar estaria para os indivíduos como um meio de recordar e lembrar-se de acontecimentos vividos coletivamente contribuindo para sua coesão. Ampliando essa perspectiva, Pollak (1992) afirma que, tanto a constituição da memória coletiva quanto da individual, tem base em acontecimentos que podem ser vividos pessoalmente ou por tabela. Esses últimos sendo aqueles que vêm “[...] juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo.” (POLLAK, 1992, p. 201), concluindo que, por meio de uma socialização política ou histórica, os indivíduos podem se identificar com a projeção do passado, de forma a herdar memórias atreladas a acontecimentos sem necessariamente terem estado presente em algum espaço.

Cabe ressaltar, portanto que, desde as primeiras iniciativas de intervenção da Zona Portuária, os movimentos sociais e, mais especificamente o movimento negro, começou amplificar o reconhecimento daquela região como lugar de ancestralidade. Esses lugares, como o Cemitério dos Pretos Novos, a Pedra do Sal, o Centro Cultural José Bonifácio, entre outros, foram, aos poucos se consolidando, ao passo que passaram a ser compreendidos como lugares de memória, no sentido de que são lugares de uma vida simbólica, que necessitam de uma vontade de memória que os evoquem continuamente para o presente.

Sendo assim, emergindo no seio de reivindicações políticas e sociais, o Cais do Valongo “[...] transformou-se em símbolo da ‘diáspora africana’.” (CARNEIRO; PINHEIRO, 2015, p. 384). Como lugar de memória, ele desperta lembranças de um passado distante, que, por sua força simbólica, se mantêm como representação no presente dos estigmas culturais e históricos que atravessaram o tempo permanecendo na sociedade, sendo o Cais do Valongo o marco zero da cultura racista brasileira, já que nele desembarcaram à força africanos com o único fim de serem escravizados.

O Cais do Valongo no presente, cria, em sua espacialidade, valores simbólicos, e, a partir dele e, para ele, foram estabelecidas narrativas com intuito de reafirmá-lo, para que não sofra novamente um apagamento o qual foi submetido com os recorrentes aterros que o apagaram da história oficial ao longo dos séculos. Sendo assim, foi pela emergência do espaço, que se amplificou a coesão social necessária para a reverberação de memórias

subterrâneas, que voltaram a circular no tecido social como forma de reivindicações de ancestralidade e reparação histórica pelos crimes ali cometidos. Como se pode conceber a partir do relato da pesquisa arqueológica,

A medida que os achados do Valongo foram sendo intensamente divulgados no Brasil e no exterior, diferentes vozes começaram a levantar a bandeira do seu reconhecimento como patrimônio mundial pela Unesco, em vista do seu vigoroso significado político e social e sua dimensão fortemente simbólica. (LIMA, SENE, DE SOUZA, 2016, p. 386).

Segundo Caceres e Vassallo (2019) o cais se localiza dentro de novo paradigma para escravidão emergindo no Brasil, no entanto, sua preservação como sítio arqueológico “[...] foi acatada por atender aos anseios do prefeito de valorização imobiliária de uma região até então considerada estigmatizada.” (CACERES; VASSALLO, 2019, p. 57). Ademais, graças ao contexto de fortalecimento das políticas de ação afirmativa e de valorização do patrimônio afrodescendente, na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), foi possível a realização de diversas ações voltadas para preservação do Cais do Valongo.

A sua escavação, iniciada em janeiro de 2011⁶, levou, já no mesmo ano, a apresentação de propostas para a criação de uma política municipal voltada para o ‘legado africano’ na zona portuária. O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro, o Comdedine, a Cdurp, a Coordenadoria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, a CEPPIR e a Subsecretaria do Patrimônio Cultural, se movimentaram para a criação de um fórum em que fossem “[...] construídas, coletivamente, diretrizes para implementação dessas políticas”⁷. Tais ações se referem ao Porto Maravilha Cultural, que tinha por obrigação “[...] investir 3% do valor arrecadado com a venda dos *certificados de potencial adicional construtivo* (CEPACs) em políticas de recuperação e promoção do patrimônio cultural material e imaterial da área.”⁸.

Em 29 de novembro de 2011, foi baixado o decreto municipal nº 34.803, que criou o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico e Arquitetônico e Museológico, que ficou responsável por apresentar um “[...] recorte conceitual, histórico-cultural, de abrangência do circuito e sua delimitação territorial.”. Esse circuito era o Circuito

⁶ LIMA; SENE; DE SOUZA, 2016.

⁷ IPHAN. Processo de Tombamento Nº 1.661-T-12. 2018

⁸ Ibid, 2018.

Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, criado no mesmo decreto, já apontando seis lugares vinculados à história e à cultura afro-brasileira, sendo eles: Centro Cultural José Bonifácio, Cemitério dos Pretos Novos (Instituto Pretos Novos), Cais do Valongo e da Imperatriz, Jardins do Valongo, Largo do Depósito e a Pedra do Sal.

Formada por membros do movimento negro, prefeitura e pesquisadores, o grupo se reuniu de dezembro de 2011 a junho de 2012, a fim de “[...] construir coletivamente as estratégias de valorização da memória e proteção deste importante patrimônio”⁹. Tal coletivo resultou na criação do documento Recomendações do Valongo apresentado em 13 de junho de 2012. Nele, o circuito proposto foi pensado de maneira que os africanos desembarcados no Brasil no período da escravidão não fossem tratados somente como vítimas, mas como protagonistas da história e cultura brasileira. Tal narrativa não trataria somente do que fomos no passado, mas nortearia e fundamentaria o que pretendemos ser enquanto povo brasileiro no futuro. Como idealizado pelo Iphan,

[...] o Circuito, além de apresentar sítios históricos relacionados diretamente à escravidão, entende como *herança africana* a contribuição trazida pelo africano tanto na introdução de tecnologias (agricultura, pecuária, siderurgia, mineração e engenharia); quanto na construção ativa da cultura brasileira.¹⁰

Na perspectiva do GT, cada parte do circuito remeteria a uma dimensão da vida dos africanos e descendentes, sendo eles divididos em três grandes categorias: sítios arqueológicos, sítios históricos e sítios vivos. Nessa composição, o edifício das antigas Docas de D. Pedro II foi situado na categoria de sítio histórico, junto ao Jardim Suspenso do Valongo, Largo do Depósito, Pedra do Sal e o Centro Cultural José Bonifácio.

Dentre eles, o prédio é tomado como de destaque, fundamentalmente porque ele não estava dentre os lugares estabelecidos preliminarmente na criação do circuito, e, assim, a sua inclusão teria de ser feita em curto prazo, uma vez que ele era uma “[...] obra erguida pelo engenheiro negro André Rebouças que não permitiu o uso de trabalho escravo em sua construção; atualmente cedidas como sede da organização não governamental Ação da Cidadania.”¹¹. Junto ao edifício, o grupo também solicitou a

⁹ Ibid, 2018.

¹⁰ Ibid, 2018.

¹¹ Ibid, 2018.

inclusão do Centro Cultural Pequena África e do Afoxé Filhos de Gandhi. Porém, no que tange as antigas Docas de D. Pedro II, o grupo em suas recomendações finais sugeriu a,

f. Criação de um Memorial, que centralize as informações do Circuito e que exponha parte do acervo arqueológico encontrado nas escavações. Deverá ser atribuição deste memorial alargar a atuação do Circuito para além da questão da escravidão conectando passado, presente e futuro;

g. Tombamento das antigas Docas D. Pedro II e exposição de sua pedra fundamental (encontrada durante escavação arqueológica em maio de 2012) em espaço público;

h. Que se avalie a destinação das Docas D. Pedro II como espaço referencial da *herança africana*,

Esse foi o primeiro momento no qual as antigas Docas de D. Pedro II foram referenciadas publicamente no século XXI, a uma iniciativa de tamanha relevância e protagonismo, não experimentada, talvez, desde a sua reconstrução. Tais reivindicações foram cada vez mais exponenciadas, e já em 15 de junho de 2012, foi feito o pedido à superintendência regional do Iphan de “[...] não só a inclusão das Docas Dom Pedro II, como também, seu Tombamento, que além de toda sua importância histórica, sua construção está relacionada, totalmente, ao contexto da Herança Africana.”¹².

O pedido foi aberto em 03 de agosto de 2012, resultando em um tombamento em caráter emergencial e provisório no dia 10 do mesmo mês, alegando seu elevado valor histórico e a prevenção de sua estrutura, ainda que “descaracterizada”, pois corria risco de demolição ou intervenção pelo projeto Porto Maravilha, que previa em sua quadra a possibilidade de construção de edifícios com gabaritos de até 90 metros de altura, como se verifica na planta abaixo onde esses espaços estão demarcados na cor rosa.

¹² Ibid, 2018.

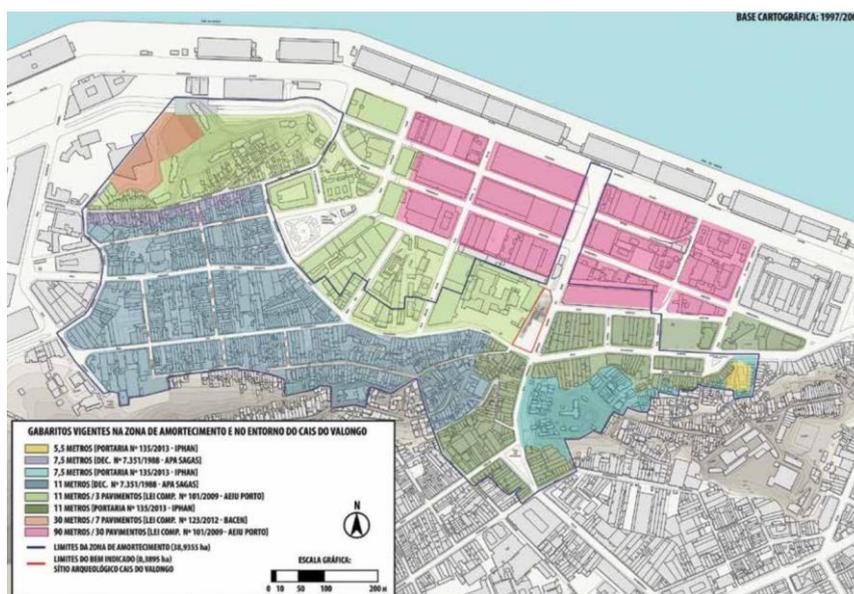


Figura 5: Representação da altura máxima permitida para prédios na Zona de amortecimento e na região em torno do Cais do Valongo.
Fonte: IPHAN, 2016.

Ainda que o pedido não tenha sido bem aceito pela Cdurp, que, em e-mail em 08 de agosto para os representantes do Comdedide e Cedine afirmaram que “o tombamento dela ‘impediria a exploração do aumento de potencial construtivo dos imóveis no entorno, o que representaria um impacto negativo de mais de R\$600 milhões para a operação’”¹³, e solicitaram medidas de preservação sem tombamento do prédio, os representantes do movimento negro, por sua vez, responderam que não fariam objeção alguma ao pedido, salvo

[...] se o IPHAN se manifestar, formalmente, no sentido de que a ‘operação urbana’ no entorno do citado imóvel põe em risco e/ou contribui para a descaracterização do legado do Engenheiro André Rebouças e do que a sua obra significa para a sociedade brasileira.¹⁴

Mesmo tombado somente em caráter emergencial, a repercussão de ter se tornado patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro, já o fazia habitar folhetos de divulgação turística da cidade, como o preparado pelo IRPH em 2012, apontando os ‘Circuitos do Patrimônio Cultural Carioca’ do centro e porto do Rio de Janeiro. No mapa sinalizando os bens culturais divididos em onze temas, as “Docas D. Pedro II”, assim nomeadas, aparecem atreladas a arquitetura, que pode ser considerada uma leitura controversa da sua trajetória.

¹³ Ibid, 2018.

¹⁴ Ibid, 2018.

De todo modo, os anos seguintes representaram períodos de debates intensos sobre o que poderia ser feito em maior escala para a preservação do Cais do Valongo, e, mais ainda, em como dentro de uma perspectiva histórica e cultural ele poderia ser um meio para dar continuidade a ações de reparação por meio da exposição do que foi a escravidão no Brasil. Tais iniciativas podem ser exemplificadas pela realização do Seminário Internacional ‘Herança, Identidade, Educação e Cultura: gestão de sítios e lugares de memória ligados ao tráfico negreiro e à escravidão’, promovido pela Fundação Palmares e a Unesco, realizado em agosto de 2012, em Brasília. Esse evento foi uma continuidade de projetos já em andamento, como o projeto internacional *Rota do Escravo: resistência, liberdade e herança*, desenvolvido pela Unesco, que, segundo Caceres e Vassallo (2019), foram iniciativas que contribuíram, deram visibilidade, e força política aos pedidos de reparação feitos pelo movimento negro.

Durante a abertura do seminário em 2012, a Ministra da Cultura Ana de Hollanda e a Ministra da Igualdade Racial Luiza Bairros, reivindicaram perante todos a inscrição do Cais do Valongo na lista do Patrimônio Mundial da Unesco por sua relevância histórica e cultural (LIMA, SENE, DE SOUZA, 2016). Em 2013, por sua vez, foi realizada no Rio de Janeiro a reunião estatutária do Conselho Científico Internacional do Projeto Rota do Escravo. Em entrevista com o antropólogo Milton Guran, nos foram relatadas as negociações que foram necessárias para o acontecimento desse conselho, e como a articulação de alguns atores, como o mesmo, foram decisivas para o seguimento das propostas para o Cais do Valongo, como ele narra,

Aí nós tivemos a ideia de fazer [o comitê científico internacional da Unesco] na Academia Brasileira de Letras, porque tem o Alberto da Costa e Silva, que é um historiador ligado a África, e que conhece tudo, entende de tudo, sabe de tudo. E aí nós fomos procurar o Alberto da Costa e Silva lá na casa dele, eu e o Laudemar¹⁵. Ele não era mais o presidente, ele disse, ‘eu acho que é possível sim, mas o que que vocês querem de mim?’. Aí a gente disse, ‘a gente quer que o senhor proponha, em viva voz o Cais do Valongo pra patrimônio mundial’, ele disse ‘claro, é isso que deve ser mesmo, vou propor mesmo.’. Então foi fantástico porque a reunião aconteceu no auditório da Academia Brasileira de Letras, e o acadêmico secretário da academia propôs o Valongo pra patrimônio mundial. Aí, deu na mídia. (Milton Guran, entrevista concedida em 2019).

¹⁵ Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, foi Embaixador da Coordenadoria de Relações Internacionais da cidade do Rio de Janeiro no período de 2009 a 2016.

Nesta reunião foi reconhecida, ainda, a importância do Cais do Valongo como lugar de memória da Diáspora Africana nas Américas, e, por consequência de um pedido do antropólogo, no dia 20 de novembro 2013, dia da consciência negra, foi realizada uma cerimônia para afixação de uma placa no local, afirmando ser ali, um sítio arqueológico reconhecido pela Unesco e um lugar de memória da Rota do Escravo, o primeiro do gênero em todo mundo.

Ainda sob a visita do comitê da Unesco no Rio de Janeiro, Milton Guran conta que graças à oportunidade concedida pela a cerimônia de reinauguração do Centro Cultural José Bonifácio, que havia sido restaurado pelo Porto Maravilha Cultural, ele pode reivindicar junto ao diretor da Unesco e ao Prefeito Eduardo Paes, o apoio à candidatura do Cais do Valongo, afirmando que “o prefeito que é um político, apoiou” (Milton Guran, entrevista concedida em 2019). Ademais, a candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio da Humanidade recebeu apoio unanime do Comitê Científico Internacional, reiterado em mais uma reunião do projeto Rota do Escravo em 2014, na cidade do México, e sua amplificação na mídia, segundo Milton Guran, sensibilizou o Iphan, no período sob o comando de Jurema Machado, que criou um grupo de trabalho encarregado de elaborar o dossiê de candidatura, tendo escolhido o antropólogo para coordená-lo.

Para tal, foi convocada uma força tarefa para preparar o documento, envolvendo pessoas do órgão e de outros, como da prefeitura do Rio de Janeiro relacionados com a Secretaria de Cultura, Relações Internacionais, o IRPH, Cdurp e a CEPPIR. Isso resultou na criação de um conselho científico interdisciplinar e interinstitucional integrado por 40 membros de várias áreas, em especial por representantes da comunidade negra e de órgãos de defesa de seus direitos (CACERES; VASSALLO, 2019, p. 58).

Nesse sentido, para o antropólogo, a construção da candidatura teria caminhado “para e passo com a tomada da consciência da cidade dos seus acadêmicos e dos movimentos sociais ligados a matriz africana da importância daquilo ali” (Milton Guran, entrevista concedida em 2019). Com as pesquisas que foram realizadas, e os números levantados sobre a quantidade de africanos que haveriam desembarcado no Cais do Valongo, Milton Guran afirma que o conhecimento sobre o fato fazia com que o Rio de Janeiro fosse o maior porto escravagista da história da humanidade, afirmando sobre a candidatura que,

[...] não foi um negócio ‘assim’, ela foi construída, tecida. Muita gente trabalhou pra isso. E mais, só deu certo porque foi a Jurema e Dilma, porque com o Temer e com a Kátia Bogéa jamais isso aconteceria. Então a candidatura do Cais do Valongo a patrimônio mundial é um legado do governo Dilma. Quando o governo Temer assumiu, o jogo tava jogado, entendeu? A candidatura já tava até aprovada, só faltava formalizar em Cracóvia. (Milton Guran, entrevista concedida em 2019).

Porquanto, a candidatura foi formalizada pelo governo brasileiro à Unesco em setembro de 2015, ano que foi inaugurado a Década Internacional das Pessoas de Descendência Africana, resolução adotada pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2013, com objetivo de “[...] contribuir para um melhor entendimento sobre as contribuições dos afrodescendentes no desenvolvimento das sociedades humanas, e estimular o respeito às heranças culturais africanas.” (IPHAN, 2016). No documento com a Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial de janeiro de 2016, as antigas Docas de D. Pedro II voltam a aparecer, e, dessa vez, com intuito de desempenhar papel fundamental na preservação do Cais do Valongo, não sendo somente mais um bem cultural simbólico presente no entorno.

Já constando na zona de amortecimento do Cais do Valongo, a qual se vê delimitada na figura a seguir, que foi estabelecida com o objetivo de “[...] abranger todos os elementos desse ‘sistema de recepção’ do tráfico – mercado, cemitério e lazareto – além de logradouros que marcam a tradicional ocupação da região por africanos e seus descendentes.”¹⁶, no dossiê apresentado à Unesco além de constar a identificação, descrição, justificativas e diretrizes para a conservação do Cais do Valongo, também encontra-se narrada parte da trajetória das antigas Docas D. Pedro II.

¹⁶ IPHAN, 2016.

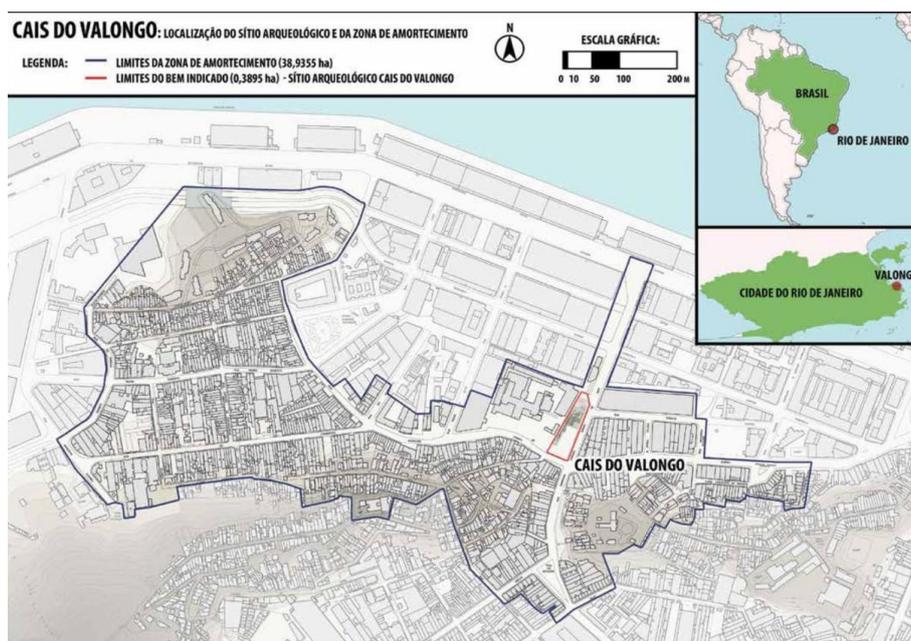


Figura 6: Zona de Amortecimento do Cais do Valongo.
Fonte: IPHAN, 2016, p. 15.

Tomado como um “[...] espaço que guarda aspectos dessa memória da resistência e da luta abolicionista.”¹⁷, o texto ilumina traços da existência do edifício o conectando com as memórias da escravidão. Parte relevante desse elo é a figura de André Rebouças como personagem negro, engenheiro, abolicionista, que não haveria utilizado mão de obra escrava para construção das docas no século XIX. Ademais a sua permanência no local, bem à frente do Cais do Valongo, junto à descoberta de sua pedra fundamental durante as escavações, o fez objeto protagonista nos planos de preservação do cais, como o era já nas Recomendações do Valongo.

Ademais, dentro do plano de gestão do Cais do Valongo, que buscava “[...] garantir os atributos que dão ao bem o Valor Universal Excepcional [...]”¹⁸, estavam previstos três níveis de ação: normativa, operacional e monitoração, incidindo em três dimensões do cais e do seu entorno, sendo elas: a arqueológica, urbanística e social, econômica e cultural. Dentro da dimensão social econômica e cultural que se referia as “[...] ações de valorização do sítio na sua perspectiva social e cultural, e especialmente na relação deste com a população local e com o turismo.”¹⁹, encontravam-se nove ações, dentre as quais a proposta de criação de um Memorial de visitação do Cais do Valongo, de responsabilidade da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, do Governo Federal e do

¹⁷ Ibid, 2016.

¹⁸ Ibid, 2016.

¹⁹ Ibid, 2016.

Museu de Arte do Rio, devendo ser implementado das antigas Docas de D. Pedro II como um Memorial da Cultura de Matriz Africana. Como é apresentado no dossiê:

É compromisso da Prefeitura do Rio de Janeiro e do IPHAN a implantação de um Memorial de Visitação, conforme previsto na já citada carta Recomendações do Valongo. Este memorial centralizaria as informações para o visitante e seria responsável pela exposição de parte do acervo arqueológico encontrado nas escavações. Para isso, foi indicado pela carta Recomendações do Valongo o uso do galpão das Antigas Docas D. Pedro II, bem tombado pelo IPHAN, com cerca de 14.000 m² de propriedade do Estado Brasileiro. A proposta envolve o IPHAN, a Prefeitura e o MAR - Museu de Arte do Rio de Janeiro, localizado no Porto do Rio, vizinho ao sítio arqueológico. O compromisso dos entes públicos envolvidos é que o espaço do galpão abrigue definitivamente o Memorial da Celebração da Herança Africana, além do Centro de Recepção de Visitantes e de uma área de exposição permanente do acervo arqueológico e da coleção de arte afro-brasileira do MAR, que se propõe a gerir esse equipamento cultural. (IPHAN, 2016, p.169)

Sendo assim, podemos considerar que, com a consolidação do cais em um sítio arqueológico, se intensificaram as demandas para a criação desse espaço. Segundo o dossiê, essa seria uma das primeiras reivindicações dos gestores públicos e das instituições da sociedade civil envolvidas com o que denominaram “questões da herança africana”²⁰, tendo sido proposta desde a Carta do Valongo, datada de 17 de março de 2011. Nesse documento, assinado pelo Cedine, Fundação Palmares, Ceppir, e membros do IPN, do Museu Nacional e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, foi solicitada a realização, no dia 20 de março, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, do “lançamento da pedra fundamental do Memorial da Diáspora Africana.” (VALADÃO, 2012, Anexo J).

Essas manifestações podem ser compreendidas como parte do que Milton Guran nos contemplou em sua entrevista. O antropólogo nos trouxe a reflexão de que, comparado aos demais sítios arqueológicos patrimônio da humanidade da Unesco, o Cais do Valongo era somente “umas pedrinhas” (Milton Guran, entrevista concedida em 2019), e, assim sendo, seu valor universal, excepcional seria a sua história e o seu valor simbólico. Por essa razão, ele elencou-nos a necessidade de um espaço interpretativo para o cais, onde ele seria exposto e representado, para sua melhor compreensão.

²⁰ Ibid, 2016.

As antigas Docas de D. Pedro II, nessa perspectiva, representariam a superação da tragédia máxima simbolizada pelo Cais do Valongo, pois, segundo Milton Guran, elas foram construídas por um sujeito que, segundo ele, talvez, “a vó dele ou a bisavó dele, ou bisavô dele passou por ali” (Milton Guran, entrevista concedida em 2019), além de sua construção não sido realizada com mão-de-obra escrava, o que cobria o edifício, então, com “um valor simbólico extraordinário” (Milton Guran, entrevista concedida em 2019).

A se somar a essa demanda, após as escavações arqueológicas, foi estabelecida “[...] ‘a maior coleção de cultura material dos africanos’.”²¹, que tornou fisicamente necessário deter de um espaço onde todos esses objetos e artefatos fossem não só depositados e guardados, mas interpretados e expostos como testemunhos do acontecimento. Totalizando aproximadamente 1.200.000 peças, a coleção arqueológica é considerada excepcional, e, ainda hoje permanecem em um dos Galpões da Gamboa de forma provisória. Nela encontram-se,

[...] contas, figas, crucifixos, chifres, garras, conchas (búzios), cristais, anéis de fibra vegetal, objetos metálicos como brincos e pulseiras, além de peças, que provenientes da classe dominante, foram reutilizadas e ressignificadas. Esses artefatos demonstram as crenças e estratégias dos escravos do Valongo ao lidar com uma situação de opressão, desespero e esperanças. (IPHAN, 2016).

Assim, em sua união, o “[...] Cais do Valongo e o Memorial da Diáspora Africana trariam consigo um novo imaginário e um novo projeto para a nação brasileira, que por muito tempo repousou no ideário de uma ‘democracia racial’.” (CACERES; VASSALLO, 2019, p. 58). Esses bens culturais em conjunto no circuito, e condensados em um só espaço memorial seriam transformados em “[...] pontos de referência [e] indicadores empíricos da memória coletiva [...]” (POLLAK, 1989, p. 3), memória essa que é utilizada como um dos argumentos centrais para selar a relevância da preservação do Cais do Valongo, justificando as ações propostas para tal, como se confirma no trecho retirado do dossiê abaixo.

Entre os direitos fundamentais da pessoa humana está o direito à memória. Ter direito à memória significa não apenas poder recordar e afirmar livremente sua própria história como obter seu reconhecimento social. A memória é matéria prima para a constituição da identidade social e respeitá-la é, portanto, garantir a integridade do ser humano que nela alicerça o sentido de sua própria existência e de sua comunidade.

²¹ CACERES; VASSALLO, 2019, p. 58.

O Sítio Arqueológico do Cais do Valongo é um símbolo material, um lugar de memória da escravidão africana e das heranças culturais que dessa história surgiram. Reconhecê-lo como patrimônio da humanidade é também conferir esse direito à população afrodescendente do Brasil e, por extensão, de todas as Américas, dentro do entendimento das políticas de reparação por séculos de escravidão e segregação racial. (IPHAN, 2016).

É assim que, no presente, as antigas Docas de D. Pedro II se apresentam para nós. A sua emergência contemporânea é datada do momento em que sua pedra fundamental é erguida como um achado arqueológico em 2011, em um contexto de mobilização pelo direito à memória e ancestralidade da população negra ligada, especificamente, ao sítio arqueológico do Cais do Valongo. Tal conexão a faz ter atreladas a si narrativas específicas, que irão integrá-la a esse momento presente, ao mesmo tempo em que a conecta a um passado comum. Esse, no entanto, pouco está ligado à sua existência material, ou as suas atribuições no percurso de sua trajetória, mas sim a aspectos simbólicos de sua existência.

Nesse sentido, Milton Guran nos afirmou que a candidatura do Cais do Valongo foi apoiada em um tripé, que explicita seu valor simbólico, universal e excepcional, sendo eles: o Instituto dos Pretos Novos, onde eram enterrados os africanos que não sobreviviam à viagem da África às Américas, o local de desembarque, esse, o Cais do Valongo e o quilombo pedra do sal, representando a união, cultura e diáspora que se deu a partir da migração dessas pessoas para o Rio de Janeiro. Segundo relato do antropólogo, para esse tripé, haveria um bem os conectando, sendo esses as antigas Docas de D. Pedro II, como ele nos contemplou sobre:

O bem conexo que respalda a candidatura e que dá a ela musculatura é as Docas Pedro II. Ela tem um capítulo no dossiê de candidatura. Então ela não é um bem conexo de segunda categoria, não é uma casa que escapou numa rua lateral, ela é, e ela representa a superação dessa tragédia. (Milton Guran, entrevista concedida em 2019)

Assim sendo, o Cais do Valongo inicia um processo intenso de reivindicações ligadas aos diversos lugares simbólicos da Pequena África, e as antigas Docas de D. Pedro II, se apresentam fundamentalmente, como a materialidade simbólica do personagem de André Rebouças, que tem elo com o edifício, mesmo que “descaracterizado”, a partir de características marcantes de sua biografia, como ser um engenheiro negro, e, fundamentalmente, não ter utilizado mão-de-obra escrava para construção do prédio, fato

que os conecta a narrativa da herança africana na região, oferecendo, ainda, uma nova percepção sobre a presença dos negros na construção cultural, estrutural e identitária do país.

Dessa forma, ao ser tomado como lugar de herança africana, as antigas Docas de D. Pedro II começaram a passar por processos de valorização, e em nível institucional isso é manifestado, principalmente, por meio do tombamento. Ao passo que a candidatura do Valongo era construída, o prédio das Docas era cada vez mais colocado em protagonismo, mais especificamente pelos impasses que se deram para o uso do espaço como o Memorial da Diáspora Africana. Ademais, embora fosse o bem fundamental que respaldava a candidatura do cais, como afirmou o antropólogo Milton Guran, ainda se encontraria com destino incerto, isso dois anos depois do título concedido pela Unesco em outubro de 2017.

No entanto, antes de nos atermos aos acontecimentos que a impossibilitaram, e ainda impedem que essa iniciativa se concretize, e aos desdobramentos de que foi fruto esse movimento, uma vez compreendendo o contexto no qual as antigas Docas de D. Pedro II se rerepresentaram no presente, considerando a construção de saber patrimonial, e a conexão que se faz com o passado do que se deseja preservar, somos chamados a voltar ao início, o seu início. Uma vez que ela se fez despertar por características tão especificamente localizadas em um imaginário alicerçado por memórias da escravidão, percorrer sua trajetória nos apresentará com a ampliação da perspectiva que cerca, hoje, esse lugar de memória da cultura afro-brasileira.

2. AS DOCAS DE D. PEDRO II

A fim de pôr em diálogo as narrativas memoriais contemporâneas sobre as antigas Docas de D. Pedro II, consideramos necessário voltar ao passado, que é, em si, uma fonte abundante de acontecimentos, fatos e personagens que, em suas relações subjetivas, políticas e com o espaço contribuíram para a consolidação de saberes no presente sobre as antigas Docas de D. Pedro II. Porém, para compreendermos a existência desse prédio, é necessário, primeiramente, nos voltarmos para o próprio contexto de formação da cidade do Rio de Janeiro.

Lenzi e Santos (2005) narram a vida portuária do Rio de Janeiro como múltipla, de forma que desde o século XVI, até o início do século XX, a história da cidade e de seu porto foram marcados por tantos personagens e acontecimentos, que já não se poderia tratá-lo como algo singular e, sim, plural. Um detalhe, porém, se faz unânime. A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, vocacionada por sua baía de águas calmas, foi, desde o século XVI, considerada por quem a visitava, um porto natural²². A imagem da recém-descoberta baía pelos portugueses, não demoraria a constar em relatos dos mais diversos. Seu formato, a terra fértil, entre outras características, fez com que o primeiro significado desta cidade fosse ser um porto perfeito.

No início do século XVI, a ocupação dos portugueses no Rio de Janeiro foi estabelecida, primeiramente, no Morro Cara de Cão, onde foi construída a Fortaleza de São João. No entanto, após múltiplas investidas francesas, que culminaram na ocupação por doze anos da Ilha de Villegaignon²³, a barra, que determinava a entrada da baía de Guabanara, foi desocupada passando a se chamar cidade velha. Nesse contexto, para melhor proteção às terras recém-descobertas, os portugueses mudaram a cidade para o morro do Castelo, tendo sua fundação oficial no dia 1º de março de 1565, por Estácio de Sá.

Lenzi e Santos (2005) afirmam que a cidade irá surgir como um porto, pois sua história foi marcada pela dominação colonial. De fato, neste primeiro século, e nos que se seguiram até a descoberta do ouro nas Minas Gerais, o Rio de Janeiro serviu de colônia exportadora de pau-brasil e açúcar, ainda que em quantidades muito inferiores à dos engenhos baianos. Tais atividades eram exploradas com muito empenho pelo uso de mão

²² Ver Turazzi (2016)

²³ Os franceses tinham como intenção atacar o monopólio ibérico de Portugal e Espanha no novo mundo, formalizado pelo Tratado de Tordesilhas. (FAUSTO, 2014)

de obra escrava de indígenas, tendo o trâmite portuário resumido a estas atividades a fim de servir monarquia portuguesa.

Nos séculos seguintes, a cidade começou demonstrar sua relevância para Portugal. Apesar de não se destacar no comércio de pau-brasil e açúcar, o porto do Rio de Janeiro ganhava importância administrativa, devido a sua posição estratégica facilitando os negócios com as colônias de domínio espanhol em Buenos Aires, e com a Angola. Com o eixo Rio-Buenos Aires- Angola consolidado com a criação da colônia de Sacramento, hoje território Uruguai, no século XVII e XVIII, os negócios no porto se ampliaram para o comércio de charque, sal, couro, prata, óleo de baleia, metais preciosos e, também, de escravos africanos, que, dentre todas, garantiriam impostos altos muito bem vistos pela monarquia. Como consequência desse contexto, a cidade cresceu também demograficamente, passando de doze para trinta mil habitantes entre 1713 e 1760 (LENZI, SANTOS, 2005), fato que a transformou de um porto de mar a um rentável porto comercial.

Na segunda metade do século XVIII, o Rio de Janeiro se torna capital da colônia, que, até 1763, era função desempenhada por Salvador. A crescente exploração do ouro nas Minas Gerais, dos engenhos de açúcar e o início das lavouras de café, fizeram, do porto da cidade, o local onde era escoada toda a produção do interior que desembocava no fundo da baía de Guanabara pelo porto Estrela. Estas atividades fizeram que a vocação portuária do Rio fosse cada vez mais estimulada trazendo melhorias para o porto, como, por exemplo, a construção do chafariz do Mestre Valentim em 1789, já em uma região aterrada, anteriormente conhecida como Cais do Carmo, sendo denominada a partir de então como o paço dos vice-reis, hoje praça XV de novembro. A obra trouxe água potável para os transeuntes que chegavam e saíam do porto, além de contar com escadas que facilitavam a chegada e saída de mercadorias e pessoas.



Figura 7: O largo do Paço com o chafariz do Mestre Valentim na obra de Debret, 1839.
Fonte: TURAZZI, 2016, p. 78.

Já o litoral da prainha, onde localiza-se espacialmente a zona portuária contemporaneamente, apesar de ser ocupada por muitas chácaras e terrenos amplos desde o século XVI, se deteve a usos secundários, mas foi crescendo graças à sua vocação de porto e estaleiro, oferecendo águas ainda mais calmas. O café foi o grande influenciador na emergência de estabelecimentos comerciais no local, que, geograficamente, oferecia uma ligação mais rápida com embarcações vindas do fundo da baía, o que ocasionou o crescimento de aterros a fim de ampliar os limites do Largo da Prainha em 1835²⁴, aumentando também a ocupação em seus arredores, como no morro da Conceição. Tendo enseadas que gozavam de bons ancoradouros mais abrigados que os dos arredores do Castelo, a construção de trapiches, armazéns e comércios ligados a pequenos negócios familiares foram, aos poucos, modificando a região. Como descrito por Mello (2003),

Na Zona Portuária, desde os primeiros movimentos urbanos, apreende-se que sua articulação com o núcleo é de uma área destinada a comportar usos mais periféricos, de características menos nobres, ou seja, vinculados à questão da escravidão e seus desdobramentos, aos depósitos de mercadorias, às tabernas e oficinas, aos trapiches e atividades ligadas ao porto, e a uma população também periférica e marginalizada, porém fundamental ao processo de manutenção e crescimento da cidade. (MELLO, 2003, p. 32)

Assim, para além do café, a região começou a ser marcada por uma das atividades mais rentáveis dos séculos XVIII ao XIX, o comércio de africanos para serem escravizados. Os chamados tumbeiros, que até a metade do século XVIII, atracavam no Paço dos Vice-Reis, começaram a ser realocados para a região do Valongo²⁵. Essa mudança se deu por ordem do vice-rei Marquês de Lavradio, que, se servindo de total descontentamento com a situação da cidade em que fora designado governar, começou a promover mudanças no cenário urbano.

A determinação do Marquês de Lavradio transformou aquele litoral em pouco tempo em uma movimentada região, virando o polo central do comércio de africanos a serem escravizados da cidade (MELLO, 2003, p. 30). A chegada dos tumbeiros era seguida pela inspeção de oficiais de Saúde, a fim de saber das moléstias que sucediam junto à mercadoria, e assim os africanos sobreviventes eram levados para quarentena.

²⁴ Ver CASTRO; CEZAR, 1989, p. 16.

²⁵ Vale longo designava o talgueve existente entre os morros da Conceição e do Livramento, onde escoavam as águas que desciam pelas encostas oriundas de áreas pantanosas do interior da cidade para a baía.

Caso sobrevivessem após esse período, eram levados para o Valongo para serem vendidos como escravos, caso contrário, eram enterrados em covas rasas em cemitérios improvisados nos terrenos da região²⁶. Como se confirma na descrição abaixo, o comércio que se estabeleceu na região da prainha mudou a região social, geográfica e economicamente, pois

O rico negócio com a ‘mercadoria negra’ atraiu para o local uma série de atividades de benefícios: criou-se um sistema de transporte marítimo entre o Valongo e outros bairros; várias atividades comerciais surgiram para apoiar os negócios com escravos; foi construído um cemitério – próximo ao Valongo, na atual rua Pedro Ernesto – para o enterro dos negros mortos no mercado [...]. Os brejos praianos começaram a ser dessecados, a rua do Valongo foi melhorada, facilitando as condições de tráfego, e várias ruas foram abertas próximas ao mercado de escravos, destacando-se a do Livramento, que ligava a Saúde à Gamboa [...] (AIZEN; ALBERNAZ; CARDOSO; PECHMAN; VAZ, 1987, p. 29).

Ademais, a demanda gerada pelas grandes lavouras de café do Vale do Paraíba fluminense, dependendo da mão de obra escrava, fez com que o negócio se expandisse. Registros documentais afirmam que o Rio de Janeiro no século XIX, foi o principal porto de entrada de africanos para serem escravizados nas Américas (LIMA; SENE; SOUZA, 2016, p. 300). Com a chegada da Família Real em 1808, amparadas pela monarquia inglesa, e a abertura dos portos às nações amigas, o Rio de Janeiro crescia demográfica e estruturalmente, de modo que as chácaras existentes na prainha começaram a ser divididas em lotes urbanos²⁷.

De aproximadamente 1811 a 1831, funcionou um complexo comercial de carne humana na região do Valongo, compreendendo lojas de “peças”, cemitérios, lazaretos para isolamento, entre outras estruturas, que alteraram significativamente a estrutura social e histórica daquela região. Embora no período de mais de duas décadas que compreenderam os anos de 1810 e 1843, a Coroa Portuguesa tenha participado do Tratado de Aliança e Amizade, do Tratado de Navegação e Comércio e do Congresso de Viena, que promoviam, entre outras, a redução do comércio de escravos, de acordo com Fausto

²⁶ Junto à consolidação do mercado do Valongo foi construído um cemitério para enterrar os africanos recém-chegados que não sobreviviam a viagem. Em 1996, durante obras de reforma na fundação de uma das casas na Gamboa, foram encontrados vestígios de ossos humanos, identificados como remanescentes do antigo cemitério dos Pretos Novos. Atualmente, nesse lugar, foi estabelecido o Instituto Pretos Novos.

²⁷ (AIZEN; ALBERNAZ; CARDOSO; PECHMAN; VAZ, 1987).

(2014), nenhuma dessas medidas impediu o tráfico, que, pelo contrário, se tornou maior no início de 1820 do que era no começo do século.

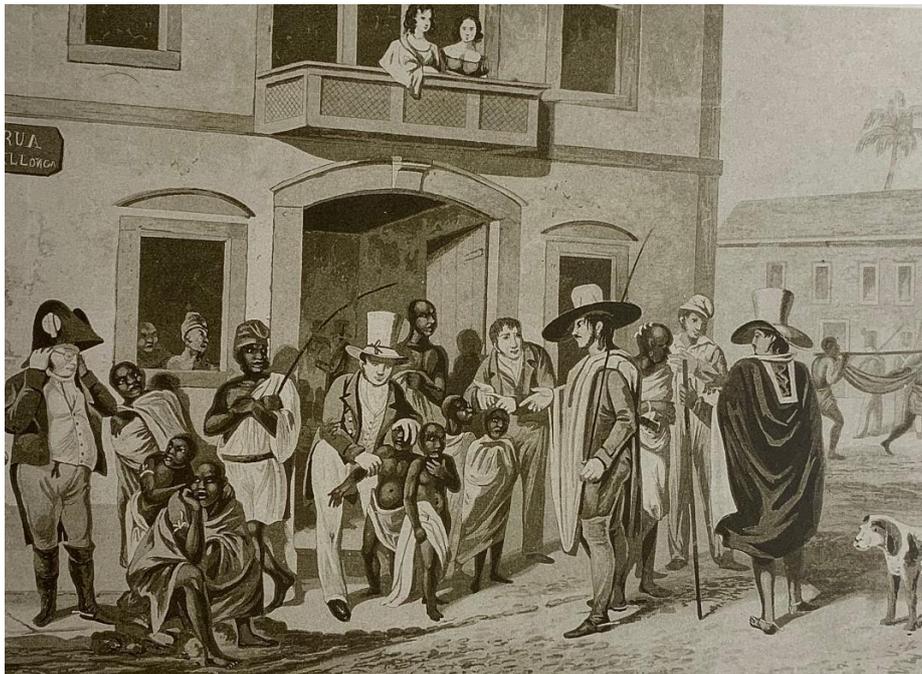


Figura 8: Earle, Augustus, "Slave market at Rio de Janeiro" na "rua Valongo", 1824.
Fonte: (AIZEN, et. al, 1987, p. 41).

Desde sua suposta desativação no ano de 1831²⁸ como mercado de escravos, o Cais do Valongo continuou funcionando normalmente voltado para o fluxo de pessoas e mercadorias até 1843. Neste ano, por decisão de Dom Pedro II, o Cais do Valongo foi aterrado, ressignificado e intitulado como cais da Imperatriz, a fim de receber a princesa das Duas Sicílias, Teresa Cristina Maria de Bourbon, que viria a se tornar a Imperatriz do Brasil. Além dessa atribuição, o Largo do Valongo ou Praça do Valongo, também passou a ter nova denominação, sendo reconhecido, após o desembarque da Imperatriz, como Praça Municipal.

O decreto de 1831, no entanto, não foi suficiente para cessar o tráfico, e nem mesmo a lei Bill Aberdeen de 1845, promulgada pela Inglaterra proibindo a rota de africanos para as Américas foi adotada criteriosamente²⁹. Os esforços para manter a atividade na clandestinidade se mantiveram até a metade do século, quando foi

²⁸ Lei de 07 de novembro de 1831, que declarava livre todos os africanos que entrassem no país a partir daquela data e decretava severas punições para os traficantes.

²⁹ As investidas contra o tráfico de escravos feitas pela Inglaterra foram responsáveis por causar um caos social na capital do Império, simbolizando o início de um rompimento de relações com a monarquia britânica, que perdia relevância econômica para os Estados Unidos. (CARVALHO, 1998)

promulgada a lei Eusébio de Queirós, em 04 de setembro de 1850, estabelecendo medidas severas de repressão aos traficantes, que, enfim, tornaram o negócio negreiro anti-lucrativo, e, com o tempo, se tornou extinto, não sem que o Valongo e a Gamboa já tivessem se transformado em [...] populosos e insalubres quarteirões marítimos, repletos de armazéns e trapiches. (BENCHIMOL, 1990, p. 26).

O então Cais da Imperatriz, assim como toda a região, serviu como porto por pelo menos mais seis décadas, sendo que nos anos que seguiram a sua construção, foram solicitadas diversas medidas para melhoria do cais e da estrutura da prainha, como nos anos de 1847, 1853, 1870 e 1891. Neste último, inclusive, o cais carregava um novo significado, nomeado de Cais Municipal, assim como a praça.

No entanto, ainda que alguns desses planos só saíssem do papel no início do século XX, alguns empreendimentos, como o Trapiche Mauá, movimentaram a região com uma proposta diferenciada para o período. Ao mesmo tempo em que toda a região da Saúde, da Gamboa e do Santo Cristo serviam de parada para barcos que levavam pessoas desde São Cristovão e a ponta do Caju, até o Castelo ou Santa Luzia, e serem ponto de partida para linhas regulares de barcas para Niterói, Magé, Iguaçu, Paquetá, Ilha do Governador e Inhomirim (CASTRO; CEZAR, 1989, p. 40), na estação da Prainha era oferecida uma viagem mais longa de barco e trem para a cidade de veraneio imperial de Petrópolis. Os 16,9 km de extensão da estrada de ferro ligando o Porto Estrela à Raiz Serrana, além do trapiche em seu nome, fizeram mais tarde o largo da prainha se transformar na imponente Praça Mauá.

No mesmo período, a região passou por melhorias urbanas que viriam influenciar os bairros da região. Em 1858, por exemplo, foi inaugurada, em frente ao Campo de Santana, a estrada de Ferro Dom Pedro II, atual Central do Brasil. A obra facilitou e otimizou o escoamento das produções de café no interior do Vale do Paraíba, tornando mais simples os caminhos até então feitos de burro. Por consequência destas melhorias e algumas outras como, alargamento de ruas, saneamento, e adensamento demográfico, consta-se que em 1885, existiam cerca de 31 trapiches no trecho da costa que ia da Prainha à praia da Formosa, fato que também contribuiu para a construção de manufaturas como a Moinho Fluminense em 1887, já que pela proximidade com o porto e, portanto, de matérias primas importadas foram atraídas para a área “[...] as primeiras manufaturas brasileiras, voltadas para a produção de vidros, a moagem de trigo e as fundições, ferrarias, serralherias, entre outras.” (CASTRO; CEZAR, 1989, p. 34). Na planta abaixo de autoria de Edwards Gotto de 1866, se vê no litoral denominado de “praia do vallongo”,

os inúmeros trapiches desde o largo da Prainha (à direita), até os limites da Praça da Harmonia (no canto superior esquerdo), delimitados pela rua da Saúde, atual Sacadura Cabral. Ao centro se vê um descampado retangular onde se observa a localização da Praça Municipal, e nela a sinalização da existência de um pequeno cais, de mesmo nome, de mesmo nome, em sua ponta.



Figura 9: "Plan of the City of Rio de Janeiro".
Fonte: AIZEN, et. al., 1987 p. 61.

Os problemas relacionados à funcionalidade do porto, como sua incapacidade de receber navios de grande calado³⁰, constante demora no embarque e desembarque de mercadorias, além dos problemas naturais como os alagamentos frequentes, sempre se apresentaram como falhas no trâmite portuário, que foram acentuados com o passar do tempo. Na região central da cidade, essas condições foram justificativas para realização de um novo aterro, o qual afastou o antigo cais, onde localizava-se o chafariz do Mestre Valentim, dando espaço para um novo denominado Pharoux, referência a um hotel francês erguido em frente a orla.

Além do Cais Pharoux, a região que compreendia o morro do Castelo até o São Bento passou por mudanças para o melhoramento de suas capacidades. No entanto, foi

³⁰ Calado é uma das estruturas das embarcações marítimas. Ele corresponde a parte do casco da embarcação que permanece submersa contribuindo para sua flutuação, estabilidade e segurança. Essa estrutura interfere na infraestrutura necessária a ser desenvolvida pelos portos para receber navios maiores, que por consequência, possuem calados maiores. A baía de Guanabara detém até hoje problemas relacionados à assoreamento. No passado, isso significou buscar alternativas, dentre elas, os aterros, para que navios conseguissem aportar mais próximos ao porto e otimizar a descarga de mercadorias.

graças à localização estratégica do trecho que compreendia o morro de São Bento até a ponta do Caju para entrada de mercadorias, principalmente o café, vindo do interior fluminense que desembarcavam de portos espalhados por toda a Baía de Guanabara, que transformou àquela região periférica em um dos mais importantes espaços comerciais da cidade.

No entanto, a alta concentração de trapiches simbolizava uma falta de estrutura real para sustentar as atividades do porto. Com poucos cais para ancorar e de pouca profundidade, os navios mercantes e de passageiros eram obrigados a atracar no largo da baía de Guanabara. O embarque e desembarque desses era, pela mesma razão, complicado e muito lento. A armazenagem das mercadorias também era de má qualidade, e o que já não chegava à cidade com algum dano, se mantinham em condições sanitárias controversas, a somar com os altos valores cobrados pelos donos dos trapiches, que inflacionavam os preços para os comerciantes.

Assim, após a década de 1850, a situação do porto do Rio chamava atenção de muitos homens de negócios e capitalistas que visavam construir cais, molhes, docas, armazéns, aterros, ramais ferroviários, maquinário para carga e descarga etc. Um desses homens era André Rebouças, engenheiro, aristocrata e liberal que vivia o cotidiano de uma capital imperial que carecia de infraestrutura para acompanhar seu crescimento econômico e demográfico, e durante sua vida realizou diversos projetos para melhoria da infraestrutura urbana das cidades do país, dentre elas, as Docas de D. Pedro II.

2.1. Uma idealização de André Rebouças

No litoral da Saúde, em 1871, começava a ser erguido um dos edifícios que simbolizou um dos maiores investimentos do período visando a melhoria dos trâmites portuários do Rio de Janeiro: o edifício das Docas de D. Pedro II. No entanto, ainda que compreendamos que sua construção foi consequência de uma necessidade real de infraestrutura, falar sobre ela sem se remeter ao seu idealizador, André Pinto Rebouças (1838-1898), é um equívoco. O engenheiro teve sua vida adulta influenciada negativa e positivamente, em grande parte, graças a seu esforço de realizar essa e outras obras, e os acontecimentos o envolvendo, refletiram no que esse armazém foi, e em como ele têm sido lembrado no presente.

Nascido de família burguesa na então Província da Bahia, Rebouças se destacou ao longo de sua trajetória por ações universais e burocratas, como engenheiro, abolicionista e reformador social, principalmente no que diz respeito à reforma agrária. Filho de Antônio Pereira Rebouças, advogado, autodidata, monarquista que brigou pelo que foi chamada de “causa da pátria”³¹, contribuindo para a Independência da Bahia em 19 de fevereiro de 1822, inserindo a província na unidade nacional brasileira, Rebouças cresceu em uma família que vivenciou ascensão de uma camada social recém-alçada à condição de interlocutores do governo central, muito por consequência da Abertura dos Portos as Nações Amigas, que desarticulou a produção regional e gerou uma crise fiscal com os senhores de terra portugueses. Assim, o pai de Rebouças,

[...] representava um estrato da sociedade baiana que, com presença significativa na Província desde meados do século XVIII, conheceria possibilidades ainda maiores de ascensão a partir da década de 1820, quando, desalojados os portugueses que mantinham os privilégios comerciais dos tempos da colonização, a praça de Salvador e toda a economia do Recôncavo viram florescer uma sociedade mestiça, educada e especificamente urbana, composta por comerciantes, clérigos, militares, funcionários e profissionais liberais. (CARVALHO, 1998, p. 68)

A família Rebouças deixa a Bahia em 16 de fevereiro de 1846, Antônio Rebouças pai, foi advogado representante da Bahia na Câmara dos Deputados entre 1830 e 1873, e secretário do Governo da Província de Sergipe. Carvalho (1998) aponta a proximidade da personalidade de André Rebouças com o pai, afirmando que “[...] ao lado da aplicação, da dedicação ao trabalho e da disciplina que comungavam, se exprimia na exigência por reconhecimento público e na necessidade de ‘conquistar’ o Império e fazer dele algo de seu.” (CARVALHO, 1998, p. 67).

A admiração que sentia pelo pai reflete em seus diários, analisados por Carvalho (1998), onde Rebouças irá narrá-lo como um combatente de traficantes de escravos, e de *piratas* – fabricantes de moedas falsas, afirmando, inclusive, que o partido revolucionário, republicano, federalista e separatista o odiava por sua dedicação à unidade do Império. A visão que tinha de seu pai demonstra ser um traço determinante para sua crescente desconfiança em relação aos políticos, e o sentimento anti-oligárquico de André Rebouças, sendo assim que,

³¹ No Diário Oficial de 1875 se lia em sua homenagem: “O advogado Antonio Pereira Rebouças, autor e activo collaborador no essencial da causa da pátria, independência e liberdade monarchico-constitucional, ostensivamente a decorrer de 25 de junho de 1822, reunindo a provincia da Bahia á capital do Brazil, combatendo e vencendo as hostis forças lusitanas.” (RIO DE JANEIRO, 1875, p. 3).

[...] nos anos de 1870, imaginou poder construir uma alternativa à organização da vida nacional, mediante a revolucionarização dos parâmetros em que se pautava o comportamento social: baseava-se, então, no que acreditava ser a bem-sucedida combinação norte-americana entre ciência e moralidade aplicadas ao desenvolvimento material – ou, como ele a chamaria, no *yankismo*. Na sua reinvenção do Brasil, a política institucionalizada contaria pouco. (CARVALHO, 1998, p. 70).

Assim sendo, André Rebouças chegou ao Rio de Janeiro com oito anos de idade, e sua trajetória acadêmica se inicia com seu ingresso à Escola Militar em 1854. Com vinte anos, em 1857, ele conclui os cursos da Escola do Largo de São Francisco, sendo promovido a 2º Tenente do Corpo de Engenheiros. Em 07 de abril de 1859, ele bacharelou-se em Ciências Físicas e Matemáticas, e obteve o grau de engenheiro militar em dezembro de 1860 (CARVALHO, 1998). Autodidata e viajante, esteve na Europa aos 23 anos de idade para ampliar seus estudos em engenharia civil. Retornando a cidade aos 24 anos fluente em francês e inglês, Rebouças trazia consigo o esboço de novas ideias, resultados de seu desempenho em fazer apontamentos sobre inovações tecnológicas, técnicas de construção, além de se debruçar em novas bibliografias e trocar conhecimento com quem quer que fosse.

Foi durante essa viagem, que em maio de 1862, junto a seu irmão o engenheiro Antônio Rebouças, foi concebido o projeto das Docas de D. Pedro II³². Influenciados pelos estudos de Louis Barret, então engenheiro na companhia das docas de Marselha, os irmãos Rebouças retornaram da Europa recomendando seus estudos sobre docas dos últimos 16 anos, além de terem visitado as docas de Marselha em 1862, onde acompanharam o andamento de suas obras hidráulicas. Após essa experiência, André Rebouças publicaria *Portos de Comercio*, demonstrando a evolução do sistema de construção das docas estudadas pelo engenheiro Barret, apontando a possibilidade de construir docas mais modernas do que as que visitara na Europa, no Rio de Janeiro, como o mesmo narra,

[...] desde a inicial – *Old Dock* –, construída de 1710 a 1730 em Liverpool, até a adoção do – *Jetty principle* – ou – *Novo systema de molhes perpendiculares á linha do cáes geral* – iniciado em New-York

³² REVISTA DO INSTITUTO POLYTECHNICO BRASILEIRO, 1876. Ed. 2. P. 26-57.

e brilhantemente introduzido na Europa pelas – Victoria-London Docks – e no Rio de Janeiro pelas Docas de D. Pedro II.³³

Com desprezo pelo militarismo, tanto nas práticas quanto ao reconhecer o desprestígio no contexto social do Império, Rebouças se afastou das atividades, considerando que a inteligência militar seria insuficiente para reverter o quadro que considerava de despreparo e indignidade que acreditava sucumbir o Exército. Ele acreditava que tais ações eram, também, resultado de uma submissão aos métodos de recrutamento que eram impostos pela oligarquia agrária, sem saída aparente (CARVALHO, 1998, p. 85).

Assim, o Rio de Janeiro como cidade para Rebouças, também carecia de intensa infraestrutura³⁴, e são essas necessidades que serão “[...] uma primeira via de aproximação intelectual de Rebouças com a situação do país.” (CARVALHO, 1998, p. 86). Com um profundo incomodo ao contraste de cada cidade europeia nova que visitava, o engenheiro começou a associar a miséria da cidade à herança da colonização portuguesa e escravagista, imagens que irão contribuir para que na década de 80, reforce sua retórica abolicionista, como afirmado por Carvalho (1998),

Rebouças identificava na capital do Império uma espécie de exageração da morbidez presente em uma ordem escravocrata, caracterizando-a como um cenário doente – reflexo da escassez de moralidade e da ausência de virtudes públicas a que seus habitantes foram acostumados. A capital do Império não lhe pareceria, assim, tão diversa do inventário de males que começaria a produzir em suas viagens pelo interior do Brasil, sendo ela também fruto da ‘orientação geral parasitária’ de colonizadores escravagistas. (CARVALHO, 1998, p. 86).

³³ REBOUÇAS, André Pinto, [18--], 8p.

³⁴ Carvalho (1998) irá definir a cidade para Rebouças como “[...] um vilarejo pobre e desassistido, sem esgotos, sem água, provido apenas de poços particulares franqueados aos passantes, alguns chafarizes e igualmente poucos aguadeiros avulsos para atendimento da população, com uma iluminação precária que, somente a partir de meados da década, o barão de Mauá começaria a transformar. As ruas muito estreitas e tortuosas, as praças mal conformadas, os inúmeros becos e travessas eras, ainda, objeto de apropriação pelos donos de moradias, que investiam sobre os logradouros públicos, determinando, eles próprios, a manutenção ou retificação de alinhamentos, sem qualquer atenção para com bueiros e valas onde escoavam as ‘águas servidas’. Andava-se, principalmente, em seges, carruagens fechadas de duas ou quatro rodas, que, por aquela época, como fossem muitas, levaram a que a Câmara Municipal regulasse os ‘logradouros de subida e descida’, tendo em vista a necessidade de eliminar os problemas de circulação originados pelo encontro de duas delas, com direções opostas, em ruas com cerca de 60 palmos de largura. As ‘albergarias de vaca’ funcionavam livremente no centro da cidade, assim como os matadouros, e todo o lixo gerado naqueles estabelecimentos, além dos gêneros deteriorados no Mercado da Candelária [...] se uniam, tarde da noite, aos ‘tigres’, como era chamados os barris de detritos que os serviços domésticos despejavam no mar. O mar, por isso, apresentava um aspecto repulsivo, retendo, pelo fluxo das ondas, todo o tipo de detrito nas imediações do cais; a cidade exalava um cheiro pútrido, que dificilmente se desprendia da memória dos viajantes que começavam a acorrer em maior número à capital do Império.” (CARVALHO, 1998, p. 86).

Dessa forma, é possível considerar que, não somente o ‘Rebouças engenheiro’ foi determinante para idealizar as Docas de D. Pedro II. Sua criação e a forma como se deram suas experiências o levaram a ser um personagem singular do século XIX. A diversificação de interesses de Rebouças o levou a realizar uma série de projetos além da edificação das Docas de D. Pedro II, dos quais podemos citar: a criação de seis Companhias de Docas – Alfândega e Pedro II (RJ); uma no Maranhão, uma em Cabedelo, uma em Recife, e uma na Bahia; a criação da Companhia de Abastecimento d’Água do Rio de Janeiro; a construção de um cais desde o Pharoux até o antigo Arsenal de Guerra (denominado Cais Orleans), e outro do Trapiche Mauá ao Pedra do Sal (denominado D. Isabel); criação das Companhias de Estradas de Ferro de Antonina a Curitiba e do Paraná ao Mato Grosso; implementação de uma Companhia Florestal – a Paranaense e a criação de uma Companhia de Navegação do Alto-Paraná ao Uruguai.

No Rio de Janeiro em 1863, Rebouças consegue demonstrar ineditamente a aplicação dos conhecimentos que aprendeu em sua viagem à Inglaterra. Nas Docas da Alfândega, aplicou os ensinamentos de Edwin Clark sobre os diques múltiplos, e o sistema portuário local. A sua investida para a melhoria dos portos do Brasil se segue no Maranhão em 1864, no qual narra muito sobre a precariedade dos portos os quais vinha aportando “[...] destacando a inexistência de estabelecimentos de armazenagem no litoral e de linhas férreas que agilizassem a comunicação das zonas de cultivo à costa.” (CARVALHO, 1998, p. 99).

Em 1866, quando volta da Guerra do Paraguai ainda mais afastado dos ideais militaristas, e sem conseguir o cargo de professor de Matemática, Rebouças é nomeado como engenheiro da Alfândega, substituindo o engenheiro inglês Charles Neate³⁵ nas obras hidráulicas. Após concluir as obras da Alfândega, o cais de atracação de aproximadamente 644 metros de extensão, que recebia doze navios por vez era considerado insuficiente por André Rebouças, que sabia que o fluxo de navios poderia exceder dos 140. É com a visibilidade que dispunha nesse primeiro momento, que já em 29 de outubro de 1867, irá aproveitar a oportunidade de vistoria das obras pelo Imperador, Conde d’Eu e o duque de Saxe, para apresentar seus planos de construção de novas docas

³⁵ Charles Neate foi um engenheiro inglês que foi contratado em 1852, para a construção das Docas da Alfândega. Chegou a propor sua extensão por via de um cais que se seguiria da ponta do Calabouço (Museu Histórico Nacional) ao Arsenal da Marinha. Na execução em 1863, um trecho das obras desabou sobre o antigo Cais dos Mineiros e a Rua do Rosário (TURAZZI, 2016).

nas enseadas da Saúde e da Gamboa “[...] ás quaes Sua Majestade Imperial se dignou conceder que fossem denominadas *Docas de D. Pedro II.*” (RIO DE JANEIRO, 1867, Ed. 283, p. 2). Tal denominação, no entanto, explica Rebouças, seria “indicativa de serem ellas principalmente destinadas a servir de estação marítima ao caminho de ferro de D. Pedro II”³⁶.

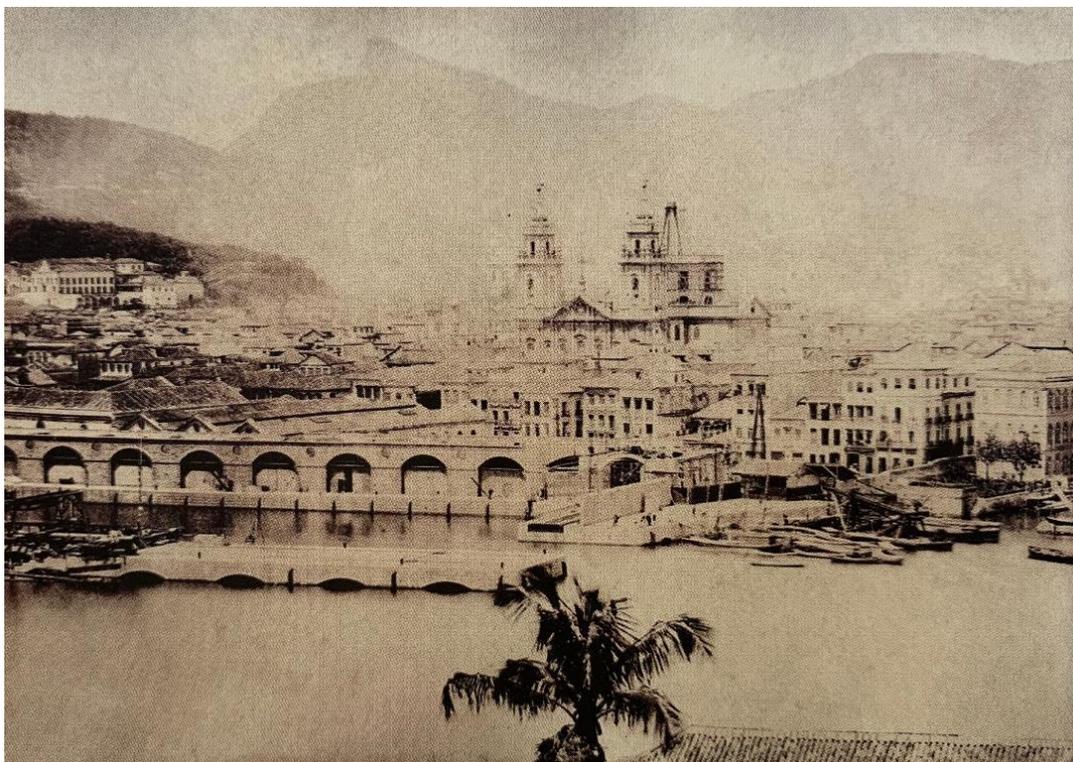


Figura 10: As instalações da companhia Docas da Alfândega, hoje Espaço Cultural da Marinha, por George Leuzinger, c. 1866.
Fonte: TURAZZI, 2016, p. 92.

O acontecimento não passaria em branco. Para além da sessão em Diário Oficial narrando a visita para a apreciação do projeto de construção das docas, Carvalho (1998) destaca um incomodo do então Ministro da Fazenda Zacarias de Goés e Vasconcelos. Dele, Rebouças recebeu um ofício questionando a veracidade da notícia publicada, indagando ainda quem lhe haveria concedido tal aval, uma vez que toda e qualquer obra deveriam ser iniciadas com sua aprovação. Rebouças, por sua vez, em seu diário toma nota do recebido, considerando ““ciúmes do ministro Zacarias”” (CARVALHO, 1998, p. 112), e o respondeu, “[...] não há absolutamente concessão; nem o fato de permitir S.M.I. que elas sejam denominadas Docas D. Pedro II constitui mais do que uma graça [...]” (CARVALHO, 1998, p. 112). Ainda assim, Carvalho (1998) afirma que, embora

³⁶ REBOUÇAS, André Pinto, [18--], 8p.

Rebouças tenha comparecido à casa de Zacarias para lhe prestar os esclarecimentos devidos, isso “[...] não desfaria o mal-estar – ao contrário, a hostilidade com que foi recebido assumiu a forma de uma crítica à atuação política do próprio imperador.” (CARVALHO, 1998, p. 112).

Carvalho (1998) narra ainda que Rebouças buscou atuar não só como engenheiro, mas também começou a aprofundar seus conhecimentos para fundamentar “[...] uma legislação de amparo às docas, a fim de torná-las um investimento atraente a capitais privados.” (CARVALHO, 1998, p. 112). Apesar de forte oposição, o engenheiro conseguiu aprovar em 24 de outubro de 1867, o que seria a primeira legislação de amparo às docas brasileiras prevendo taxas de atracação, armazenagem e capatazias, fato que, mais adiante, incomodaria muito a elite local e seus concorrentes, como Charles Neate que havia sido substituído por ele nas Docas da Alfândega.

Nas páginas do diário oficial de 19 de fevereiro de 1871, seguidos do título “o pior cego é o que não quer ver”, são desenhadas diversas críticas à Rebouças, alegando que, por ter sido escolhido para finalizar as obras das Docas da Alfândega, ele haveria levado todo o crédito das obras inicialmente projetadas por Neate, sendo acusado de ter conseguido privilégios com contratos vantajosos, como consta,

O Sr. Rebouças, porém, sectário das theorias de Proudhom, *intelligencia escrava do dinheiro*, como elle próprio confessa, archote illuminado pela *roncaria* do cobrador das dividas dos Teixeiras Barbosas, pondo o pé na mina aduaneira, descobriu que alli havia diamante em focinho de porco. E para logo propoz que se incorporasse a companhia para encarregar-se da difficil tarefa de usufruir a parte da dóca concluída e os armazéns e trapiches da alfândega [...]. (RIO DE JANEIRO, 1871, Ed. 50, p. 2).

De fato, após assumir as obras em 1866, foram aprovados os estatutos para funcionamento da Companhia Doca da Alfândega, e, não só como parte da elite local, mas por sua trajetória e de sua família, Rebouças de fato tecia relações íntimas com o Imperador e a corte. Nas páginas do Diário Oficial, era frequente encontrar seu nome ou de familiares na listagem de personagens presentes ao Paço Imperial para cumprimentá-los, porém, também o eram de muitos outros membros da elite.

Contudo, em 1868, Rebouças associa-se a Stephen Busk & C., da empresa de navegação Liverpool Brazil and Riner Plate Mail Steamers³⁷, visando garantir boa

³⁷ Dona dos vapores responsáveis pela maior parte das importações que chegavam ao Rio (LENZI; SANTOS, 2005).

aceitação pela Inglaterra de uma possível companhia a ser criada, uma vez que a Liverpool sofria prejuízos pela falta de cais adequados para seus vapores quando chegavam ao Rio de Janeiro. Junto a Stanley Youle da Stephen Busk & C., em 28 de maio de 1869, Rebouças redige o *Projecto de contracto da empreza das Docas de D. Pedro II*. Nele constam as cláusulas iniciais para organização da empresa que seria responsável por construir as novas docas. Dentre elas, está o direito a desapropriação de terrenos acrescidos de marinha para construção de caminho de ferro, a obrigação de pagamento de pensões de aforamento aos terrenos públicos, dragagem das enseadas, construção de telheiros e de grandes armazéns, colocação de material fixo e móvel para serviço da doca, prazo de cinco anos para concluir as obras a partir da aprovação da planta pelo governo imperial, e, a afirmação da cláusula nº 19 de que,

A companhia não possuirá escravos e só empregará nas construcções de suas obras e no seu custeio pssosas livres.

Os nacionaes, empregados por Ella, gozarão da isenção do recrutamento bem como da dispensa do serviço da guarda nacional.

Só terão direito de gozar da isenção do recrutamento bem como da dispensa do serviço da guarda nacional aquelles que estiverem incluídos em uma lista entregue todos os seis mezes ao chefe de policia e assignada pelo superintendente da companhia ou seu representante, não podendo, passado o primeiro semestre, ser nella incluído ou contemplado individuo algum que não tiver três mezes de serviço effectivo³⁸.

Porém, foi no ano que se seguiu, que foram realizados os projetos completos das Docas de D. Pedro II. Segundo Rebouças, de 19 de agosto a 14 de outubro de 1867, ele realizou os primeiros estudos sobre qual seria o terreno adequado para construção das novas docas, e por eles constatou que o litoral da Saúde e da Gamboa eram os mais convenientes para recebê-las. Assim, em 28 de outubro de 1867, após levantamento de plantas e testes de profundidade “achava-se já esboçado o plano geral das projectadas para o littoral da Saude e da Gamboa.”³⁹, que segundo Lamarão,

[...] teria uma extensão útil total de 2.386m: na Saúde, entre as ruas Pedra do Sal e da Saúde, 1.643m; na Gamboa, em todo o perímetro da enseada, 743m. No futuro, pensava-se em desapropriar o litoral do morro da Saúde para reunir as duas docas. As docas da Saúde comportariam três pontes, dois telheiros e um Armazém Central,

³⁸ REBOUÇAS, André Pinto, [18--], 8p.

³⁹ Ibid, [18--].

enquanto as da Gamboa, dois armazéns, 3 telheiros e uma ponte. (LAMARÃO, 2006, p. 62).

Porém, a ação inicial para continuidade de todo esse projeto era a criação da companhia, que ainda estava no papel. Assim, em dezembro de 1867, Rebouças e Stephen Busk apresentam ao ministro da Agricultura uma petição para a criação da empresa, solicitando que fosse denominada, assim como as docas, de Docas de D. Pedro II. Junto a esse requerimento, Rebouças anexou dados estatísticos, pareceres de engenheiros da capitania dos portos, da Alfândega, entre outros, que atestavam que as obras eram de fato exequíveis, e que trariam funcionalidade e embelezamento para a região da Saúde e da Gamboa, além de transformá-los em amplos bairros comerciais.

A praça Municipal, objeto de conflito entre a companhia de Rebouças e a municipalidade, a ser apresentado adiante, também é colocada como de necessidade de aforamento pela empresa, já que estava em mau estado de conservação servindo de cais para pequenas atracções, fim que seria melhor aproveitado pelas docas além de livrar o município de custos para as reformas necessárias. Assim, junto à Câmara Municipal em 1868, Rebouças manifesta suas intenções de construção das Docas de D. Pedro II⁴⁰, e lhes apresenta em 23 de junho de 1869⁴¹, o documento sobre *Melhoramento do porto do Rio de Janeiro*, onde o objetivo maior por Rebouças, era,

[...] de realisar o envidando todos os esforços para obter as necessária autorisação para organizar a companhia das docas de D. Pedro II, que dotarão porto do Rio de Janeiro com uma doca-modelo, construída como as docas da rainha Victoria em Londres (*Victoria-London Docks*) e compreendendo tambem como essas docas um aparelho de diques múltiplos de Edwin Clark (*Edwin Clark's Patent Graving Dock's*).⁴²

Esse documento é uma coleção de oito artigos anexados por Rebouças, com a intenção de justificar a organização da companhia das Docas de D. Pedro II. Nele o engenheiro reafirma que “Foi a 2 de Maio de 1862, ao visitar as admiráveis docas da Rainha Victoria em Londres, (*Victoria-London-Docks*) que tive a idéa de construir no porto do Rio de Janeiro uma obra análoga.”⁴³. Alegando que o problema dos portos de comércio do período era a inexistência de construções e aparelhos para efetuar a movimentação de mercadorias com maior rapidez, bem como a necessidade de

⁴⁰ RIO DE JANEIRO, 1868, Ed. 54, p. 2.

⁴¹ RIO DE JANEIRO, 1869, Ed. 173, p. 1.

⁴² REBOUÇAS, André Pinto, [18--], 8p.

⁴³ Ibid, [18--].

estabelecer a conexão dessas docas às linhas férreas, Rebouças irá propor medidas como: desenvolver um cais de proporções compatíveis ao seu movimento comercial, instalação de guindastes para otimizar o embarque e desembarque das mercadorias, sistema de vias férreas por todo o perímetro do cais, edifícios de construção adequada para servirem de armazém durante todo o tempo que as mercadorias precisarem permanecer no porto, que dentro deles sejam construídos dependências para pesagem, registro e separação das mercadorias, bem como estaleiros para construção naval e diques para reparação de navios. Sobre esses últimos, Rebouças é assertivo, afirmando que,

O porto do Rio de Janeiro, situado na mais vasta e mais segura bahia do mundo, frequentado por um grande numero de navios mercantes e de guerra, que partem de portos mui distantes, reúne todas as condições para tornar eminente e immediatamente rendosa a empreza da criação ahi de um estabelecimento normal para reparação dos navios. A companhia que effectuar uma tal construcção, além dos lucros que certamente realisará, terá a gloria de ter dotado o porto da capital do Império com um estabelecimento que sem duvida muito concorrerá para o progressivo desenvolvimento do seu commercio.⁴⁴

Ainda em 1869, apesar de se constatar um aumento significativo de ataques públicos às suas iniciativas, é possível ter ciência das conquistas fruto de seu trabalho dirigindo as obras das Docas da Alfândega, demonstrando ascensão e visibilidade que o engenheiro vinha obtendo. Como exemplo, na descrição sobre o encerramento das obras hidráulicas da alfândega, é afirmado que foi lavrado em lápide de mármore os dizeres: “<< Pro Brazilia fiat eximium>>, a data MDCCCLXVIII e as iniciaes A. R.”, indicando o nome do engenheiro⁴⁵.

Finalmente, em 23 de março de 1870, André Rebouças recebe por via do Decreto 4.492 de 23 de março de 1870⁴⁶, ou seja, nove meses após apresentar os planos à municipalidade, concessão para “[...] construir docas nas enseadas da Saude e Gambôa no porto do Rio de Janeiro.”. Nele é retificado a aprovação das plantas de 13 de dezembro de 1867, porém com as seguintes modificações:

1ª Exclue-se tudo que se refere á ligação das docas com a estrada de ferro de D. Pedro Segundo.

2ª A estação central na praça Municipal será collocada de modo que fiquem para serventia publica duas ruas lateraes de quinze metros de

⁴⁴ Ibid, [18--].

⁴⁵ RIO DE JANEIRO, 1869, Ed. 302, p. 2.

⁴⁶ C.f. Arquivo Nacional.

largura cada uma, e na frente do lado de terra outra rua de trinta metros no ponto mais estreito.

3ª O becco da Pedra do Sal, em toda sua extensão desde a rua nova de S. Francisco até o mar ficará com a largura de quinze metros, tendo na extremidade cais de embarque e desembarque de cargas e passageiros, sem ônus algum para o publico.

4º Entre o edifício do mercado publico existente na praça da Harmonia e o muro que por ahi deve limitar as propriedades da Companhia ficará para serventia publica até o mar uma rua de quinze metros de largura, sendo na extremidade caes nas condições da modificação antecedente.

5º O beco do sabor, junto á enseada da Gamboa será alargado quinze metros em toda a sua extensão ate o mar, sendo na extremidade caes nas mesmas condições da terceira modificação da presente clausula.

Fica entendido que as despesas necessárias ás modificações acima declaradas serão por conta da Companhia.

Com a exclusão da ligação com a Estrada de Ferro Pedro II, Rebouças tem um dos pilares de seu projeto derrotado. E as pontuações acerca das praças Municipal e Harmonia, já simbolizavam resistência de uns para ceder à empresa privada logradouros públicos. Ainda assim, o engenheiro iniciou um movimento de captação de recursos junto a casas bancárias inglesas, como a Estevão Bank e a Rotschild, porém graças a resistências e ataques da elite local para organização de uma diretoria e elaboração de estatutos levariam Rebouças a escrever ““Oh! história ignota da criação da iniciativa individual nesse país.”” (CARVALHO, 1998, p. 113). Trindade (2004), no entanto, destaca o alívio nas páginas do diário de Rebouças após a baixa do Decreto.

‘Foi afinal publicado, mil graças a Deus, o decreto da Docas de D. Pedro II. Esta empresa, concebida em Londres a 2 de maio de 1862, estudada sobre o terreno desde 19 de agosto de 1867, requerida com data de 2 de dezembro de 1867, selada em 13 de dezembro de 1867, só veio obter sua concessão a 23 de março de 1870 vencendo muita opposição, só com as armas da persuasão e nunca com as da peita e do suborno.’ (TRINDADE, 2004, p. 195).

No entanto, as investidas da elite local demonstraram ser cada vez mais públicas, e frequentemente direcionadas à figura de André Rebouças. Os Diários Oficiais publicados entre os anos de 1870 e 1871 estiveram repletos de sessões, em sua maioria, da câmara municipal, contrárias aos planos do engenheiro. Antes mesmo do decreto, em 14 de março de 1870, a municipalidade se põe a questionar a licitude da organização da companhia das docas, o posicionamento e interesses privados de Rebouças e seus parceiros, e sua suposta desconsideração aos bens públicos, que não visava indenizar o município injuriado por suas iniciativas. Como ponto de tensão emerge, exatamente, a utilização da Praça Municipal e cais da Imperatriz e a Praça da Harmonia. Esses lugares

tornam-se alvo de grande disputa, que contribuiriam para alterar toda a planta das obras das Docas de D. Pedro II, como se vê retratado em um trecho do diário oficial abaixo uma das narrativas contra o engenheiro,

Os negociantes Stephen Busck & C. e o engenheiro André Rebouças propõe se no incluso requerimento a beneficiarem o município neutro e etc., com a organização de uma companhia para construção de docas e armazéns próprios no litoral compreendido entre o lardo de S. Francisco da Prainha e a Gamboa; e, entre varias vantagens que pedem, incluem toda a praça Municipal e caes da Imperatriz e todos os mais logradouros públicos que existem nesse local, eliminando assim a principal vantagem da praça da Harmonia, e declaram que tencionam ligar essas obras á estrada de ferro de Pedro II. por meio de trilhos como os dessa estrada e com a mesma largura e não dão como indemnização ao município neutro ou camara municipal senão o foro dos terrenos que pertencerem a mesma, e forem ocupados por essa empreza.

Se emprezas dessa ordem e importância que pedem ao governo favores importantíssimos, taes como direito de desapropriação e supressão de praças e lougradouros públicos não oferecem ao município vantagem alguma, o que se podera esperar de pequenas emprezas? Como se poderá exigir que as emprezas de carris de ferro conservem as calçadas, alarguem as ruas etc?

Será licito á camara municipal alienar lougradouros públicos em beneficio de uma empreza particular? Devera a camara municipal tomar em consideração esse pedido? (RIO DE JANEIRO, 1870, Ed. 72, p. 3).

Por consequência das pressões sofridas, somente em 03 de janeiro de 1871 via decreto nº 4.665⁴⁷, André Rebouças é finalmente autorizado a organizar uma companhia com fim de construir um “[...] estabelecimento de reparação de navios pelo systema de Edwin Clark, de que fala a clausula 1ª do Decreto Nº 4.492 de 23 de março do anno passado.”. Quanto às novas plantas, são aprovadas somente em 06 de setembro de 1871⁴⁸, pelo decreto nº 4.783, no qual consta o nome de um importante aliado e cúmplice de insultos de Rebouças nesse período, o Conde da Estrella, que se apresenta como Diretor Presidente da Cia Docas de D. Pedro II.

O mês de setembro de 1871, demonstrou ser um mês bastante conturbado para Rebouças. Neste que seria o mês a se iniciarem as obras, as páginas dos diários foram inundadas de críticas a ele, a começar pelo dia 15 de setembro de 1871, dia previsto para início das obras. Outras companhias criadas por Rebouças são citadas a fim de corroborar

⁴⁷ C.f. Arquivo Nacional.

⁴⁸ C.f. Arquivo Nacional.

com o argumento do que seriam frutos de sua ganância e ambição para conseguir lucros próprios por intermédio de empresas privadas, e isso provaria seu descaso com o bem público. Em sessão com intitulada “Epidemia da época” um locutor anônimo afirma com ênfase que,

Mais uma nova empreza, já se sabe, útil, agradável e sobretudo rendosa: Companhia Florestal Paranaense. Esta até é poética, pelo menos no titulo Florestal!!... Muito bem, Sr. Dr. André Rebouças, V. S. está estuprando (desculpe a phrase porque não acho outra que corresponda melhor o nosso pensamento). a formosa bahia Guanabara com as suas excavações nas docas; agora vae passar a derribar as mattas virgens do Paraná! A continuar assim a aliança de V. S. com o Exm. Sr. conde Estrella, teremos em pouco tempo o Brasil transformado em companhias! (RIO DE JANEIRO, 1871, Ed. 255, p. 2)

Somente na edição do dia seguinte, 16 de setembro de 1871, é narrado o auto de fundação do armazém central das docas de D. Pedro II, ocorrida no dia anterior. A cerimônia, que contou com a presença da Princesa Isabel e conde d’Eu, foi tomada por conturbações e tentativas de embargos sugeridos por Ferreira Viana, opositor de Rebouças e concorrente interessado no mesmo empreendimento. Foi enviado um meirinho⁴⁹ para embargar os passos da regente e o auto de fundação, que, no entanto, “[...] em apenas passadas duas horas depois da execução do referido mandado de embargo, quando com surpresa me avisa um guarda municipal, que o Dr. André Rebouças, chegando a praça Municipal, ordenara aos trabalhadores que continuassem nos trabalhos, que ficaram suspensos pelo embargo, não obstante se ter esse effectuado!!”⁵⁰, e ainda,

Com este despacho dirigindo-se as referidos officiaes de justiça a praça Municipal, e ahi encontrando o Dr. André Rebouças, e os preparativos convenientes para o assentamento da pedra inaugural do edificio, que ahi se vae levantar, sendo intimado para que mais trabalhos alguns não fizesse na referida praça, recebeu a intimação, deixou concluir o acto do assentamento daquella pedra, ficando porem o embargo ractificado, nada mais podendo fazer os officiaes da diligencia em respeito as pessoas presentes.⁵¹

⁴⁹ Funcionário judicial correspondente ao atual oficial de diligências.

⁵⁰ RIO DE JANEIRO, 1871, Ed. 256, p. 2.

⁵¹ Ibid. p, 2.

Este, pois, só pode solicitar novo embargo no dia seguinte, o dia 16 em questão. Nessa data, operários foram presos e as obras impedidas até que nova decisão judicial fosse tomada (CARVALHO, 1998). O auto de fundação, como se pode ver, no entanto, se deu de toda forma, e a pedra fundamental fora lançada por Rebouças, possivelmente no mesmo local o qual foi encontrada contemporaneamente. Ainda nesse dia, foram encontradas no Diário Oficial, manifestações efusivas acerca do embargo realizado pela câmara municipal. Em título que afirma “O naufrágio da collocação da primeira pedra das docas de D. Pedro II”, segue-se,

Honra a Illma. camara municipal, que, ferida na sua dignidade, reagiu solemnemente contra a prepotência de um homem que, a pretexto do *bem publico*, só procurava seu interesse !

Honra ao povo fluminense que, ainda uma vez tão asperamente offendido nos seus brios soube ser prudente, não atirando pelos ares aquelles *ridículos preparos feitos as pressas* em uma praça publica, onde outr’ora desembarcou a nossa muito querida Imperatriz!

Pricipia a carregar-se mais ainda a nuvem negra contra uma companhia monopolisadora, creada somente para o bem de poucos, e o mal de muitos!⁵²

Ao conclamar sobre supostos privilégios de poucos sem concorrência de outros que exerciam a mesma função, alegando monopólio e prepotência da empresa ao se apossar de terrenos públicos – especialmente nas obras da Praça Municipal, essas narrativas começaram a se consolidar como um senso, de forma a embargar por si os planos do engenheiro. Como afirma Carvalho (1998), muitos associados começaram a temer por seu prestígio junto aos políticos locais, já que todos pertenciam ao mesmo círculo social, e, com isso ameaçavam dissolver a companhia. A autora contabiliza ainda cartas anônimas que teriam sido enviadas a essas pessoas, acusando Rebouças de ter recebido prêmios em dinheiro pela cessão do privilégio, pelos estudos que realizara e ainda suspeitas de suborno, tendo como consequência, a venda em massa das ações da Pedro II a desestabilizando. Tal feito,

[...] levou Rebouças a empregar todas as suas economias na compra de ações e a despender um enorme esforço na busca por novos acionistas –, deslealdades, enfim, da diretoria da Cia. Da Alfândega que o havia contratado anteriormente à concessão da Pedro II e que, naquele contexto, se voltaria, sob a liderança de Mariano Procópio, contra ele. (CARVALHO, 1998, p. 114).

⁵² Ibid. p. 3.

Em comunicado proferido pela Câmara Municipal no dia 17 de setembro de 1871, o órgão narra todos os acontecimentos que a envolviam no caso das Docas de D. Pedro II. Repetindo alguns acontecimentos e utilizando pareceres do ano de 1868, concedidos por engenheiros da câmara como José Antônio da Fonseca Lessa, e do 1ª distrito, Pedro Moreira da Costa Lima, eles se colocam como razoáveis aos acontecimentos transcorridos no dia 15, uma vez que afirmam nunca ter concordado em ceder para a companhia a praça Municipal e outros terrenos públicos⁵³.

O embate se estende, e no dia 18 de mesmo mês a câmara volta se colocar, dessa vez, mais agressivamente, rebatendo uma publicação feita por Rebouças no *Jornal do Commercio* no dia anterior. Afirmando a legitimidade do embargo às obras, se dirigem ao engenheiro como um personagem “firmado na sua ascendência e notável poderio”, que havia o levado a desacatar a lei e assentado a pedra fundamental mesmo impedido legalmente, afirmando ainda,

Pelo exposto conclue-se que a provocação e o desrespeito às leis, e às autoridades partiram do Sr. Dr. Rebouças, e nunca da municipalidade, que apenas procurou garantir seus direitos, conculcados pela prepotência. Se por ventura estivéssemos em paiz moralizado, onde a lei fosse uma realidade, as ordens emanadas de um poder independente reconhecido pela constituição política do Império, seriam devidamente acatadas e os desobedientes severamente punidos⁵⁴.

A elite continuaria por um longo período a questionar as benfeitorias causadas pela construção das Docas de D. Pedro II, ainda que não questionassem a necessidade de melhorias no porto. Novamente, parecem apegar-se ao fato de que “os benefícios *reaes* redundam apenas em favor dos accionistas”. Se por um lado, é possível considerar que a companhia das Docas de D. Pedro II, por se estabelecer de tal nomenclatura, fere os ideais de bem público e bem de todos; por outro lado, os que acusam em nome do bem público, era formada por homens que faziam parte da oligarquia, gerando maior complexidade para o desembaraço dos planos de Rebouças, que era constantemente acusado de estar violando as leis, como se vê adiante,

A ambição da gloria e de riqueza, aliás nobre, cega-nos as mais das vezes. O Dr. André Rebouças, feliz com a organização da dóca da alfândega, contra a qual se levantou inutilmente todo o commercio em

⁵³ RIO DE JANEIRO, 1871, Ed. 257, p. 2.

⁵⁴ RIO DE JANEIRO, 1871, Ed. 258, p. 3.

1870, quis ir além dos limites da possibilidade e exorbitou a ponto de tornar-se um verdadeiro violador da lei!⁵⁵.

No decurso dessas narrativas, é curioso notar, que, por várias vezes os discursos buscaram recorrer ao simbolismo da Praça Municipal. Por vezes somente uma propriedade pública de custos onerosos ao município, em alguns momentos o cais da Imperatriz, aterrado, porém referenciado no local como ainda o é, era lembrado e declarado como algo do povo repleto de valor, que não deveria ser desfeito para benefício de poucos. Tais falas nos parecem representar um movimento conciliatório junto à monarquia, já que pela proximidade de Rebouças a eles, o movimento contrário a construção das docas poderia ser interpretado como uma ação contra o governo imperial.

Isso se torna claro, quando no próprio ato de embargo do dia 15 de setembro, a câmara se coloca para afirmar que não fora uma ação contra a monarquia, e sim à figura de Rebouças. Então, no mesmo ano, era comum encontrar sessões que afirmavam que “[...] temos fé na justiça dos tribunais do país; esperamos, portanto, que a municipalidade seja atendida de modo que o povo não se veja esbulhado da praça onde desembarcou a virtuosa Imperatriz do Brasil”⁵⁶. A interpretação do acontecimento do dia 15, também é posta em contestação, onde o feito de Rebouças teria causado constrangimento a Princesa Isabel, presente no ato de lançamento da pedra fundamental. Como se vê na transcrição abaixo,

[...] mandou, depois de embargado, mudar o chafariz, excavou a praça Municipal e nella levantou um pavilhão para a collocação da primeira pedra da companhia das docas, fazendo com esse procedimento a nossa estimável princeza e o povo passar por grande decepção!⁵⁷

Segundo Lima, Sene e de Souza (2016) houve ainda um banquete para formalizar o evento, no qual destacam ter havido ‘três mesas de 50 talheres cada uma’. De fato, em 18 de setembro de 1871, foi articulada em um trecho do Diário Oficial reservado à “Companhia da dóca D. Pedro II”, uma fala assinada como “Brasil”, no qual é narrado que Rebouças havia permitido no dia da inauguração serem ‘atacados foguetes dentro das docas da Alfândega’, e que “[...] deixou ser ordem da inspeção o povo invadir os seus

⁵⁵ Ibid, p. 3.

⁵⁶ Ibid, p. 3.

⁵⁷ RIO DE JANEIRO, 1871, Ed. 258, p. 3.

armazéns, levando o entusiasmo ao ponto de fazer da sala do expediente, onde se achava o retrato de Sua Majestade o Imperador, sala de banquete! !....”⁵⁸.

No dia 19 de setembro, destacamos congratulações a uma rescisão de contrato feita pelo governo imperial com a companhia Navegação Brasileira, que fazia navegação para a costa Norte do Império – esta não pertencente à Rebouças. No entanto, aproveitando a oportunidade, a pessoa de codinome “o trapicheiro”, toma o acontecimento como um bem para a nação, e critica a companhia do engenheiro afirmando que em sua existência, a Cia das Docas já haveria gasto os 600:000\$ empregados nela em corretagens, banquetes e festanças de inauguração com champagne, música, vapores, foguetes e flores, segundo ele, “para solemnizar uma usurpação”⁵⁹.

Acusado continuamente de ter obtidos privilégios, principalmente do período de mais de um ano e meio, Rebouças é repetidamente desqualificado por narrativas tendenciosas. Afirmando que os contratos e privilégios que obteve o levariam à “nomeada entre os capitalistas.”, e tomando parte de que haveriam “outros com acurados estudos e esforços” que não conseguiriam o que ele havia conseguido, é acusado ainda de exercer sua ocupação como engenheiro do governo e diretor das obras da Alfândega, e ele, por isso, haveria conseguido então passar da “[...] administração do governo para a de uma companhia levando consigo todos os seus penates; e que mais é, provendo as obras as custas do Estado de quanto podesse servir para realçar nos primeiros tempos a superioridade da gerencia da empresa.”⁶⁰, e ainda se segue,

Não é só a Côrte com o *benefício das docas da alfândega e de D. Pedro II* e com a seringaço do Trapicheiro que teme os effeitos do devotamento; as províncias do Imperio **receiam-se muito do affecto que os genios do progresso** queiram tomar pela sua prosperidade, aguardando a cada momento a concessão de algum de seus portos á ganância da corretagem. (RIO DE JANEIRO, 1871, grifo nosso, Ed. 259, p. 3.).

A tudo, ainda se agrega uma possível discrepância de gastos e ‘infiabilidade de gastos’, onde é afirmado que o Rebouças haveria gasto mais do que seu orçamento primitivo. Um locutor afirma, “O estrondo das bombas e foguetes e o crepitar do Champagne nos lautos banquetes de 150 talheres podem tranquillisar o governo, de que

⁵⁸ Ibid, p. 3.

⁵⁹ RIO DE JANEIRO. 1871, Ed. 259, p. 3.

⁶⁰ Ibid, p. 3.

uma nova leva de capital não será exigido para o cumprimento do contrato de 4 de dezembro?”⁶¹. Assim, em 19 de setembro, apenas quatro dias após o lançamento da pedra fundamental, já haveria uma nota por parte de um personagem com codinome “accionistas acautelados”, afirmado que a empresa nem existia ainda, e, por isso, demonstrava ressalvas já vendendo suas ações, fato que ratifica o consenso que estava se formando após tantos ataques em um curto espaço de tempo à companhia.

Tal fato levou Rebouças a convocar uma reunião com acionistas no dia 20 de setembro. Conde Estrella, na data, ainda presidindo provisoriamente a companhia, ofereceu o nome de Manoel Marques de Sá para presidência da reunião, o qual foi acatado. Rebouças, então, como gerente, principal idealizador do projeto e alvo dos ataques, fez o histórico dos acontecimentos até então, tomando como base o decreto 4.492 de concessão afirmando que “[...] depois desse breve estudo ficaria toda a assembleia convencida que jamais concessão tão importante fora feita no Brasil, e que jamais companhia alguma teve diante de si um futuro mais prospero e grandioso.”.

Rebouças pediu para que eles não cedessem aos argumentos, que chamou de falaciosos, dos que queriam amedrontá-los para baixar o valor das ações no interesse de “[...] impedir a companhia de progredir e ir assim comprometter seus interesses individuais.”. Acerca do conflito com a municipalidade Rebouças afirmou que tal “[...] achava-se em termos de uma solução amigável oferecendo-se a companhia a pagar os prédios pela Illma. camara municipal desapropriados em 1840 por ocasião do desembarque de Sua Magestade a Imperatriz.”.⁶²

Ao narrar o acontecido no dia 22 de setembro, o orador de codinome “o camundongo”, não deixou de falar que a próxima reunião seria a do “enterro dos ossos”, afirmando que ela haveria acabado em tumulto. Em entrelinhas, o narrador também aproveitou a oportunidade de criticar o governo por ceder desapropriação do “[...] *bem publico* a uma companhia particular que já se considera uma mina.”⁶³.

Em uma nova tentativa de apaziguar as relações com a monarquia, a Câmara Municipal veio a público se posicionar mais brandamente, explicando todo o acontecimento no diário oficial do dia 06 de outubro de 1871. Nele é afirmado que não havia sido de interesse da instituição o embaraço das obras, mas sim a garantia de seus direitos, e que não havia acontecido falta de respeito aos monarcas presentes, afirmando

⁶¹ RIO DE JANEIRO. 1871, Ed. 261, p. 3.

⁶² Ibid, p. 3.

⁶³ RIO DE JANEIRO. 1871 Ed. 262, p. 3.

que não teriam jurisdição sob os oficiais de justiça que foram enviados, se retirando de eventuais reclamações sobre as ações feitas em seu nome.

Também foi exposto que, dois dias antes do lançamento da pedra fundamental, foi informada a presidência da câmara, ao então vereador André Cordeiro de Araujo Lima que a companhia “[...] tomara posse violenta da praça da Imperatriz e nella fazia obras preparatorias para a solemnidade que teve logar no dia 15 de Setembro [...]”, e por isso, foi logo providenciado uma ordem de embargo das obras, sendo entregue a Rebouças nas vésperas, o qual ele teria então transgredido, já que continuaram os operários os seus trabalhos, tendo, por essa razão, sido presos. Afirmando que estavam convencidos de que “[...] aquelle acto de violento esbulho foi praticado contra a vontade de Sua Alteza a regente, que a elle se dignou assistir com diversa intenção e não sciente do embarto opposto e do attentado em que incorretam os desobedientes.”, a câmara se retira da disputa agressiva na qual vinha se posicionando, negociando com interesses que julgavam estar em comum acordo com as necessidades públicas e do povo, se colocando como aliadas da monarquia, que do seu ponto de vista seria o oposto do que a companhia de Rebouças fazia⁶⁴.

Como desdobramentos de todas essas intercorrências, a câmara obtém poder para negociar como aceitaria que fossem realizadas as obras, o que alteraria os planos iniciais de Rebouças por completo. O ano de 1872 se inicia, ao que parece, ainda com a tentativa do engenheiro em consolidar sua companhia, que é confirmada na existência do decreto 4.915 de 03 de março de 1872⁶⁵, no qual prorroga por mais um ano a sua organização. As novas plantas da construção, por sua vez, só são devidamente aprovadas em 27 de abril de 1872.

Ademais, Rebouças começa a ter mais conflitos nas docas da Alfândega, os quais Carvalho (1998) afirma ter sido os “[...] mais contundentes movimentos de oposição de que o engenheiro foi vítima.”. O inspetor da Alfândega, Paula Feitas “[...] proibiu que as docas da Gamboa armazenassem vinho e embarcassem café que se encontrava em estoque, contrariando, inclusive, o disposto legalmente pelo instrumento da concessão.” (CARVALHO, 1998, p. 114). Rebouças vai então, até o ministro da Fazenda, Rio Branco, e mesmo ao imperador para fazer valer a lei, no entanto, mesmo esse último lhe dando razão, não conseguiu impedir a demissão de Rebouças como engenheiro das obras da

⁶⁴ RIO DE JANEIRO. 1871, Ed. 276, p. 2.

⁶⁵ C.f. Arquivo Nacional.

Alfândega, cargo que ocupara nos últimos cinco anos⁶⁶. Em seu lugar, assumiu o engenheiro Borja Castro “[...] seu notório inimigo desde 1866 [...]”⁶⁷.

Borja Castro intensificou esforços para desqualificar tecnicamente André Rebouças, obrigando o engenheiro a se retratar aos diversos artigos publicados contra ele. Ademais, Paula Freitas solicitou a apreensão judicial de bate-estacas que funcionava por empréstimo da Alfândega nas obras da Pedro II, e o ministro Rio Branco, notando os conflitos envolvendo as duas companhias sugere uma fusão das duas empresas formando uma comissão em junho 1872, para discutir o caso.

À conselho do próprio Imperador, a fim de evitar maiores constrangimentos a ele junto aos que o demitiram da alfândega nas negociações, Rebouças viajou por onze meses para Europa e Estados Unidos em agosto de 1872. Seu afastamento, no entanto, parece ter causado constrangimento aos acionistas, que esperavam retorno sobre procedimentos que reprovaram e não obtiveram respostas. Afirmando que Rebouças havia deixado o cargo para “[...] passeiar á Europa, aos Estados Unidos, ver novos ares e aprecias novos climas [...]”, o acionista questiona o fato de não haver sido nomeado ninguém para ser novo gerente, e reclama do que chama de “[...] falta de zelo pelos dinheiros e os bens alheios [...]”⁶⁸.

No entanto, em seu relato, o acionista nos dá boas pistas de como se encontrava o andamento das obras. O locutor afirma que uma seção delas já estava concluída em agosto de 1873, com cinco trapiches em funcionamento constante, afirmando que “Mercadorias numerosas sahem e entram para os armazéns ...”. Os operários são também citados, afirmando que são pagos, e que a companhia recebe o dinheiro e gastam, fazendo obras que de nada sabem os acionistas, afirmando que “Não há assembléas geraes ; não há gerencias ; não há contas nem pareceres de commissões fiscaes . . .”⁶⁹.

Junto à ideia da fusão entre as duas companhias, fora prevista uma extensão do cais original da Gambôa para que ele atingisse o Arsenal de Guerra da Marinha, a fim de promover uma continuidade física entre as bases ocupacionais das duas companhias a ser denominado de cais Orleans⁷⁰. Esse fato se confirma, uma vez que em setembro, com

⁶⁶ “André Rebouças, *Diário*, 13 de novembro de 1871: ‘Estive no escritório das obras dando disposições para mudanças até as 2 h. Voltei às obras da grande ensecadeira até às 5 da tarde. Dou graças a Deus de ter tido coragem de despedir-me dessas obras e de meus bons operários sem uma lágrima. Posso dizer: só Deus me viu chorar.’ (CARVALHO, 1998, p. 115).

⁶⁷ C.f. Carvalho (1998)

⁶⁸ RIO DE JANEIRO. 1873, Ed. 236, p. 1.

⁶⁹ *Ibid*, p. 1.

⁷⁰ Foi protelado por falta de receptividade na Câmara Municipal (Carvalho, 1998).

Rebouças de volta à cidade, ele recebe o Imperador nas obras das Docas para demonstrar experiências com máquinas de vapor de apagar incêndios, além de mostrar a ele o desenho das obras em questão que eram idealizadas das “[...] projectadas até o arsenal da marinha [...]”, e continham “[...] tunneis de ligação das docas com o caminho de ferro D. Pedro II.”. Também ainda constavam no plano do engenheiro o arrasamento do morro de São Bento, e abertura de novas vias para comunicar as novas docas às ruas comerciais da cidade⁷¹.

Apesar de ter sido cedido à companhia das Docas de D. Pedro II a concessão para, individualmente, seguir com essas obras, o conde de Estrella, presidente da Cia, recebeu hostilidade dos acionistas e pedidos de dissolução da Pedro II, pois “[...] uma vez que, sem a fusão com a Alfândega – que fracassara diante das exigências impostas por Mariano Procópio –, e sem a boa vontade do governo, seria impossível levantar novos capitais para o prolongamento do cais primitivo e já construído.” (CARVALHO, 1998, p. 116). E apesar de se demonstrar consolidada, é concedida uma nova prorrogação em 24 de setembro de 1873, para que André Rebouças organizasse uma companhia para construção de um “estabelecimento de reparação de navios pelo systema de Edwin Clark.⁷²”

Em 15 de outubro de 1873, o decreto 4.492 tem suas cláusulas alteradas, a fim de responder às demandas correntes. Por fim, a companhia fica autorizada a construir somente “na parte compreendida entre a extremidade ocidental do Arsenal de Marinha e o prédio da rua da Saude nº 130”, impedindo também a construção dos diques múltiplos pelo sistema Edwin Clark idealizados pelo engenheiro. A praça Municipal seria preservada até os limites da atual rua Coelho de Castro, abertas pela companhia mais tarde.

Em 1874, Rebouças é obrigado a convidar autoridades do Império e responsáveis pelo Departamento de Obras Públicas para visitar as instalações da companhia no Paço. No entanto, tanto o ministro da Agricultura quanto o diretor de obras, Buarque de Macedo, provavelmente intimidados pela campanha que se desenvolvia na imprensa contra o engenheiro, se furtaram ao comparecimento, impondo a Rebouças uma visita à casa do visconde do Rio Branco para obter dele a promessa de que visitaria as obras no dia seguinte, 18 de setembro de 1874⁷³. Com esse feito, Rebouças conseguiu em julho de 1875, que o capital da empresa fosse ampliado para mais de 6.000 contos em Londres

⁷¹ RIO DE JANEIRO. 1873, Ed. 258, p. 1.

⁷² C.f. Arquivo Nacional.

⁷³ C.f. Carvalho (1998).

com garantias de juros pelo governo. Em uma das últimas cartas que enviou à D. Pedro II, já no exílio, em 13 de maio de 1891, Rebouças afirmaria,

‘Sabe Vossa Majestade quanto sofri da oligarquia politicante e da plutocracia escravocrata nesses afanosos tempos... Só tenho hoje deles uma consolação: - Projetei e construí as Docas D. Pedro II, concebi e dirigi o caminho de ferro Conde d’Eu e sua bela estação marítima do Cabedelo.’⁷⁴

Segundo Turazzi (2016) e Lenzi e Santos (2005), a construção das Docas de D. Pedro II foi estruturalmente concluída em 1875, alterando o entorno e os usos da região, até então tomada por pequenos trapiches, muitos deles arrendados pela companhia, que aos poucos foram perdendo sua função e acesso ao mar. Dos 5.600 metros projetados inicialmente por Rebouças, somente 160 metros foram construídos “[...] com duas pontes de madeira encimadas por galpões e ao armazém nº 5, com três pavimentos. Nada foi feito na enseada da Gamboa.” (AIZEN; ALBERNAZ; CARDOSO; PECHMAN; VAZ, 1987). No entanto, o fincamento da última estaca do armazém é noticiado no diário oficial somente em 20 de fevereiro de 1876⁷⁵, e as Docas de D. Pedro II se estabeleceram na configuração que se vê na fotografia abaixo. Ao fundo se vê o Morro da Conceição, o primeiro prédio à direita do edifício e ao fundo é o prédio do Hotel Barão de Tefé, à frente dele se vê a Praça Municipal e um pequeno cais de atracação, e no extremo direito um dos trapiches da região.

⁷⁴ IPHAN. Processo de Tombamento Nº 1.661-T-12. 2018

⁷⁵ RIO DE JANEIRO. 1876, Ed. 49, p. 2.



Figura 11: Docas de D. Pedro II.
Fonte: TURAZZI, 2012, p. 96.

Ainda ao verificarmos a foto anterior em escalas maiores, conseguimos identificar que a antiga construção, em sua fachada oceânica, possuía três estruturas triangulares com arcos em material branco, onde estariam escritos pouco legíveis. No entanto, em um esforço de compreensão, é possível verificar na fachada frontal para a Baía de Guanabara os seguintes escritos, da esquerda para direita: Armazém nº 5, Docas de D. Pedro II, Armazém nº 5. Embora saibamos que essa era uma estrutura de três andares, que imageticamente parece compor o edifício, por ainda não termos do acesso à planta original, não sabemos como eram as divisões dos espaços interiores do prédio.



Figura 12: Docas D. Pedro II, imagem expandida.
Fonte: TURAZZI, 2012, p. 96.

Nos anos que se seguiram após o término das obras, não encontramos nos Diários Oficiais destaques envolvendo nem as Docas de D. Pedro II ou André Rebouças. Aos poucos, os acontecimentos se restringem a relatos de trabalhadores se machucando em obras de acabamento e reparos, ou de entrada e saída de mercadorias. No entanto, fatos que dizem respeito à consolidação da geomorfologia local começam a aparecer. Em junho de 1876, é solicitado um orçamento de obras para prolongar o cais da Imperatriz até o das docas. Para tal, seria necessário aterramento e calçamento com paralelepípedos, que, no entanto, não saiu do papel⁷⁶.

Em 1877, o inspetor da alfândega e o engenheiro Borja Castro, na intenção de arrendar as Docas, realizaram uma inspeção para verificar se estas serviriam de trapiches alfandegários⁷⁷, fato que se confirma pouco depois⁷⁸. A ação facilitou entrada de embarcações e a carga e descarga de mercadorias, contribuindo, também, para aliviar os armazéns internos da alfândega. Foi, ainda, nos documentos dos anos de 1877, que

⁷⁶ RIO DE JANEIRO. 1876, Ed. 203, p. 2.

⁷⁷ RIO DE JANEIRO. 1877, Ed. 206, p. 1.

⁷⁸ Em 24 de setembro de 1877, o Barão de Cotegipe pede o arrendamento dos trapiches da Cia. Docas D. Pedro II.

encontramos publicamente a menção somente do *armazém n° 5*, que já havia sido citado bibliograficamente como parte da obra concluída das Docas de D. Pedro II por Aizen, Et. al. (1987). A abertura da rua Coelho de Castro, a mesma até os dias de hoje, foi acolhida oficialmente em 07 de dezembro de 1877⁷⁹. Seu nome se deu em homenagem ao primeiro acionista da companhia das Docas de D. Pedro II, José Machado Coelho de Castro, e foi aberta para facilitar a comunicação do armazém n° 5 com a rua da Saude⁸⁰.

Como pôde se observar, a figura de André Rebouças foi singular não apenas na construção das Docas de D. Pedro II, mas a sua trajetória como engenheiro, suas iniciativas e ambições, fizeram com que as relações sociais fossem mexidas no âmbito de suas tradições oligárquicas, sendo ele próprio motor de transformações sociais. A figura de André Rebouças no pensamento social nesse período, apesar de conturbada, é balanceada com o tempo, quase que numa tentativa de conciliar os ataques feitos a ele.

Ademais, embora contemporaneamente seja possível atribuir aos ataques que lhes foram proferidos à uma rejeição ao fato de André Rebouças ser negro, ocupar um cargo de destaque e ter desde pequeno, graças à posição social alcançada por seu pai, Antônio Rebouças, o convívio muito próximo à Família Real, nota-se que ele sempre tentou ser reconhecido pelos seus feitos na engenharia, e somente aos poucos começou a se dedicar a causa abolicionista se identificando como “mulato”.

No que se teve acesso sobre as disputas de poder envolvendo espaços como a Praça Municipal, e lugares simbólicos por vezes evocados, como o Cais da Imperatriz, demonstraram como a elite foi resistente e, por muitas, vezes agressiva e injuriosa às propostas do engenheiro e às suas conquistas. Ainda assim, André Rebouças foi responsável por tirar do papel uma das obras de maior relevância e modernização portuária do século XIX, que foi reaproveitada em suas funções originais até o início do século XX.

Também a abertura de ruas, aterros e demais obras realizadas por sua companhia, alteraram a geografia da região, que ainda hoje se mantêm em alguns aspectos da mesma maneira. No entanto, após sua construção, por muitas vezes ao longo de sua trajetória esse prédio foi ressignificado e reconfigurado respondendo a anseios contextuais que serviriam para reafirmar novas ideologias, mas ocupando em boa parte, papel protagonista, tendo sido reconhecido como um lugar singular das tentativas de modernização do porto do Rio de Janeiro.

⁷⁹ RIO DE JANEIRO. 1877, Ed. 329, p. 1.

⁸⁰ Ibid, p. 1.

2.2. As ‘Docas Nacionaes’ para República

... Determinação inesperada destacou-me para erigir urna fortificação ligeira ao lado do edificio das Docas Nacionais.

Ainda bem. Deixei, afinal, aquele tristonho morro da Saúde, que há dois meses retalho, e mino, e terraplano, rasgando-lhe em degraus as enconstas, taludando-o e artilhando-o, numa azáfama guerreira de que sou o primeiro a me surpreender. Lucro com a mudança. É uma variante ao menos. Livra-me do quadro demasiado visto daquele recanto comercial que a Revolta paralisou – circulado de trapiches desestor, atulhado pelo ciscalho bruto da ferragem velha da Mortona, e banhado pelas águas mortas de uma reentrância da baía, onde boiam, apodrecendo, velhos pontões demastrados e inúteis. (CUNHA, 2016)

Ao escrever sobre a Revolta da Armada (1891-1894) em 08 de fevereiro de 1894, Euclides da Cunha (1866-1909) evidencia como se deu a relação das Docas de D. Pedro II com a mudança do regime monárquico para o republicano, instaurado em 15 de novembro de 1889. O que pode parecer consequência de ações não intencionais, ao nos voltarmos para a utilização do termo ‘Docas Nacionais’, estamos defronte a hipóteses que podem demonstrar parcialidades e ações de apagamento intencionais quanto à origem de sua existência.

No que tange esse fato histórico, nas duas imagens que se seguem, é possível vislumbrar as barricadas montadas por militares da marinha na fachada das Docas de D. Pedro II, que hoje corresponderiam os seus fundos que findam na Rua Argemiro Bulcão. Tal localização se confirma graças à presença, na primeira imagem, do telheiro presente no extremo esquerdo da fotografia das Docas de D. Pedro II evidenciado na figura 11 aqui exposta. Embora tomadas, possivelmente, do mesmo local, a primeira imagem torna as Docas mais aparentes, e, graças à proximidade, é possível ver o material de sua estrutura, que aparenta ser de concreto e pedra sabão, e esquadrias em madeira, e na segunda o foco parece estar nos dois soldados de guarda em frente às barricadas.



Figura 13: Docas de D. Pedro 2.

Fonte: GUTIERREZ, Juan. Rio de Janeiro, RJ [s.n.], entre 1893 e 1895]. 1 foto, cópia fotográfica albuminada, p&b, 18 x 26,7. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sop>.



Figura 14: Revolta da Armada - Docas de D. Pedro 2º.

Fonte: GUITIERREZ, Juan, 1893 circa. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Instituto Moreira Salles.

Assim sendo, apesar de que, ainda após a Proclamação da República, termos nos deparado com a denominação Docas D. Pedro II nos diários oficiais, a percepção é de que

o nome vai se esvaziando, bem como os ideais monarquistas. Não foi encontrado nenhum rastro de decreto ou medida que tenha alterado a sua concepção oficialmente, o que parece confirmar que a mudança para Docas Nacionais foi uma substituição que trazia sentido para um período que passava por uma transição política, e que necessitava apagar, temporariamente, as referências do passado monárquico para dar luz à República.

Dessa forma, ainda existiriam publicações, como no *Jornal do Commercio*, no período de 1889 a 1899, descrevendo a entrada, saída e armazenagens de mercadorias nas ‘Docas D. Pedro II’. No entanto, no decorrer das décadas seguintes, mais precisamente de 1890 a 1909, a denominação começa a não ser mais encontrada nos diários oficiais, ao mesmo tempo em que o nome ‘Docas Nacionais’ começa a ser impor como nova denominação.

O mesmo se dá com o nome de André Rebouças. Na década de 1880, o engenheiro irá se voltar para a causa abolicionista, destacando-se como coautor do Manifesto da Confederação Abolicionista junto a José do Patrocínio, autor da primeira versão da lei de 1888, que constitui a base do anteprojeto da Lei Áurea, e de reforma social. Nesse momento Rebouças “[...] propunha a substituição do latifúndio por uma democracia rural da pequena propriedade, desejando a reforma agrária, como solução para o problema dos negros, dos pobres e dos imigrantes no Brasil.” (NEVES, 2014, p. 45). Ainda segundo Neves (2014) toda a sua trajetória como homem de negócios, liberal e capitalista ajudava a criar em Rebouças “[...] um homem com repulsa ao sistema escravocrata.” (NEVES, 2014, p. 54).

Nos últimos dez anos do Império, Rebouças se aproxima ainda mais de D. Pedro II, se reunindo com ele para tratar de conversas das mais diversas, além de lecionar matemática para seu neto. Para Rebouças, o Imperador era um personagem que compartilhava de suas ideias progressistas e reformadoras, que o encorajava em relação ao movimento abolicionista e as demais causas. Ao proclamar da República, Rebouças acreditou também que era a perda da chance de eliminar o latifúndio e implementar a democratização do solo. Para ele, a função das instituições seria a de garantir a realização do interesse público, moralizá-lo, e favorecer a conversão do desejo de felicidade pessoal em uma aspiração de felicidade coletiva. Como afirma Neves (2014),

Podemos dizer que a monarquia simbolizava para este personagem a forma de governo mais sólida e estável, seria doloroso retirar de si próprio este sentimento monárquico, de modo que ele preferiu se exilar

com D. Pedro II na esperança de restaurar o regime no exílio. (NEVES, 2014, p. 61)

Assim, decepcionado com a Proclamação da República, que lhe parece um retrocesso, Rebouças se exila junto à família Imperial em Portugal. Visto como um dos “subversivos da república”, que tentavam aplicar uma contra revolução, ele nunca mais voltaria ao Brasil. Então, é plausível constatar que o esquecimento de Rebouças pela República Velha também faz parte do esquecimento das Docas de D. Pedro II, uma vez que ambos eram mais do que simbolicamente ligados à resistência dos pró-monarquia, eles o eram. Transformada em Docas Nacionais, ela é coberta pelo manto republicano federalista recentemente implantado no país na segunda metade do século XIX.

Ademais, devido a problemas financeiros, a Companhia Docas de D. Pedro II vendeu ainda que ilegalmente o edifício das Docas de D. Pedro II, a qual tinha cessão do governo para uso por 90 anos, findando em 1960, para a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina⁸¹. Essa por sua vez o vendeu para a Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil⁸², em 10 de julho de 1891. Na transcrição da escritura consta a denominação ‘Docas D. Pedro II ou armazém n. 5’, com o endereço “rua Coelho de Castro, Freguezia de Santa Rita, nesta cidade do Rio de Janeiro” descrevendo-o de tal forma,

[...] o edifício, objecto da presente venda, conhecido por armazém n. 5, mede 155 metros de extensão por 33 metros e 50 centímetros de largura, é construído de pedra e tijolo, com um pavimento térreo e dous superiores, tendo no centro uma vasta galeria envidraçada e capacidade para 20.000 toneladas cúbicas, está situado entre o caes da Imperatriz e o becco da Pedra do Sal.

Essa companhia, que tinha por engenheiro Paulo de Frontin, ganhou, em 1890, a concessão para “[...] construir um cais de atracação para grandes navios na Saúde e Gamboa, dispondo de armazéns próprios, modernos aparelhos de carga e descarga, linhas férreas para o serviço de guindastes e armazéns chegando o ramal até a estação ferroviária terminal.”. Essa empresa estaria autorizada a prolongar a linha do cais ainda a ser traçada, uma vez que nem as Docas da Alfândega e de D. Pedro II conseguiram otimizar suficientemente os trâmites portuários. Assim, assegurado por via do decreto nº 960 de

⁸¹ Annaes da Camara dos Deputados. 1900. Ed. 6. P. 751

⁸² Ibid, p. 754.

1892 “[...] os 160m de cais e o armazém nº 5 das Docas Nacionais foram considerados parte integrante das obras do porto.”⁸³. Ainda como consta no decreto,

E' considerada como primeira secção das obras do caes a que se referem os decretos ns. 849 e 1156, de 11 de outubro e 11 de dezembro de 1890, a parte compreendida entre a extremidade occidental do Arsenal de Marinha da Capital Federal e o **predio n. 130 (antigo) da rua da Saude, incluído o armazem denominado n. 5, da rua Coelho de Castro (estabelecimento das Dócas Nacionaes)**, ora de propriedade da Empreza Industrial de Melhoramentos no Brazil, alteradas assim as disposições 2^a, 3^a e 4^a da clausula 7^a das que acompanham o decreto n. 849, de 11 de outubro de 1890.⁸⁴

Assim, na planta abaixo, é possível ver no centro esquerdo da imagem as Docas Nacionais referenciadas como ‘Armazém nº 5’. É a partir dela que é considerada a linha do aterro que seria realizado, bem como a numeração dos armazéns que seriam construídos em suas extremidades, ambos demarcados em vermelho. A praça Municipal, a esquerda do Armazém nº 5, seria prolongada, no entanto, sem fazer parte de nenhum armazém, tendo um pequeno cais para atracação seguindo a linha estabelecida no aterro. Também se vê na imagem a rua Coelho e Castro já construída por detrás das docas, como solicitada em 1877, demarcando onde findava a praça Municipal. Também se vê a rua da Saúde, atual Sacadura Cabral, no extremo inferior, e à direita da imagem, o Largo de S. Francisco da Prainha.

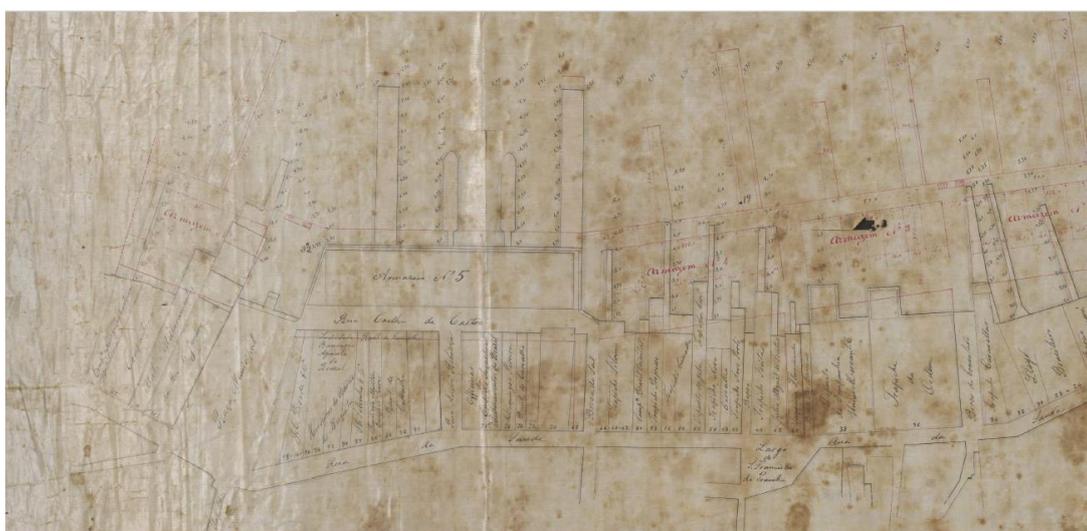


Figura 15: Recorte da planta desenhada na ‘INSPECTORIA DO 4º de PORTOS MARÍTIMOS de acordo com a cláusula II das que acompanharão o DECRETO Nº 960 de 30 de Junho de 1892’.

⁸³ Aizen, et. al., 1987, p. 110

⁸⁴ DECRETO Nº 960, DE 30 DE JULHO DE 1892, grifo nosso.

Fonte: Arquivo Nacional⁸⁵.

Ser o ‘Armazém nº 5’, referenciado desde sua construção, contribui para a afirmação da hipótese de que as antigas Docas de D. Pedro II tenham se tornado somente um armazém complementar aos outros que seriam construídos e enfileirados na região. Ao analisar uma segunda planta da mesma empresa, de 1901, é possível localizar um aterro maior ao anteriormente previsto, onde o *armazém nº 5* volta a constar como ‘Docas Nacionais’. Nesse novo desenho, no entanto, que demonstra os armazéns a serem construídos na ponta do aterro – algo similar com o traçado contemporâneo, encontra-se, paralelamente às Docas Nacionais, um armazém também denominado de nº 5. Ou seja, ainda que afastada, a construção era uma referência nominal e um modelo dimensional, já que o armazém a ser construído demonstra seguir o mesmo parâmetro espacial das docas na planta. É curioso notar em ambos os projetos, a existência de uma pequena rua denominada de André Rebouças – atual rua Anibal Falcão, fazendo ligação à rua da Saúde, demonstrando um movimento controverso à hipótese aqui levantada sobre o esquecimento do personagem.



Figura 16: Recorte da planta da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil (1901).

Fonte: Arquivo Nacional⁸⁶.

Dessa forma, nos parece possível afirmar que o personagem de André Rebouças como engenheiro, tenha perpetuado em função de suas ideias e realizações, como as próprias Docas de D. Pedro II. Tal hipótese, decorre do fato que, após seu falecimento

⁸⁵ INSPETORIA do 4º Distrito de Portos Marítimos. 1892.

⁸⁶ EMPRESA Industrial de Melhoramentos no Brasil. 1901.

em 9 de maio de 1898, em Funchal na ilha da Madeira, o engenheiro Paulo de Frontin em nome da Empresa Industrial Melhoramentos no Brazil, mandou celebrar às 9 horas na igreja São Francisco de Paula “solemnes exéquias por alma do illustre e saudoso engenheiro Dr. André Rebouças.”⁸⁷, sendo afirmado, ainda, que “Após essa cerimônia, será entregue ao Club de Engenharia o retrato do pranteado engenheiro, que se conservava nas docas nacionaes, em signal de reconhecimento por ter sido elle o auctor e executor das Docas de D. Pedro II.”⁸⁸. Ainda sobre seu óbito, no dia 18 de maio, o jornal Gazeta de Notícias afirmava que,

Nas Docas Nacionaes, logo que se soube da morte do eminente brasileiro, foi arriada a bandeira á meio pão, em signal de profundo pezar pelo desaparecimento d’esse engenheiro, que foi o organisador da 1ª companhia das Docas e constructor da Doca D. Pedro II, no porto do Rio de Janeiro.⁸⁹

Ainda no mês seguinte, o jornal Gazeta de Notícias, noticiara que o corpo do engenheiro foi trazido da Europa para ser enterrado no Brasil no dia 18 de junho de 1898. Segundo a reportagem, seu corpo teria sido depositado no salão da diretoria das Docas Nacionais no dia 16 de junho, e foi velado por dois dias antes de seguir em uma lancha até a praia de Botafogo, para ser enterrado no cemitério de São João Batista. Ao fim da descrição é narrado que o engenheiro “Vai finalmente descansar no seio desta terra, que é a sua, aquelle que a amou tanto e da qual se exilou por imaginaria incompatibilidade.”⁹⁰

Sobre as obras do porto, a ideia de se executar a construção de um cais contínuo desde o Arsenal de Marinha até a Ponta do Caju, presentes desde meados do século XIX, chegaram ao início do século XX com força total. Com a necessidade de investir em uma nova imagem da cidade, que crescia demograficamente desde que havia se tornado capital do Império, sendo potencializada pelo fim da escravidão, a chegada de migrantes europeus e a própria Proclamação da República, foram propostos meios de renovação, que foram implementadas “[...] com grande rapidez elaboradas pelos Governos municipal e federal [que] modificaram de maneira intensa os espaços da cidade.” (MELLO, 2003, p. 33).

Tal necessidade era real, pois apesar da industrialização crescente promovida pelo século XIX, a vida na capital da República ainda remetia em muitos aspectos a capital

⁸⁷ A NOTICIA. 1898.

⁸⁸ Ibid. p. 2.

⁸⁹ GAZETA DE NOTÍCIAS 1898.

⁹⁰ GAZETA DE NOTÍCIAS. 1898.

colonial.⁹¹ O crescimento demográfico desenfreado havia contribuído para a criação de cortiços e diversos tipos de habitações coletivas, em ruas sem iluminação e saneamento adequado, que, combinados a um porto repleto de trapiches amontoados, incapaz de receber navios de grande calado, fizeram com que, sob a gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906) e do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), a cidade do Rio de Janeiro fosse completamente reformulada.

Em 1903, o governo comprou a empresa Melhoramentos, que não conseguiu tirar as obras do papel, e, a partir daí, empreendeu a construção de um novo porto, através de um contrato firmado com a empresa inglesa C.H. Walker & Company Limited.⁹² O arrendamento da empresa e seus armazéns, inclusive as Docas Nacionais, serviu de alicerce para a aplicação de um dos maiores planos de reurbanização que a cidade passou. No mesmo ano, a fim de atender as demandas comerciais, burguesas e os ideais republicanos, a parceria municipal e federal em conjunto com o sanitarista Oswaldo Cruz, começavam a empreitada conhecida como “bota-abaixo” na cidade do Rio de Janeiro. Considerada como inovadora pelas elites e injusta com as minorias, nasceu por ela uma nova zona portuária. Com ela, uma nova imagem da cidade foi disseminada a partir do seu porto moderno e novos equipamentos culturais espalhados pelas principais vias de circulação da cidade, iniciando um novo ciclo de existência da zona portuária do Rio de Janeiro.

As principais obras do período consistiam no “melhoramento” e embelezamento da cidade. Dentre as principais intervenções estavam a construção do Canal do Mangue, a abertura da Avenida Beira Mar – da praia de Santa Luzia até o Mourisco, facilitando por meio do Túnel do Leme o acesso a até então inabitada Copacabana, a abertura da Avenida Central – atual Rio Branco, sendo nela localizada os equipamentos culturais e, também, o que havia de mais moderno na época como jornais, clubes e hotéis⁹³.

Na imagem abaixo é possível identificar em primeiro plano à direita, o prédio do hotel Barão de Tefé, 99, modificado, porém, ainda na região. À esquerda no centro do descampado, que era a Praça Municipal, o pilar simbolizando a chegada da Imperatriz Teresa Cristina, que permanece no local desde sua colocação, e à direita ao fundo da imagem está o que é tomado atualmente como remanescente da fachada frontal do prédio das antigas Docas de D. Pedro II. Nesse momento, o aterro ainda não havia chegado à

⁹¹ C.f. CASTRO; CEZAR, 1989, p. 42.

⁹² Aizen, et. al., 1987, p. 112.

⁹³ CASTRO; CEZAR, 1989, p. 44.

região, uma vez que se iniciou do Canal do Manguê para o Arsenal da Marinha, e somente em 15 de fevereiro de 1910, o Jornal do Commercio afirmaria que, “Os trabalhos estão em frente as Docas D. Pedro II.”.



Figura 17: Figura 18: 'Largo da Imperatriz' por Augusto Malta (1904).
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro⁹⁴.

Após concluído, o aterro removeria de vez o traçado natural dos bairros da Saúde, da Gamboa e do Santo Cristo, tudo para que, enfim, o porto fosse dotado de profundidade para aportar os grandes navios à vapor. Nele, foram projetadas novas quadras, ruas e avenidas, dentre elas a Avenida do Cais, atual Rodrigues Alves, que em sua ponta contava com armazéns e guindastes denunciando o suposto progresso do maquinário sobre a ultrapassada colônia. Como era anunciado nos jornais na época, como na Gazeta de Notícias,

Vivemos muitos anos de uma ociosidade que so na política restricta e pessoal encontrava prazer e patriotismo. Esse tempo felizmente passou e o que era ociosidade vai-se transformar maravilhosamente em actividade. O passo mais árduo era o primeiro. Agora é prosseguir.⁹⁵

⁹⁴ AIZEN ET. AL., 1987, p. 92.

⁹⁵ GAZETA DE NOTÍCIAS. 1904. Ed. 90. p. 1.

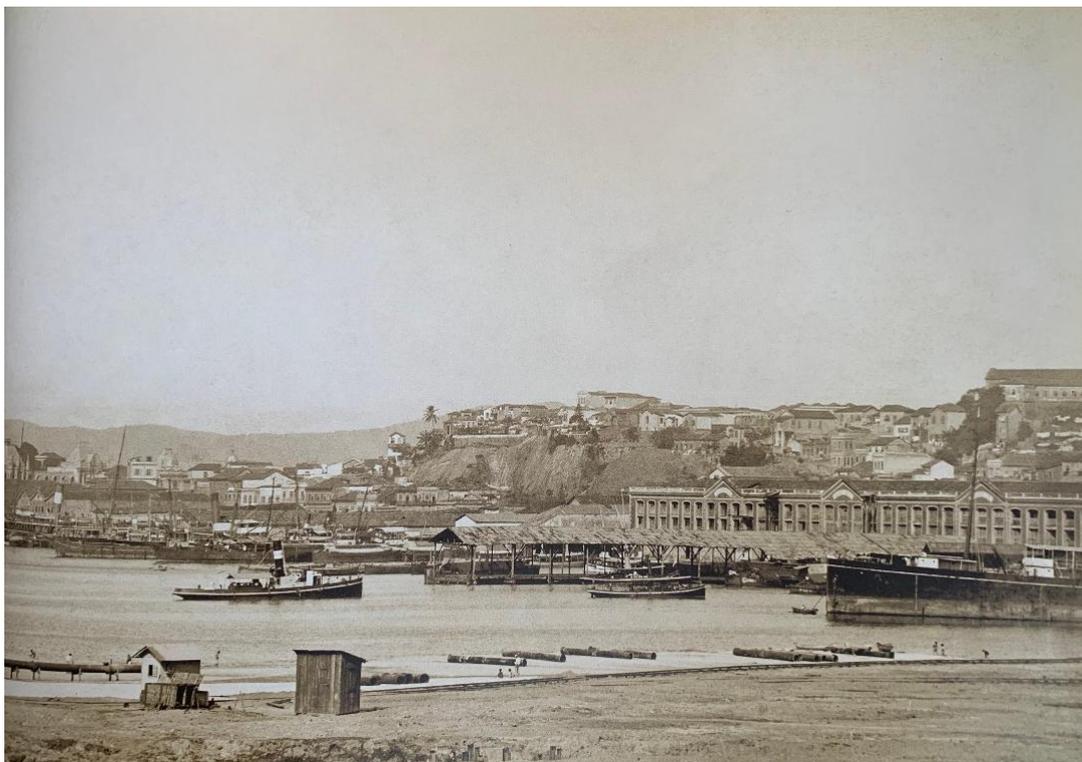


Figura 18: Visão do aterro em frente as Docas Nacionaes.
Fonte: TURAZZI, 2012, p. 154.

Segundo o *Jornal do Commercio* de 20 de julho de 1910, no qual é apresentado um relatório denso sobre as obras iniciadas em 1904 até o dia em questão, é narrado que o edifício teve um papel muito particular. Na inauguração dos trabalhos em 29 de março de 1904, o jornal afirmara que ela fora feita com “máxima solemnidade” na presença do presidente Rodrigues Alves que, “[...] acompanhado de sua família e das casas civil e militar da Presidencia, veio de Petropolis a bordo do hiate *Silva Jardim*, desembarcando às 11 horas e meia na ponte das Docas, onde foi recebido pelo Ministro da Industria, Engenheiro Walker e outras pessoas.”. Tal cerimônia se deu na “enseada fronteira às Docas Nacionaes”, e contou com a presença de paquetes, vapores, barcas, lanchas e outras embarcações para acompanhar a solenidade, sendo que, ainda, “Num dos salões do edifício das Docas Nacionaes realizou-se um lauto almoço, sendo o Presidente da República saudado pelos representantes da imprensa e pelo empreiteiro J. Walker.”. O início das dragagens em frente às docas, narra o jornal, tiveram início no dia em questão.⁹⁶

De fato, a *Gazeta de Notícias* do dia 30 de março de 1904, relata descritivamente o acontecimento, o que nos leva a crer que foi, de fato, uma grande solenidade, como

⁹⁶ JORNAL DO COMMERCIO, 1910. Ed. 201, p. 2.

apontado posteriormente pelo Jornal do Commercio. O dia é narrado como de uma “grande festa nacional”, afirmando, ainda, que a receptividade popular demonstrada pela presença de diversas embarcações e pessoas próximas ao cais para acompanhar eram prova da “confiança que desde hontem se declarou francamente em favor do governo, que compreendendo os altos interesses do paiz, soube pôr hombros heroicos e patrióticos a uma empreza de que vão a depender o nosso nome e o nosso futuro.”⁹⁷. Ainda se segue nas páginas do jornal,

Com a clara vidência desses resultados foi que o povo se associou a solemnidade da inauguração das obras do porto do Rio de Janeiro e com essa mesma previdência foi que as classes conservadoras deram os seus applausos á ingente obra de reconstrucção do nosso progresso material e de reorganisação do nosso trabalho⁹⁸

Ainda segundo a Gazeta de Notícias, as “antigas Docas de D. Pedro II” foram ornamentadas para a grande ocasião. Foram postas bandeiras, folhas e flores por todo o prédio, desde a entrada aos espaços interiores. Na própria ponte do cais onde desembarcaria o então presidente Rodrigues Alves, é narrado que “fora construído um bosque formado por uma grande tela de arame em que se entrelaçavam, folhas de sicca, bambu e avenca, sendo a cobertura fechada por palmas.”, e, no chão, “tendiam-se filas de vasos cuvollos em açafates de vime, contendo crótons, samambaias de Petrópolis.”.

O interior do prédio também é narrado, de forma a conseguirmos ter alguma ideia de como era sua configuração. O jornal narra que “A escada de acesso para o pavimento superior estava forrada de tapete, tendo as balaustradas cobertas por panno vermelho e branco de um lado, verde e amarelo do outro.”, afirma-se que dali “passava-se para o salão do almoço, que estava adornado com muita arte”. Ao lado do salão organizado para a refeição, havia sido preparado um gabinete destinado a assinatura do auto de inauguração. Ainda na sala de almoço, afirma-se que “Uma grande mesa occupava quase todo o comprimento do pontão, a prôa do qual foi transformada em *buffet*. Havia na mesa logar para 152 pessoas.”⁹⁹.

A chegada do presidente Rodrigues Alves é narrada como muito receptiva, ao passo que foram soltos foguetes, e as bandas militares executaram o hino nacional até que o iate do presidente aportasse no cais das antigas Docas de D. Pedro II. Durante o almoço

⁹⁷ GAZETA DE NOTÍCIAS. 1904. Ed. 90. p. 1.

⁹⁸ Ibid, p. 1.

⁹⁹ Ibid, p. 1.

conta-se que uma orquestra de 15 professores executou “*pots-pourris* de varias operas”, e após, na sala preparada para tal, foi lavrado o ato de inauguração. Em seguida, todos se encaminharam para o exterior do edifício onde se encontrava desde cedo a draga Lauro Muller, que pelo movimento inicial de Rodrigues Alves fez a primeira dragagem das obras do Porto do Rio de Janeiro¹⁰⁰.

Após o término das obras em 1911, foi encontrado um *Estudo de drenagem e galerias entre a Praça Municipal e a rua Pedra do Sal*, realizado pela Inspetoria Fiscal do Porto do Rio de Janeiro. Nele podemos ver, pela primeira vez, após as intervenções, que, ainda que a distância proporcionada pelos aterros realizados nos primeiros dez anos do século XX, o edifício das docas ainda é denominado de Docas Nacionaes¹⁰¹, e a existência da rua André Rebouças.

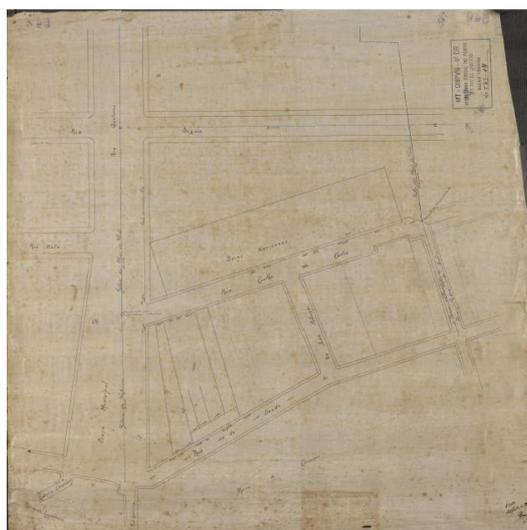


Figura 19: Estudo de drenagem e galerias entre a Praça Municipal e a rua Pedra do Sal (1912).
Fonte: Arquivo Nacional¹⁰².

Ainda no *Jornal do Commercio*, acompanhando uma disputa em que Vieira Souto reclama de ter recebido apenas uma parte do espaço interno das Docas Nacionaes, o narrador, Manoel Maria de Carvalho, ao rebatê-lo afirmando que o edifício era muito grande para dar-lhe todo, nos dá pistas de como as docas estavam divididas nesse período. Com 33 portas no total, eram de propriedade em 1911, as seguintes empresas: 17 portas centrais serviam de trapiches alfandegários; 6 portas à esquerda eram utilizadas pela

¹⁰⁰ Ibid, p. 1.

¹⁰¹ INSPETORIA Fiscal do Porto do Rio de Janeiro. 1912.

¹⁰² Ibid, 1912.

empresa Ornstein & C., e as 10 a direita por Theodor Wille & C., esses dois últimos alugados.¹⁰³

Na fotografia abaixo, retratada em 1918, é possível ver essa separação pela aparente descaracterização de uma das partes que representava a fachada marítima das antigas Docas de D. Pedro II. Ao centro, se contam exatas dezessete portas centrais, a direita da foto seis portas, que consideramos pertencer à empresa Ornstein & C., e a esquerda da foto dez portas da empresa Theodor Wille & C. Também se nota que as docas permanecem com a sua estrutura original. É possível identificar os três arcos originais, embora a parte central pareça estar em uma tonalidade mais clara que a das pontas, a qual não conseguimos identificar o motivo, embora possa ser uma modificação para identificação da divisão estabelecida acima. Já na fotografia seguinte, é visível ao fundo e à esquerda do prédio da Inspetoria dos Portos, as docas na perspectiva tomada da ilha das Cobras, preservada em sua fachada original, também sem aparentes modificações significativas.

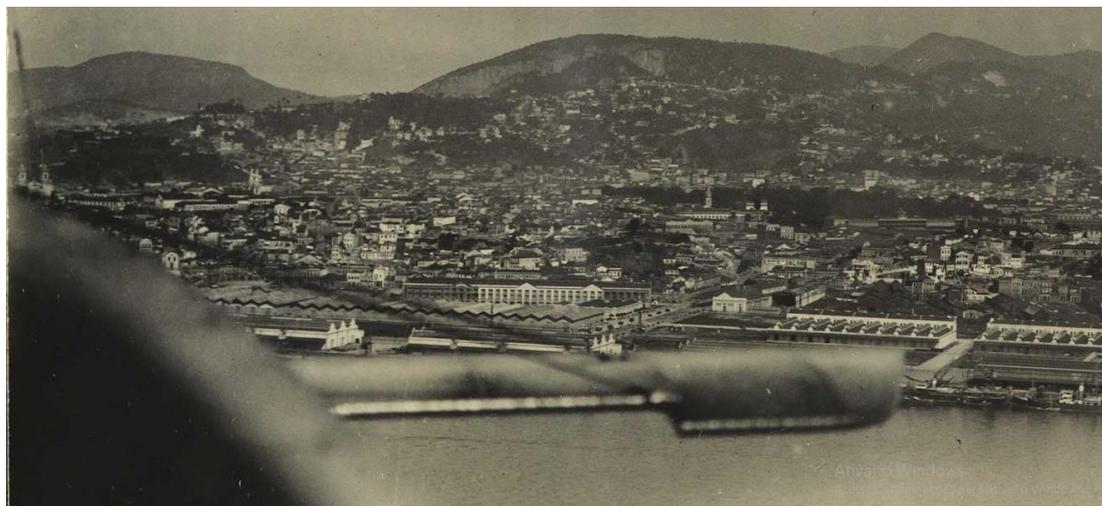


Figura 20: Kfuri, Jorge. 1918. Praça Mauá e Caes do Porto 1918.
Fonte: Biblioteca Nacional¹⁰⁴.

¹⁰³ JORNAL DO COMERCIO, 1911. Ed. 272, p. 3.

¹⁰⁴ KFURI, Jorge. **Rio de Janeiro: Praça Mauá e Caes do Porto**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1918]. 1 foto, gelatina, p&b, 12 x 17 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon628251/icon628265.jpg. Acesso em: 12 jul. 2019.



Figura 21: Recorte em perspectiva de Kafuri, Jorge. 1918. Rio de Janeiro. Ilha das Cobras. 1918.
Fonte: Biblioteca Nacional¹⁰⁵.

Assim, nos é claro que as antigas Docas de D. Pedro II, ainda que ressignificadas, mantiveram-se cumprindo suas funções iniciais por um longo período. E, ainda assim, quando seria afastada de algumas delas, como de atracadouro, foi utilizada como lugar simbólico de celebração de um novo momento que demarcaria a relação da cidade do Rio de Janeiro com seu porto até hoje, pois após as obras do início do século XX, a multiplicidade das atividades portuárias, principalmente no âmbito comercial ficariam fixadas, pela primeira vez, na região que compreende a Praça Mauá até a ponta do Caju.

Também é notório a relevância dessa obra de André Rebouças, pois durante um longo período, foi ela que serviu de referência para os desenhos das plantas das obras que seriam realizadas na região, e, depois de concluídas, se manteve como armazém e trapiche alfandegário graças a suas dimensões e disposições internas. O engenheiro também nos apareceu como um personagem de relevância, das solenidades prestadas após seu falecimento, ao seu corpo que foi velado no interior do prédio, à mesmo uma pequena rua com seu nome, demonstram que não houve um apagamento completo seu. Utilizando-se de uma narrativa de incompatibilidade política, suas atividades e realizações como

¹⁰⁵ KFURI, Jorge. **Rio de Janeiro, Ilha das Cobras, vendo-se ao centro no pateo interno, o Batalhão Naval em exercício.** Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1918]. 1 foto, gelatina, p&b, 12 x 17 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon628251/icon628258.jpg. Acesso em: 17 jul. 2019.

engenheiro no século XIX, o fizeram ser um ator de muita referência, pelo menos no que tange seus feitos profissionais.

No entanto, as antigas Docas de D. Pedro II, contemporaneamente, têm sido rememoradas, e, ao que é demonstrado no presente, pouco se debateu sobre a descaracterização do prédio. O personagem de André Rebouças figurou muito mais nas narrativas contemporâneas a seu respeito, bem como no passado. Porém, o que pode ser considerado como abandono e esquecimento desse prédio, que culminaram em suas alterações, foi parte graças à acontecimentos inesperados, que, juntamente aos contextos em que esteve inserido, foram responsáveis por agregar novos significados a esse espaço.

2.3. “A Rajada de Fogo”

No decorrer da pesquisa nos arquivos do Jornal do Commercio, nos foi revelado que em 10 de junho de 1919, haveria acontecido um incêndio que teria acometido as Docas de D. Pedro II no dia anterior, dia 09 de junho. É narrado no jornal que o incêndio teria se iniciado às 2 horas da tarde, e só pode ser controlado pelos bombeiros às 10 horas da noite. Ocasionado por faíscas que saíam da solda as quais trabalhavam alguns funcionários, o fogo logo haveria se espalhado por razão do vento e pelo material facilmente inflamável que lá estava armazenado, alcançando prédios próximos às docas, como a 2ª Pretoria, o Hospital Pró-Matre e alguns trapiches¹⁰⁶. Do que haveria restado das docas, o jornal narra com pesar,

Construído em 1875, o edifício das Docas, que não tinha pretensões a gracioso era vasto na área e na altura. Tinha três pavimentos, os quaes desapareceram com o incêndio. Só ficaram as paredes e isso mesmo com grandes falhas, porque parte de uma dellas desabou durante as primeiras horas do serviço de extinção.¹⁰⁷

Tal conhecimento nos instigou a buscar o acontecimento em outras fontes, e verificar sua gravidade. Fomos levados ao jornal *Gazeta de Notícias*, que fez do acontecimento uma de suas manchetes na página três onde lê-se “As Docas Pedro II Devoradas por um Grande Incendio”¹⁰⁸. Com duas imagens pouco nítidas, se reconhece, em ambas, a silhueta das antigas Docas de D. Pedro II, a primeira tomada por muita

¹⁰⁶ JORNAL DO COMMERCIO, 1919. Ed. 159, p. 4.

¹⁰⁷ Ibid., p. 4.

¹⁰⁸ GAZETA DE NOTÍCIAS, 1919. Ed. 158, p. 3.

fumaça, e a segunda, com o fogo já controlado, a presença popular observando o andamento dos trabalhos de contenção do incêndio, levando ao jornal legendá-la como “Os fundos das Docas D. Pedro II e os populares que não faltam...”.

GAZETA DE NOTÍCIAS — Terça-feira 10 de Junho de 1919

A RAJADA DE FOGO

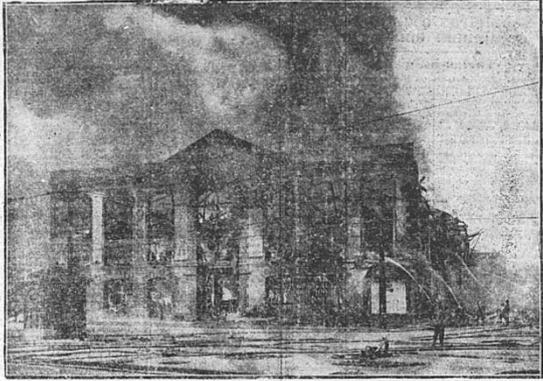
AS DOCAS PEDRO II DEVORADAS POR UM GRANDE INCENDIO

O hospital Pro-Matre atingido pelas chammas

OS PREJUIZOS SOBEM A CERCA DE CINCO MIL CONTOS

OS PREJUÍZOS SOBEM...

Os prejuízos sobem a cerca de cinco mil contos, segundo se calcula. O fogo destruiu o hospital Pro-Matre, o edifício das Docas Pedro II e outros prédios. O prejuízo total é estimado em cinco mil contos.



As Docas D. Pedro II, em chamma

OS SALVADOS DA 2ª PREENHIA

Os salvados da 2ª Preenhia foram resgatados após o incêndio. O fogo atingiu o edifício e os ocupantes foram evacuados para locais seguros.

Figura 22: Manchete jornal Gazeta de Notícias. 1919. Fonte: Biblioteca Nacional.



Figura 23: “Os fundos das Docas D. Pedro II e os populares que não faltam...”. Fonte: Biblioteca Nacional.

O jornal narra todos os acontecimentos do dia 9 em questão, a começar falando sobre os grandes incêndios, afirmando que o Rio de Janeiro seria a cidade da América do Sul que batia recordes em número de sinistros pelo fogo, mas havia muito tempo que nada

como o incêndio em questão havia acontecido. Admitindo que a construção era velhíssima, e que formava um amplo armazém com fachada principal “sobre a qual se lê a inscrição que recorda o nome do nosso ex-soberano, voltada para a praça Municipal”, o jornal alega que o fogo “irrompia com uma violência extraordinária, na parte onde funcionava o trapiche Freitas”. Com o trabalho incessante dos bombeiros, e alguns contratempos como falta de água em alguns momentos, o jornal reitera que “Quando as paredes das ‘Docas’ não restava mais que parte das paredes lateraes eram já quase sete horas da noite.”. Sobre as Docas de D. Pedro II, o locutor afirmara ser de construção do “notável e saudoso engenheiro André Rebouças”, mas que, no entanto,

Há muitos annos não era reparado, apresentando por isso um aspecto de ruínas, pois e sua base externa estava bastante estragada, o mesmo succedendo com o interior. Actualmente funcionavam ali quatro trapiches pertencentes a differentes firmas, que tinham contrato com o governo. Eram ellas: F. Freitas & C., Ornstein & C., Antonio Cardoso Castello Branco (Trapiche Silva) e Companhia Minas & Rio.¹⁰⁹

O fogo irrompeu violentamente, segundo o jornal, ainda por três vezes no mesmo dia, afirmando que até o momento de escrita da matéria – as 02 da manhã, os bombeiros ainda tentavam apagar o incêndio nas docas. No jornal do dia 11 de junho, seguiam os relatos do dia anterior, nele a *Gazeta de Notícias* afirmava: “Com o fogo desapareceu uma das mais antigas relíquias deixadas pelo ex-imperador, que era também uma tradição.”¹¹⁰, onde uma fotografia pouco clara mostra os remanescentes das antigas Docas de D. Pedro II. Na silhueta se reconhece uma das fachadas, e algumas pilastras internas.

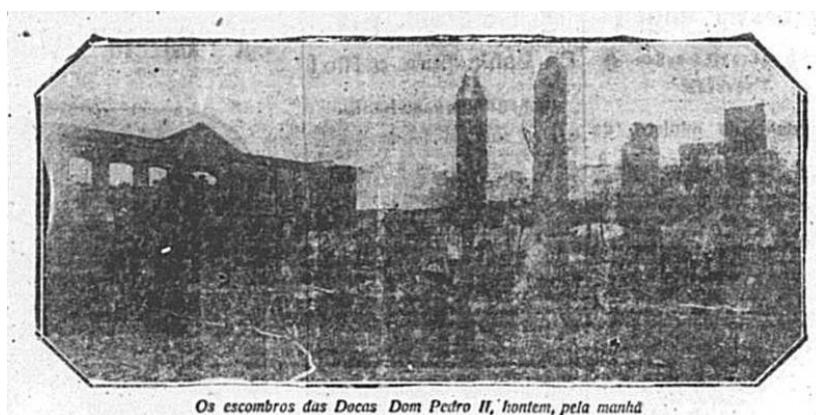


Figura 24: Fotografia da matéria do jornal *Gazeta de Notícias*¹¹¹.
Fonte: Biblioteca Nacional.

¹⁰⁹ GAZETA DE NOTÍCIAS, 1919. Ed. 158, p. 3.

¹¹⁰ *Ibid*, p. 4.

¹¹¹ *Ibid*, p. 4.

No jornal *A Razão* de 10 de junho de 1919, o incêndio também foi manchete, com uma imagem tomada da mesma perspectiva da *Gazeta de Notícias*, seguidos de “O pavoroso incendio de hontem” seguia-se a assertiva: “O bairro da Saúde esteve na imminencia de desaparecer”¹¹². O jornal afirmara que há alguns anos, ainda quando ficava a beira mar, as Docas de D. Pedro II foi acometida por um incêndio que foi, no entanto, rapidamente controlado por não haver materiais em seu interior que corroborassem para fácil expansão do fogo, notando ainda que, “Apezar dos quarenta e quatro annos de sua construcção, o edificio das docas era ainda de uma grande solidez.”, ocupado pelos quatro trapiches aqui citados com um número diversificado de mercadorias, o jornal narra com pesar que “Tal grande era o edificio agora reduzido a escombros.”. No dia que se seguiu, era afirmado que no dia 10 ainda havia fogo, e que “Do edificio das Docas só ficaram em pé as paredes mestras, tudo quanto era madeiramento foi destruído pelo fogo.”¹¹³.

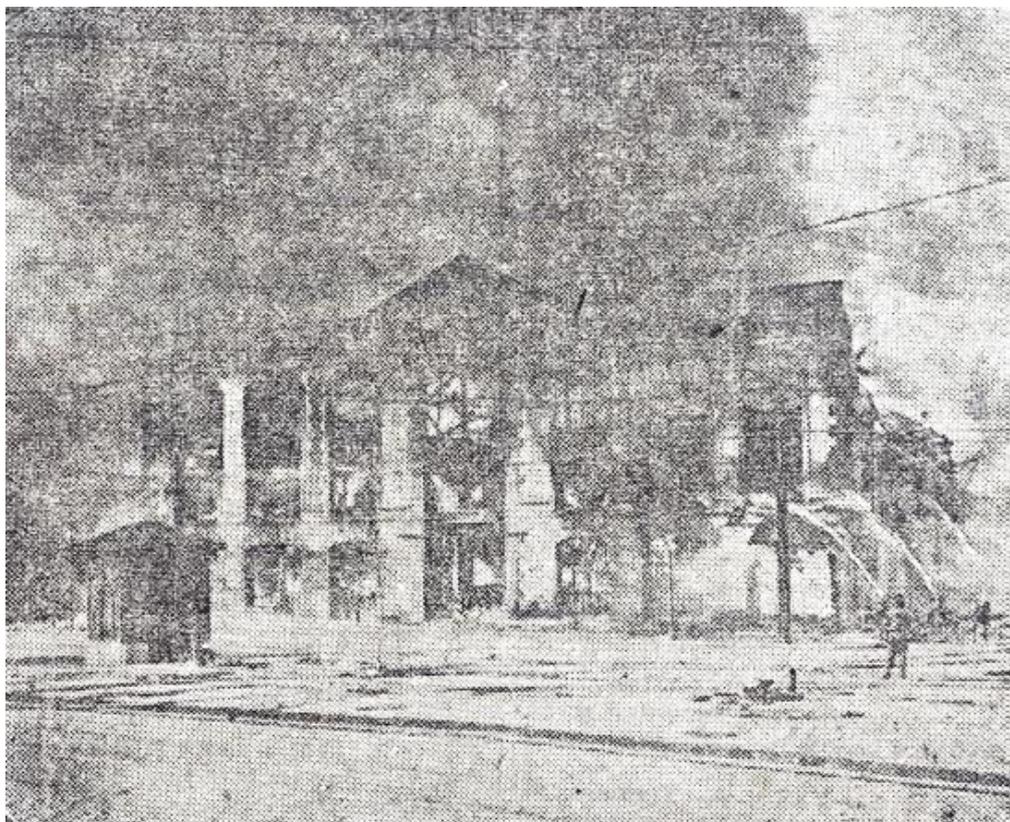


Figura 25: Foto da manchete do 'A Razão' “O edificio das docas vendo-se ao lado os bombeiros que se encontravam no becco do mesmo nome”.
Fonte: Biblioteca Nacional.

¹¹² A RAZÃO, 1919. Ed. 901, p. 4.

¹¹³ A RAZÃO, 1919. Ed. 902, p. 4.



Figura 26: "Os bombeiros, ainda hoje, trabalhando na extinção do incêndio"¹¹⁴.
Fonte: Biblioteca Nacional.

A solicitação de remoção do entulho resultado do incêndio, foi formalizada pelo Ministro da Justiça para o prefeito em 15 de junho de 1919, sendo posteriormente direcionado para Sapucaia¹¹⁵. Durante os meses que se seguiram, em alguns momentos o fogo voltava a aparecer, como em 24 de setembro em algumas madeiras acumuladas. Também foram noticiados roubos de sacas de café que restaram do incêndio, sendo os que a pegavam logo presos quando identificados, e a mercadoria apreendida para descarte já que estava imprópria para consumo¹¹⁶.

Não encontramos nada que, após o incêndio, simbolizasse medidas efetivas do que seria feito com os remanescentes das antigas Docas de D. Pedro II, além do descarte para Sapucaia. Tal fato se confirma na matéria de 16 de outubro de 1920, do *Jornal do Brasil*, onde além de afirmar, de forma que consideramos metafórica que, “ainda fumegam os seus escombros”, reclama sobre as duas últimas gestões municipais que não cuidaram de resolver o problema, e agora “Que se não leve em conta ser agora o que resta das docas um valhucouto de desocupados e um perigoso domicilio de vagabundos [...]”¹¹⁷. Na imagem a seguir de 1921, é possível visualizar uma das poucas fotografias encontradas até então, onde nitidamente se veem as docas no fundo esquerdo do edifício

¹¹⁴ Ibid, p. 4.

¹¹⁵ GAZETA DE NOTÍCIAS, 1919, Ed. 163. p. 2.

¹¹⁶ A RAZÃO. 1919,. Ed. 264. p. 4.

¹¹⁷ JORNAL DO BRASIL, 1920, Ed. 288. p. 4.

em destaque na Praça Mauá, aparentemente só com uma das fachadas de pé em um período posterior ao incêndio.



Figura 27: Recorte em perspectiva de: MALTA, Augusto. Substituição da iluminação pública de gás para lâmpadas incandescentes, 1921.
Fonte: Instituto Moreira Salles.

No entanto, em 08 de setembro de 1921, identificamos o início de um movimento para reutilização do espaço ocupado pelas antigas Docas de D. Pedro II, como, por exemplo, pela possibilidade do local ser ocupado pela Superintendência de Limpeza Pública, localizada, no período, no Campo de Santana¹¹⁸, porém, o fato que não se concretizou.

Entretanto, é em 1922, que começava a amadurecer a ideia sobre em que se transformaria esse novo espaço que antes ocupavam as docas. Em 19 de abril, o lugar é solicitado para realização de uma exposição automobilística do antigo Automóvel Club, na oportunidade da comemoração do centenário da Independência em 1922. No entanto, o Ministro da Justiça na data, alegou que só poderia ceder o espaço para uma única exposição, já que o Ministério da Guerra o havia solicitado, ficando designada então a cessão, para após a exposição¹¹⁹.

No croqui arquitetônico abaixo se encontra o esboço inicial do prédio a ser construído no espaço onde estavam compreendidas as antigas Docas. Publicado na

¹¹⁸ O JORNAL. 1921, Ed. 806, p. 2.

¹¹⁹ O JORNAL. 1922, Ed. 997, p. 7.

Revista da Semana como “As obras do Ministério da Guerra no Rio de Janeiro”¹²⁰, é possível reconhecê-lo, pois é bastante similar a sua configuração contemporânea, apesar de diferenças estruturais. Nele se vê a nova estrutura proposta com dois andares ao invés dos três originais, sendo a fachada com o arranjo mais aproximado do que existe atualmente, tanto em sua silhueta como nos detalhes laterais, janelas e portas. Uma diferença relevante é no ritmo dos vãos do croqui que somar-se-iam 28, com uma estrutura ao centro a qual parece ter como objetivo ser uma entrada lateral, que não se consolidou, já que o prédio existente permanece com o ritmo dos vãos, similares as das antigas Docas de D. Pedro II.

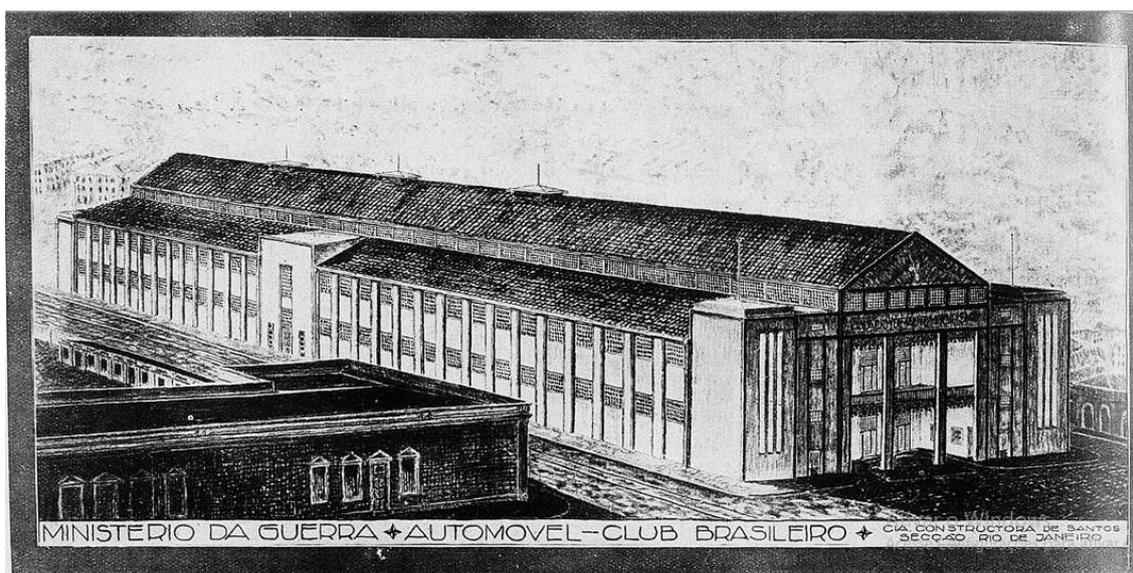


Figura 28: Croqui de reconstrução do prédio no antigo espaço das antigas Docas D. Pedro II.
Fonte: Biblioteca Nacional.

Na legenda do croqui na revista seguem os seguintes dizeres reproduzidos integralmente,

A exposição do Centenario, prestes a inaugurar-se, forneceu o salutar ensejo de soberbas edificações que jaó de permanecer para fins utilitários é que desde já attestam a competência de nossos architectos, ao mesmo tempo que a operosidade profícua dos constructores que possuimos. Um exemplo dos mais frisantes é o grande depósito mandado levantar no Caes do Porto, no local onde ficavam antigamente as < Docas D. Pedro II >. Para as festas do Centenário, será nelle installado o *Palacio de Automobilismo*, ficando durante esse período a cargo do *Automóvel Club Brasileiro*. Depois, definitivamente se destinará a um grande deposito de material bélico em trânsito, para o que a sua estrutura, de concreto armado, foi inicialmente determinada

¹²⁰ REVISTA DA SEMANA, 1922, Ed. 34. p. 26.

a resistir a grandes pesos. A construção, abrangendo uma área de 5600 metros quadrados, está sendo feita pela Companhia Constructora de Santos e, começada a 15 de junho, deve estar concluída nos primeiros dias de setembro. Será então o maior armazém do Caes do Porto, com dimensões de cuja importância a gravura acima deixa avaliar. E a rapidez com que, dia a dia, a obra vai avançando, constitui de facto um *record* que seria injustiça não assinalar (de tal modo ela prende a atenção de quem passa no Caes do Porto), documentando os relevantes merecimentos que presidem aos trabalhos. Muito amplo e essencialmente sólido, nem por isso o novo edifício deixara de oferecer um conjunto estético e de prestar bem valioso contingente para o embelezamento da cidade.¹²¹

Cabe ressaltar que, após 30 anos de existência da República Velha, a década de 20 foi marcada pelo aumento das greves de trabalhadores e insurgência de movimentos contra o modelo político de eleições presidenciais formadas pela sucessão de representantes das oligarquias do eixo São Paulo-Minas. O ano do centenário da Independência foi marcado por levantes militares como os “Dezoito do Forte” em 05 de julho de 1922, que iniciou o movimento do “tenentismo”. Como o país seria sede da Exposição Universal de 1922, Carlos Sampaio (1920-1922), como prefeito, aproveitou a oportunidade para inaugurá-la em 07 de setembro, dia que demarcava o centenário da Independência, e a faria ser reconhecida como Exposição Internacional do Centenário da Independência, que durou até 02 de julho de 1923¹²². Foi em sua gestão que foi realizado o desmonte do morro do Castelo, por exemplo, para construção de pavilhões da exposição¹²³. E na “oportunidade” concedida pelo incêndio de 1919, as Docas de D. Pedro II foram preparadas especialmente para receber o evento em um curto espaço de tempo.

Localizado em uma área da exposição designada às Grandes Indústrias¹²⁴, após a exposição do Automóvel Club, que fez com que o prédio fosse reconhecido, no período, como o Pavilhão de Automobilismo e Aviação, ele foi entregue em 09 de novembro de 1922, à Diretoria Geral da Intendência da Guerra, para que se tornasse um Depósito de Material Bélico e de Transito¹²⁵. Curiosamente, no dia seguinte foi inaugurado nele a exposição “Aeronautica do Ministério da Guerra”, com material cedido pelo Subsecretário da Aeronáutica Francesa, havendo uma cerimônia de inauguração para tal

¹²¹ Ibid, p. 26.

¹²² Levy (2014)

¹²³ FAUSTO (2014)

¹²⁴ Levy (2014)

¹²⁵ GAZETA DE NOTÍCIAS, 1922, Ed. 264. p. 4.

na presença do prefeito e generais¹²⁶. Tal exposição, acreditamos ainda ter sido uma continuidade das comemorações do centenário da Independência.

A utilização do prédio nas décadas que se seguiram, nos leva a crer que ele foi utilizado como armazém majoritariamente pelo Ministério da Guerra, que o compartilhou com outras empresas ao longo desse período, como com a Companhia de Armazens Geraes dos Estados de Minas e Rio, que denominou a parte que lhe serviu como de trapiche D. Pedro de Alcantara¹²⁷, atribuição controversa, pois,

O Ministério da Guerra – disseram – não teria ainda cedido totalmente os armazéns das Docas Pedro II, que o governo de Minas se comprometeu ceder a essa empresa. Nesse armazém existem ainda soldados, caminhões, estatuas e material bellico. O acesso ao segundo pavimento é vedado, e as portas respectivas estão interditadas.¹²⁸

Ademais, após a década de 30, ao localizar imagens aéreas da zona portuária, já o vemos da perspectiva da proposta de reconstrução apresentada na década de 20, após o incêndio. Tomada a partir da Praça Mauá, localizado bem ao centro do recorte da fotografia abaixo, fica claro que a alteração no prédio se deu a partir do acontecimento. Mesmo sem data, a fotografia é demarcada temporalmente pela presença do edifício ‘A Noite’, primeiro arranha-céu da cidade construído na década de 30, e graças à maioria de terrenos ainda desocupados no entorno, nos leva a hipótese de que essa fotografia foi tirada ainda nessa década.

¹²⁶ O PAIZ, 1922, Ed. 13901. p. 3.

¹²⁷ JORNAL DO COMMERCIO, 1926, Ed. 287. p. 13.

¹²⁸ GAZETA DE NOTÍCIAS, 1928, Ed. 11. p. 1.



Figura 29: Vista aérea cais do Porto.
Fonte: Biblioteca Nacional¹²⁹

Graças às ligações da estrada de Ferro D. Pedro II aos armazéns e cais, as linhas foram estendidas para algumas quadras internas à avenida do Cais. Tal disposição concebia uma dessas linhas passando em frente as antigas Docas de D. Pedro II, o que pode ter lhe dado mais chances de ter se fixado como armazém interno apesar das suas alterações. Tal traçado pode ser constatado pela planta abaixo, e confirmado na fotografia seguinte onde é demonstrado o descampado da linha férrea no canto extremo direito da imagem, onde se vê às costas dos remanescentes das antigas Docas de D. Pedro II.

¹²⁹ VISTA geral do caes do porto do Rio de Janeiro. [S.l.: s.n.]. 1 foto, Cópia fotográfica de gelatina e prata, p&b, 15,6 x 22,1. Disponível em: http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=42987. Acesso em: 12 jul. 2019.



Figura 30: Recorte da Planta dos terrenos pertencentes a Caixa Especial de Portos.
Fonte: Arquivo Nacional.



Figura 31: Holland, S. H. Vista geral da cidade. 1930.
Fonte: Biblioteca Nacional.¹³⁰

Foi revelado, ainda, fragmentos no jornal *A Manhã* de 1951, confirmando a permanência da posse do edifício ao Exército Brasileiro, no período, já endereçado à Rua Barão de Tefé, designado para servir de depósito de material bélico. Nessa oportunidade, a superintendência do porto visava sanar a fila de vapores na altura do Caju, afirmando que o edifício “corresponde ao espaço ocupado por três ou quatro armazéns internos da A.P.R.J.¹³¹.”¹³². Dez anos depois, o jornal *Correio da Manhã*, na sessão do Correio Militar,

¹³⁰ HOLLAND, S. H. [Vista Geral da Cidade]. [S.l.: s.n.], 1930. 1 foto, gelatina, pb, 15,8 x 24,5. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=8084>. Acesso em: 18 jul. 2019.

¹³¹ Administração do Porto do Rio de Janeiro.

¹³² A MANHÃ. Ed. 2947. p. 10.

afirmava que a diretoria-geral de Material Bélico aguardava concorrência para um edital de alienação para sucatas de “lagartas de aço”, que estavam depositadas na “Av. Barão de Tefé, 75”¹³³.

Como também é possível verificar na imagem aérea abaixo de 1960, o prédio corresponde em muitos aspectos ao croqui realizado no início da década de 20, o que pode ser tomado como fachada descaracterizada das antigas Docas de D. Pedro II contemporaneamente, nos parece como um edifício completamente novo, porém que pode ter sido construído em sua base pelos remanescentes das docas, ao que tudo indica, as paredes mestras que restaram. Para fins de comparação, em seguida, encontra-se a fachada original do prédio construído por André Rebouças no século XIX.



Figura 32: Vista aérea da Zona Portuária (1960).
Fonte: AIZEN, et. al., 1987, p. 136.

¹³³ CORREIO DA MANHÃ, 1951, Ed. 21001, p. 12.



Figura 33: Possível fachada voltada para a Barão de Tefé, por Gutierrez, Juan (1890).
Fonte: AIZEN, et. al., 1987, p. 82.

A imagem acima, feita em 1890, é o que consideramos poder ser a fachada que estaria voltada para a Rua Barão de Tefé, ou do lado oposto. Tal hipótese vem do fato de que no arco onde se lê Docas de D. Pedro II também consta algo pouco nítido abaixo, que pode ser uma data específica como do ano de sua construção. Comparada à sua fachada litorânea, essa é uma configuração inexistente nas imagens de sua lateral voltada para a baía de Guanabara. Também nessa fotografia é possível avistar um homem de pé, no que seria a segunda janela da direita para esquerda da fotografia, simbolizando a existência de níveis no prédio, cada uma das janelas representando um dos três andares.

Apesar dos acontecimentos, o destino de armazém nos parece ter sido uma possibilidade real que figurou por quase toda a sua trajetória, alternando, no entanto, sua posse e alguns significados que caracterizavam momentos de transição política. Em seu desenho original, podemos notar que, para que pudesse estar à beira mar, ele possuía uma estrutura específica para poder exercer tais atividades, bem como, ter uma estrutura resistente à ação das marés e de condições naturais adversas. Ademais, em algumas imagens, as docas parecem estar em um nível superior ao de seu arredor, como mais elevada do que a Praça Municipal, por exemplo. Com as intervenções urbanas no início do século XX, pode ter acontecido uma espécie de nivelamento seu com as novas vias, fazendo abrir mão, também, de parte da estrutura externa que a ligava ao mar.

A outra possibilidade, mais evidente, é a de construção de um prédio totalmente novo utilizando somente algumas partes da alvenaria original do edifício das antigas Docas de D. Pedro II, ou de sua fundação. De fato, na imagem aqui exposta de 1921, vemos que a fachada ficou de pé mesmo após o incêndio, o que faz com que parte da perda estrutural do prédio tenha sido graças ao fogo, mas também proposital, ao passo que ela foi claramente demolida para dar lugar a um prédio de características inteiramente novas ocupando espacialmente o mesmo ambiente.

Também é curioso que a atual fachada esteja perfeitamente alinhada à Rua Barão de Tefé, quando nas cartografias e fotografias analisadas anteriormente ao incêndio, ela está visivelmente mais afastada. Assim, existiria um espaço, que haveria de ser preenchido para alinhá-lo a rua. Tal fato nos fez questionar se foi feita alguma extensão na estrutura do prédio para tal após essa data, de tal forma que nos voltamos para o incêndio de 1919, como potencial causador desse alinhamento posterior e das demais intercorrências no prédio.

A possibilidade de que esse acontecimento tenha sido o responsável por tamanho estrago externo, sana pelo menos o porquê de sua descaracterização. Como no pequeno relato do Jornal do Commercio, consta, inclusive, que paredes teriam desabado, é possível que ele tenha sido reconstruído a partir de um modelo mais simples para que somente se mantivesse como armazém, sem a necessidade no período de recompor suas condições estéticas originais. Na imagem aérea abaixo, é possível ver claramente a sua atual fachada à esquerda como um bloco encaixado à frente do lugar onde seria o início da estrutura original do prédio das antigas Docas de D. Pedro II, feita somente para alinhá-lo a avenida.

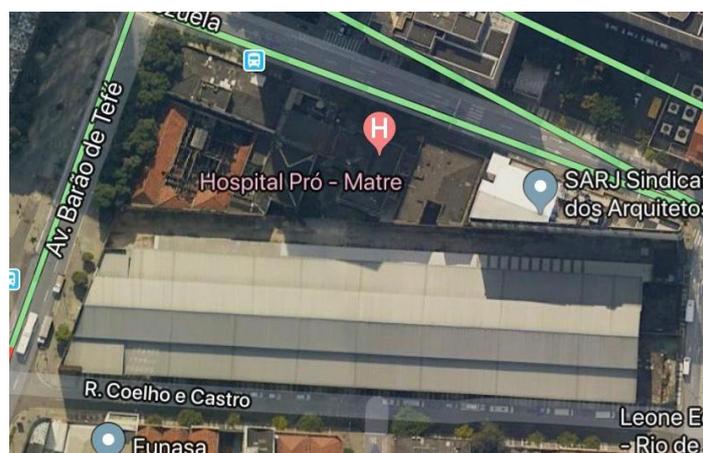


Figura 34: Imagem Satélite Docas de D. Pedro II. 15 de jul. 2019.
Fonte: Google Maps.

Ademais, no pedido de tombamento do armazém Docas de D. Pedro II realizado no ano de 2012, existe um documento redigido pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro da Cidade do Rio de Janeiro, o COMEDINE, e pelo Cedine, que contém a informação de que o imóvel teria pertencido ao Exército Brasileiro e a Companhia Brasileira de Armazenagem, a Cibrazem¹³⁴. Complementarmente, no livro *História dos bairros: Saúde, Gamboa e Santo Cristo*, de 1987, ao legendar uma das imagens das Docas de D. Pedro II, os autores afirmam que “Hoje, bastante modificado, este prédio pertence à Cibrazem, na rua Barão de Tefé”¹³⁵, sendo que, após esse período não temos conhecimento por quanto tempo mais o prédio ficou cedido a empresa em questão. Ainda na última década do século XX, encontramos a possibilidade de que o espaço tenha cessado de ser utilizado como armazém, já que a Cibrazem se funde, em 1990, a outras duas estatais dando lugar a Companhia Nacional de Abastecimento, o Conab.

Tal fato também se confirma, pois logo no início da década de 90, foi encontrado um levantamento da sua fachada contemporânea realizada em 20 de novembro de 1991. Assinado por uma arquiteta chamada Rosane, o edifício se apresenta com as mesmas características idealizadas pelo croqui na década de 20. Tal planta nos parece ter feito parte da iniciativa do carnavalesco Joãozinho Trinta (1933-2011), que idealizou no espaço a realização do projeto Flor do Amanhã, onde funcionaria além de uma escola para crianças carentes, uma usina de materiais a serem utilizados no carnaval. Segundo o *Jornal do Commercio* de 29 de novembro de 1991, estariam sendo feitas obras no edifício para atender esse projeto¹³⁶, como consta na matéria,

Instalada no antigo prédio da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Avenida Barão de Tefé, 75, a usina fabricará, no andar térreo, desde confetes e serpentinas até grandes ornamentos e carros alegóricos. No primeiro andar, os turistas terão, ainda, a oportunidade de assistir aos ensaios das escolas de samba, que contarão com a participação das crianças integradas ao projeto.¹³⁷

¹³⁴ IPHAN, Processo de Tombamento Nº 1.661-T-12. 2018.

¹³⁵ AIZEN, et. al., 1987, p. 83.

¹³⁶ JORNAL DO COMERCIO, 1991, Ed. 49, p. 17.

¹³⁷ Ibid, p. 17.



Figura 35: Docas Pedro II: fachada principal, levantamento.
Fonte: Arquivo Nacional¹³⁸.

Já em 1992, o *Jornal do Brasil* refere-se as antigas Docas de D. Pedro II como “um velho armazém de 10 mil metros quadrados”, e que a “Flor do Amanhã será uma espécie de ‘usina da alegria’ na decadente Zona Portuária”¹³⁹. Inaugurado em 13 de maio de 1992¹⁴⁰, no entanto, Joãozinho Trinta, foi afastado do projeto em setembro por determinação Juizado de Menores, tendo o senador Darcy Ribeiro, assumido o projeto em 23 de novembro de 1992,¹⁴¹.



Figura 36: “O carnavalesco quer transformar velho armazém em usina da alegria”¹⁴²
Fonte: Biblioteca Nacional.

¹³⁸ ROSANE. **Docas Pedro II: fachada principal, levantamento**. 1 fl. 20 de novembro de 1991. Localização: AN.

¹³⁹ JORNAL DO BRASIL, 1992, Ed. 329 p. 34.

¹⁴⁰ JORNAL DO BRASIL, 1992, Ed. 35, p. 33.

¹⁴¹ JORNAL DOS SPORTS. 1992, Ed. 19949, p. 10.

¹⁴² JORNAL DO BRASIL, 1992, Ed. 329 p. 34.

Na fotografia acima, é possível identificar que o interior do prédio das antigas Docas de D. Pedro II ainda possuía telhado em madeira, e as pilastras em alvenarias simples, sem revestimento. Já na imagem abaixo, também de 1992, na fachada externa do edifício, é possível notar muitas similaridades com o desenho contemporâneo, embora exista uma pintura branca no seu inferior, e muitas marcas na parte superior, demonstrando a falta de manutenção do prédio ao longo dos anos.



Figura 37: “Darcy preside ‘Flor do Amanhã’”¹⁴³.
Fonte: Biblioteca Nacional.

Assim, no decorrer da década de 90, reconhecemos que o prédio começou a ser utilizado em atividades diversificadas, por ações não envolvendo seu valor de armazém como o mantivera até então, sendo esses projetos voltados, em suma, à cultura e entretenimento. Em 1994, por exemplo, o Flor do Amanhã foi extinto, e daí em diante, começaram a ser realizadas festas em seu espaço, como em outros galpões e sobrados da região, que cresceram em utilização, em um movimento que pensava o centro da cidade como lugar alternativo para eventos noturnos, como uma *dance party*, promovida pela rádio RPC, para 8 mil pessoas¹⁴⁴, realizada nas antigas Docas de D. Pedro II.

¹⁴³JORNAL DOS SPORTS, 1992, Ed. 19949, p. 10.

¹⁴⁴ JORNAL DO BRASIL, 1994, Ed. 322 p. 43.

No ano seguinte o pintor Antonio Veronse ocupou o prédio na intenção de dar seguimento ao seu projeto “Usina da Cultura”, que ofereceria aulas de pintura, escultura e dança para crianças¹⁴⁵. Porém, é somente em 1996, que, por oportunidade concedida ao Arquivo Nacional, o prédio seria incorporado a seu patrimônio para servir de depósito dos documentos históricos da instituição. Esse momento é singular, pois, é sinalizado que o prédio teria sido projetado por André Rebouças, tendo sido inaugurado em 1876¹⁴⁶.

Essa incorporação, por sua vez, não foi efetivada, e, no mesmo período, o prédio serviu de lugar central para o Festival Internacional de Teatro. Graças a suas dimensões, aconteceram nele diversas exposições, e foram instalados no seu interior livrarias e cafés que promoviam shows de cabaré e outras atividades¹⁴⁷, que durante esse período o fez ser referenciado como “Teatro Armazém”¹⁴⁸.

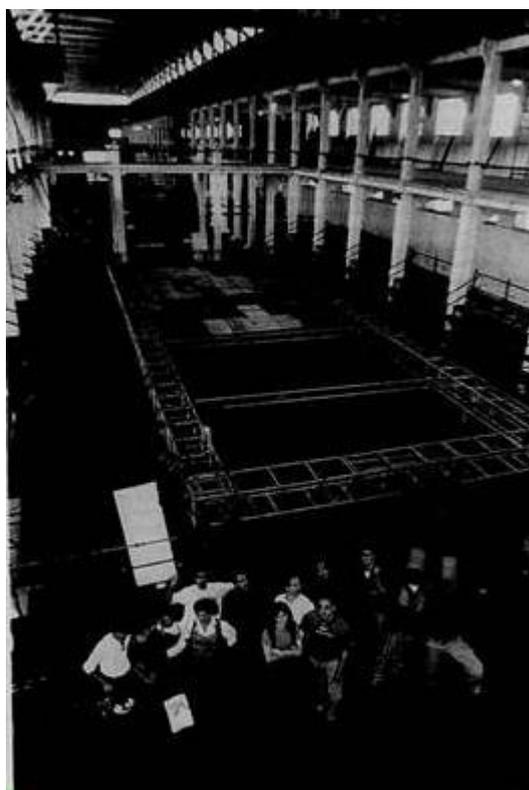


Figura 38: “Vai ter comida, diversão e arte no armazém da Praça Mauá que será o QG do festival”¹⁴⁹
Fonte: Biblioteca Nacional.

¹⁴⁵ JORNAL DO BRASIL, 1995, Ed. 362, p. 6.

¹⁴⁶ JORNAL DO BRASIL, 1996, Ed. 326, p. 25..

¹⁴⁷ JORNAL DO BRASIL, 1996, Ed. 81, p. 73.

¹⁴⁸ JORNAL DO COMMERCIO, 1996, Ed. 222, p. 26.

¹⁴⁹ JORNAL DO BRASIL, 1996, Ed. 81, p. 73.

Sendo assim, é possível afirmar que, no decorrer desses 81 anos que se seguiram após o incêndio que acometeu as Docas de D. Pedro II, sua formação, ou reconhecimento como uma construção idealizada por André Rebouças é complexa. Existe uma grande possibilidade de que remanescentes desse prédio do século XIX, tenham sido utilizados para a reconfiguração do espaço onde elas se localizavam. Isso pode ter se dado, inclusive, pela necessidade de um lugar a ser disponibilizado em um curto espaço de tempo para as exposições do Centenário da Independência. Isso faz com que seja possível falar-se contemporaneamente de uma existência simbólica das Docas de D. Pedro II, mas referenciá-la seria tarefa complexa.

Ademais, dentro da ideia inicial para que foram construídas, as Docas de D. Pedro II e seus remanescentes seguiram sendo utilizados como armazém, e, quando não, eram referenciadas como tal. Sobre isso, é curioso notar a forma como seu uso foi alterado após a década de 80, que foi um momento de muitas mudanças no contexto social e político brasileiro, e sua utilização nesse período é, senão, um reflexo de como foram se reconstituindo as relações sociais em torno da zona portuária, que passava por alguns projetos de intervenção, como o Plano Sagas. Fato é que essas práticas, podem ter contribuindo para que novas possibilidades de utilização daquele espaço começassem a se desenhar para além da ideia de armazém industrial e a funções portuárias. É nesse contexto que a partir dos anos 2000, as antigas Docas de D. Pedro II passam a ter um novo papel e função social, que viria a se tornar mais uma parte de sua memória.

2.4. O novo milênio para as antigas Docas de D. Pedro II

Quando a gente chega aqui a gente descobre uma placa sobre esse prédio, uma placa jogada, da prefeitura, esse prédio Docas D. Pedro II [...] tava jogada aqui no entulho, antes da gente chegar teve aqui o Joãozinho 30, o telhado estava caindo aos pedaços, e tinha uma área possível de se utilizar. Então Joãozinho tava fazendo oficinas ali, aí teve denúncias de Joãozinho 30, conclusão: aí já tiraram de Joãozinho, foi nesse vácuo que entrou a Ação. Antes da gente, entre Joãozinho e a gente, teve espetáculos aqui no armazém, um chamado Viagem ao Centro da Terra, então usaram todo o armazém em ruínas pra fazer esse espetáculo aqui. (José Miguel, entrevista concedida em 2019)

José Miguel é Coordenador Cultural da Organização Não Governamental Ação da Cidadania, que ocupa o edifício que é tido como as antigas Docas de D. Pedro II desde o ano 2000. A placa a qual se refere é de uma sinalização turística da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes e do Departamento Geral de Patrimônio Cultural, onde se

lê “Docas D. Pedro II depois Docas Nacionais, no anos de 1870, quando o mar chegava até este local, foi construído um cais e este prédio do armazém das docas.”, que atualmente está afixada em uma das pilastras de entrada do prédio.

Também durante sua fala, José, que está na ONG há 20 anos, discorre muito sobre como estava o prédio antes da chegada da organização no espaço, afirmando que estava “com a madeira destruída”, “sem chão”, “não tinha piso”, “tudo era barro, ainda tinha os trilhos da região” entre outras características. Porém, a fim de qualificar o debate sobre os acontecimentos do presente, concluímos que antes de nos deter sobre os usos e ressignificações que a ONG foi responsável por atribuir a ele, consideramos necessário discorrer sobre a existência desse ator, que irá influenciar diretamente nos desdobramentos a serem narrados adiante.

A Ação da Cidadania foi fundada por Herbert José de Sousa, o Betinho, sociólogo que esteve exilado durante a ditadura militar, e retornou ao país na década de 70, e Maurício Andrade, economista e militante das causas sociais. Após 20 anos de direitos comprometidos, os anos 80 foi um período onde muitos personagens, como eles, começaram a estruturar ONGs voltadas para realização de pesquisas e ações diretas na sociedade.

Assim, o início dos anos de 1990 foi o período no qual começou a se desenhar o que seria a Ação da Cidadania. Graças à articulação, carisma e boa relação com a mídia, o Betinho foi responsável por liderar o movimento, abrindo caminhos para realização do projeto “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela vida”, fazendo desse o primeiro projeto de ação social a cativar os cidadãos, a mídia e o empresariado. Tal fato se confirma pelo reconhecimento do projeto pela classe política, que se posicionou abertamente às iniciativas da ONG, e contribuiu diretamente para promovê-la e difundi-la nacionalmente, como se verifica no relato abaixo,

Pela primeira e única vez na história do Brasil, em 24 de junho de 1993, Itamar Franco cedeu à sociedade o horário privativo do presidente da República em rede oficial nacional de rádio e TV. De forma excepcional, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e Dom Mauro Morelli, bispo emérito da Diocese de Duque de Caxias, explicaram o Mapa da Fome, o desenho institucional da Política Nacional de Segurança Alimentar, e convocaram os brasileiros a assumir um papel ativo frente à miséria e à pobreza no Brasil, através da participação na Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. (REBOUÇAS; REDIG, 2018, p. 55)

Essa articulação contribuiu para instauração do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Consea, ligado à Secretaria Especial de Combate à Fome. Nesse diálogo, a Ação da Cidadania ficou responsável por atuar na sociedade civil com o papel de impulsionar as ações governamentais “[...] definindo prioridades, pressionando a alocação de recursos orçamentários, interferindo no desenho operacional dos programas federais e acompanhando sua execução.” (REBOUÇAS; REDIG, 2018, p. 57).

A ONG foi oficialmente lançada em 24 de abril de 1993, em solenidade na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a Uerj, com participação de expressivos nomes da sociedade brasileira. Quatro dias depois nascia o Comitê Rio, responsável por dirigir e coordenar as ações da ONG na cidade do Rio de Janeiro, que por sete anos funcionou em um dos andares de um dos edifícios do Banco do Brasil, no centro da cidade.

Ao longo de sua existência, a ONG ganhou relevância política e social expressiva. Crescendo com foco em ações comunicacionais exercidas via investimentos massivos em propaganda e assessoria de imprensa, que fizeram com que a Ação da Cidadania conquistasse lugar de fala em rádios, TVs, revistas e jornais, a sua imagem institucional foi aos poucos sendo solidificada. Tais ações corroboraram para a criação de veículos próprios de comunicação, como o Jornal da Cidadania lançado em 1994, e no apoio exponencial de personalidades e da sociedade civil como um todo.

A Ação da Cidadania era pauta na imprensa e, assim, as notícias se espalhavam para os comitês e garantiam a amplitude nacional da campanha. Essa presença era estrategicamente estimulada pelas entrevistas de Betinho para os jornais e pelo lançamento de *spots* de TV, com a participação de artistas. Esses concorridos eventos normalmente aconteciam em grandes hotéis da cidade do Rio de Janeiro. Todos abriam as portas para a Ação da Cidadania. (REBOUÇAS; REDIG, 2018, p. 87).

Apoiados no slogan ‘quem tem fome tem pressa’ de sua principal campanha, o Natal Sem Fome, a Ação da Cidadania ganhou o apoio da mídia, que reconhecia em seu trabalho a relevância de uma causa ainda sem solução eficaz para o país. Além da mídia, os movimentos culturais também foram de grande adesão. Exposições como no Museu Nacional de Belas Artes, outdoors, shows, como no *Fome de Rock*, no Circo Voador, e espetáculo, como Cidadão no Theatro Municipal, contribuíram para popularização do trabalho desenvolvido.

Desta forma, a Ação da Cidadania passou, também, a ter uma atuação sazonal, ou seja, um período mais focado na arrecadação de alimentos,

em que a sensibilidade estimulava a cidadania. Desde o início, a Rede Globo abraçou a ideia e Maurício dedicou-se intensamente à sua continuidade ao longo dos anos. O primeiro comercial do Natal sem Fome, em 1993, foi criado e produzido pela agência de Nizan Guanaes, na época, a DM9. As bolas de árvore de Natal eram tomates. (REBOUÇAS; REDIG, 2018, p. 115).

Com campanhas anuais de pautas diversificadas como ‘Fome de emprego mata’, de 1994, voltados para geração de empregos e para democratização da terra, em 1995, a ONG se consolidou politicamente já no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), no qual Betinho foi chamado para diálogos relevantes, já que sua figura representava uma liderança forte e mobilizava nacionalmente, e de forma inovadora, o combate à fome e a miséria.

A partir da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), as políticas públicas contra fome ganharam maior espaço, fazendo com que a ONG inovasse suas ações. Assim, em maio de 1997, com o desejo de expandir a sua atuação social para projetos educacionais e culturais, a ONG conseguiu, por iniciativa de Maurício de Andrade, uma casa em Santa Teresa, que foi reformada para se transformar no Espaço de Construção da Cultura, porém,

Em 1999, o Comitê Rio precisava encontrar outro lugar para sua sede. O edifício da Rua Marechal Floriano, onde funcionada desde 1993, seria vendido e a casa de Santa Teresa era ideal para atividades com as comunidades próximas, mas de difícil acesso para a maior parte dos comitês. Era muito pequena para abrigar tantas pessoas em reuniões e plenárias, além de todas as atividades culturais e educacionais. A necessidade de um local permanente e mais amplo para o encontro dos comitês, que viabilizasse as novas atividades que apontavam para o futuro – culturais e de capacitação – era imperativa. (REBOUÇAS; REDIG, 2018, p. 193).

Assim, no último dia de 2000 a ONG recebeu, do ministro-chefe da casa civil Pedro Parente, a autorização para utilizar o espaço das antigas Docas D. Pedro II, que vieram a ocupar somente a partir de janeiro de 2001. Além de servir como nova sede para o Comitê Rio, graças à amplitude do espaço, também seria alocado ali o Centro de Cultura e Cidadania. Sobre essa mudança, José Miguel nos conta que,

[...] a ideia quando conseguiu esse espaço e quando começou-se a pensar esse espaço como centro cultural, era assim, dentro desse espaço ter várias áreas, e essas áreas contribuiriam pra o cultural e social, então teria cinemas, espaço multiuso, teria teatro, teria restaurante [...] e os

eventos que foram acontecendo, foram financiando essas coisas. (José Miguel, entrevista concedida em 2019)

Em um livro de comemoração dos seus 25 anos, que nos serviu de base para construção dessa narrativa, a ONG relata que não tinha conhecimento sobre a história do prédio, e somente foi descobrir que fora idealizado por André Rebouças graças a uma “[...] menção entre vírgulas nos documentos das Docas [...].” (REBOUÇAS; REDIG, 2018, p. 277). Segundo Daniel Souza, assessor especial do Comitê Rio, e filho de Betinho, o estado do espaço estava muito prejudicado, principalmente em sua estrutura. Como ele afirma no livro em questão,

O telhado estava todo comprometido e ameaçava desabar. Era preciso um grande investimento para, além da segurança, oferecer as condições necessárias para desenvolver os projetos com os quais sonhávamos. (REBOUÇAS; REDIG, 2018, p. 193).

Assim, nas duas imagens a seguir, é possível vislumbrar como se encontrava o interior do edifício das antigas Docas de D. Pedro II, antes da reforma proposta pela ONG. Na primeira fotografia, vemos que a estrutura contava com dois níveis, e era sustentada por pilastras em alvenaria de composição simples. Ao fundo da imagem se vê uma escada em caracol – que não existe mais, e, mais além, uma estrutura formando uma passarela comunicando os andares superiores, que simboliza onde era o início das antigas Docas de D. Pedro II, antes do nivelamento com a rua Barão de Tefé. Tal composição interna, principalmente das pilastras, nos leva a crer que algo da fundação remanescente do incêndio das Docas D. Pedro II, pode ter sido utilizada para erguer esse novo edifício na década de 20.



Figura 39: Primeira lavagem simbólica do galpão pela Ação da Cidadania.
Fonte: REBOUÇAS; REDIG, 2018, p. 194.

Já na imagem abaixo, vemos o prédio tomado de sua fachada principal. Em primeiro plano, vemos que o material dela parece ser composto pelo conjunto de pequenas pedras. Também é possível visualizar a passarela de ligação entre os níveis superiores, e a extensão do edifício até seu outro extremo demarcado por muitas pilastras, que evocam os diversos vãos de acesso existentes nas antigas Docas de D. Pedro II. Também se vê que as primeiras pilastras anteriores a passarela, são as únicas desniveladas das demais que estruturam o prédio, e estão alinhadas a fachada da rua Barão de Tefé, demonstrando o arranjo que foi feito para expandir a estrutura até o novo ponto.



Figura 40: Primeira lavagem simbólica do galpão pela Ação da Cidadania.
 Fonte: REBOUÇAS; REDIG, 2018, p. 195.

Graças a seu engajamento junto à mídia e suas ações diversificadas junto à sociedade civil, a Ação da Cidadania conseguiu uma doação da Petrobrás no valor de R\$4.000.000, através do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), para a qualificação do espaço, recurso que levou um ano para ser liberado. O arquiteto Hélio Pelegrino Filho foi responsável por redesenhar a reforma do imóvel, e junto à sua equipe e voluntários da ONG, conseguiram transformar o “[...] antigo galpão abandonado no belo armazém de **tijolos aparentes** [...]” (REBOUÇAS; REDIG, 2018, grifo nosso, p. 200).

Somente no dia 10 de junho de 2007, sete anos após a ocupação do espaço pela ONG, as portas do novo espaço cultural foram abertas com a exposição *A Pedra do Reino*, da TV Globo (REBOUÇAS; REDIG, 2018, p. 218). O edifício começou a ser ocupado pelo Comitê Rio o qual realizou nele plenárias mensais, oficinas, mediações envolvendo estudantes do ensino fundamental e médio dos bairros do entorno, e ficaria conhecido desde então por *Galpão da Cidadania*. Apenas cinco anos depois, ele seria redescoberto por outros atores que se voltaram para o exercício de sua rememoração, e suas demandas viriam a causar grande embaraço para a história da Ação da Cidadania, dando novos contornos a biografia das antigas Docas de D. Pedro II.

No entanto, tendo como base as imagens da lavagem, e de um vídeo postado na plataforma de compartilhamento de vídeos *YouTube* pela ONG, com recortes das obras

em 2002¹⁵⁰, reconhecemos que o interior do prédio das antigas Docas de D. Pedro II foi completamente remodelado. As pilastras de alvenaria foram revestidas por tijolos, além de ter novas estruturas adicionadas para deixá-lo harmônico esteticamente. Na passarela que demarca onde era a estrutura da fachada das antigas Docas de D. Pedro II, o arquiteto tomou-a para fazer dela um arco simbólico de entrada, não sabemos, porém, se essa foi uma atitude intencional ou se foi somente uma questão estética, já que todo o restante da estrutura também foi redesenhada para conter arcos. O fato é que, atualmente, este arco simboliza onde eram os limites das antigas Docas de D. Pedro II originalmente.

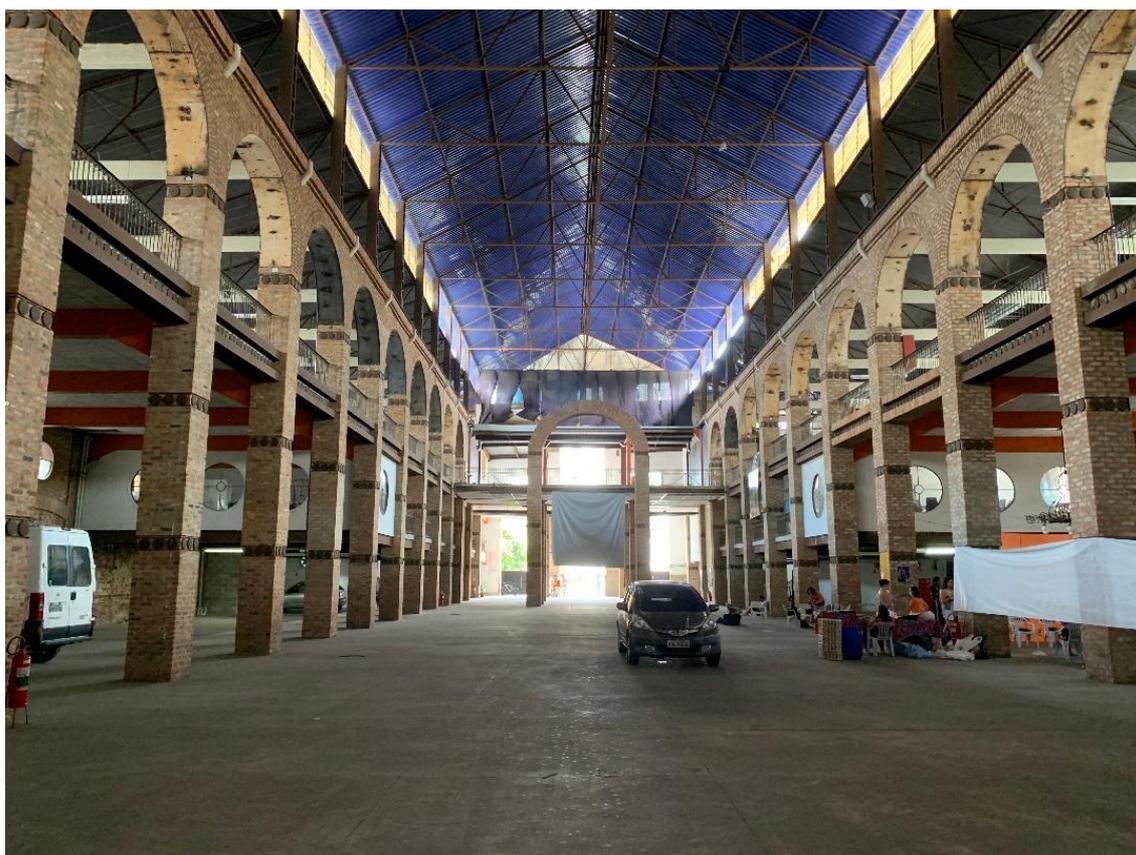


Figura 41: Interior das antigas Docas de D. Pedro II. 15 nov. 2018.
Fonte: Acervo próprio.

Também é possível conceber que, quando a ONG recebeu o espaço para utilização, ele estava dividido em dois andares apenas, contrariando o desenho original de Rebouças, que continham três níveis. Isso nos faz questionar se na reconstrução de 1922 foi utilizado o mesmo gabarito das antigas Docas de D. Pedro II, pois se foi, ela foi intencionalmente reconstruída com apenas dois andares. Ademais, é possível considerar

¹⁵⁰ AÇÃO DA CIDADANIA, 2013, (1:26).

a utilização dos remanescentes das antigas Docas de D. Pedro II na nova edificação, pois é possível reconhecer pelo interior do prédio, os espaços que um dia foram as aberturas das docas para o mar, e, no entanto, apesar das obras terem realizado grandes mudanças, alguns espaços ainda estão incompletos, fazendo em sua existência o elo entre seu passado controverso e o presente.

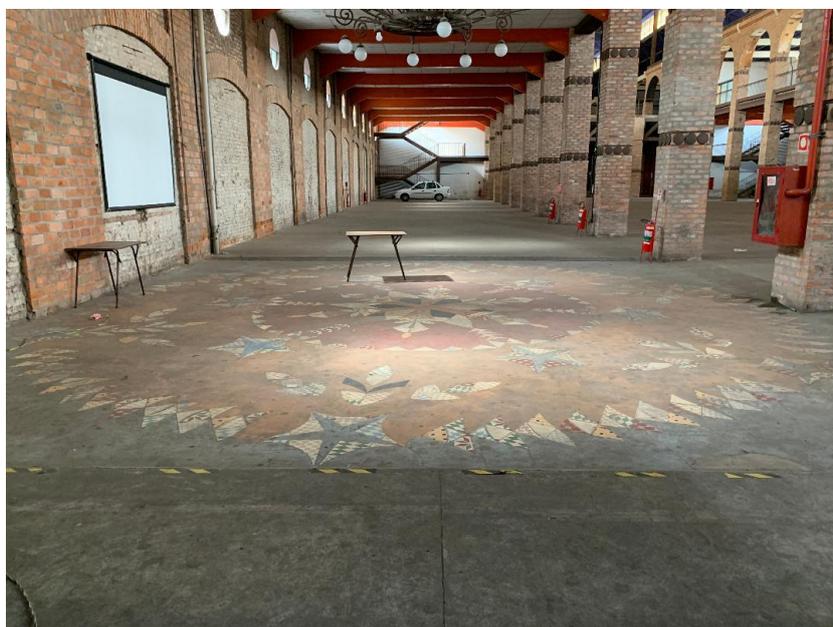


Figura 42: Primeiro andar Galpão da Cidadania e os vãos de abertura. 24 mai. 2019.
Fonte: Acervo próprio.



Figura 43: Pilastra inacabada, segundo andar. 15 nov. 2018.
Fonte: Acervo próprio.

A composição externa do edifício também foi alterada, ao que parece, na intervenção da ONG. A fachada de pequenas pedras foi revestida por tijolos avermelhados, que são a marca do prédio que representa as antigas Docas de D. Pedro II no presente.

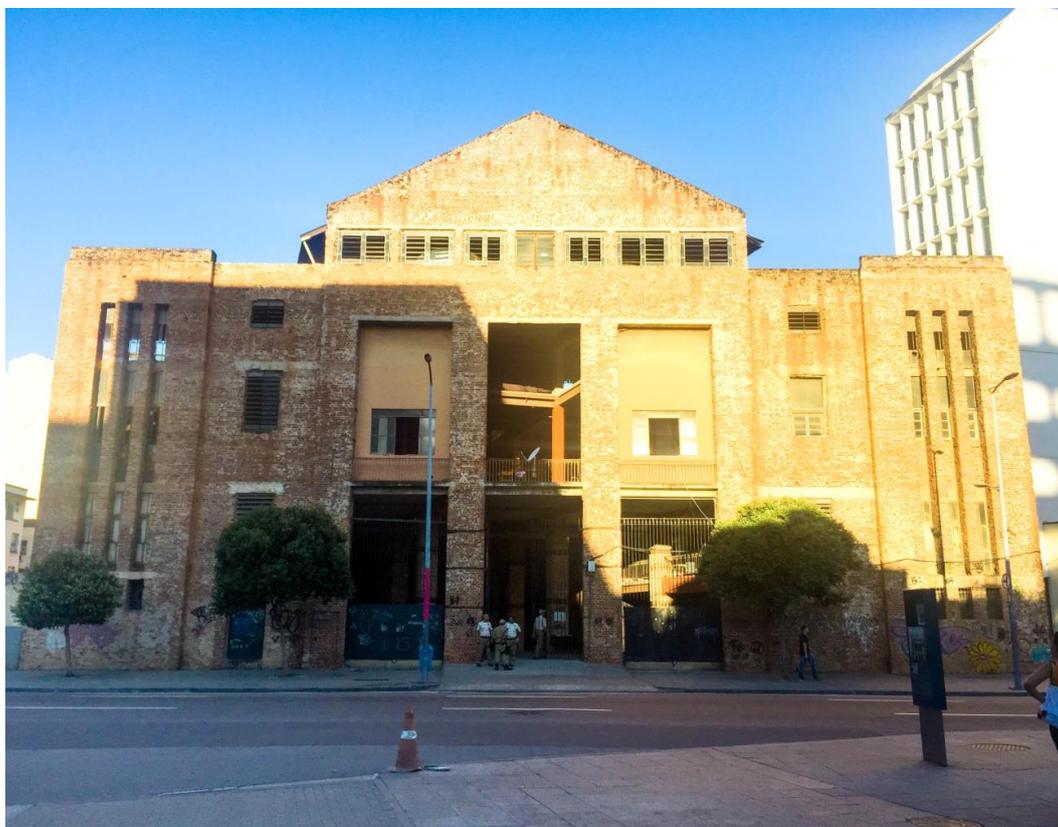


Figura 44: Fachada contemporânea das antigas Docas D. Pedro II. 24 mai. 2018.
Fonte: Acervo Próprio.

A Ação da Cidadania foi, ainda, responsável por realizar o espetáculo musical “André Rebouças: o engenheiro negro da liberdade”¹⁵¹, no ano de 2014. José Miguel, junto à André Luiz Câmara, foram responsáveis por dar vida a esse personagem dentro desse espaço pela primeira vez no novo milênio. No dia da apresentação, José relatou que haviam líderes de movimentos negros de diversos estados, e afirma que ao pesquisar sobre Rebouças percebeu o quanto era um personagem dúbio, e que por isso teria escolhido abordar o personagem de uma forma que chamou de “Rebouças por Rebouças”. Ao fim do musical José conta que um dos presentes o abordou, e, de maneira inesperada, deu seu retorno sobre a peça. Como ele narra,

¹⁵¹ AÇÃO DA CIDADANIA, 2014, (4:14).

[...] quando terminou alguém falou comigo assim, do movimento negro baiano, assim, alguns dos outros participantes que eu não conhecia falou assim: ‘mas porque você vai falar desse negro?’. Esse negro que era amigo do Imperador. (José Miguel, entrevista concedida em 2019).

Como se pode constatar, é a partir da ocupação das antigas Docas de D. Pedro II pela ONG Ação da Cidadania, e graças às ações que a organização foi realizando no espaço, que foi se desvelando com mais intensidade essa existência passada, dos seus remanescentes e do personagem que a idealizou, André Rebouças. Ainda que existisse algum conhecimento sobre tais fatos, foi por alguns movimentos que foram realizados pela ONG, como o musical, a recolocação da placa sobre as Docas e outras sinalizações, que eles ficariam mais evidenciados. Ainda, a intervenção realizada no prédio ao mesmo tempo em que cobriu parte do passado das docas, trouxe novos contornos valorativos ao imóvel, agora ligados a outro contexto histórico e social em que esteve inserido a partir da nova ocupação.

Sendo assim, caberia afirmar que durante a sua existência presentificada pela sua trajetória apresentada até aqui, as antigas Docas de D. Pedro II se mantiveram vivas, ou seja, de alguma forma, permaneceu sendo lembrada. Também as relações que se desenharam por ela, a partir dela, e após ela, passaram de alguma forma sempre a serem evocadas em momentos específicos da sua existência, de forma que nunca fora extinguido completamente a memória de que, independentemente de reconstruído, ali teria sido as Docas de D. Pedro II, construídas por um engenheiro negro no século XIX.

É exatamente nessa perspectiva, da grandiosidade da obra desse personagem, como uma das construções mais modernizadoras do porto no século, e da figura desse ator “dúbio”, como também afirmou José Miguel, que apesar dos acontecimentos do início do século XX, de alguma forma aquele espaço foi tendo sua identidade perpetuada como as Docas de D. Pedro II. Ainda, as ressignificações as quais passou não foram de tal forma irrefutáveis o suficiente para que alterassem essa sua configuração. Ser “Docas Nacionais”, “Armazém nº 5”, Pavilhão de Automobilismo e Aviação”, “Depósito de Material Bélico”, “Depósito da Cibrazen”, “Flor do Amanhã”, “Teatro Armazém”, foram todas atribuições passageiras, correspondendo a sub usos de um prédio com dimensões vastas, que, apesar das intenções em fazer a partir dele algo considerado de valor, não o tinham como objeto central.

Tal assertiva se modifica contemporaneamente, onde as antigas Docas de D. Pedro II e seu idealizador André Rebouças, são cobertos de valores simbólicos. Desse diálogo

com o presente surgem disputas e questões referentes a sua ocupação, mas essa, agora, fazendo dele objeto central nas narrativas e discursos de quem o desejam e conclamam para si. Localizado em um espaço que passou por intensas intervenções, as Docas de D. Pedro II rememoradas, e recentemente patrimonializadas, integram agora o contexto de identificação da Pequena África, que se consolidou desde a década de 80 do século passado.

3. PATRIMONIALIZAÇÃO DAS ANTIGAS DOCAS DE D. PEDRO II

Podemos afirmar que, na trajetória de sua existência, as Docas de D. Pedro II não foram esquecidas na perspectiva que somos inclinados a afirmar no presente, no que se refere a sua relevância histórica. Ela desempenhou algumas das funções as quais lhes foram designadas originalmente, pelo menos de 1875 a 1919. E mesmo após o incêndio que a acometeu, seus remanescentes permaneceram como um depósito e armazém pelo menos até o ano de 1980. É por tomar conhecimento desse acontecimento, no entanto, que se torna mais complexo chamarmos de esquecimento o que lhe aconteceu nos anos seguintes até sua rememoração contemporânea.

A construção de um edifício para ocupar o espaço das antigas Docas de D. Pedro II, pode significar a materialização de um apagamento desprezioso, já que para que se mantivesse a função de um amplo armazém, era necessária somente uma reconfiguração simples daquele espaço, que não demandava a manutenção de suas características originais. No entanto, vimos que no projeto de construção desse novo espaço, também permeavam novos ideais que visavam reafirmar um momento político fragilizado, e que, mesmo após as exposições ocorridas por decorrência do centenário da Independência, o edifício entraria em diálogo com as noções de embelezamento, que eram análogas ao período em questão, ou seja, um legado daquela gestão.

Ademais, o que podemos supor, é que, o que é chamado de “descaracterização” do edifício, pode ter sido um dos fatores responsáveis por tamanha demora na articulação de ações voltadas para sua possível preservação. Voltados para bens culturais de caráter monumental e de beleza arquitetônica, o Sphan, criado em 1937, ou seja, após a descaracterização em questão, dificilmente se voltaria para aquele edifício com características industriais como um bem a ser preservado, ou sequer buscaria desvelar suas origens como o presente foi capaz de realizar graças à ampliação do modelo de patrimonialização. Assim, o edifício se manteve ativo, porém resguardado a oportunidade de ser retirado de seu estado recorrente, para ter iluminado, à luz dos interesses contemporâneos, sua existência original.

Nessa perspectiva, nos parece necessário reafirmar que a memória é resultado de um processo de seleção. Nela, nem tudo se grava ou se registra, estando sujeita a ser produto de disputas que correspondem ao “[...] momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.” (POLLAK, 1992, p. 204). Sendo assim, podemos afirmar, ante

as reflexões e fatos aqui expostos, que a memória das antigas Docas de D. Pedro II é celebrada no presente a partir de desdobramentos específicos, que a ilumina como parte de um coletivo de outras memórias, a fim de que se tornem a materialização da identidade afro-brasileira na zona portuária do Rio de Janeiro, contribuindo para a “[...] continuidade [e] coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (POLLAK, 1992, p. 204).

Tendo por objetivo a consolidação de uma narrativa forte, que oferecesse suportes memoriais para a preservação do sítio arqueológico do Cais do Valongo, foram produzidos saberes organizados em tornos de acontecimentos e personagens que participaram da trajetória das antigas Docas de D. Pedro II, consolidando um enquadramento de memória (POLLAK, 1989), que resultaram em seu alçamento a categoria de patrimônio.

No entanto, ato de tombamento de um bem cultural, que desempenha papel crucial nas políticas patrimoniais, é apenas o estágio final de um longo processo. Nessa perspectiva, segundo Gonçalves (2002), para tal, seria necessário, primeiramente, ter indivíduos ou coletivos alegando suposto valor de algum bem material ou imaterial, para que em seguida ele seja avaliado por especialistas que, de seus pareceres, farão um relatório, e, com base nesses conhecimentos o tombamento é ou não realizado.

Seguindo essa lógica, Davallon (2015) também afirma que a “[...] patrimonialização [é] um processo pelo qual um novo laço vai ser construído entre o presente e o passado”, concluindo que, nesse decurso, é necessária a produção de saberes sobre o objeto, que serão responsáveis por estabelecer suas origens, para que assim seja-lhe atribuído a condição de objeto a ser “conservado e transmitido” (DAVALLON, 2015, p. 2). Ou seja, após o interesse coletivo haveria a necessidade de contextualização do objeto ou manifestação, sendo essa ação a forma de reconstituir “[...] a transmissão memorial que está ausente.” (DAVALLON, 2015, p. 4). Ainda por esse ângulo, Gonçalves (2002) esclarece que,

Esses discursos se articulam como narrativas, nas quais se relata a história de uma determinada coletividade, seus heróis, os acontecimentos que marcaram essa história, e especialmente os lugares e objetos que ‘testemunharam’ esses acontecimentos. (GONÇALVES, 2002, p. 111).

Esses discursos, no entanto, não são entidades coerentes em sua existência, e estão dialogando a todo tempo com outros atores, que podem vislumbrar outras possibilidades

narrativas. Porém, os que narram, quase sempre o fazem sob a autoridade simbólica manifestada em identidades e representações, constituintes da memória do que se deseja preservar. Tal perspectiva reafirma que “[...] ‘patrimônios culturais’ não são simplesmente uma coleção de objetos e estruturas materiais que existem por si mesmas, mas são, na verdade, discursivamente constituídos.” (GONÇALVES, 2002, p. 111), e, assim sendo, podem ser um recurso à disposição de grupos que estão engajados em múltiplas ações de cunho social e político, contribuindo para a constituição de subjetividades.

Porquanto, em sua essência essa construção de saber é uma ação mneumônica, que envolve ações de lembrança e esquecimento. Abreu (2012) afirma que os objetos da preservação não seriam nunca objetos totais, mas “[...] uma seleção limitada e intencional.”¹⁵², isto é, no processo de contextualização para o estabelecimento de narrativas patrimoniais, os esforços para iluminar determinados aspectos demonstram que “[...] o movimento de patrimonialização seria também um movimento de apagamento.”¹⁵³, e que, por isso, “[...] como ruínas, os bens tombados ocultam também diversas ocupações e usos sociais.”¹⁵⁴.

Sendo assim, voltando-nos para o processo de tombamento das antigas Docas de D. Pedro II, encontramos acontecimentos de extrema relevância, que corroboram para a concepção de que a construção de saber que cerca os bens culturais são produtos de disputas de poder envolvendo múltiplos atores sociais que nele depositam seus significados, e que o resultado final depende muito mais do contexto histórico e social em que estão inseridos, do que de qualquer outra variante possível.

3.1. O tombamento das antigas Docas de D. Pedro II

Como referência para essa etapa, nos utilizaremos da documentação de tombamento das antigas Docas de D. Pedro II, compiladas no Sistema Eletrônico de Informações do Iphan¹⁵⁵, e de entrevistas realizadas no segundo semestre de 2019, com o historiador Adler Homero, o arquiteto Paulo Vidal Leite, ambos do Iphan, e o presidente da Cedine, Luiz Eduardo Negrogun.

¹⁵² ABREU, 2012, p. 22.

¹⁵³ Ibid, p. 22.

¹⁵⁴ Ibid, p. 22.

¹⁵⁵ IPHAN. Processo de Tombamento Nº 1.661-T-12. 2018.

A documentação referente aos primeiros movimentos responsáveis por reivindicar o tombamento em caráter emergencial desse edifício, que se deu em sua maior parte no ano de 2012, são fundamentais para compreensão de como se dá o processo de patrimonialização, que tem como resultado a institucionalização de bens e objetos culturais, e a restituição de saberes e narrativas que virão a fazer parte da conformação em que esses patrimônios serão apresentados no presente para a sociedade.

Sendo assim, segundo o arquiteto Paulo Vidal Leite, o tombamento das docas se encontra “[...] dentro de um processo de valorização da cultura de matriz africana, de fortalecimento das comunidades que atuam na área do porto do Rio de Janeiro.” (Paulo Vidal Leite, entrevista concedida em 2019), que foi iniciada com a pesquisa arqueológica que revelou o Cais do Valongo em 2011, como o mesmo narra,

Quando o Cais do Valongo é revelado, há um primeiro movimento da sociedade civil organizada que trabalha com essa questão da memória e da cultura de matriz africana, no sentido de valorizar aqueles achados como um elemento simbólico e referencial para aquela comunidade, e não só para comunidade, como pra toda formação da cultura brasileira a partir do aporte, vamos dizer assim, da cultura que é trazida pelos africanos, e aportada no Rio de Janeiro, primeiro através da Praça XV, depois pelo Valongo. (Paulo Vidal Leite, entrevista concedida em 2019)

Porém, documentalmente, pode-se dizer que a intenção de tombamento das antigas Docas de D. Pedro II, se inicia por sua aparição em destaque nas Recomendações do Valongo, documento datado de 13 de junho de 2012, redigido pelo Grupo de Trabalho Curatorial organizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, na figura de Washington Fajardo, no período presidente do IRPH. Como apresentado anteriormente, o documento sugere que ele seja incluído no Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana por ter sido construído pelo engenheiro negro André Rebouças, que não permitiu uso de trabalho escravo em sua construção, bem como o local deveria ser potencialmente avaliado como um “espaço referencial da herança africana” (IPHAN, 2018).

Assim, o processo tem continuidade pelo envio de um memorando à Superintendência do Iphan/RJ de 18 de junho de 2012, pela museóloga Mônica Costa, atualmente Superintendente do Iphan no Rio de Janeiro, e participante no processo de elaboração das Recomendações do Valongo, onde solicita não só a inclusão do armazém

no circuito, mas também seu tombamento, com a justificativa de que estaria “relacionada, totalmente, ao contexto da Herança Africana.” (IPHAN, 2018).

Ademais, de acordo o historiador Adler Homero e o arquiteto Paulo Vidal Leite, a área ocupada pelas antigas Docas de D. Pedro II, estava designada para ocupação do Ministério Público Federal, que inserida no contexto das Cepacs do projeto Porto Maravilha, implicariam em sua demolição para construção de um novo edifício com gabarito de até 90 metros de altura para ocupação do órgão. Isso se confirma, pois, segundo Adler, a proposta seria de arrasamento do prédio para fazer um “espigão”, por isso, ele afirma, que esse o processo se tornou politicamente importante para a superintendente Maria Cristina Vereza Lodi na época, pois haveria risco do MPF solicitar a demolição do prédio, que já vinha sendo conexo ao Cais do Valongo, e o tombamento emergencial funcionaria nesse aspecto, o de evitar a perda do bem.

À vista disso, três documentos nesse momento inicial se demonstraram como demarcadores temporais, revalidando as propostas concebidas pelas Recomendações do Valongo sobre a relevância das antigas Docas D. Pedro II, tornando fundamental o seu tombamento. São eles: do Comdedine e do Cedine, redigidos em conjunto, em 20 de junho de 2012, e as considerações da arquiteta Joyce Carolina Moreira Kurrels Pena feito em 28 de junho de 2012, e do próprio historiador Adler Homero Fonseca de Castro em 04 de julho de 2012.

Ao entrevistar Negrogun, ele nos afirmou que o prédio seria muito importante para a Cedine por dois motivos específicos: sua estrutura em proximidade ao Cais do Valongo, o qual narra como um “espaço de memória nosso extremamente importante”, que estaria sendo apontado por eles desde o início para que as obras do Porto Maravilha escavassem naquelas imediações, e por ter sua construção idealizada e concluída pelo engenheiro André Rebouças. É nessa perspectiva que ele nos apresenta as antigas Docas de D. Pedro II, como se segue abaixo,

E qual é o grande mote [sic] dele [André Rebouças]? É que mesmo no período da escravidão, mesmo no período em que os negros ainda eram escravizados aqui, ele exigiu, e foi atendido, que nenhum escravo, nenhum homem escravizado participasse do trabalho da construção daquele imóvel. Então todos os funcionários que participaram da construção daquele imóvel, eram homens libertos. Então isso para nós é o norte, o marco essencial. Porque foi por um engenheiro negro, um ótimo engenheiro, uma referência. (Negrogun, entrevista concedida em 2019)

Esse pensamento é de fato refletido na documentação enviada pelas lideranças do Comdedine e Cedine à presidência do Iphan e à Superintendência Regional do órgão, pedindo medidas de salvaguarda para as Docas de D. Pedro II. Como justificativa, estão narrativas referentes as características consideradas singulares da sua construção idealizada por um engenheiro negro e abolicionista, reiterando que tal fato “ultrapassa a fronteira da materialidade e se transforma em vigoroso manifesto contra a escravidão no Brasil”. Motivados pelas Recomendações do Valongo, os grupos reconhecem que o prédio deveria ser incorporado ao Circuito, pois representava outra dimensão do legado africano no porto. O documento reitera, ainda, que a construção é um legado de André Rebouças, e que não fora utilizada mão de obra escrava para sua construção, afirmando que isso seria uma firme representação do engenheiro em defesa dos direitos da população de origem africana, e que essa atitude constituiu-se como um dos mais importantes “libelos” contra a escravidão (IPHAN, 2018).

Ademais, tomam nota de que apesar de ser relevante historicamente, e mesmo um marco da engenharia dos tempos do império, o prédio encontrava-se desprotegido, afirmando que sua utilização teria se restringido ao Exército Brasileiro, a Cibrazem, e mais recentemente pela ONG Ação da Cidadania, e que tais ocupações teriam resultado em sua descaracterização. Finalmente, utilizam da narrativa espacial afirmando que o imóvel está construído na região conhecida como Pequena África, e que foi erguido em frente ao Cais do Valongo. Assim, solicitam ao Iphan que seja preservada a “arquitetura do prédio”, e que seu uso seja coerente com os ideais abolicionistas que pautaram as circunstâncias de sua construção por Rebouças (IPHAN, 2018).

Por conseguinte, considerando a solicitação voltada para a questão arquitetônica do prédio pelo movimento negro, e a iminente possibilidade de seu arrasamento, as considerações seguintes se deram pela arquiteta Joyce Carolina Moreira Kurrels Pena, a qual acrescentou as questões anteriores, a possibilidade de avanço da especulação imobiliária local. Em suas considerações constam a intervenção do Porto Maravilha na região, que teria alterado o Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, e, com isso, haveria a possibilidade real, de que o prédio poderia ser substituído ou impactado pela construção de um edifício de até 90 metros de altura. No entanto, apesar de constatar necessidade de investigação mais aprofundada sobre a edificação, ela afirma que o tombamento pelo viés arquitetônico não seria possível pela descaracterização dele, mas reconhece que,

[...] seu maior mérito reside no fato de ter sido obra do engenheiro militar André Rebouças que, por sua origem africana e por sua trajetória de vida merecem todo o respeito e admiração, motivo pelo qual se apresentam como justas as homenagens que possam lhe ser prestadas. (IPHAN, 2018)

Após as considerações, a arquiteta sugere a realização de pesquisas históricas mais aprofundadas sobre o prédio. Assim, no referido dia 04 de julho, o historiador Adler Homero sustenta que, apesar da proximidade geográfica do Cais do Valongo e do prédio das antigas Docas de D. Pedro II, para resultar em um tombamento em que ambos estivessem relacionados, esse elo deveria ser estabelecido conceitualmente, uma vez que ambos estariam ligados somente pelas atividades portuárias, sugerindo ainda, a inclusão de outros espaços ligados a essas atividades resultando em um tombamento em conjunto à diversos bens materiais ainda não tutelados pelo Iphan.

O historiador afirmava ainda que, enquanto o Valongo teria atrelado a si valor histórico, confirmado por ser lugar de desembarque de escravos, as Docas seriam representativas de outro momento histórico, o de modernização do país no século XIX. Como argumento, Adler afirma que foi o resultado do assoreamento da costa naquele litoral, que inviabilizou, com o tempo, o uso do Cais da Imperatriz, sendo esse um dos fatores que levou a construção das Docas de D. Pedro II em águas mais profundas.

Em entrevista, Adler reitera suas considerações no documento enviado ao Iphan. Ele afirma que de seu ponto de vista, dever-se-ia estar trabalhando com “bens materiais”, e que embora se soubesse que André Rebouças o fez, não haveria nenhuma representação física do engenheiro ali. Ele considera que Rebouças deveria ser mencionado no tombamento somente como parte da trajetória das Docas, mas reconhece que dependendo de quem o tenha como um ídolo, irá visualizá-lo no edifício, pois afirma que “é um dos poucos bens materiais ligados a ele”. No entanto, pondera que a valoração da figura do engenheiro para o tombamento do bem material seria complicada porque, como ele reafirma sobre o prédio das antigas Docas de D. Pedro II: “você vai lá, e você não vê ele em lugar nenhum.”.

Contudo, todos os documentos que se seguiram mantiveram-se pautados pelas narrativas, preocupações, anseios e afirmações apresentadas nesses três documentos. Assim, em 23 de julho de 2012 a Superintendente do IPHAN/RJ, Maria Cristina Vereza Lodi, recomendou a abertura imediata do processo de tombamento das “Docas D. Pedro II”, respaldada pelo que veio a chamar de “situação de emergência”. A superintendente justificara a ação pela afirmação da arquiteta sobre a especulação imobiliária que “ameaça

a integridade do galpão em tela”; do Comdedine por acatar o discurso acerca da descaracterização do imóvel que estava vulnerável, e com isso seria ocasionado uma “dilapidação da memória e do ideário abolicionista de André Rebouças”. Ademais, conclui que é matéria de emergência, e que dentro da pesquisa arqueológica do Cais do Valongo, a pedra fundamental encontrada “conecta a história do prédio com a herança africana na região em conjunto com a descoberta do cais”, sendo sua importância histórica inquestionável (IPHAN, 2018).

O processo de tombamento nº 1.661-T-12 foi, enfim, aberto em 24 de julho de 2012, e no dia 01 de agosto de 2012, o protocolo foi convertido de documento a processo, este aberto no dia 03 de agosto de 2012. A fim de dar-lhe prosseguimento, foi apresentado um levantamento de toda a documentação existente sobre a solicitação de tombamento, realizado pelo Coordenador de Proteção e Conservação de Bens Imóveis, Antônio Miguel Lopes de Sousa. Nele, todos os documentos anteriores são utilizados como base, desde as Recomendações do Valongo até as considerações do historiador. Em seu item 7, é destacado os fatores os quais sustentavam a solicitação de tombamento, que estaria definida em dois campos de valoração segundo as considerações, que estão descrito como,

Por um lado, a importância da autoria do projeto atribuído ao Engenheiro André Pinto Rebouças, destacado personagem do movimento abolicionista do século XIX, engajado em campanhas junto de Joaquim Nabuco, José Patrocínio e outros. **Em momento de reconhecimento institucional de manifestações de ações de resistência e de afirmação cultural da herança africana, a associação entre o Engenheiro Rebouças e um local da cidade do Rio de Janeiro, do qual se pretende resgatar vasto conjunto de expressões consubstanciadas na ideia de ‘circuito histórico’, ganha acrescido valor na configuração da memória e da apreensão afetiva da cidade.** Por outro lado, de acordo com os pareceres elaborados no âmbito da instrução do presente pedido de tombamento, não é possível determinar, na ausência de pesquisas e estudos mais exaustivos, a extensão da relação entre os elementos que fazem parte do conjunto envolvente ao Cais do Valongo, porém, sua importância para a História do Brasil e para a conformação da cidade do Rio de Janeiro é reconhecida. (IPHAN, grifo nosso, 2018)

Apesar de concordar com os laudos, na questão de ainda carecer de pesquisas históricas sobre o bem, as quais elucidariam os aspectos a serem protegidos e preservados, reafirma-se que o apresentado é suficiente para o pedido de tombamento emergencial. Assim, em síntese, o tombamento emergencial do “prédio das antigas Docas D. Pedro II” foi realizado pelo estabelecimento das seguintes narrativas: risco relacionado a pressões

urbanas que poderiam contribuir para sua maior descaracterização ou perda, já que não se encontrava sob tutela de nenhum órgão de proteção; pela pesquisa arqueológica ainda em andamento no Cais do Valongo e, por conseguinte, a descoberta de sua pedra fundamental, o conectando com esse momento presente; a autoria da obra pelo engenheiro negro abolicionista André Rebouças, que não permitiu que fossem utilizadas mão de obra escrava para construção das docas; e, pela facilidade do imóvel, apesar de ocupado pela ONG Ação da Cidadania, ser de propriedade da União (IPHAN, 2018).

Porquanto, no dia 21 de agosto de 2012, é acatada pela Procuradora Federal Genésia Marta Alves Camelo, o tombamento emergencial do “Prédio das Antigas Docas Dom Pedro II”. No parecer jurídico, são apresentados os fatos que reafirmam o bem como de inquestionável valor histórico, e que o prédio é um manifesto contra a escravidão no Brasil, além das narrativas já manifestadas, concluindo que,

Ante ao exposto, e diante da presença de elementos suficientes à caracterização da motivação histórica, além da demonstração de urgência decorrente de ameaça, iminente à integridade do referido bem, esta procuradoria se manifesta favoravelmente ao tombamento provisório e emergencial do Prédio das Antigas Docas Dom Pedro II, situado na rua Barão de Teffé, nº 75, Bairro da Saúde, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 5º e 10 do Decreto-Lei Nº. 25/37 e art 7º da Portaria-SPHAN Nº. 11, de 11 de setembro de 1986, tudo em conformidade com os dados contidos nos autos em comento. (IPHAN, 2018)

Após esse primeiro movimento, no dia 07 de novembro de 2012, por recomendação do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, o DEPAM, é solicitado o prosseguimento de pesquisas e estudos sobre as antigas Docas de D. Pedro II. Porém em 23 de agosto de 2013, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a SEPPPIR, solicita ao Iphan requerimentos, estudos, pareceres, atas, notas técnicas, e demais documentos produzidos ou subscritos sobre as antigas Docas com objetivo de “produzir subsídios para embasar seu posicionamento contra a proposta do uso do imóvel apresentada pela Ação da Cidadania à Secretaria Geral da Presidência da República.”. Tal documento demonstra o início dos problemas relacionados à ocupação do imóvel, e a intenção de desocupação o prédio das docas para atender os projetos de construção de um memorial, que se acentuariam nos anos seguintes (IPHAN, 2018).

No dia 11 de agosto de 2014, mais de dois anos após o pedido da realização de estudos aprofundados sobre as docas, o historiador Adler redige um novo documento alegando a necessidade de vistoria no prédio, dado a problemas de conservação. Ele

afirma que ao visitar o edifício foi guiado por uma funcionária da Ação da Cidadania, que o havia informado que danos recentes a estrutura estavam sendo ocasionados pelas explosões subterrâneas para construção de túneis na região do porto, relacionados ao andamento do projeto Porto Maravilha.

Atendendo a esse pedido, uma segunda vistoria foi realizada pelo arquiteto Ricardo Gaspar nos dias 10 e 16 de outubro de 2014. No relato de sua visita ele afirma que também havia muitas obras no entorno do prédio, e que alguns dos túneis passavam, de fato, muito próximos às antigas docas. Na sua descrição do edifício após a inspeção, o arquiteto relata como ele se encontrava estruturalmente, tendo ele,

[...] os níveis térreo, mezanino, 2º pavimento, pavimento intermediário (de acesso à laje das caixas d'água) e laje das caixas d'água, sendo que somente os três primeiros desenvolvem-se pelo perímetro da construção. (IPHAN, 2018)

Sobre os arcos construídos por parte da reforma realizada pela ONG, ele considera que eles “dissimulam estrutura de concreto armado do prédio que apoia a estrutura metálica de cobertura” (IPHAN, 2018). Além disso, irá afirmar que encontrou problemas estruturais que acarretavam manchas de umidade no topo da fachada frontal, algumas fissuras nos telhados laterais e nas telhas metálicas. Ele informa ainda que, em alguns pontos, existiria risco de desabamento do telhado por ocasião de peças com ancoragem inadequada, além de trincas na laje, nas paredes divisórias do 2º pavimento, nos arcos, no topo da construção e nos vidros, pedindo, por fim, a avaliação da Cdurp, e uma cópia do levantamento do galpão da reforma feita pelo arquiteto Hélio Pelegrino para a Ação da Cidadania.

Continuamente, o historiador Adler reaparece em 24 de julho de 2015, com novas considerações sobre o pedido de tombamento das antigas Docas de D. Pedro II. Ele reafirma a proposta de tombamento em conjunto, o relacionando às atividades portuárias, sugerindo a inclusão das docas da Alfândega de construção de Rebouças, afirmando que a não utilização de mão de obra escrava teria pouco a ver com o prédio em si. Nesse parecer ele traz pontos de vista polêmicos para as intenções apresentadas inicialmente, e se coloca como uma opinião contrária ao modo que estava sendo tratado o tombamento. Ele afirma, por exemplo, que o “fato de André Rebouças ser negro também não pode ser relacionado com a questão da *escravidão*, pois ele era livre, filho de um liberto”, e irá questionar ainda de tal forma que,

Os únicos fatos que podem ser elencados nesse aspecto são o de não se ter usado escravos em sua construção e o engenheiro André Rebouças, autor do projeto e diretor da companhia, ser negro. Quando ao não uso de escravos, na documentação não há nenhuma comprovação de que isso seja uma proposta especificamente abolicionista, devendo-se dizer que o Império, pela época da edificação das docas, já tinha adotado como padrão a concessão de subsídios apenas para as companhias que não usassem escravos em seu pessoal. (IPHAN, 2018)

Assim, novamente ele irá detalhar toda a sua proposta de tombamento pelo viés das atividades portuárias, e afirmará que o tombamento do prédio não poderia ser nem pelo viés arquitetônico nem histórico, pois não haveria elementos singulares nele para justificar tal instrumento. Na sua perspectiva ele deveria ser tombado em conjunto, reafirmando seu primeiro parecer em 2012.

Em um discurso notadamente oposto ao posicionamento do historiador, o arquiteto Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro emitiu o parecer nº 427/16 em 26 de agosto de 2016, que consideramos ter sido a base para o tombamento final das antigas Docas de D. Pedro II, uma vez que afirma que a investigação seguiria na “direção de afirmar a pertinência do pleito da inicial, entendendo que o tombamento definitivo das Docas D. Pedro II, mais do que a proteção de um bem material, é uma ação de valorização da matriz africana de nossa sociedade.”. Cabe ressaltar que esse é o relatório onde mais existem informações sobre as antigas Docas e sobre André Rebouças, e assim, já no início do parecer ele irá rebater as propostas do historiador Adler, declarando que,

Quanto a proposta de autoria do historiador Adler Homero Fonseca de Castro de incluir no processo o tombamento de outros bens relacionados à evolução da configuração do Porto do Rio de Janeiro, a despeito de seu eventual interesse, **consideramos que o que se pretende proteger por meio do tombamento federal do Armazém Central das Docas D. Pedro II, e de sua Pedra Fundamental, é o produto material concebido, projetado e executado sob direção do engenheiro afrodescendente André Pinto Rebouças**, um dos mais instigantes personagens de nossa história, que atuou ativamente no processo modernização do país e na defesa da abolição da escravidão. (IPHAN, grifo nosso, 2018)

Trabalhando nessa perspectiva, primeiramente o arquiteto abordará o “valor simbólico do bem material”, atestando que lugares são objetos materiais portadores de mensagens, afirmando que, mesmo que não tenham coexistido, tanto as “Docas de D. Pedro II” quanto o Cais do Valongo “integram o mesmo espaço simbólico”. Esse discurso

começa a desenhar-se como uma possibilidade de construção de saber alternativa, em diálogo direto com as demandas correntes, que poderiam não obter o resultado esperado caso o processo de tombamento se voltasse para o aspecto material das docas (IPHAN, 2018).

Assim, ao retratar Rebouças, ele afirmará que não careciam de materiais históricos que deixam claro o seu pensamento sobre a escravidão, e estabelece um diálogo com as antigas Docas de D. Pedro II e o perfil projetista de Rebouças, expondo a carta que o engenheiro enviou ao Imperador Pedro II em 13 de maio de 1891, que revela sua satisfação em tê-la construído, e também seu sofrimento por razão das investidas feitas contra ele.

Ademais, pela primeira vez, irá se falar das antigas Docas de D. Pedro II como remanescentes, considerando que ela é representada pela existência de sua pedra fundamental e pelo “prédio do Armazém Central”, sendo esses registros materiais do empreendedorismo de André Rebouças, “sendo fundamental sua proteção definitiva por meio tombamento como Patrimônio Nacional para que se preserve o valor simbólico atribuído pela comunidade afrodescendente.” (IPHAN, 2018). Paulo Eduardo irá recorrer, então, à construção das antigas Docas de D. Pedro II, citando boa parte de sua trajetória, como a viagem de Rebouças a Europa e a intenção de construir docas como as da Rainha Vitória de Londres no Rio, narrando as dimensões que deveriam ter, e sobre os ramais ferroviários instalados após o século XX, passando à frente das docas.

O arquiteto irá compor boa parte dessa trajetória analisando fotografias das Docas ao longo do tempo, porém ele sustenta que não teria sido possível precisar as motivações e a extensão das “reformas” que o Armazém Central passou durante o século XX. E sobre a fotografia de Augusto Malta, de 1921, por exemplo, ele irá afirmar: “ao fundo o Armazém Central das antigas Docas D. Pedro II. No detalhe é possível perceber que o prédio está sem suas esquadrias e aparentemente sem telhado.”, mas que “Não tivemos como verificar a **motivação desta obra**, mas **podemos afirmar que esta foi a primeira grande intervenção no imóvel.**” (IPHAN, grifo nosso, 2018). Por conseguinte, ele irá concluir que,

[...] a **reforma foi realizada nos anos 1920**, e que as principais alterações foram a modificação do telhado, das esquadrias, dos revestimentos externos e o acréscimo na fachada voltada para a Rua Barão de Tefé, tornando-a paralela ao arruamento. **No entanto, as alvenarias externas do prédio permanecem as mesmas do**

Armazém Central das Docas D. Pedro II. (IPHAN, grifo nosso, 2018)

Ademais, ao se deslocar para as reformas realizadas pela Ação da Cidadania, ele assegura que as modificações da década de 20, se mantiveram até as recentes intervenções, reiterando que a obra fez a substituição de todo o telhado e modernizou a infraestrutura, bem como foi colocado revestimentos decorativos, e que as obras duraram de 2002 a 2005. Ainda considerando que reformas ao longo do século XX, haveriam o descaracterizado, Paulo Vidal afirma que o ritmo dos vãos externos haveriam sido mantidos, sob comparação das plantas, afirmando, com isso que “a caixa mural do projeto original do Armazém Central das Docas Pedro II está mantida, sendo o ritmo dos vãos percebíveis pelas diferenças de alvenarias, bem como por elementos de pedra de cantaria existentes no entablamento da edificação.”, e assim, não haveria dúvidas que no Galpão da Cidadania subsistiria a “essência do Armazém Central das Docas D. Pedro II, cuja imponência e monumentalidade destaca dos imóveis que o rodeiam, muitos ainda remanescentes do século XIX e início do XX.” (IPHAN, 2018).

Na oportunidade concedida pela entrevista com o arquiteto, Paulo Vidal reforça a ideia de que a descaracterização não havia sido a questão central do tombamento. Embora reconheça que havia a visão estética arquitetônica do prédio a ser preservado, colocou que “ele é o prédio simbólico”, que além da importância reconhecida de seu valor histórico, tanto na construção como sua relevância para a evolução do porto do Rio, haveria ainda a questão simbólica ligada a André Rebouças. Assim, o arquiteto reforça que o que foi tombado foi a subsistência, mesmo material do que haveria sido tanto as “Docas de D. Pedro II”, quanto a figura do engenheiro Rebouças. Como ele narra,

Ou seja, subsiste por baixo daqueles elementos descaracterizados, uma estrutura que é remanescente daquele prédio das Docas. ‘Ah, mas não tem aqueles revestimentos’. Não importa. O que importa é que aquele perímetro demarcado e uma parte da caixa mural é remanescente daquele prédio. E isso a gente ainda tem que trabalhar.” (Paulo Vidal Leite, entrevista concedida em 2019)

Seu pensamento é confirmado em todo seu parecer, quando garante que estavam preservadas as dimensões do prédio, de 160mx35m, e que as alvenarias externas, com seus os arcos de descarga e as cantarias dos vãos estariam também preservadas. Ademais, ele sustenta que para o tombamento em caráter histórico, a originalidade do prédio ou sua

feição artística são abrandadas, e no caso das antigas Docas de D. Pedro II, por se tratar de imóvel com fins industriais, eles são ao longo de sua trajetória,

[...] ‘mais acolhedores a adaptações, reciclagens de uso e modernizações, principalmente, os que fazem parte de programas arquitetônicos obsoletos, podemos, por analogia, considerar imóveis industriais de importância para a história da industrialização do país são passíveis de tombamento mesmo que não estejam com suas configurações originais totalmente preservadas, mas que guardem as principais características das funções originais que exerceram. (IPHAN, 2018)

Se baseando também na cláusula redigida por Rebouças no projeto das Docas de D. Pedro II, onde afirma que não seria empregada mão de obra escrava para sua construção, Paulo afirma que tal feito poderia ter contribuído “para melhoria das condições socioeconômicas de uma parcela da população negra, inclusive egressos da Guerra do Paraguai que ganharam alforria, e se instalaram na proximidade do porto”. Essa atitude seria, então,

[...] um marco histórico na luta pela liberdade e dignidade nas relações de trabalho, sendo perfeitamente compreensível que a comunidade afrodescendente esteja desejosa de salvaguardar o imóvel como símbolo desta atitude singular. (IPHAN, 2018).

Após sua longa exposição, ele recomenda que seja tombado definitivamente o “antigo Armazém Central das Docas D. Pedro II”, incluindo a área do terreno não edificado adjacente a sua fachada norte, onde poderia estar o cais das “Docas de D. Pedro II”, que seria de importância para futuras pesquisas arqueológicas. Assim, o desenho do entorno se configurou da seguinte forma:



Figura 45: Delimitação do entorno do tombamento das antigas Docas de D. Pedro II. 18 de jul. 2019.
Fonte: Google Maps.

Porquanto, em 27 de outubro de 2016 Anna Eliza Finger, coordenadora geral do DEPAM, emitiu o parecer técnico nº 06/2016/CGID. Nele, é repassada a cronologia dos acontecimentos relacionados ao processo de tombamento, e é afirmado que “o prédio antigo Armazém Central das Docas D. Pedro II e área de terreno não edificado adjacente à sua fachada norte, e a pedra fundamental e objetos contidos no interior da ‘Capsula do Tempo’ deveriam ser tombados” (IPHAN, 2018).

O tombamento, dessa forma, não estaria preocupado com uma suposta excepcionalidade arquitetônica, mas estaria baseado e fundamentada no valor simbólico do local para a população afrodescendente, detendo de valor histórico, pois seria um dos últimos remanescentes físicos testemunhos do projeto e da obra de André Rebouças no porto. Assim, é sugerido o tombamento nesses moldes, tal como no tombamento emergencial como “testemunho da obra do engenheiro André Rebouças e de um importante capítulo da evolução técnica de construção e modernização da operação de portos no Brasil” (IPHAN, 2018), só que lhe é acrescentado o valor etnográfico, constatado pelo parecer do arquiteto Paulo, que revelou a “importância do bem para a comunidade afrodescendente, enquanto símbolo de luta e resistência dessa importante parcela da população brasileira.”. A coordenadora, então, estabelece diretrizes para sua gestão, como descrito abaixo:

Acerca do prédio das Docas D. Pedro II, apesar do atual estado de descaracterização do imóvel, uma vez que **sua arquitetura não é o elemento central que sustenta a proposta de proteção**, e sim seu valor histórico e referencial, não vemos problemas em tomar o edifício tal como se encontra atualmente. Entretanto, **obras futuras certamente deverão priorizar a preservação dos elementos ainda originais (estrutura, ritmo de aberturas, vãos internos e revestimentos)**, buscando valorizar a leitura do imóvel enquanto armazém portuário. (IPHAN, grifo nosso, 2018)

O tombamento foi enfim acatado, nesses moldes, na 84ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada em 24 de novembro de 2016. Chamou-nos atenção não encontramos em nenhum dos relatos presentes em toda a documentação sobre o tombamento das Docas de D. Pedro II, a ocorrência do incêndio que a acometeu no início do século XX. A todo momento a condição atual do prédio é tratada como uma descaracterização ainda incompreendida, e, no entanto, vislumbramos que tal fato, apesar de desconhecido, pode ser considerado como irrisório nessa narrativa, pois uma vez já

considerada a descaracterização, outras construções discursivas foram responsáveis por tombar o edifício, especialmente as que se voltaram a seu aspecto simbólico, revelado pelo tombamento pelo viés etnográfico que o conecta com a herança africana no porto do Rio.

Assim sendo, considerando como Abreu (2015), que após a patrimonialização os bens culturais são cobertos de novos valores, pode-se afirmar que, as antigas Docas de D. Pedro II se tornam um “[...] legado de um coletivo de indivíduos.” (ABREU, 2015, p. 67). Seu processo de tombamento demonstra como o patrimônio existe graças à organização de saberes, interesse e coesão social, e vive entre o lembrar e o esquecer habitando as relações sociais e os saberes que as compõem, fazendo com que esses bens permaneçam ou não circulando na esfera social de bens culturais institucionalizados.

Analisando o seu tombamento emergencial, notamos que todo o processo levou um curto espaço de tempo. Enquanto burocraticamente a resolução em outros casos pode se demonstrar mais lenta, não podemos confirmar a hipótese de um interesse político que demandasse a pressa para tal medida, embora em documentos de outras datas essa prerrogativa fique posta em cheque. O fato é que a relação com o Cais do Valongo foi fundamental para o tombamento do armazém, e considerando a relevância histórica desse sítio arqueológico e a localização do edifício, os pedidos para que sejam dados novos usos para ele parecem vir de um interesse renovado a cada etapa de seu tombamento, influenciando na urgência a qual o assunto deveria ser tratado. Quando notado que o tombamento por vias de sua arquitetura não poderia ser feito, graças à descaracterização do imóvel, foram levantados fatos históricos sobre o edifício, e muitas ligações com o Cais do Valongo foram reafirmadas, como, por exemplo, a descoberta da pedra fundamental das antigas Docas de D. Pedro II.

Notamos a repetição de narrativas principalmente sobre o idealizador da obra, o engenheiro André Rebouças. Poucas foram as falas em que seu nome não foi acompanhado pelos adjetivos de abolicionista, e pelo mérito de não ter utilizado mão de obra escrava para a construção das docas. No contexto de rememoração contemporânea das antigas Docas de D. Pedro II, o personagem de Rebouças foi fundamental, se não o principal responsável pelos movimentos que se seguiram. Tal narrativa corrobora com a intenção de colocar o negro não mais como somente vítima, mas protagonista de sua história. A construção, então, poderia servir de meio afirmativo de um legado antiescravagista, uma vez que o negro que a construiu representava um lado pouco

explorado da história brasileira, de superação e resistência em um período onde a escravidão *sui generis* ainda era uma página a ser superada.

Negrogun, representando o movimento negro, nos contempla com essa narrativa simbólica de forma muito palpável. Apesar da descaracterização, ele nos declarou que: “[...] hoje quando eu entro no prédio, eu acho ele lindíssimo, entendeu, ele é lindíssimo, é um prédio poderoso, é um prédio imponente”. E, no momento em que foi abordada a patrimonialização das Docas, no que tange a impressão de que a figura do engenheiro teria sido fundamental no processo, ele afirmou que “Ela era não, ela é, prioritária, fundamentalíssima, nos orgulhamos muito disso.”, e ainda acrescenta sobre o prédio,

Eu tenho certeza se apresenta o prédio ao Rebouças hoje, o André, ele pode não lembrar que era o prédio dele, que ele construiu, mas com certeza, eu acho que ele se orgulharia de ter o prédio ainda naquele estado, naquele formato. (Negrogun, entrevista concedida em 2019)

No entanto, cabe ressaltar novamente o personagem que era Rebouças. O engenheiro era um aristocrata e cresceu em condições, graças à trajetória de seu pai, de ascender socialmente. De fato, o engenheiro sofreu por ser negro em etapas de sua vida, porém, foram poucas às vezes as quais ele afirmou que os embargos que sofrera fora atribuídos a ele por sua cor. Somente no final de sua vida, voltado para causa abolicionista, ele começa a refletir sobre os acontecimentos que lhe passaram e, possivelmente, se enxergar como negro, mas, no geral, ele atribuía os insucessos de seus projetos ao atraso feudal da sociedade¹⁵⁶. Isso nos leva a considerar que, fazer parte dessa elite, fez com que Rebouças demorasse a se enxergar como negro e abraçar a causa abolicionista, que, apesar de sua repulsa pelo modelo graças à afeição pela ideologia liberal e capitalista, esse perfil do engenheiro se deu após a construção das antigas Docas de D. Pedro II. Como constata Carvalho (1998),

¹⁵⁶É do próprio André Rebouças a sua caracterização como mulato. Um dos episódios em que o preconceito de cor foi explicitamente mencionado por ele se refere à sua inadmissão como professor na Escola da Marinha [...]. Também em viagem aos Estados Unidos da América, Rebouças conheceu o preconceito de cor, traduzido na recusa de vários hotéis em hospedá-lo e, finalmente, quando, por interferência do filho do cônsul brasileiro Luiz Henrique Ferreira d’Aguiar, obteve um aposento no Hotel Washington, próximo a Broadway, lhe foi recomendado tomar as suas refeições ali mesmo, excluía a alternativa de frequentar o refeitório. Sobre o preconceito norte-americano, Rebouças diria: ‘Fui com outros companheiros de viagem em carro da mesma companhia [Oceanic] para o hotel [Fifth Avenue Hotel]; aí disseram não ter mais aposentos e indicaram-me outro hotel. Depois de algumas tentativas, compreendi que era dificuldade da cor a causa das recusas de aposento [...]’ (*Diário*, 9 de junho de 1873). (CARVALHO, 1998, p. 64)

Rebouças sempre foi muito discreto quando as considerações relativas à sua cor. No diário elas quase não existem e, portanto, o registro dos eventuais fracassos raríssimas vezes levou em conta a sua condição de mulato. Somente no exílio a ‘africanidade’ de Rebouças se expressaria de modo mais contundente; e em duas ocasiões, pelo menos, a temática racial seria abordada aberta e enfaticamente. (CARVALHO, 1998, p. 64).

Dessa forma é possível tomar como fatos as narrativas atribuídas à Rebouças no processo de tombamento das antigas Docas de D. Pedro II, mas também podemos considerar que seria demasiado complexo utilizar da posição dele como membro de uma elite aristocrata, ou mesmo citar que o engenheiro, atendendo a um *habitus* cultural do período, possuía escravos até meados do século XIX, pois isso poderia desqualificar as narrativas no presente, que estão sendo construídas para contar uma contra narrativa ao apagamento histórico da população negra como protagonistas da formação da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, um traço de Rebouças não anularia o outro e vice-versa, mas na escolha de narrativa é possível vislumbrar os contextos históricos e sociais a que corresponde os bens culturais que são alçados a categoria de patrimônio. Como afirma Gilberto Velho, nesse campo “[...] estamos lidando, ao examinarmos as políticas públicas de patrimônio, com complexas questões que envolvem emoções, afetos, interesses os mais variados, preferências, gostos e projetos heterogêneos e contraditórios.” (VELHO, 2006, p. 245), sendo a construção de saber dos patrimônios permeados por conflitos, principalmente no que tange aos aspectos mnemônicos.

As antigas Docas de D. Pedro II foram, por fim tombadas pelo seu inquestionável valor histórico e etnográfico, atestado repetidamente por meio das narrativas anteriormente citadas. Os atores que o reivindicaram, como a Comdedine e Cedine, bem como os laudos de especialistas como arquitetos e historiadores, demarcam como o processo de patrimonialização está ancorado na produção de saber. Ademais também é possível constatar neles a negociação de realidades “[...] com ideias e vindas, recuos e avanços, alianças sendo feitas e desfeitas, projetos adaptando-se e alterando-se, com transformações institucionais e individuais.” (VELHO, 2006, p. 246).

Por fim, podemos sustentar que, as antigas Docas de D. Pedro II não são em si o patrimônio, elas são os significados que lhes foram atribuídos, e são ainda mais símbolo material do personagem de Rebouças, que é o principal elo à narrativa de reparação histórica desejada pelos responsáveis em criar saberes e discursos patrimoniais, com o fim de contribuir para elevar a importância do sítio histórico do Cais do Valongo, símbolo

máximo dessa narrativa, que obteve graças a ele, a oportunidade de ser lembrada contemporaneamente.

3.2. Disputas pela memória do espaço

Mas tinha um problema, a Ação da Cidadania tava lá dentro. E todo mundo dizia que a Ação da Cidadania ia sair, e não saía. O Iphan tombou o prédio definitivamente e pediu o prédio de volta pra Ação da Cidadania. E nós resolvemos não dizer que a Ação da Cidadania tava ali, porque ela oficialmente não estava, não tinha nenhum documento dizendo que aquilo ali era. O único documento que tinha era do SPU dando aquele prédio pro MPF. (Milton Guran, entrevista concedida em 2019)

A que o antropólogo Milton Guran se refere anteriormente, foi um dos impasses que têm contribuído para que mesmo após a patrimonialização das antigas Docas de D. Pedro II, o seu destino como um Memorial, como proposto no dossiê de candidatura do Cais do Valongo, ainda permanece incerto. Ainda que em 2016, o MPF tenha aberto mão do benefício de utilização do prédio para o Iphan, questões envolvendo a sua ocupação, e ainda, qual a forma que seria feita a implementação desse espaço e por quem, começaram a conturbar o cenário no qual se inseriam as Docas, podendo influenciar, inclusive, na perda de titulação de Patrimônio da Humanidade concedido ao Cais do Valongo pela Unesco em 2017.

No que tange a sua ocupação, como abordado anteriormente, o prédio encontrava-se sob uso da ONG Ação da Cidadania. José Miguel, nos narrou que desde 2000 a ONG não havia pedido cessão definitiva do espaço, nem mesmo durante os sete anos que passaram o reconstruindo. Tal configuração, ele afirma, foi prejudicial para a ONG, pois foi se tornando mais difícil para encontrarem parcerias para investir nos projetos que tinham para o espaço. Quando começaram os pedidos de despejo, por conta das novas propostas de funcionamento, José Miguel nos apontou que “chegou um momento que a Ação tava em perigo em relação ao prédio, e tinha que se dizer ao povo que esse prédio nunca era assim desde sempre, porque o próprio Iphan achava que o prédio era assim [...]” (José Miguel, entrevista concedida em 2019). Se recusando a se retirar do prédio, a ONG se tornou mais um ator a disputar não apenas o espaço do armazém, mas o seu direito como parte de sua existência e memória.

A partir de então a Ação da Cidadania começou a divulgar mais ativamente a sua parte na trajetória do prédio, e graças a seu alcance midiático, por diversas vezes foi notícia nos jornais e revistas, principalmente nos anos de 2017 e 2018, sobre os acontecimentos referentes as iniciativas de despejo. Em seu livro mais recente, no qual é contada a história da ONG, as docas são colocadas como uma compensação à perda do Betinho (1935-1997) e de Maurício de Andrade (1951-2007), bem parte fundamental no sucesso envolvendo as idealizações de outros projetos, fora o Natal Sem Fome, chamando-o de Centro Cultural da Ação da Cidadania (REBOUÇAS; REDIG, 2018), como é sustentado na obra,

A perda de nossas duas maiores lideranças – Betinho e Maurício de Andrade – deixou um vazio institucional, recentemente superado. A sede da Ação – um armazém em escombros cedido à instituição em 2000 – foi totalmente reformada e começa a receber projetos culturais e sociais, com o objetivo de criar um grande espaço de inclusão e de oportunidades, especialmente para os jovens. Não um espaço que os capacite para ocupar o lugar ‘reservado’ para eles na sociedade, mas um ecossistema ousado, que ofereça ferramentas e tecnologia para que jovens de todas as classes e origens possam interagir, aprender e criar juntos. **Uma usina de futuro.** (REBOUÇAS; REDIG, 2018, grifo nosso, p. 26).

Assim, ao contar sua ocupação no espaço, a Ação da Cidadania inicia um capítulo, da mesma obra, com o título de “Um Armazém para Encher de Sonhos”. Em sua reinvenção, as docas performam como lugar de capacitação para o trabalho nas áreas de inovação, cultura e serviços, apoiando às lideranças das comunidades locais, e, a fim de custear as atividades, o Armazém da Cidadania era constantemente alugado para realização de eventos de grande porte. (REBOUÇAS; REDIG, 2018, p. 235). Ademais sobre os projetos da ONG nas Docas, é declarado,

A ousadia de transformar 11.600 m² de um galpão em escombros em uma usina cultural voltada para a ação política e cidadã brotou dos sonhos de Maurício. Cedido à Ação da Cidadania e recuperado ‘tijolo por tijolo num desenho lógico’ – como nos versos de Chico Buarque – ele é, hoje, o patrimônio sobre o qual a instituição está reconstruindo seus ideais de inserção social através da cultura, da inovação e da educação para a juventude. Por isso a nova gestão intensificou a batalha, travada desde 2000, por um documento mais permanente de uso do imóvel. (REBOUÇAS; REDIG, 2018, p. 237).

Porquanto, para se colocar na disputa para a permanência no prédio, a ONG buscou reiterar o aspecto simbólico de sua existência, utilizando projetos que visavam

fortalecer a autoestima dos jovens, estes, em sua maioria, negros e em situação de pobreza da região. Ademais, afirmavam já deter de um projeto para a criação de um museu no prédio, porém por não terem a cessão com um prazo maior do Estado, não conseguiram dar continuidade. A ONG buscou afirmar, ainda, que estaria disposta a dividir o espaço com o Memorial da Diáspora Africana e outros projetos seus, como a “Usina de Inovação da Ação da Cidadania”, estruturados em um Plano de Trabalho, afirmando que com esse plano em funcionamento, o armazém poderia oferecer para a cidade um espaço estratégico para educação, capacitação e formação de ponta para a juventude (REBOUÇAS; REDIG, 2018, p. 241), como afirma Daniel Souza no livro em questão,

‘Estamos cientes da responsabilidade de cuidar desses dois patrimônios imensos e cheios de significado – o legado da Ação da Cidadania e o Armazém de Cultura e Cidadania. Esta equipe renova o pacto maior com a cidadania, a tomada de consciência, a liberdade de transformação e assume um compromisso aberto, especialmente com a juventude pobre, maciçamente negra, herdeira de tantas desigualdades. **Este Armazém é importante demais, significativo demais, representativo demais para ser habitado por qualquer outro projeto.** Temos certeza de que logo este espaço estará repleto de pessoas entrando, saindo, aprendendo e compartilhando saberes, contribuindo para uma cidadania ativa e efetiva.’ (REBOUÇAS; REDIG, 2018, grifo nosso, p. 245)

Portanto, considerando a posse do armazém determinante para continuidade de seus projetos, em 2013, a ONG afirmava que estava tudo acordado com o governo federal para que recebessem a concessão definitiva do imóvel, mas que pela demora do trâmite após a intenção de construir ali um museu, a ONG foi intimada de despejo por diversas vezes. Graças a essa instabilidade eles teriam sofrido perdas, que bem como afirmou José Miguel, “Sem a posse permanente não há segurança para os apoiadores, já que os projetos podem ser interrompidos, a qualquer momento, pela perda do espaço.” (REBOUÇAS; REDIG, 2018, p. 257). Cabe ressaltar ainda que com a volta do Brasil no Mapa da Fome em 2017, a ONG voltou, no ápice das disputas judiciais, a realizar sua campanha de maior alcance, o Natal Sem Fome.

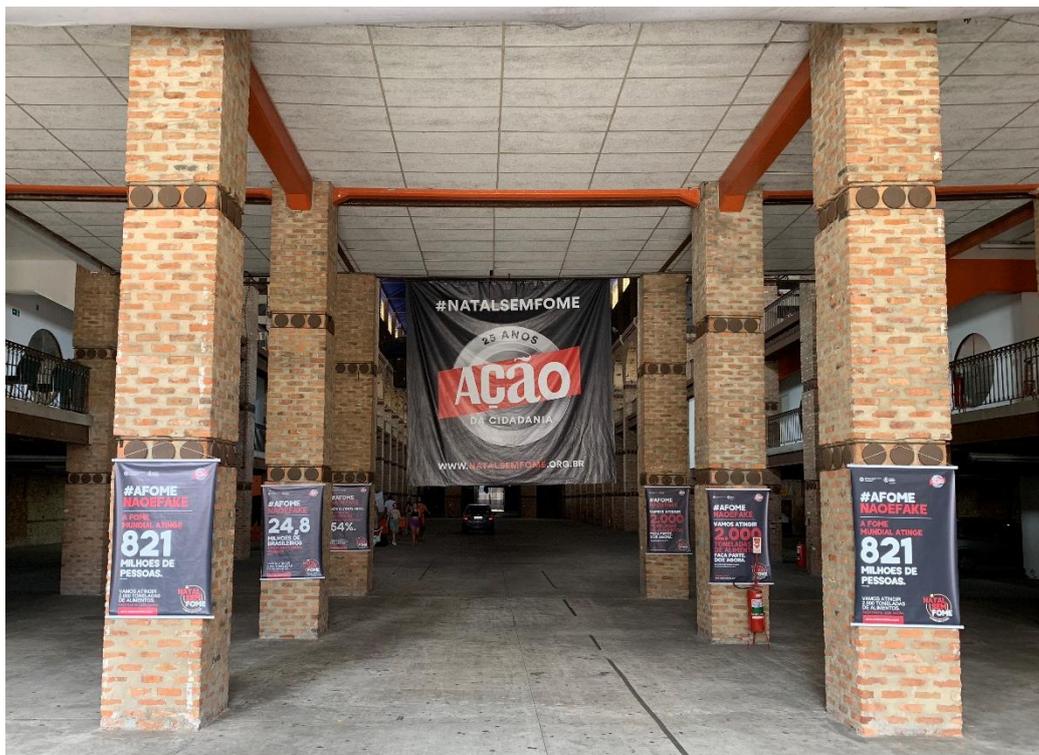


Figura 46: Interior das antigas Docas de D. Pedro II durante a campanha do Natal Sem Fome.
Fonte: Acervo próprio. Nov./2018.

Afirmando ainda que no início dos anos 2000, foi empregado um grande investimento na recuperação do armazém que estava “destruído”, caso tivessem que abandonar o prédio de fato, a ONG solicitava o ressarcimento dos recursos aplicados na reforma, e a cessão de outro espaço para realização de suas atividades. Os contrários a ela, por sua vez, começaram a questionar o aluguel do espaço para eventos, que estariam muito além da capacidade estrutural do prédio, o prejudicando e desvirtuando do seu papel pregado de instituição sem fins lucrativos, chamando ainda os eventos que aconteciam ali de desrespeitosos ao sítio histórico que estava à sua frente. Tais acusações resultaram na elaboração pelo Ministério da Cultura, de um termo de compromissos com regras e procedimentos para uso do “Armazém Docas Pedro II”, garantindo as normas estabelecidas pelo Iphan para preservação do espaço¹⁵⁷.

Durante sua entrevista, José Miguel nos apresentou narrativas que expressaram exatamente o valor que a ONG teria nessa disputa, sendo esse tanto pela reconstrução do imóvel, quanto pelo que veio a chamar de “preservação da memória do Rebouças”, manifestado pela realização do espetáculo em 2014. Ainda, ele afirma que as obras feitas no prédio serviram para preservá-lo e, que “o primeiro a conservar o patrimônio é a

¹⁵⁷ MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017.

Ação.”, se colocando como os predecessores que reconheceram o prédio com os aspectos valorativos que o cobriram desde o desterramento do Cais do Valongo. Como nos colocou José Miguel,

Na ressignificação da história, no caso da Ação, a Ação conseguiu transformar o prédio no primeiro armazém reformado antes mesmo do Porto Maravilha. A Ação conseguiu manter o próprio patrimônio que era esse prédio, se esse prédio tivesse caído, e a Ação não tivesse esses dez anos aqui não teria como manter, nem teria interesse dele ser [inaudível 57:40]. Se fosse uma ruína, não ia pegar essa ruína. Podia pegar a ruína e tentar fazer dela uma coisa, mas não recompor como foi recomposto. A Ação também reconhece que esse prédio tem um significado muito grande pra essa região toda, o Rebouças é muito mais simbólico, lógico, que aí quando começou a briga sobre o prédio, lógico que Rebouças subiu mais alguns degraus. (José Miguel, entrevista concedida em 2019)

Assim, em agosto de 2018, a ONG realizou no muro dos fundos do prédio das antigas Docas de D. Pedro II, um painel feito pelo artista Bruno Debize da Motta, onde coloca em diálogo três personagens que corroboram para sua narrativa de pertencimento. Contemplado da esquerda para à direita estão representados: a vereadora Marielle Franco, socióloga, negra, nascida no Complexo da Maré e defensora dos direitos humanos e das minorias, que foi assassinada em 14 de março de 2018, André Rebouças, o qual está referenciado pelos dizeres “reforma agrária” e “abolição”, e o Betinho, ao lado o *slogan* da campanha do Natal Sem Fome “quem tem fome tem pressa”. Nessa perspectiva, os três personagens estariam em diálogo no que tange medidas de reparação e realização de ações voltadas para a população negra: no combate a fome, na abolição da escravatura e na defesa de direitos das minorias, que, segundo José Miguel, “tudo tem a ver com os ideais da Ação” (José Miguel, entrevista concedida em 2019).



Figura 47: Paineis nos fundos do prédio das Antigas Docas de D. Pedro II.
Fonte: Arquivo Próprio. Set./2018.

Representando uma das contra narrativas à permanência da ONG, Negrogun, embora reconheça que grande parte da memória do prédio e do reconhecimento da figura de André Rebouças é devido a pesquisa realizada pela Ação da Cidadania desde sua ocupação do imóvel, afirma que o foco da ONG nunca será o que veio a chamar de “questão racial e étnica”, que eles teriam outros objetivos e outros focos, declarando ainda que,

É uma ONG branca num espaço com referência negra, aí eles começaram a ‘não, a nossa base é negra’, mas nunca desenvolveram ações. E outra coisa que pesava muito era que eles, desde 2007, não faziam mais ações. E uma coisa que eu sempre discuti é o seguinte, eu falei, ‘vocês pararam as ações e diziam que a fome tinha acabado, só que nós continuávamos vendo nossos irmãos e irmãs, nossas famílias com fome.’ (Negrogun, entrevista concedida em 2019)

Concomitantemente a esses acontecimentos sobre a ocupação do prédio das antigas Docas de D. Pedro II, nos voltando para o segundo semestre de 2016, quando foi enviada a candidatura do Cais do Valongo à Unesco, o antropólogo Milton Guran nos narra que acompanhou o andamento dessas questões que, a princípio, para ele e o seu grupo de trabalho caminhavam para uma resolução simples, que era a ONG deixando o prédio. No entanto, somar-se-iam a esses impasses outros empecilhos, pois, embora a

necessidade de desocupação do imóvel fosse uma questão real para continuidade do projeto designados para o espaço pelo dossiê do Cais do Valongo, a partir desse entendimento se deram desdobramentos que envolveram outros atores, que foram ainda mais determinantes para que as antigas Docas de D. Pedro II continuassem, sim, ocupadas pela ONG, mas, ainda mais especificamente, em uma enorme inércia envolvendo como se daria a sua utilização. Tal fato, pode ser demarcado pelo que Guran nos expôs sobre o período em questão,

Eu recebi a ligação do Superintendente falando que havia um problema. ‘É que o deputado Rodrigo Maia, presidente da câmara, pediu o dossiê pra ele e ‘sentou’ em cima. Então eu não posso passar pro Iphan, porque o presidente da câmara tá ‘sentado’ em cima.’. A partir daí começou toda a sabotagem do projeto do Valongo, que foi tendo seus efeitos por etapas. Primeiro o Rodrigo Maia, o DEM, não é que eles apoiam o Daniel de Souza, não é isso. Mas ele não tem interesse no Valongo, eles não têm interesse que o Valongo cumpra a sua função social e cumpra o seu dever histórico. O Crivella não quer isso. Você acredita que o Crivella vai defender o Valongo? Não pode defender. Então houve esse recuo. A Katia disse ‘olha eu não posso fazer nada agora, tem que esperar’, então ninguém mais faz nada. (Milton Guran, entrevista concedida em 2019).

Marcelo Crivella, citado anteriormente pelo antropólogo, foi eleito como prefeito da cidade do Rio de Janeiro, para ocupar o cargo de 2017 a 2020. A partir de sua eleição, a gestão municipal começou a experimentar mudanças políticas e ideológicas, uma vez que Crivella é reconhecido por ser bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, conservador e sobrinho de Edir Macedo, ambos também notáveis por manifestar discursos de intolerância com as religiões de matriz africana.

No entanto, após tomar posse, Crivella nomeou para a secretaria de Cultura a gestora cultural Nilcemar Nogueira, neta de Dona Zica da Mangueira e do mestre Cartola, que, Segundo Caceres e Vasallo (2019), foi um resultado fruto de acordos políticos por sua representatividade como militante negra. Poucos dias após a sua posse, a secretária começou a expor o interesse em tomar frente na criação de um museu, que inicialmente chamar-se-ia Museu da Escravidão e Liberdade, o MEL, instituído por decreto no dia 12 de maio de 2017, tendo como objetivo “[...] trazer a ‘verdade’ sobre a escravidão através da sua musealização, [e] contribuir para a luta contra a desigualdade racial e pela reparação dos afrodescendentes.” (CACERES; VASSALLO, 2019, p. 50).

Assim, uma vez norteando as decisões sobre o museu, a secretária o fez rompendo com o projeto e atores anteriores ao disposto no Dossiê de Candidatura do Cais do Valongo à Patrimônio da Humanidade. Ao invés de manter a responsabilidade com o Governo Federal por meio do Iphan, ela propôs a criação de um museu municipal sob comando da secretaria de Cultura, que graças a mudanças políticas ocorridas em 2016, que culminaram no golpe jurídico-parlamentar da presidenta eleita Dilma Rousseff, foi acatada em agosto de 2017, já que a presidência do órgão havia sido alterada com a mudança de gestão, e estava sob a presidência da historiadora Kátia Bogéa.

Ao que nos transparece, foi a partir dessa tentativa de mudança de gestão, que começaram a surgir outras narrativas de ocupação das antigas Docas de D. Pedro II. Segundo uma nota oficial de 12 de maio de 2017, redigida pela ONG Ação da Cidadania em seu site oficial contra o que chamou de “ataques” que vinham sofrendo, resultando em ordens de despejo à pedido do Iphan e da Secretaria Municipal de Cultura, Daniel Souza afirma que Nilcemar Nogueira teria se aproximado da ONG para propor a criação em conjunto do Museu da Escravidão e Liberdade. Nessa nota eles afirmam que, como já teriam um projeto para construir no prédio um “Museu da Diáspora Africana”, estavam abertos à possibilidade. No entanto, um mês depois eles teriam sido informados que “não existe e nunca existiu diálogo para manutenção da Ação da Cidadania no Galpão”, afirmando que a proposta no período era a remoção da ONG para criação do MEL, afirmando que tal ação seria feita tendo “sua gestão entregue a uma OS em um museu do tamanho do museu do Amanhã.”¹⁵⁸.

A própria denominação ‘MEL’ foi em si uma mudança às propostas iniciais, que consideravam a denominação desse local como Memorial da Diáspora Africana, e demonstrava o conflito dos diferentes projetos que tinham os grupos. Segundo Milton Guran, a criação de primeiramente um “museu da escravidão” foi mal aceita, principalmente por membros do movimento negro, que questionaram, segundo ele, se seriam novamente estigmatizados como escravos. Mesmo após o acréscimo da letra “L” de liberdade, a sonoridade “mel” da sigla trouxe ainda mais desconforto, em um movimento que o antropólogo caracteriza que foi feito pela municipalidade “só pra atrapalhar” o projeto inicial. No entanto, sabendo que, pelo que considerou ser uma “impossibilidade política”, a secretária não conseguiria seguir com o projeto, eles aguardaram até que pudessem fazer algum movimento para reivindicar sua proposta.

¹⁵⁸ AÇÃO DA CIDADANIA, 2017.

Também sobre a mudança na gestão do projeto, Caceres e Vassallo (2019) irão afirmar que,

Acreditamos que a transferência de responsabilidade do órgão federal para o municipal reflita não um voto de confiança da secretária de Cultura, mas sim um desejo de silenciamento do debate que o cais e o museu suscitam. Trata-se de uma maneira de esvaziar um projeto político que já não interessa mais ao novo governo federal e de calar o protagonismo brasileiro em torno da escravidão em nível internacional. (CACERES; VASSALLO, 2019, p. 74).

Assim, buscando estar alinhada aos debates internacionais entrelaçados às memórias públicas da escravidão e a luta contra a desigualdade racial, Nilcemar deu andamento ao seu projeto, enquanto pôde, trabalhando na vertente do direito à memória e a reparação, idealizando uma construção coletiva do museu. Para tal, foi estabelecido um Grupo de Trabalho dividido em três frentes: (1) território sociocultural, mapeando e levantando atores na zona portuária; (2) território físico, levantando condições físicas e materiais dos bairros adjacentes e do próprio prédio; (3) acervos, mapeando a existência de acervos digitais, documentais, arqueológicos e museológicos relacionados a tema da escravidão em secretarias e órgãos da administração pública (CACERES; VASSALLO, 2019).

Porém, segundo Caceres e Vasallo (2019), a campanha do museu durou pouco tempo, já que sua execução estaria no cerne de intensas disputas políticas que dificultavam a sua execução. Ademais, ainda que a construção coletiva do museu fosse, em algum sentido, uma forma de descolonizar a produção museal, Caceres e Vassallo (2019) afirmam que “[...] esse mecanismo de participação não seria mais que uma forma de legitimar decisões já tomadas e de ignorar os pedidos de acadêmicos e parte do movimento negro de que o museu fosse de competência nacional, dada a sua importância.” (CACERES; VASSALLO, 2019, p. 62).

Esse antagonismo de narrativas se torna claro, quando o Milton Guran nos apresentou suas ações em 2017, em prol da retomada em nível federal do projeto proposto no dossiê de candidatura do Cais do Valongo. O antropólogo relatou que após o Valongo ter sido inscrito na lista do patrimônio mundial, ele realizou um abaixo-assinado para criação de um “museu nacional da matriz africana”. Nele foi alegado que “o Estado brasileiro deve ao seu povo negro um museu nacional, e que este museu nacional, ficasse no Rio de Janeiro do lado do Valongo, naquele prédio.” (Milton Guran, entrevista concedida em 2019), sendo esse o edifício das antigas Docas de D. Pedro II.

Tendo o apoio da Fundação Palmares e do Instituto Brasileiro de Museus, o Ibram, o antropólogo levou o documento à uma reunião com o então Ministro Sá Leitão, último no cargo do extinto Ministério da Cultura. Guran conta que no mesmo dia em que se reuniria com o Ministro, ao aguardá-lo na sala de espera, encontrou-se com o diretor executivo da ONG Ação da Cidadania, Rodrigo ‘Kiko’ Afonso, que também se reuniria com ele. O antropólogo expôs, então, que Sá Leitão o questionou se ele achava que haveria lugar para dois museus, que ele afirmou que sim, e que o respondeu com a seguinte proposta,

Cabe ao Estado brasileiro fazer um museu nacional, que vai ter autoridade pra recolher peças do Brasil inteiro e representar todas as regiões do país, e pensar a diáspora africana, a matriz africana da nação brasileira inteira, porque é um museu nacional, e vai representar a nação inteira no conserto dos países da diáspora africana, isso é a função do museu nacional. O museu municipal, é um museu de explicação, um museu de território, um museu que tem que abranger a Pequena África. E tem que acabar com essa história de chamar MEL, MEL não pode, tem um nome muito melhor, ‘museu aberto da Pequena África’, que vai do Valongo até o Campo de Santana, tudo isso é a Pequena África. (Milton Guran, entrevista concedida em 2019)

No entanto, segundo Milton Guran, apesar de se afeiçoar com a ideia, o Ministro o perguntou se havia algum ponto que seria “impeditivo” ou que ele “estaria disposto a negociar”, e assim, Guran afirmou que poderiam negociar “tudo”, exceto o pedido de que a Ação da Cidadania permanecesse do prédio. Nesse momento, Guran afirma que o ministro constatou que seria um ponto complexo de se atender pois, segundo ele o haveria dito “o Planalto não quer que eles saiam”. A essa assertiva do ministro, o antropólogo atribuiu ao ano de eleições que se aproximava, e ao eleitorado majoritariamente da religião protestante dos partidos ligados tanto ao presidente interino Michel Temer (2016-2019), quando ao deputado federal, e presidente da câmara, Rodrigo Maia, e ao prefeito Marcelo Crivella.

A Ação da Cidadania, nesse sentido, buscou reafirmar o interesse em realizar uma proposta em conjunto para se manter no espaço, e quando o Ministério Público Federal determinou, em junho de 2018, a transferência do imóvel da Secretaria de Patrimônio da União para o Ministério da Cultura, a desocupação do imóvel foi descartada pelo então ministro Sá Leitão, que pleiteou a tentativa de conciliar a utilização do imóvel. Cabe ressaltar que em setembro de 2017, o Iphan junto ao Ministro e a Ação da Cidadania já haviam formalizado um termo de compromisso para que a ONG pudesse utilizar o prédio

das antigas Docas de D. Pedro II para eventos¹⁵⁹, demonstrando flexibilização que não contribuiriam para continuidade de nenhum dos projetos.

Um novo edital seria lançado em agosto de 2018, com chamada pública para criação do Centro de Interpretação, Referência e Visitação do Cais do Valongo, nele caberia à Fundação Palmares vinculada ao MinC escolher o projeto, mas em meados de setembro nada tinha acontecido, no que Caceres e Vassallo (2019) afirmarão ser sintoma de uma “[...] falta de compromisso do Estado brasileiro com as medidas que lhe cabem como guardião do Cais do Valongo.” (CACERES; VASSALLO, 2019, p. 73).

Assim, o projeto com a prefeitura não avançou, e, até agosto de 2018, apenas estava dado que o MEL seria um museu de território, utilizando para tal os pontos definidos no Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana. Caceres e Vassallo (2019) afirmam que, juntamente às políticas conservadoras e contingenciamentos econômicos, a secretária começou a perder respaldo político na câmara dos vereadores e na administração municipal, e criticada também pelos movimentos sociais e pelos responsáveis pela concepção inicial do museu, suas ações ficariam restritas a seminários e palestras, isolada das ações mais efetivas de criação do museu, de forma que se pode afirmar que,

Seu insulamento expressa tanto as tensões dentro do próprio movimento negro quanto os embates mais amplos que refletem a fragilidade de um projeto político que, ao subverter os pressupostos tradicionais de representação da nação, parece não despertar mais interesse dos novos representantes dos setores do Estado que deveriam assumi-lo. (CACERES; VASSALLO, 2019, p. 64).

Também esses acontecimentos transformaram-se em pautas jornalísticas em diversos meios de comunicação atingindo seu ápice em 2018. Entre junho, julho e agosto foram noticiadas a acirrada briga sobre a ocupação do prédio, as ordens de despejo e de permanência da ONG, e problemas como a possibilidade de perda de titulação de Patrimônio da Humanidade do Cais do Valongo. Fato que levou o Jornal do Brasil em 12 de agosto chamar as antigas Docas de D. Pedro II de “Prédio da discórdia no Valongo”¹⁶⁰. Na mesma matéria, constava que durante uma audiência pública do Ministério Público Federal, o ministro da Cultura afirmou que quem estava administrando o prédio era a Fundação Palmares, afastando Nilcemar da posse do prédio pela municipalidade.

¹⁵⁹ MINISTÉRIO DA CULTURA. 2017.

¹⁶⁰ JORNAL DO BRASIL. 2018.

Porquanto, em 31 de agosto foi criado um comitê gestor do Cais do Valongo, para dar andamento ao que seria o museu de território. Segundo o Jornal do Brasil, o grupo de 17 membros, ficaria responsável por tomar decisões relacionadas à preservação do sítio, seguindo as diretrizes da Unesco para criação de um centro de interpretações sobre os africanos que chegaram ao Valongo para serem escravizados. Entre as dez entidades associadas ao movimento negro, estavam o Comdedine, Cedine, e ainda o Centro Cultural Pequena África, o Instituto Pretos Novos e a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Pedra do Sal, além do Iphan, a Fundação Palmares, o Ibram, a Cdurp, o IRPH, a Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro, a Riotur, e as secretarias de estado e município de cultura¹⁶¹.

No entanto, em novembro de 2018, Nilcemar ainda demonstrava estar apostando na desocupação das antigas Docas de D. Pedro II, quando em entrevista concedida ao Diário do Porto afirmou “Não sou mulher de perder luta. Quem viver verá.”¹⁶². Curiosamente no dia seguinte, no Seminário Internacional do Cais do Valongo, evento organizado para entrega do título de Patrimônio Mundial, na presença do prefeito Marcelo Crivella, da presidente do Iphan, Kátia Bogéa, e da representante da Unesco no Brasil, Marlova Jovchelovitch Noleto, no discurso da então secretária sobre os esforços e desafios para resolução em conjunto das diretrizes propostas pela Unesco, ela expressaria,

Uma dessas ações é o desenvolvimento do museu que foi inicialmente conhecido como MEL, o Museu da Escravidão e da Liberdade, e, por decisão do coletivo, passa a se chamar Museu da História e da Cultura Afro-brasileira, o MUHCAB. Este projeto é uma das nossas principais iniciativas, então é um ponto estratégico da nossa gestão, não só da Secretaria, mas, também, principalmente da Prefeitura, do prefeito Marcelo Crivella, e visa trazer à tona uma historiografia ligada ao sítio arqueológico que seja pautada em pesquisas e testemunhos reais possíveis, e que contem uma história ainda desconhecida pelo povo brasileiro. A trajetória do povo negro contada por vozes do povo negro. Precisa (sic) descobrir histórias que por ora permanecem soterradas junto a seus restos mortais de nossos ancestrais, debaixo do chão que pisamos todos os dias na Pequena África. O projeto do MUHCAB também quer contribuir para a busca de uma narrativa coletiva pautada na diversidade cultural sem falsos nacionalismos, renovada, valorizando nossas várias matrizes culturais, de forma a nos aproximarmos pela nossa multiplicidade de sujeitos e não nos afastarmos, e esse é um desejo de contribuir para o Brasil que seja confortavelmente em sua forma plural. Não mediremos esforços para que a historiografia proposta seja construída com seriedade consistência e a qualidade que necessita e merece, para que represente mais que um

¹⁶¹ JORNAL DO BRASIL. 2018.

¹⁶² DIÁRIO DO PORTO. 2018.

desejo do povo negro, mas uma necessidade para toda a sociedade brasileira. (Nilcemar Nogueira, Seminário Internacional do Cais do Valongo, 2018)

Como se pode compreender, as antigas Docas de D. Pedro II, após serem rememoradas por consequência do Cais do Valongo, e para ele se transformarem em um lugar de memória contribuindo para sua preservação, transformaram-se em um estorvo, representando um grande problema para a continuidade dos planos de preservação do sítio arqueológico do Cais do Valongo, que ainda não parece totalmente solucionado.

No entanto, essa trajetória de disputas em que esteve envolvida, foram felizes em demonstrar como, mesmo após sua patrimonialização, que em alguns aspectos pode se demonstrar controversa, o patrimônio continuou sendo evocado, ainda que por diferentes propostas, por um ponto norteador, como lugar de herança africana. Mesmo as narrativas de tentativa de permanência da ONG Ação da Cidadania, demonstraram que de alguma forma, a sua trajetória se ligava à essa narrativa estabelecida com a patrimonialização. Nessa perspectiva, as propostas do município e do âmbito federal que debatiam como deveria ser utilizado o espaço, estavam indiscutivelmente alinhados no sentido de que as Docas deveriam ser um espaço de referência à cultura negra.

Assim, o que essas narrativas demonstram é que, apesar de deterem um cerne norteador, quem irá ocupar, tocar o projeto, de que forma, o porquê, e os impedimentos, demonstram que todas essas são narrativas envolvendo disputas de poder. Seja no ambiente estritamente político por razões ideológicas, seja na tentativa de manutenção de ocupação do espaço, seja nos projetos distintos que foram pensados para sua ocupação, todos fazem parte de um processo de estabelecimento de um novo bem cultural, que, por estar cercado de diferentes atores, tem atrelado a si, diferentes possibilidades de existência.

Porém, não consideramos que qualquer que seja o resultado, corresponda a uma narrativa vencedora, no sentido de que existiria um perdedor. Durante todo o processo é nítido como todos os atores negociam uns com os outros, alterando seus próprios projetos, e por vezes, conseqüentemente, acabam por não conseguir tocá-los. Inclusive, podemos ressaltar que a existência desses diálogos foi, também, o que impediu que existisse uma narrativa imediatamente acatada. A isso, cabe lembrar que, por se tratar de um projeto concebido, principalmente, a partir de grupos da sociedade civil organizada com poder de reivindicação, as possibilidades de construção de um projeto completamente hierarquizado foram abrandadas, pois estas, principalmente o movimento negro,

estiveram presentes em todos os aspectos para que, independente da solução que fosse desenhada, o norteador seria a preservação do Cais do Valongo, e seu estabelecimento como lugar de memória e referência da herança e presença africana na região do porto do Rio de Janeiro, como consequência dos anos em que, naquele espaço, desembarcaram africanos para serem escravizados.

3.3. As antigas Docas de D. Pedro II: possibilidades presentes.

Durante o Seminário Internacional do Cais do Valongo em novembro de 2018, anteriormente citado, a presidente do Iphan, Kátia Bogéa, proferiu um discurso no qual demonstrou que a saída para solucionar e dar prosseguimento a preservação do cais estava em uma “gestão compartilhada do patrimônio cultural”, afirmando que a iniciativa do Iphan em dar posse ao comitê gestor do Cais do Valongo foi um dos passos em prol dessa ideia. Ademais, a presidente informou que junto à Nilcemar, representando a Secretaria da Cultura, o IRPH, e o Instituto de Desenvolvimento Humano, o IDG, fora conseguido junto à embaixada americana parte dos recursos para a recuperação do sítio arqueológico do Cais do Valongo. Como a mesma manifestou na oportunidade,

A interpretação é o que dá voz a pedra, é o que reconecta a matéria inerte da construção à vida. As pedras do Cais do Valongo guardam uma história, guardam um infinito de histórias, e ao desafio que se coloca diante de nós, que se colocou em 2011, quando essas pedras se reencontraram [inaudível], e se colocou em 2017 quando mundo as reconheceu como patrimônio seu. Esse é um desafio que é nosso, erguer as vozes do Valongo à altura que lhe é sua por direito. O sítio Cais do Valongo é pedra, é carne e é alma, e é nosso dever assegurar que assim permanecerá para as gerações futuras. (Kátia Borgéa, Seminário Internacional do Cais do Valongo, 2018)

O IDG, a quem se referia a então presidente do Iphan, é uma instituição sem fins lucrativos, gestora do Museu do Amanhã. A doação de R\$2 milhões do fundo do Consulado Geral dos Estados Unidos para essa organização serviu, primeiramente, para obras de restauração, conservação e consolidação do sítio histórico que se iniciou em maio de 2019, e tinha previsão de término em novembro do mesmo ano. O Iphan ficou responsável por sua fiscalização, além de apoiá-las juntamente com a Secretaria

Municipal de Cultura, a Cdurp, o IRPH e do Instituto Histórico e da Cultura Afro-Brasileira¹⁶³.



Figura 48: Cais do Valongo em obras em julho de 2019
Fonte: Acervo próprio.

A segunda fase do projeto, lançada em setembro de 2019, com recursos provenientes da empresa chinesa State Grid Brazil Holding, captados por meio da linha de financiamento ISE (Investimentos Sociais de Empresas), disponibilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, teve por intenção melhorar a infraestrutura e sinalização ao redor do sítio, como, por exemplo, na colocação de módulos expositivos contando a história da região da Pequena África, guarda corpo ao redor do sítio arqueológico, iluminação cênica, sinalizações, entre outras intervenções.

Segundo Paulo Vidal Leite, foram definidos dois projetos distintos para o Cais do Valongo, porém interligados. O museu de território ficou à cargo da Prefeitura, e é um desdobramento do Circuito Histórico e Arqueológico de Herança Africana, no qual estão mapeados os bens culturais relacionados a Pequena África. No entanto, nas antigas Docas de D. Pedro II seria instalado um Centro de Interpretação sob responsabilidade do

¹⁶³ Instituto Histórico e da Cultura Afro-Brasileira é fruto do projeto do MUHCAB, que ficou, por fim, localizado no Centro Cultural José Bonifácio. Em 15 de fevereiro de 2019, Nilcemar foi exonerada da Secretaria de Cultura, e assumiu a direção do instituto subordinado à Casa Civil, para, segundo ela “[...] cuidar da sinalização e da iluminação da área em que ele vai funcionar, a chamada Pequena África.” (O GLOBO. p. 4. 2019).

governo federal, e sob a gestão da Fundação Palmares, subordinada ao Iphan, no qual o prédio estaria, segundo ele, “dentro de um circuito maior” agregando “todas as vertentes desse discurso”. Como ele nos expôs,

Quando o centro de Interpretação tiver pronto, provavelmente ele, como um equipamento federal, vai ter mais possibilidade de contar essa história do que o próprio José Bonifácio. Então o José Bonifácio vai ser muito mais um centro cultural, como sempre foi ligado a africanidade, ele sempre foi isso, mas é uma gestão municipal, enquanto que, o centro de interpretação nas Docas vai ser muito maior, aí ele vai ter vários vetores. Ali como o prédio é muito grande, ele vai funcionar como um condomínio de diversos equipamentos, porque ele vai ter o centro de interpretação do Valongo, mas ele próprio vai ter uma área pra contar a história dele mesmo, e contanto a história dele mesmo, ele vai contar a história dos Rebouças, e a história dos Rebouças é muito maior do que a região do cais do Valongo. (Paulo Vidal Leite, entrevista concedida em 2019)

O arquiteto pondera ainda, que, no dossiê de candidatura do Cais do Valongo é proposto que seja feito um Centro de Interpretação do Valongo, preferencialmente no Docas, mas que, no entanto, poderia ser organizado fora dele para atender às demandas emergenciais da Unesco. Sendo assim, ele afirma que no agenciamento do projeto em andamento, está o estabelecimento de uma sinalização interpretativa do cais para os transeuntes, ou seja, o projeto municipal, e dentro do prédio das docas estaria o Centro de Interpretação, sendo esse “Uma coisa muito maior do que essa sinalização interpretativa que vai estar do lado de fora.” (Paulo Vidal Leite, entrevista concedida em 2019).

Tais projetos nos foram reconfirmados, e passaram, ainda, a serem veiculadas nos meios de comunicação, como no jornal O Globo. Em uma matéria publicada em setembro de 2019, o jornal chama atenção para as obras que se iniciariam no entorno do cais, e o seu acompanhamento pelo Iphan. Também é dado destaque as descobertas dos objetos arqueológicos feitas ao longo da escavação do cais, fato que leva ao seu sub-tópico: “destino do galpão Docas Pedro II”. É narrado, então, que já haveria um processo judicial para ceder o espaço de um dos Galpões da Gamboa para que a ONG Ação da Cidadania desocupasse o prédio, e que, assim, os objetos arqueológicos depositados neles, sob tutela do LAAU, fossem transferidos para as antigas Docas de D. Pedro II, que seriam ocupadas também pelo Centro de Interpretação do Sítio de Patrimônio Mundial do Cais do Valongo, e o Centro Cultural Afro Brasileiro¹⁶⁴.

¹⁶⁴ O GLOBO, 2019.

Ainda sobre essa nova possibilidade, Negrogun também nos apontou o quanto o firmamento dessas propostas é de relevância para o movimento negro. Em sua entrevista, ele afirma que ter o Centro de Referência nas antigas Docas de D. Pedro II, era importante para “nossa autoestima, para autoestima dessa nossa juventude”, e que o espaço era muito “generoso” no que tange suas dimensões para ser ocupado pelo projeto. Negrogun afirmou também que, uma vez sob tutela da Fundação Palmares, esta como uma instituição pública em nível federal, atuando na promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, as antigas Docas de D. Pedro II se tornariam sua sede no estado do Rio de Janeiro, trazendo consigo a ampla literatura que a instituição detêm, transformando-o, ainda, em um centro de referência bibliográfica sobre a temática.

Sendo assim, analisando a transição a qual passa as antigas Docas de D. Pedro II, principalmente na perspectiva dos atores que a reivindicam como parte de um todo identitário, e almejam que a partir dela suas narrativas sejam reverberadas, podemos relacioná-la com um contexto histórico e social recente, que segundo Caceres e Vassallo (2019), fizeram que os museus e as memórias sobre a escravidão e o tráfico negreiro fossem parte de iniciativas que foram responsáveis “[...] pela aparição da categoria ‘memória da escravidão’ no espaço público.” (CACERES; VASSALLO, 2019, p. 51). Para as autoras, um marco referencial nesse sentido é o projeto Rota do Escravo – Resistência, Liberdade e Herança, criado em 1994, pela Unesco, que tendo como vice-presidente de seu Comitê Científico Internacional, o antropólogo Milton Guran, iniciou um processo mundial de emergência memorial da escravidão.

Com a intenção de denunciar a escravidão e de alterar a forma em que era representada visando à transformação social, lugares que testemunharam esses acontecimentos, como, por exemplo, a Porta do Não Retorno, na cidade de Ouidah em Benin, a Casa dos Escravos na ilha de Gorée no Senegal e o Cais do Valongo no Rio de Janeiro, passaram a performar como lugares de memória conectados para sempre por terem feito parte do tráfico de africanos. Nessa perspectiva, também ganharam espaço a criação de museus como o Museu Nacional da Escravatura, na Angola (1997), que abriram margem para a idealização de outros projetos que se desenvolveram ao longo do século XXI.

Assim, o pensamento sobre a descolonização de museus e do próprio patrimônio, proposta inicialmente por Márcia Chuva (2014), nos ajuda a refletir sobre esse momento em que se amplifica a noção de que o dever à memória não estava sendo apreciado por

toda a sociedade em suas manifestações. Porquanto, as práticas de patrimonialização e musealização, as mesmas que consolidaram as narrativas dominantes e segregadoras, poderiam estar, enfim, a serviço também das minorias, fazendo parte de estratégias de inclusão social e ações reparatórias. Por meio de uma contextualização efetiva de “[...] objetos museológicos, dos bens e práticas patrimonializados [...]” (CHUVA, 2014, p. 208), seria possível contribuir para que os que contemplam esses lugares possam “[...] distinguir falas, perceber contradições e identificar posições diferentes que se expressam no processo histórico.” (CHUVA, 2014, p. 208).

Sendo assim, consideramos que os museus, como instituições de memória¹⁶⁵, devem ser reconhecidos como comunicadores e produtores de discursos, dos quais são cerne seus objetos que manifestam intemporalidades e sacralizações. Uma vez que essa construção se volta para características locais, específicas e, mesmo, identitárias, os museus começam a “[...] construir e narrar histórias identificadas com a unificação de valores éticos e pluralidade de variadas realidades político-culturais.” (CASTRO, 2007, p. 113). Nessa perspectiva, Chagas (2008) afirma que, se no passado os museus proclamavam neutralidade política, atualmente são lugares de enfrentamento de situações concretas, exercendo um “[...] exercício explícito de operar com relações de memória e poder por meio da mediação de coisas concretas.” (CHAGAS, 2008, p. 121).

Nessa lógica, as antigas Docas de D. Pedro II, como patrimônio e possivelmente museu ou centro de referência estará sujeita a essas questões. A construção discursiva que a envolve esbarra tanto na possibilidade de existir uma versão autêntica de sua existência, como dos atores e personagens que a envolvem. E, ao mesmo em tempo em que foi um espaço colonizado, no sentido de ter atrelado a si diversos significados elitistas no século XIX e XX, pelo elo estabelecido com engenheiro André Rebouças no presente, as antigas Docas de D. Pedro II podem ser um lugar descolonizador, fazendo-se porta voz de uma restituição memorial ancorada na busca pela ancestralidade dos descendentes dos africanos escravizados nas Américas. Como instituição de memória, as narrativas instituídas sobre as antigas Docas, cumpririam o papel de trazer do passado uma verdade, que compreende a justiça e a reparação almejada pelo presente por esses atores.

Ademais, há ainda nesse projeto uma possibilidade que consideramos de muita complexidade, graças aos fatos iluminados pela trajetória das antigas Docas de D. Pedro II até então. Paulo Vidal nos expôs sobre a existência de um projeto em desenvolvimento

¹⁶⁵ C.f. CASTRO, 2007.

no Iphan, visando a restauração do prédio, e a realização de uma pesquisa arqueológica para que seja revelada, possivelmente, a linha original do cais das Docas. Apesar de afirmar que não seria refeito o revestimento original, o arquiteto afirma que a fachada contemporânea é a original, mas estava sem revestimento, reiterando que ela estava “descarnada”, assim como as pedras, portas e os arcos, que considera como elementos “originais” do prédio, como ele detalha,

Então quando a gente limpar aquilo tudo, der uma aparência, esses remanescentes vão ficar livres de intervenções. Então ritmo de vão vai voltar a ficar mais marcado, agora, óbvio, a gente não vai ornar tudo de novo. Por isso que, foi muito marcado dentro do processo de tombamento, que não está tombando aquilo que se vê hoje, o que se está tombando são os remanescentes do prédio original. (Paulo Vidal Leite, entrevista concedida em 2019)

Sobre essa iniciativa, em novembro de 2019, o Iphan publicou oficialmente um edital de licitação para contratação do “projeto executivo de restauro e adequação das Docas Dom Pedro II”. Em nota, o órgão afirma que o prédio será ocupado por um “Complexo Cultural”, sendo o primeiro no estado, servindo tanto de acolhimento e recepção de turistas e visitantes, como de ambiente detentor de informações sobre patrimônio e turismo e os valores culturais preservados no Cais do Valongo, anunciando ainda que, “O antigo prédio das Docas Pedro II se demonstra o espaço mais adequado, por dialogar com o sítio sensível”¹⁶⁶.

O edital para o projeto de restauração do prédio das antigas Docas de D. Pedro II, nos parece ainda mais complexo. Em suma, o Iphan recorre para encontrar uma proposta para a “elaboração de Projeto Executivo de Arquitetura, Restauro e Complementares do bem tombado nacional ‘Antigas Docas D. Pedro II’” para adequar o espaço para a instalação de três equipamentos: o LAAU, o Centro Cultural da Fundação Palmares e o Centro Integrado de Interpretação do Cais do Valongo. Na justificativa descrita na sessão do Projeto Básico, é afirmado que o projeto original das Docas foi influenciado por “[...] recentes métodos construtivos europeus, que englobavam o que havia de mais avançado em termos de tecnologia portuária, incluindo o sistema construtivo do cais e armazém, bem como sua logística” (IPHAN, 2019).

Também se reitera que o tombamento do prédio está respaldado em valores históricos e etnográficos, sendo “um dos últimos testemunhos da obra do engenheiro

¹⁶⁶ IPHAN, 2019.

André Rebouças na região portuária do Rio de Janeiro”, e um capítulo importante da “evolução da técnica de construção e modernização da operação de portos no Brasil.”. E, embora reconheçam que há necessidade de investigação técnico-teórica para orientar o projeto de intervenção para restauração arquitetônica, no documento está anunciado que,

O imóvel recebeu intervenções pelos mais recentes ocupantes que não foram autorizadas pelo IPHAN e que em algo contribuíram para a descaracterização do monumento, que, por sua vez, é um fenômeno constituído de uma sucessão de intervenções realizadas ao longo da sua história que comprometeram suas feições originais. (IPHAN, 2019)

Até então, se compreendia que a questão arquitetônica do bem tombado não era um aspecto relevante suficiente para impedir seu tombamento. De fato, ao escolher valorizar o etnográfico e simbólico como o foi durante todo o processo de sua patrimonialização, essa não foi uma matéria central no processo valorativo de sua construção de saber, mesmo por que, talvez, esse viés trouxesse uma impossibilidade de alcançar os objetivos que amparavam as demandas que reivindicavam sua preservação desde o início.

No entanto, a restauração do prédio, que envolve a questão arquitetônica, deveria ser avaliada com cautela, uma vez que, possivelmente, o prédio não passou por descaracterizações e não está descascado, mas foi reconstruído no início do século XX. A se ver, poderíamos nos referir a ele somente por meio de seus remanescentes, que de fato, aparentam ter sido aproveitados. Porém, uma restauração nos moldes propostos, ainda que não em uma recomposição completa da obra original, não seria adequada, pois geraria uma controvérsia com a própria trajetória do bem em questão, negando etapas de sua biografia, que findaram em sua configuração presente.

Ademais, as possibilidades de transformação das antigas Docas de D. Pedro II em um novo lugar de memória de herança e cultura afro-brasileira, que ficou por tantos anos, em uma aparente inércia, se encaminha, aparentemente, para uma resolução. O ano de 2019, foi decisivo em muitos aspectos para resolução dos impasses que permaneciam cercando os diversos projetos, e deles resultaram caminhos divergentes, mas que parecem, sim, complementares e essenciais para o estabelecimento de um complexo cultural sobre a presença africana na região.

Entretanto, cabe destacar que muito do que se colocou nesse capítulo sobre as antigas Docas de D. Pedro II, foram resultados de relações que a fazia performar com um protagonismo coadjuvante. Ao mesmo tempo em que era o cerne de muitas disputas, a

maioria delas se deram por sua relação estabelecida com o Cais do Valongo, por meio da construção narrativa que a acompanhou desde 2012. E pelo Cais do Valongo ser o objeto central, as docas eram tomadas de perspectivas mais normativas, como, por exemplo, o “prédio da discórdia”, e assim também foi a sua patrimonialização, tendo o Cais do Valongo como motor da história presente, as narrativas se mantiveram para reafirmar o elo entre os dois, que embora exista, tornou o processo controverso, por exemplo, na sua trajetória histórica, que também passou pelo processo de valoração, e que agora refletem-se em políticas públicas de preservação que poderão ter resultados contestados, uma vez que ainda há pontos a serem iluminados e discutidos.

Tais resoluções refletem inteiramente em como as antigas Docas de D. Pedro II são narradas para a sociedade, e em como ela irá se relacionar com ela. Como exemplo, um aplicativo recentemente lançado chamado Passados Presentes¹⁶⁷, que estará integrado ao museu de território proposto pelo município destacam o prédio como “Docas André Rebouças”, reproduzindo boa parte dos discursos estabelecidos até então, em uma plataforma de fácil acesso e obtenção de informação por quem participa de passeios na região, em uma leitura que podemos considerar, em muitos aspectos, complexa, senão, equivocada de sua existência.

Todavia, de fato, as antigas Docas de D. Pedro II são as Docas André Rebouças. Em contornos simbólicos e valorativos que a colocaram em diálogo com o presente, esse personagem, André Rebouças, conclamado engenheiro negro e abolicionista, é o motor de sua rememoração presente, de sua patrimonialização e oferece a esse prédio as próximas etapas de sua biografia, que não cessou de se alterar desde a sua idealização.

¹⁶⁷ O projeto Passados Presentes foi elaborado a partir do Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil, - um trabalho coordenado por Hebe Mattos, Martha Abreu e Milton Guran, , no Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF), com apoio do Projeto Rota do Escravo, da Unesco, em 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iluminar o contexto de rememoração, a trajetória e as disputas envolvendo as antigas Docas de D. Pedro II, demonstraram o quanto estão conectados memória e patrimônio no que tange a construção de saber acerca dos bens culturais. A cada etapa percorrida, foi possível reconhecer algumas características específicas do processo mneumônico, sua complexidade e caráter social, e reafirmar a ideia de que o patrimônio é constituído graças a um processo de natureza heterogênea e multifacetada.

Assim sendo, ao nos voltarmos para a sua patrimonialização, foi possível confirmar que, sim, ela é um longo processo. No entanto, a fim de que pudéssemos alcançar o momento em que as antigas Docas de D. Pedro II foram lembradas, foi estritamente necessário compreender esse momento a partir de um contexto muito mais amplo. A evolução do conceito de patrimônio, nesse sentido, e o contexto histórico e social responsável por alterar a forma como bens culturais eram alçados à patrimônio, foram reflexões determinantes para que fossem iluminadas a abertura à novas maneiras de se patrimonializar, destacando as reivindicações populares e novos métodos de preservação e registro.

Ademais, foi de extrema relevância localizarmos o contexto o qual se encontrava a cidade do Rio de Janeiro, sendo esse, nos preparativos para se tornar atrativa para sediar megaeventos globais, e, a partir daí, abordarmos as políticas públicas de intervenção urbana em sua zona portuária, já que, foi por consequência de uma delas, o Porto Maravilha, que as antigas Docas de D. Pedro II tiveram a oportunidade de serem reveladas no presente, a luz dos interesses contemporâneos. Porquanto, planos anteriores, como o Sagas e o Plano do Porto do Rio, também demonstraram serem merecedores de destaque, pois, em suas aplicações, foram acrescentados novos modelos de intervenção urbana, focadas, principalmente, na ideia de preservação, que por consequência, abriu caminhos para a patrimonialização de muitos bens naquele espaço. Dentre eles, pudemos perceber a apropriação do território da zona portuária e de alguns de seus símbolos, que passaram a ser protagonistas na reafirmação da identidade de Pequena África, que perdura até então.

Contudo, se tornou evidente, que, não à parte do projeto de revitalização, mas como parte dele e a partir dele, o desterramento do Cais do Valongo foi o principal vetor para a emergência das Docas de D. Pedro II. Na perspectiva da pesquisa arqueológica realizada, vislumbramos o quanto o achado de sua pedra fundamental materializou, o que veio a se tornar uma existência simbólica desse edifício no passado. Por isso, somos

inclinados a confirmar a hipótese de que, possivelmente, sem essa variável, as antigas Docas de D. Pedro II continuariam inerentes ao “esquecimento”, pelo menos no que tange os aspectos valorativos que lhes foram atribuídas a partir de então, ligados diretamente ao Cais do Valongo. Essa foi uma assertiva que veio a se confirmar a cada etapa deste trabalho, sendo passível de contestação em poucos momentos da sua trajetória no presente.

Isto posto, a proposta de utilização da biografia cultural colocada por Appadurai (2008) e Kopytoff (2008), nos proporcionou o retorno à trajetória das antigas Docas de D. Pedro II, e a partir dela, muitas das discussões contemporâneas foram reafirmadas e outras iluminadas, de forma a considerar as múltiplas formas que poderiam ser estabelecidas narrativas a seu respeito, ou mesmo justificar o que poderia significar um esquecimento desse bem cultural por tantos anos. Também utilizando dessa metodologia, nos afastamos da necessidade de uma abordagem historiográfica, pois considerando o recorte temporal o qual trabalhamos e o tempo hábil para contextualizar essa trajetória, seria imprudente considerar o que foi aqui exposto como tal. No entanto, esperamos que o material aqui presente possa incentivar novas pesquisas mais aprofundadas sobre as antigas Docas de D. Pedro II.

Entretanto, considerando o denso material documental analisado, acreditamos que, apesar do recorte temporal ser demasiado amplo, o delineamento da pesquisa em torno dos Diários Oficiais, e a partir deles, foram suficientes para iluminar muitos aspectos sobre a trajetória das Docas de D. Pedro II que apresentavam grandes lacunas. Sua investigação tornou possível vislumbrarmos disputas que ocorreram antes mesmo de sua construção, os múltiplos significados que a alternância política, histórica e social manifestou em sua existência, acontecimentos fatídicos e mudanças envolvendo sua ocupação, que juntas reafirmam o extremo valor histórico que possui o edifício.

Nessa perspectiva, estamos seguros de que a revelação de fatos como o lançamento de sua pedra fundamental no século XIX, o velório de André Rebouças, o protagonismo nas obras do porto do Rio no início do século XX, o incêndio de 1919, sua reconstrução, entre outros, são acontecimentos de magnitude, e que sua exposição demonstra como ainda existem acontecimentos para serem rememorados a seu respeito no âmbito de sua patrimonialização. Esses resultados reafirmam a utilização do método da biografia cultural como cerne norteador desse trabalho, pois foi a partir dela que se fundou a motivação para compreensão mais abrangente do bem cultural que havia se tornado as antigas Docas de D. Pedro II em primeiro lugar.

Assim sendo, quando nos propormos a discutir sobre o tombamento desse edifício, já nos encontrávamos defronte à muitas informações a seu respeito e ao contexto presente, alcançado durante o capítulo um. Esse momento, como pudemos acompanhar, foi pautado pela redescoberta do Cais do Valongo, sua transformação em sítio arqueológico, e, a necessidade de se interpretá-lo a partir da criação de um memorial ou museu. Com suas escavações estabelecidas desde 2011, reafirmamos que foi, na descoberta de sua pedra fundamental, o momento inicial de sua rememoração. Após esse acontecimento, a ideia de centralizar esse projeto nas antigas Docas de D. Pedro II foi amadurecendo, desde a Carta do Valongo em 2011, até, precisamente, o Dossiê de Candidatura do Cais do Valongo em 2016.

Concomitantemente a esse movimento, pudemos contemplar as disputas que o envolveram. Foi possível reconhecer as diversas vozes que o reivindicavam como seu, como parte de sua identidade, trajetória e memória. Dentre eles, a ONG Ação da Cidadania, que ocupava o prédio desde 2000, foi um dos primeiros a trazer para o presente, narrativas que dialogam com as que foram se estabelecendo após a redescoberta do Cais do Valongo. Ao evocar a memória de André Rebouças como engenheiro idealizador das docas, a ONG foi responsável por ser o primeiro ator nesse século a abordá-lo com contornos valorativos, como, por exemplo, o tratando como “engenheiro negro da liberdade”.

Nesse sentido, ao contemplarmos as narrativas de tombamento, se tornou evidente que elas estiveram voltadas para os aspectos simbólicos das antigas Docas de D. Pedro II, esses inteiramente conectados ao personagem que foi André Rebouças, de forma que o próprio edifício, por essa ligação, foi africanizado, e assim, pudemos refletir no que de fato se tornou esse edifício após sua patrimonialização. Percebemos que, graças também ao que foi considerado como uma “descaracterização”, e a impossibilidade de uma aproximação narrativa preservacionista por vias de sua arquitetura, ele veio a se tornar a materialização da trajetória e vida de André Rebouças, e, assim sendo, se transformou em mais um lugar de memória da zona portuária do Rio de Janeiro, conectado à identidade de Pequena África.

A partir de então, percebemos que, embora debatendo em como seria feita a proposta do memorial ou museu, todas elas tinham como norte as narrativas estabelecidas pelo tombamento das antigas Docas de D. Pedro II. A sua aplicação e embargo, no entanto, é de difícil compreensão exata. Enquanto para alguns seria uma sabotagem ao projeto de expor os crimes cometidos a partir do desembarque dos africanos no Cais do

Valongo para serem escravizados, para outros o prédio fazia parte de sua trajetória, que seria difícil abandonar. Em outros momentos, fica evidente que as transformações ideológicas que atravessaram o país desde 2016, e, por isso, alteraram os direcionamentos dos trabalhos já em andamento, foram fundamentais para que, até então, ficasse incerto dizer se o projeto almejado será aplicado ou não, e mesmo que seja, sua existência como tal, fica distante do presente, o que influencia em como as antigas Docas de D. Pedro II irão se mostrar para a sociedade a partir de então, qual será a sua função e o que será comunicado a partir dela.

Isto posto, nos voltando para teóricos da memória como Gondar (2016), que refletiu sobre a memória social e à ela atribuiu cinco proposições, pode-se dizer que as antigas Docas de D. Pedro II experimentaram, em alguns momentos, aspectos refletidos pela autora, que contribuíram para ponderarmos sobre as informações, fatos e documentos que nos foram apresentados. Por exemplo, tornou-se evidente que a utilização de momentos específicos da trajetória do edifício em questão, foi uma escolha ética e política, envolvendo grupos e diferentes pontos de vista sobre sua existência a serem lembrados pelo presente. E, ao analisar a perspectiva da rememoração por parte desses grupos, que a valorizavam a partir de uma premissa identitária, também foi possível ponderar sobre a influência dessas reivindicações na forma como as antigas Docas de D. Pedro II se consolidaram, que, no entanto, não deve ser reduzida a essa narrativa estabelecida, ou seja, a uma representação. Todo esse movimento por sua vez, constituiu as narrativas de patrimonialização, que tomando a trajetória aqui exposta sobre o prédio, evidenciou o quanto a memória implica, de alguma forma, o esquecimento.

Nessa lógica, a metodologia tomada para alcançar os objetivos propostos foram de suma valia. As matérias acrescentadas pela pesquisa bibliográfica, nos fez alcançar os caminhos teóricos responsáveis por inclinar-nos para o início da pesquisa documental. Assim, quando nos voltamos para as políticas públicas, para o Cais do Valongo e, para seu processo de tombamento, conseguimos compreender por dentro dos fatos e documentos analisados, quais eram os atores dessa rememoração. Por consequência, encontramos agentes das mais diversas áreas de conhecimento, que compreendiam aquele espaço a partir de uma narrativa identitária, e, de acordo com suas trajetórias subjetivas contribuíram para que o prédio fosse tombado, preservado e tomado a partir de novas perspectivas existenciais, ou seja, as etapas da metodologia se demonstraram como complementares, um encadeamento que proporcionou uma apresentação densa de diversos materiais que dialogassem entre si.

Cabe ressaltar que, as entrevistas realizadas na terceira etapa, foram de suma importância, pois reafirmaram pontos de vista manifestados no material documental, e contribuíram para maior validade dos acontecimentos narrados. A escolha de não reservar um capítulo somente para análise dessa abordagem, se deu graças a como o modelo foi aplicado em campo. As questões abertas proporcionaram um ambiente fértil para que esses personagens pudessem aprofundar-se nas questões que lhes eram mais relevantes dentro da temática, e assim, foram capazes de compor esse trabalho em seus distintos momentos.

Assim sendo, esperamos ter contribuído para a ampliação do conhecimento científico, no que tange as temáticas da memória e do patrimônio, mas também de outros campos que vislumbram nessas matérias a multiplicidades de questões que as competem, e possam, a partir delas, acrescentar novas hipóteses, questões e reflexões. Também se espera que esse trabalho tenha o alcance materializado a partir dos novos cenários que ficaram expostos sobre as antigas Docas de D. Pedro II.

Ademais, a partir dos laços, contextos e redes que se pôde ver tecidas a partir dos acontecimentos que cercaram esse prédio, principalmente nas iniciativas que se deram a partir de sua patrimonialização, conseguimos localizá-lo em um contexto muito maior do que a própria zona portuária. Com o Cais do Valongo sendo reconhecido como Patrimônio da Humanidade, e as antigas Docas de D. Pedro II se tornando um memorial, ela fará parte de um roteiro transatlântico de memórias da escravidão, no sentido que será no Brasil, o lugar a ser depositado narrativas sobre a diáspora africana, não só no Rio de Janeiro, mas em todo o país.

Esse é somente um dos desdobramentos que podemos já vislumbrar para as antigas Docas de D. Pedro II. No entanto, o que poderá vir após isso dependerá, assim como o foi desde sua existência, das relações sociais, e dos contextos nos quais ela perseverará em sua existência. Sendo assim, podemos finalizar por ora que, independentemente de sua configuração, enquanto existir a coesão em torno dos discursos e narrativas constituídos para que ela exista enquanto tal, independente dos acontecimentos de sua trajetória, existirão as Docas de D. Pedro II, aquelas construídas por André Rebouças no século XIX. Aos desdobramentos, caberá o acompanhamento científico, a fim de que se revele, cada vez mais, a relação complexa entre memória e patrimônio, e destes com o mundo que os cerca.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **Memória social: itinerários poéticos-conceituais**. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R. de; GONDAR, Jô (Orgs.). **Porque Memória Social?** 1ª edição. Rio de Janeiro. Híbrida. 2016.

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cecile; DODEBEI, Vera. **Memória e novos patrimônios**. Nouvelle edition. Marseille. OpenEdition Press. 2015.

ABREU, Regina. **Colecionando museus como ruínas: percursos e experiências de memória no contexto de ações patrimoniais**. ILHA, vol. 13, n. 1, p. 17-35, jan./jun. 2012.

AIZEN, Mario; ALBERNAZ, Maria Paula; CARDOSO, Elizabeth Dezouart; PECHMAN, Roberto Moses; VAZ, Lilian Fessler. **História dos bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo**. Rio de Janeiro. João Fortes Engenharia. 1987.

APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói. Editora da Universidade Federal Fluminense. 2008.

ASSMAN, Aleida. Canon and Archive. In: ERLI, Astrid; NINNING, Ansgar (Orgs.). **Cultural Memory Studies**. Berlin. Deut. Walter de Gruyter GmbH & Co. 2008.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. 1992.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15ª Ed. Rio de Janeiro. Bertrand. 2011.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15ª Ed. Rio de Janeiro. Bertrand. 2011.

CACERES, Luz Stella Rodríguez; VASSALLO, Simone Pondé. **Conflitos, verdades e política no Museu da Escravidão e da Liberdade no Rio de Janeiro**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 47-80, jan./abr. 2019.

CASTRO, Ana Lucia Siaines de. Museu: um espaço social. In: CASTRO, Ana Lucia Siaines de. **Memórias clandestinas e sua museificação**. Rio de Janeiro. Revan. 2007.

CARNEIRO, Sandra de; PINHEIRO, Márcia Leitão. **Revitalização urbana, patrimônio e memórias no Rio de Janeiro: usos e apropriações do Cais do Valongo**. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 57, p. 67-86, jan./abr. 2016.

CARNEIRO, Sandra de; PINHEIRO, Márcia Leitão. **Cais do Valongo: patrimonialização de locais, objetos e herança africana**. *Relig. soc.* 2015, vol.35, n.2, pp.384-401.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **O quinto século: André Rebouças e a construção de Brasil**. Rio de Janeiro. Revan. 1998.

CASTRO, Celso. **A Natureza Turística do Rio de Janeiro**. In: BANDUCCI, Alvaro; BARRETTO, Maargarita (Orgs). **Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica**. São Paulo. Papirus. 2001.

CEZAR, PAULO BASTOS; CASTRO, ANA ROSA VIVEIROS DE. **A praça Mauá na memória do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Ex-Libris. João Fortes Engenharia, 1989.

CASTRO, Celso; FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Destino: Cidade Maravilhosa. In: CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES, Aline Montenegro (Orgs). **História do Turismo no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2013.

CHAGAS, Mario. A radiosa aventura dos museus. In: ABREU, Regina; DODEBEL, Vera (Orgs.). **E o patrimônio?**. Rio de Janeiro. Contra Capa. 2008.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Para descolonizar museus e patrimônios: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil In: MAGALHÃES, Aline; ZAMORANO, Rafael. **90 anos do Museu Histórico nacional em debate (1922-2012)**. Rio de Janeiro: Museu Histórico nacional, p.195-210. 2014.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Editoria UFRJ. 2017.

CORREA, Raphaela. **Turismo Cultural no Brasil: uma abordagem histórica à luz de Michel Parent (1966-1967)**. In: Anais do XXVIII Simposio Nacional de História. Florianópolis.

CUNHA, Euclides da. **Contrastes e Confrontos**. São Paulo. Via Leitura. 2016.

DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: DODEBEL, Vera; TARDY, Cécile (dir.). **Memória e Novos Patrimônios**. Tradução de Germana Henriques Pereira de Sousa. Open Edition Press, 2015.

DINIZ, Nelson. **Porto Maravilha: antecedentes e perspectivas da revitalização da região portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Letra Capital, 1ª ed. 2014.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2014, 2ª ed.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN: a política do patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)**. In: Anais do Encontro Políticas Culturais: teoria e práxis. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa. 2010.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Patrimônio: discutindo alguns conceitos**. In: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88. 2006.

FREITAS, Ricardo Ferreira; LINS, Flávio; SANTOS, Maria Helena Carmo dos. **Megaeventos: a alquimia incontrolável da cidade**. LOGOS. DOSSIÊ – Megaeventos e espaço urbano. Edição 40, n. 24, v. 1, 1º semestre 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R; CHAGAS, M.(Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, DP&A, p. 25-34. 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A Retórica da Perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ. 2ª edição. 2002.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R. de; GONDAR, J. (Orgs.). **Porque memória social?**. 1ª edição. Rio de Janeiro. Híbrida. 2016.

GUIMARÃES, Mercedes. **Trecho da audiência pública MPF RJ 08/08/2018 Cais do Valongo é Patrimônio**. 08 de agosto de 2018. (01:57:10). Disponível em: <https://www.facebook.com/100009399814477/videos/2148186788837961/>. Acesso em: 10 out. 2018.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A Utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca**. Rio de Janeiro. FGV. 2014.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **O Patrimônio Cultural na Gestão dos Espaços do Rio de Janeiro**. Estudos Históricos, vol. 29, n. 57, p. 149-168, jan. abr., 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862016000100009>>.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro, 2003.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Org.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói. Editora da Universidade Federal Fluminense. 2010.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu. **Dos Trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª Ed. Campinas. Editora Unicamp. 2013.

LEITE, Edson; CAPONERO, Maria Cristina. **As possíveis articulações entre preservação do patrimônio, turismo e desenvolvimento econômico e sua trajetória no Brasil a partir dos anos 1960**. Revista Confluências Culturais, v. 4, n. 1, p. 10-17. 2015.

LENZI, Maria Isabel; SANTOS, Nubia Melhem (Orgs.). **O porto e a cidade: o Rio de Janeiro entre 1565 e 1910**. Rio de Janeiro. Casa da Palavra. 2005.

LEVY, Ruth. O Rio e a Exposição do Centenário. In: BEZERRA, Rafael; MAGALHÃES, Aline. **90 anos do Museu Histórico Nacional em debate**. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional. 2014.

LIMA, Tânia Andrade; SENE, Glaucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres de. **Em Busca do Cais do Valongo. Rio de Janeiro, século XIX.** Anais do Museu Paulista. São Paulo, vol. 24, no. 1, p. 299-391, jan./abr., 2016.

MALTA, Elder. **Consumindo Paisagens: Patrimônio Cultural, Turismo e Enobrecimento Urbano no Rio de Janeiro.** TOMO, n. 31, jul-dez, p.92-134. 2016.

MARCELO, Hernan Venegas. **A noção de patrimônio no Brasil Império.** In: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 11, n. 1, p. 135-146, 2013.

MELLO, Fernando de Mello. **A Zona Portuária do Rio de Janeiro: antecedentes e perspectivas.** Rio de Janeiro. 2003. Dissertação de mestrado - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 124 p.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados.** Rio de Janeiro. Iphan/DAF/Copedoc. 2010.

NEVES, Luciana Rumão. **Memória e esquecimento: André Rebouças para o movimento negro brasileiro.** Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. p. 120. 2014.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares.** Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História. São Paulo. Dez. 1993.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves. **“Biografia cultural das coisas”:** aporte metodológico para o estudo do Turismo. Resgate – Rev. Interdiscip. Cult, Campinas, v. 23, n 30, p. 29-42, jul/dez, 2015.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil.** In: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, n. 3, p. 4-14. 2006.

PIO, Leopoldo Guilherme. **Novas tendências na revitalização de áreas “históricas”:** o caso Porto Maravilha. IV Seminário Internacional Políticas Culturais, out, 2013. Rio de Janeiro, 13p.

POLLAK, MICHAEL. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 2. N. 3. 1989. P. 3-14

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Rio de Janeiro. Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, p. 200-212. 1992.

POULOT, Dominique. **Cultura, História, valores, patrimoniais e museus.** In: Varia História. Belo Horizonte, vol. 27, n. 46, p. 471-480, jul.-dez., 2011.

REBOUÇAS, Nádia; REDIG, Ana. **Ação da Cidadania: 25 anos.** Rio de Janeiro. Senac Rio. 2018.

SMITH, Laurajane. **El “Espejo Patrimonial”. ¿Ilusión narcisista o reflexiones múltiples?**. Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología, n. 12, jan/jun, 2001. Bogotá. P. 39-63.

TRINDADE, Alexandro Dantas. **André Rebouças: da engenharia civil à engenharia social**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2004.

TURAZZI, Maria Inez. **Um porto para o Rio: imagens e memórias de um álbum centenário**. Rio de Janeiro. Casa da Palavra. 2012.

TURAZZI, Maria Inez. **Rio, um porto entre tempos: modos de ser, modos de conhecer**. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo. 2016.

VALADÃO, Regina Coeli Mendes. **Tradição e criação, memória e patrimônio: a revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012, 257 p.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **As tradições populares na Belle Époque carioca**. Rio de Janeiro. Funarte. 1988.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, negociação e conflito**. Mana, v. 12, p. 237-248, 2006.

Fontes documentais

- **Biblioteca Nacional**

A MANHÃ. **Diminui a fila de vapores**. Ed. 2947. p. 10.

A NOTÍCIA. Ano V. Ed. 129, p. 2, 24-25 de maio de 1898.

A RAZÃO. **O pavoroso incêndio de ontem**. Ed. 901, p. 4. 10 de junho de 1919.

A RAZÃO. **O incêndio das docas D. Pedro II**. Ed. 902, p. 4. 11 de junho de 1919.

A RAZÃO. **Mais uma vez... Um pouco de fogo nas Docas D. Pedro II**. Ed. 264. p. 4. 24 de setembro de 1919.

ANNAES DA CAMA DOS DEPUTADOS. Ed. 6, p. 751. 1900.

COMPANHIA das Docas D. Pedro II. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro. Ano 50, n. 201, p. 2, 21 de outubro de 1871.

CORREIO DA MANHÃ. **“Lagartas”**. 1º caderno, Ed. 21001, p. 12, 1951.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Dr. André Rebouças**. Ed. 138, p. 2, 18 de maio de 1898.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Dr. André Rebouças**. Ed. 167, p. 1, 16 de junho de 1898.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Obras do Porto a Inauguração do Trabalho**. Ed. 90, p. 1, 1904.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **A Rajada de Fogo**. Ed. 158, p. 3, 10 de junho de 1919.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **O incêndio das Docas Pedro II**. Ed. 163, p. 2, 15 de junho de 1919.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Será entregue esse edifício á Intendencia**. Ed. 264, p. 4, 09 de novembro de 1922.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Ed. 11, p. 1, 13 de janeiro de 1928.

JORNAL DO BRASIL. **Os escombros das Docas Pedro II ainda fumegam**. Ed. 288, p. 4, 16 de outubro de 1920.

JORNAL DO BRASIL, Ed. 329 p. 34, 1992.

JORNAL DO BRASIL, Ed. 35, p. 33, 1992.

JORNAL DO BRASIL, Ed. 329 p. 34, 1992.

JORNAL DO BRASIL, Ed. 322 p. 43, 1994.

JORNAL DO BRASIL. **Informe**, Ed. 362 p. 6, 1995.

JORNAL DO BRASIL. **Registros**, Ed. 326 p. 25, 1996.

JORNAL DO BRASIL. **Rio Cena Contemporânea**, Ed. 81 p. 73, 1996.

JORNAL DO BRASIL. **Rio Cena Contemporânea**, Ed. 81 p. 73, 1996.

JORNAL DO COMMERCIO. **As obras do porto do Rio de Janeiro**. Ed. 201, p. 2, 20 de julho de 1910.

JORNAL DO COMERCIO. **Caes do Porto**, Ed. 272, p. 3, 30 de setembro de 1911.

JORNAL DO COMMERCIO, **Grande incendio**. Ed. 159, p. 4, 10 de junho de 1919.

JORNAL DO COMMERCIO. **Jurisprudencia – Indemnisação de seguro terrestre – Erro quanto ao lugar do deposito das mercadorias – Responsabilidade da companhia seguradora**. Ed. 287. p.13, 17 de outubro de 1926.

JORNAL DO COMERCIO. Ed. 49, p. 17. 1991.

JORNAL DO COMMERCIO, Ed. 222 p. 26, 1996.

JORNAL DOS SPORTS. **Darcy preside “Flor do Amanhã”**. Ed. 19949, p. 10, 1992.

O JORNAL. Ed. 806, p. 2, 08 de setembro de 1921.

O JORNAL. **Ministério da Fazenda**. Ed. 997, p. 7, 19 de abril de 1922.

O PAIZ. **O Exercito de hoje**. Ed. 13901. p. 3. 11 de novembro de 1922.

REBOUÇAS, André Pinto. **Portos de Comercio: synopse da nova obra de mr. Louis Barret... pelo engenheiro André Rebouças**. [S.l.: s.n.], [18--]. 8p., 23 cm.

REVISTA DA SEMANA. **As obras do Ministério da Guerra no Rio de Janeiro**. Ed. 34, p. 26, 19 de agosto de 1922.

REVISTA DO INSTITUTO POLYTECHNICO BRASILEIRO. **As Docas de D. Pedro II na Exposição Nacional de 1875: preparatória para exposição universal de Philadelphia em 1876**. Ed. 2, p. 26-57, 1876.

RIO DE JANEIRO. Noticiário. **Visita Imperial**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 50, n. 283, p. 2, 29 de outubro de 1867.

RIO DE JANEIRO. Noticiário. **Illma. camara municipal**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 51, n. 54, p. 2, 24 de fevereiro 1868.

RIO DE JANEIRO. Noticiário. **Publicação**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 52, n. 173, p. 1, 24 de junho de 1869.

RIO DE JANEIRO. Noticiário. **Visita Imperial**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 52, n. 302, p. 2, 05 de novembro de 1869.

RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. **Extracto da sessão de 18 de dezembro de 1869**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 52, n. 351, p. 1, 21 de dezembro de 1869.

RIO DE JANEIRO. Noticiário. **Docas**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 53, n. 63, p. 1, 5 de março de 1870.

RIO DE JANEIRO. Arrematações Judicarias. **Excellent compra de prédios**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 53, n. 331, p. 3, 30 de novembro de 1870.

RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. **1ª sessão**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 53, n. 72, p. 2, 14 de março de 1870.

RIO DE JANEIRO. **Decreto n. 4492, de 23 de março de 1870**. Concede á companhia, que Stephen Busk & C. e o engenheiro André Rebouças organisarem, autorização para construir docas nas enseadas da Saúde e Gamboa do porto do Rio de Janeiro. Diário do Rio de Janeiro. Ano 53, n. 83, p. 1, 25 de março de 1870.

RIO DE JANEIRO. Companhia da Doca da Alfândega do Rio de Janeiro. **Fornecimento de 300.000 tijolos prensados, perfurados e moldados**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 53, n. 14, p. 4, 14 de janeiro de 1870.

RIO DE JANEIRO. Companhia da Doca da Alfândega do Rio de Janeiro. **Aviso sobre o trapiche Mauá**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 53, n. 6, p. 3, 6 de janeiro de 1870.

RIO DE JANEIRO. Noticiário. **Ministério da Agricultura**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 54, n. 253, p. 3, 13 de setembro de 1871.

RIO DE JANEIRO. Noticiário. **Docas de D. Pedro II**. Diário do Rio de Janeiro. Ano, 54, n. 256, p. 2, 16 de setembro de 1871.

RIO DE JANEIRO. Noticiário. **Ilma. camara municipal**. Diário do Rio de Janeiro. Ano, 54, n. 256, p. 2, 16 de setembro de 1871.

RIO DE JANEIRO. Publicações a pedido. **O naufrágio da colocação da primeira pedra das docas de D. Pedro II**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 54, n. 256, p. 3, 16 de setembro de 1871.

RIO DE JANEIRO. Comunicado. Ilma Camara Municipal. **Docas de D. Pedro II**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 54, n. 257, p. 2, 17 de setembro de 1871.

RIO DE JANEIRO. Publicações a pedido. **A Ilma. cama e as docas de D. Pedro II**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 54, n. 258, p. 3, 18 de setembro de 1871.

RIO DE JANEIRO. Publicações a pedido. **Companhia da dóca D. Pedro II**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 54, n. 258, p. 3, 18 de setembro de 1871.

RIO DE JANEIRO. **Companhia de paquetes**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 54, n. 259, p. 3, 19 de setembro de 1871.

RIO DE JANEIRO. Publicações a Pedido. **Docas da alfandega e de D. Pedro II**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 54, n. 261, p. 3, 21 de setembro de 1871.

RIO DE JANEIRO. Publicações a pedido. **Companhia da doca de D. Pedro II**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 54, n. 262, p. 3, de 22 de setembro de 1871

RIO DE JANEIRO. Publicações a pedido. **Companhia da dóca da alfândega e o Sr. Carlos Neate**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 54, n. 50, p. 2, 19 de fevereiro de 1871.

RIO DE JANEIRO. Publicações a pedido. **Epidemia da época: nova maravilha**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 54, n. 255, p. 2, 15 de setembro de 1871.

RIO DE JANEIRO. Publicações a pedido. **Docas da alfandega e de D. Pedro II**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 54, n. 267, p. 2, 27 de setembro de 1871.

RIO DE JANEIRO. Publicações a pedido. **Docas da alfândega e de D. Pedro II**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 54, n. 269, p. 3, 29 de setembro de 1871.

RIO DE JANEIRO. **Noticiario**. Ilma. camara municipal. Diário do Rio de Janeiro. Ano 54, n. 276, p. 2, 06 de outubro de 1871.

RIO DE JANEIRO. **Noticiario**. Docas de D. Pedro II. Diário do Rio de Janeiro. Ano 56, n. 258, p. 1, 20 de setembro de 1873.

RIO DE JANEIRO. **Publicações a Pedido**. Docas de D. Pedro II. Diário do Rio de Janeiro. Ano 56, n. 236, p. 1, 23 de agosto de 1873.

RIO DE JANEIRO. Noticiário. **Requerimentos despachados**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 57, n. 67, p. 1, 09 de março de 1874.

RIO DE JANEIRO. **Dever e honra nacional. Recordação, analyse e concludente reputação do que adrede se há dito e referido no intuito de empecer a realização do devido pagamento da cousa julgada aos Teixeira Barbosa**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 58, N. 189, p.3, 09 de julho de 1875.

RIO DE JANEIRO. Noticiário. **Docas de D. Pedro II**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 59, n. 49, p. 2, 20 de fevereiro de 1876.

RIO DE JANEIRO. Illma. Câmara Municipal. **Extracto do expediente da secretaria do mez de maio de 1876**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 59. N. 203, p. 2, 29 de junho de 1876.

RIO DE JANEIRO. **Noticiário**. Diário do Rio de Janeiro. Ano 60, n. 329, p. 1, 07 de dezembro de 1877.

- **Outras fontes**

AÇÃO DA CIDADANIA. **Ação da Cidadania sob ataque**. 12 de maio de 2017. Acervo próprio.

AÇÃO DA CIDADANIA. **Reforma da Docas Dom Pedro II - Centro Cultural Ação da Cidadania**. 2013. (1:26). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JUA9CEzc5A4>. Acesso em: 09 ago. 2018.

AÇÃO DA CIDADANIA. **Ação no Galpão Docas Pedro II**. 2017. (6:37). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5TzCzmDG240>. Acesso em: 10 abr. 2019.

AÇÃO DA CIDADANIA. **André Rebouças, o Engenheiro Negro da Liberdade**. 2014. (4:14). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=89P6pvodHyw>. Acesso em: 07 jul. 2019.

BANDNEWSFM. **Cais do Valongo pode perder título de Patrimônio Histórico da Humanidade**. 08 de agosto de 2018. Disponível em: <http://bandnewsfmrio.band.uol.com.br/editorias-detalhes/cais-do-valongo-pode-perder-titulo-de-patrimo>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BRASIL. Decreto Nº 1.102 de 21 de novembro de 1903. **Institue regras para o estabelecimento de empresas de armazens geraes, determinando os direitos e obrigações dessas empresas**. Rio de Janeiro. 1903.

BRASIL. Lei Nº 2.854 de 28 de agosto de 1956. **Autoriza a organização da Frigoríficos Nacionais S. A., para e instalação de uma rêde de Armazens e Transportes Frigoríficos**. Brasília. 1956

BRASIL. Lei Delegada Nº 7 de 26 de setembro de 1962. **Autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Armazenamento e dá outras providências.** Brasília. 1962.

BRASIL. Lei 8.029/90 de 12 de abril de 1990. **Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências.** Brasília. 1990.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **84ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.** 76 p. Brasília. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022.** 2018. 161 p.

BRASIL. Portaria Nº 360, de 30 de agosto de 2018. **Institui Comitê Gestor do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo Patrimônio Mundial.** Diário Oficial da União. 31 de agosto de 2018. Edição 169. Seção 2. Página 9.

BRASIL. Decreto Nº 5.438, de 15 de outubro de 1873. **Altera as cláusulas do Decreto nº 4492, de 23 de março de 1870.** Rio de Janeiro. 1873.

DIÁRIO DO PORTO. “**Não sou mulher de perder luta**”, diz secretária de Cultura. 22 de novembro de 2018. Disponível em: <https://diariodoporto.com.br/nao-sou-mulher-de-perder-luta-diz-secretaria-de-cultura/>. Acesso em: 27 mar. 2019.

EBC. **Após título da Unesco, ativistas defendem museu da escravidão no Cais do Valongo.** 10 de julho de 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-07/apos-titulo-da-unesco-ativistas-defendem-museu-da-escravidao-no-cais-do->. Acesso em: 18 out. 2018.

EMPRESA Industrial de Melhoramentos no Brasil. **Porto do Rio de Janeiro.** 10 fls. 13 de setembro de 1901. Localização: AN.

FOLHA DE S. PAULO. **ONG fundada por Betinho deve ser despejada para dar lugar a museu.** 12 de maio de 2017. Disponível em: <http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/ctodotidiano/2017/05/1883309-ong-fundada-por-betinho-deve-ser-despejada-para-dar-lugar-a-museu.shtml>. Acesso em: 14 mai. 2018.

G1. **Cais do Valongo corre o risco de perder título de Patrimônio Mundial da Unesco.** 09 de julho de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/cais-do-valongo-corre-o-risco-de-perder-titulo-de-patrimonio-mundial-da-unesco.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2018.

GUIMARÃES, Mercedes. **Trecho da audiência pública MPF RJ 08/08/2018 Cais do Valongo é Patrimônio.** 08 de agosto de 2018. (01:57:10). Disponível em: <https://www.facebook.com/100009399814477/videos/2148186788837961/>. Acesso em: 10 out. 2018.

GURAN, Milton. **Mesa de abertura do III Seminário Internacional Memória Social.** 15 de maio de 2018. (06:24). Acervo próprio.

INSPETORIA do 4º Distrito de Portos Marítimos. **Planta do porto do Rio de Janeiro**. 2 fls. 22 de dezembro de 1892. Localização: Arquivo Nacional.

INSPETORIA Fiscal do Porto do Rio de Janeiro. **Estudo de drenagem e galerias entre a Praça Municipal e a rua Pedra do Sal**. 1 fl. 07 de junho de 1912. Localização: Arquivo Nacional.

IPHAN. Dossiê. **Proposta de inscrição do sítio arqueológico Cais do Valongo na lista do Patrimônio**. Brasília. 2016. 443 p.

IPHAN. Processo de Tombamento Nº 1.661-T-12. **Solicitação Tombamento das Docas D. Pedro II, situado na Avenida Barão de Tefé 75, Região Portuária, Bairro da Saúde, Cidade do Rio de Janeiro**. Protocolo 01500.003136/2012-45. Sistema eletrônico de informações. Processo digitalizado em 15 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Gc3bRG>

IPHAN. **Morro da Conceição, Rio: uma proposta de preservação sem tombamento**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N. 19, p. 97-111. 1984.

IPHAN. Processo Administrativo nº 01500.004694/2019-02. **Edital do pregão eletrônico nº 05/2019**. 2019. Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/?p=55403>>.

IPHAN. **Docas Dom Pedro II, no Cais do Valongo, será restaurado para abrigar Centro da Herança Africana**. 21 de novembro de 2019. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5457/edificio-docas-dom-pedro-ii-no-cais-do-valongo-sera-restaurado-para-abrigar-centro-cultural-da-her>>.

IRPH. **Patrimônio Cultural no Projeto Porto Maravilha**. In: Revista do Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro, v. 1, p. 44-57. 2012.

IRPH. **O Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana**. In: Revista do Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro, v. 2, p. 42-43. 2012.

JORNAL DO BRASIL. **Prédio da discórdia no Valongo armazém é alvo de disputa entre Prefeitura e Ação da Cidadania**. 12 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2018/08/12/predio-da-discordia-no-valongo-armazem-e-alvo-de-disputa-entre-prefeitura-e-ong-acao-da-cidadania/>. Acesso em: 13 ago. 2018.

JORNAL DO BRASIL. **Movimento negro com mais peso no Valongo**. 01 de setembro de 2018. Disponível em: < <https://tinyurl.com/uqygg3z>>

MINISTÉRIO DA CULTURA. **MinC formaliza utilização de patrimônio para eventos**. 08 de set. 2017. Acervo próprio.

MUHCAB. **Mesa redonda e encerramento do Seminário Internacional do Cais do Valongo**. 23 de novembro de 2018. (03:59:25). Disponível em: <https://www.facebook.com/muhcab.rio/videos/330954134372847/>. Acesso em: 15 dez. 2018.

O GLOBO. **ONG consegue liminar na Justiça para continuar em galpão na Zona Portuária.** 06 de julho de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/ong-consegue-liminar-na-justica-para-continuar-em-galpao-na-zona-portuaria-21552559>. Acesso em: 20 abr. 2018.

O GLOBO. **Integrantes da ONG Ação da Cidadania protestam contra despejo durante audiência pública.** 08 de agosto de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/integrantes-da-ong-acao-da-cidadania-protestam-contradespejo-durante-audiencia-publica-22960562>. Acesso em: 09 ago. 2018.

O GLOBO. **ONG Ação da Cidadania recebe ordem de despejo e galpão na Zona Portuária deve virar museu.** 10 de julho de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/ong-acao-da-cidadania-recebe-ordem-de-despejo-galpao-na-zona-portuaria-deve- virar-museu-22869131>. Acesso em: 11 jul. 2018.

O GLOBO. **ONG Ação da Cidadania poderá permanecer no galpão da Zona Portuária.** 16 de julho de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/ong-acao-da-cidadania-podera-permanecer-no-galpao-da-zona-portuaria-22881612>. Acesso em: 23 jul. 2018.

O GLOBO. **Troca-troca na Secretaria municipal de Cultura do Rio.** Segundo Caderno. p. 4. 16 de fevereiro de 2019.

O GLOBO. **Patrimônio mundial, Cais do Valongo recebe investimentos para ser museu a céu aberto.** 17 de setembro de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/patrimonio-mundial-cais-do-valongo-recebe-investimentos-para-ser-museu-ceu-aberto-23954126>.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. **Circuitos do Patrimônio Cultural Carioca.** Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/publicacoes>.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. **Relatório de Gestão (2009-2016).** Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/publicacoes>.

RIO DE JANEIRO. Decreto Nº 960 de 30 de julho de 1892. **Approva, com modificações, o plano geral das obras, apresentado pela Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil, para execução do decreto n. 849 de 11 de outubro de 1890.** Rio de Janeiro. 1892

RIO DE JANEIRO (RJ). Decreto Nº 34.803 de 29 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do Circuito.** Rio de Janeiro. 2011.

RIO DE JANEIRO (RJ). Decreto Nº 42.929, de 10 de março de 2017. **Cria Grupo de Trabalho para apresentar Plano de Ação para colaborar com a criação do Museu da Escravidão e da Liberdade na Região Portuária, na forma que menciona.** Rio de Janeiro. 2017.

RIO DE JANEIRO (RJ). Decreto Nº 43.128, de 12 de maio de 2017. **Cria o Museu da Escravidão e da Liberdade – MEL, no bem cultural que menciona e dá outras providências.** Rio de Janeiro. 2017.

RIO DE JANEIRO. Lei 7851/18, de 15 de janeiro de 2018. **Institui diretrizes para criação do Museu Afro Brasileiro na cidade do Rio de Janeiro capital do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.** Rio de Janeiro. 2018.

RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei Nº 4054, de 03 de maio de 2018. **Cria o Circuito Histórico e Arqueológico da Pequena África e incentiva a criação de circuitos que abranjam os caminhos da Diáspora Africana pelo Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro. 2018.

RIO DE JANEIRO. Lei Nº 8105, de 20 de setembro de 2018. **Cria o Circuito Histórico e Arqueológico da Pequena África e incentiva a criação de circuitos que abranjam os caminhos da Diáspora Africana pelo Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro. 2018.

RJ1. **Governo americano doa cerca de 2 bilhões de reais para o Cais do Valongo.** 2018. (01:38). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7176429/>. Acesso em: 27 mar. 2019.

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO. **Mesa de abertura do Seminário Internacional do Cais do Valongo.** 23 de novembro de 2018. (55:03). Disponível em: <https://www.facebook.com/SMCulturaRio/videos/2331981436873897/>. Acesso em: 15 dez. 2018.

SOUZA, Daniel. **Os 25 anos da Ação da Cidadania.** Jornal do Brasil. 16 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.jb.com.br/artigo/noticias/2018/05/16/os-25-anos-da-acao-da-cidadania/>. Acesso em: 21 mai. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você/Sr./Sra está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Docas de D. Pedro II: a rememoração nos discursos de patrimonialização”. Possui vínculo com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO através do Programa de Pós-Graduação em Memória Social sendo a discente de mestrado Débora Anízio Rios a pesquisadora principal, sob a orientação da Profª Dra. Maria Amália da Silva Alves de Oliveira.

Esse projeto tem por objetivo elucidar aspectos ainda não vislumbrados nas análises documentais sobre a rememoração das Docas de D. Pedro II contemporaneamente, que resultaram em sua patrimonialização, e a iluminaram como um lugar de memória após um longo período de esquecimento, bem como compreender as diferentes narrativas que compuseram esse ambiente negociações o qual o edifício se encontra no presente, que tem como consequência possibilidades diversas de futuro, ainda a se consolidar, alterando a sua relação com a sociedade e dela com esses novos significados que lhes foram atribuídos.

Sua entrevista ajudará a compreender mais amplamente esse processo, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo você contribuirá para a reflexão científica acerca dos processos de patrimonialização, como são rememorados os bens culturais, como se dão suas ressignificações e para iluminar aspectos ainda não vislumbrados até então.

ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Está garantida a sua liberdade para se recusar a responder questões que lhe causem constrangimento em entrevistas e questionários. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

PROCEDIMENTO DO ESTUDO

A entrevista consistirá em questões específicas ao tema, mas de maneira aberta, sem questionário estruturado. Graças à amplitude metodológica, solicitamos que estas sejam gravadas, assim, caso aceite peço rubricar abaixo a sua autorização:

() Permito a gravação da minha entrevista;

() Não permito a gravação da minha entrevista.

As gravações serão ouvidas por mim e pela minha orientadora Dra. Maria Amália da Silva Alves de Oliveira, e serão utilizadas somente para otimização dos relatórios a serem desenvolvidos após o encontro e qualificação da pesquisa.

A sua figura é pública, no entanto, caso deseje, poderá manter seu nome em sigilo, assegurando sua privacidade. Como anteriormente, rubrique abaixo autorizando ou não sua identificação:

() Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa.

Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 4 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Tal fato decorre da necessidade de utilização desse material para continuidade da pesquisa já em desenvolvimento.

Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Débora Anízio Rios, pelo telefone 21 9 9521 2121 ou e-mail deboraa.rios@yahoo.com.br. Caso seja necessário, contacte o Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-UNIRIO no telefone 2542-7796 ou e-mail cep.unirio09@gmail. Você terá uma via deste consentimento para guardar com você. Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contactar em caso de necessidade.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, caso esteja de acordo, assine na próxima página deste documento, que está impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2019.

Assinatura da pesquisadora

Eu, _____,
inscrito(a) sob o RG/ CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Docas de D. Pedro II: a lembrança nos discursos de patrimonialização”. Destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Débora Anízio Rios sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Assinatura do participante da pesquisa

ANEXOS

ANEXO A – Brochura promocional do espetáculo André Rebouças



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Secretaria Municipal de Cultura
apresentam

**ANDRÉ
REBOUÇAS
O ENGENHEIRO
NEGREIRO
DA LIBERDADE**

*Um Musical de
José Miguel da Trindade e André Luiz Câmara*

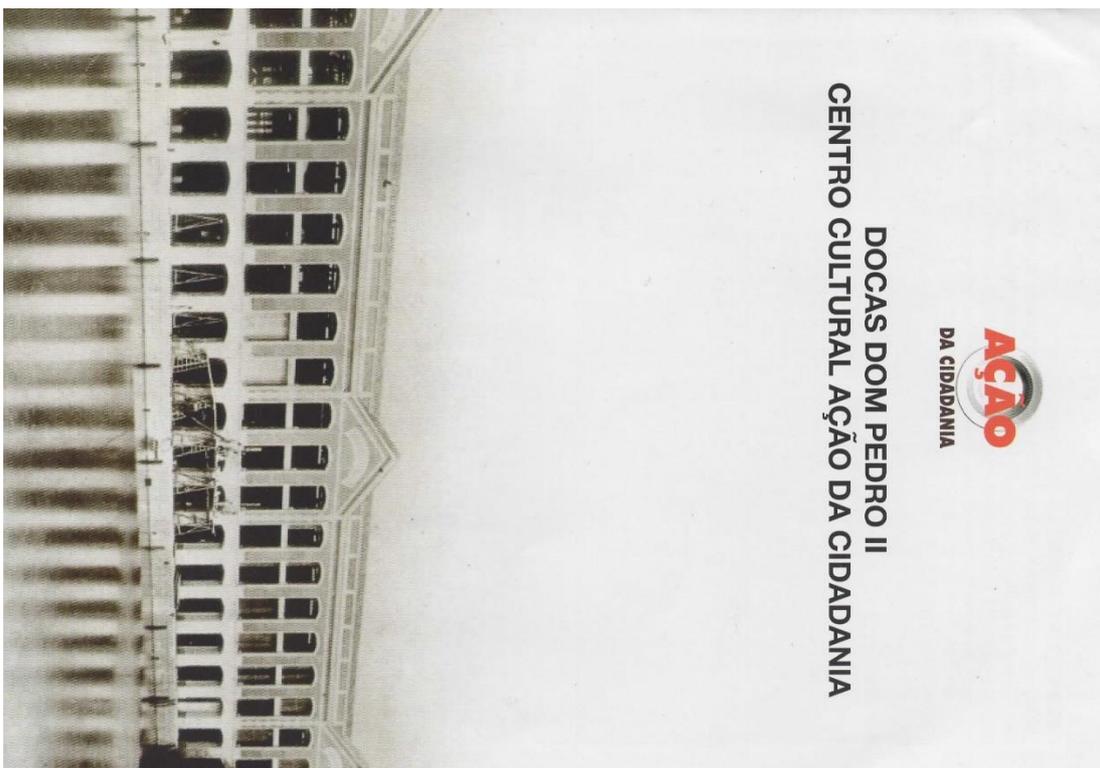
Centro Cultural Ação da Cidadania
6 a 9 de novembro: Ensaio Aberto - 13 de novembro: Estréia.
Quinta a Sábado, às 19h. Av. Barão de Teffé, 75 - Gamboa.
Tel: 2233-7460 E-mail: acao@acaocidadania.com.br

APÓIO

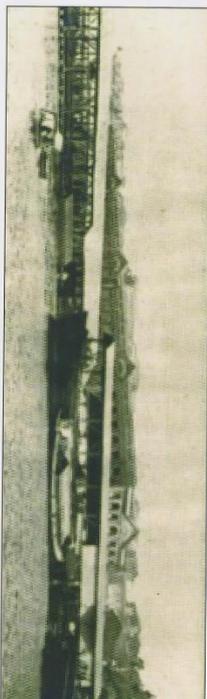
REALIZAÇÃO

PATROCÍNIO

ANEXO B – Folder Ação da Cidadania

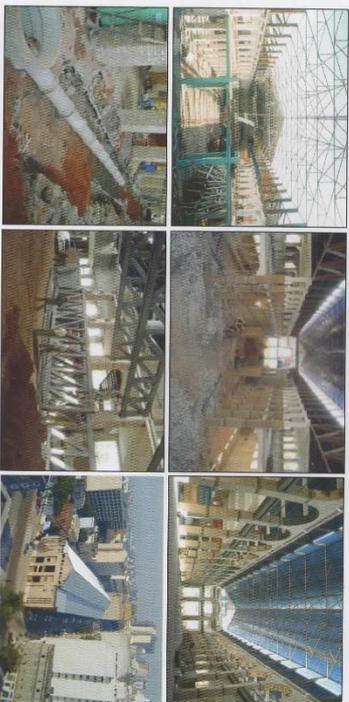


DOCAS D. PEDRO II
1871 – O engenheiro negro, André Rebouças projeta o armazém Docas Pedro II, atual Centro Cultural Ação da Cidadania na Avenida Barão de Teffé. O abolicionista proibiu o uso de mão de obra escrava na construção do armazém, quase 20 anos antes da abolição da escravatura. Participou da Confederação Abolicionista e criou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão ao lado de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e outros.

**CENTRO CULTURAL AÇÃO DA CIDADANIA**

2000 – O Armazém teve várias funções ao longo da sua história, como armazenamento de grãos e estacionamento de veículos militares durante a ditadura, fato que transformou profundamente o projeto original do André Rebouças. Após esse período ficou abandonado, e quando a Ação da Cidadania recebe o armazém da União, ele está em ruínas.

2002 a 2005 - Projeto de reformas estruturais e obras do antigo armazém abandonado, localizado na também abandonada região portuária do Rio de Janeiro. O talento do arquiteto Hélio Pellegrino transformou o espaço com desmonte das estruturas, instalação de novo telhado, recuperação da fachada, construção dos esportórios, do mezanino, dos arcos, revestimento das colunas. O arquiteto trabalhou com materiais reciclados e conceitos sustentáveis.



2006-2017 - O armazém, hoje, Centro Cultural Ação da Cidadania é o patrimônio onde a Ação da Cidadania, às vésperas dos seus 25 anos de existência desenvolve seus ideais de inserção social pela tecnologia, cultura e cidadania, como instrumento de transformação social, frutificando as sementes do seu criador o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.



www.acaodacidadania.com.br (021) 2233-7460 / (021) 2253-8177

ANEXO C – Ação da Cidadania “Ação da Cidadania sob ataque”

08/09/2018

:: Ação da Cidadania :: CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA :: Notícias


QUEM SOMOS
 O DNA da Cidadania

HISTÓRIA
 Cidadania construída e feita

PROJETOS
 e Cidadania em Ação

CURSOS
 e Anos da Cidadania

COMITÊS
 e Estrutura por todo o país

ACOMPANHE
 Cidadania na mídia

Ação da Cidadania sob ataque

Prefeitura do Rio e IPHAN querem despejar a Ação da Cidadania para construir museu

GALERIA DE FOTOS
IMPRESA
PARCEIROS
AGENDA
DOWNLOADS
PRESTAÇÃO DE CONTAS
FALE CONOSCO
Busca
[Notícias > A Ação da Cidadania sob ataque](#)

[Comente em Ação](#)

A Ação da Cidadania sob ataque

Prefeitura do Rio e IPHAN querem despejar a Ação da Cidadania para construir museu



A vida de entidade do terceiro setor não é fácil. Se para a Ação da Cidadania - entidade histórica que ajudou a alimentar mais de 15 milhões de pessoas no país durante sua campanha da fome e que foi pedra fundamental para o surgimento do que é hoje o Bolsa Família que alimenta dezenas de milhões de brasileiros nas regiões mais pobres deste país - as dificuldades são inúmeras. Imagina para aquela liderança comunitária ou aquela entidade pequena de defesa de direitos humanos.

Desde sua fundação, pelo nosso saudoso Herbert de Souza, o Betinho, a Ação da Cidadania se orgulha de ter se mantido ao longo do seu quase 25 anos de existência uma entidade apartidária, de diálogo amplo e responsável por projetos de extrema importância para o país, independente de governo.

Sempre dialogamos com todos os governos, sejam eles alinhados à direita, esquerda ou centro, e não é à toa que durante os governos Itamar, FHC, Lula e Dilma, sempre tivemos diálogo aberto para nossas propostas e atribuições em torno de temas de melhoria das condições da população mais necessitada do nosso país.

Em 2014 comemoramos a saída do Brasil do mapa da fome, feito que os próprios ex-presidentes fizeram questão de reconhecer, começo com o Betinho e a Ação da Cidadania.

E como toda ONG séria, como costumamos dizer por aqui, procuramos lutar por uma utopia de forma que nosso trabalho não fosse mais necessário. E em 2014, chegamos de certa forma a esta utopia.

É neste momento que a Ação da Cidadania começa a se repensar e planejar seu futuro. Podemos encerrar nossas operações e considerar o feito como um trabalho realizado com sucesso, ou podemos olhar pra frente para novas utopias ainda muito necessárias para nosso país.

Foi uma construção importante para nós. Olhamos para dentro e para fora. Trouxemos gente de fora para ajudar a repensar este futuro junto com nossos conselheiros e representantes de outras entidades de outros movimentos sociais que sempre trabalharam muito próximos a nós. Ouvimos muito. Desistimos muito. Tudo em um processo colaborativo e construtivo.

Ao fim de 2015 chegamos ao modelo que a Ação da Cidadania irá ter daqui pra frente. Realizamos um processo profundo de re-adequação da entidade para esta nova vida. Modernizamos o estatuto e a gestão. Elegemos novo conselho e direção executiva, que hoje honrosamente se ocupa, e começamos a preparação para que este novo ciclo da Ação da Cidadania, que tem como um foco muito claro em ações para a juventude em situação de vulnerabilidade, especialmente a juventude negra, atuando em dar protagonismo a estas jovens, seja em cultura, cidadania ou empreendedorismo/inação.

Queremos ajudar estas jovens a serem diretoras de seus espetáculos, produtoras, protagonistas, lideranças comunitárias, referências em temas sociais e empreendedoras donas de seus negócios e fundadoras de projetos inovadores.

Queremos estas jovens donas de seu próprio futuro.

Durante os últimos 17 anos (a Ação comemora 25 anos em 2018), a Ação da Cidadania ocupa o Galpão Oscar Pedro II, popularmente conhecido como Galpão da Cidadania, na região portuária do Rio de Janeiro.

Entramos em 2000 com o apoio à época da Dra. Ruth Cardoso, do Comunidade Solidária, e mulher do ex-presidente Fernando Henrique que cedeu o espaço para a Ação da Cidadania dar continuidade aos seus projetos de arrecadação de alimentos e posteriormente integrados para a campanha Natal Sem Fome além de projetos sociais e culturais.

Entramos em um galpão totalmente arruinado, com o teto caído, ruído dentro do galpão, estrutura precária e com todos os funcionários da Ação pagando dengue durante este processo.

Além de projetos criados e articulados pela Ação da Cidadania, conseguimos um projeto com a Petrobrás e diversos outros parceiros da Ação da Cidadania para reforma do Galpão. Na época, a região portuária era totalmente abandonada, zona altamente degradada e nenhuma outra empresa ou entidade queria se aventurar no porto, nem de graça.

<http://www.acadaci.org.br/?page=noticias&id=375>

Acompanhe

Notícias, Agenda, Eventos



Derrubada do veto à LDSAN-Rio

Novo sentido na Câmara marcada para terça, 4 de setembro

[Ler mais >](#)



Fórum Nacional 2018

Coordenadores de diversos estados estiveram presentes

[Ler mais >](#)

Projetos

Para saber: An Análisis, Realizado



Educação e Cultura para Cidadania

[Ler mais >](#)



Lançamento "Ação da Cidadania"

Entre imagens de arquivo e entrevistas com intelectuais e artistas que estiveram à frente da Ação desde o seu surgimento, o documentário...

[Ler mais >](#)

14

08/09/2018

:: Ação da Cidadania :: CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA :: Notícias

Acabamos esse desafio e hoje, o que se vê no galpão, totalmente reformado, é obra de toda a força e capacidade da Ação da Cidadania que envolveu, além do apoio da Petrobrás, o esforço de toda a comunidade da Ação da Cidadania e seus mais de 200 combês no estado.

Desde o fim da obra, a Ação mantém o espaço de forma totalmente autônoma, sem qualquer ajuda de governos ou de entidades ligadas a eles como por exemplo o IPHAN ou a Secretaria Municipal de Cultura.

Desde o início da entrada no espaço a Ação da Cidadania sabe que este galpão era obra do histórico André Rebouças, primeiro engenheiro negro brasileiro, e personalidade muito importante para o movimento negro brasileiro e para o Brasil.

A reforma deste espaço foi, também, uma homenagem a ele. Se não fossemos entrado à época no galpão, hoje este espaço não existiria e todo seu valor histórico teria sido perdido. Foram investidos ao longo destes 17 anos para obra e manutenção do espaço, em torno de 15 milhões de reais a valores de hoje, todos arrecadados pela própria Ação em parcerias com empresas ou em projetos desenvolvidos por ela.

Quando as obras do porto começaram para as olimpíadas, comemoramos. Achamos que a revitalização da zona portuária era importante para a cidade, apesar de discordarmos com a forma como o entorno foi deixado de lado e como o processo de gentrificação teve pouca atenção do governo para redução do impacto social. Mas de uma certa forma, o Galpão da Cidadania funciona como um Oásis nesta lindeza selva de pedra gerada nesta nova fase do porto do Rio.

É aqui que entidades sociais e culturais encontram espaço para realização de seus projetos em parceria com a Ação da Cidadania, e é aqui também que a Ação da Cidadania realizou centenas de projetos sociais e culturais ao longo destes 17 anos beneficiando milhares e milhares de pessoas que passaram por este espaço onde se identificam e onde se engajam acolhidos, muito diferente de todo o resto da zona portuária.

Um destes projetos foi o musical André Rebouças, realizado no galpão, e que contou a história e trajetória do engenheiro negro, mais uma das homenagens da Ação da Cidadania à história do armazém Docas Pedro II.

É foi muito antes deste galpão ser reconhecido pelo governo como espaço importante para a cultura afro-brasileira, que a Ação da Cidadania criou um projeto para a criação de um museu da Diáspora Africana no galpão. Um projeto que, por iniciativa da Ação da Cidadania, visava trazer para o público um pouco da história do espaço e também da Diáspora Brasileira e Internacional, em um espaço simbólico que a Ação reconhece há décadas como importante para esta cultura.

Enfrentamos, desde a reforma do porto, pressões gigantescas por empresas e grupos privados querendo transformar o galpão em shopping, cinemas, prédios e tudo mais. Nos ofereceram de tudo que se possa imaginar. Em um dos casos, nos ofereceram sustento eterno para a Ação da Cidadania, com oferta de milhões por ano, em troca de nossa anuidade junto aos órgãos federais para que cedêssemos o espaço para a construção destes projetos.

Resistimos duramente. Mesmo com todas as dificuldades, lutamos para manter o espaço com um propósito de acolhimento e esperança para as pessoas da periferia da nossa cidade. Um espaço de pertencimento que fosse para eles e com eles.

É verdade, através do aluguel do espaço para eventos, achamos uma forma de nos manter sustentáveis e não submetermos a governos e empresas, como diversas ONGs tem tido que fazer para se manter vivas, abandonando de seu propósito e lutar para virarem entidades prestadoras de serviços sociais para governos e empresas. Foi desta forma que conseguimos, sem qualquer ajuda de governos e suas entidades, manter tudo de pé e o galpão intacto, e resistimos à especulação muitas vezes intimidadora e com apoio de gestões anteriores de prefeitos e governos.

Desde nossa entrada no galpão em 2000, lutamos pela cessão definitiva do espaço. Cessão esta fundamental para que possamos criar projetos pensares, estruturantes e que consigam nos dar sustentabilidade para manter o espaço e realizar projetos sociais e culturais, sem a necessidade de alugar o galpão para projetos que não estejam alinhados com nossa missão.

Preparamos nos últimos anos projetos ambiciosos, estruturantes que contemplem a nova linha de ação da entidade como é o projeto do Campus Bantu, um hub de inovação e empreendedorismo inclusivo, dando, finalmente, oportunidade para centenas de jovens da periferia empreenderem e inovarem em um ambiente de ponta, em uma região central da cidade e com parcerias robustas que viabilizariam um projeto único no mundo, refletindo internacional de inclusão e diversidade.

Realização de eventos culturais e sociais de grande mobilização como o Fórum Social Local que reuniu milhares de jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro para um evento único no país e com processos locais de sensibilização e formação de jovens lideranças comunitárias beneficiando centenas de comunidades em que a Ação da Cidadania já atua há décadas, dentre diversos outros.

Por fim, mas não menos importante, o Museu da Diáspora Africana, que consideramos essencial para este espaço. Tirar do papel nosso projeto de mais de 10 anos é uma questão de honra para a Ação da Cidadania.

Porém, sem a cessão definitiva pleiteada há mais de 15 anos, nenhum destes projetos estruturantes é possível. Ninguém vai investir milhões em um projeto como este aqui no galpão se, do dia pra noite, algum governo resolve nos tirar daqui do nada.

É exatamente o que está acontecendo neste momento.

Depois de quase duas décadas de luta contra a degradação do espaço, a especulação imobiliária, empresários "amígo" de alguém e pressão de toda forma, estamos sob ameaça de termos de sair do galpão.

O IPHAN e a Secretaria Municipal de Cultura em uma decisão totalmente autoritária e sem diálogo decidiram pela nossa saída do galpão para construírem o projeto que nós estamos nos propondo a fazer há 10 anos: um museu de memória a cultura negra.

A luta com o IPHAN vem de alguns anos. A Ação da Cidadania foi totalmente favorável ao tombamento do galpão e da candidatura do calç do Valongo ao patrimônio da UNESCO. Comemoramos este fato.

Porém, o IPHAN, estranhamente, incluiu dentro do seu pedido à UNESCO que o galpão da Ação da Cidadania fosse retomado e transformado em um museu com outros parceiros sem a Ação da Cidadania, pedindo assim a cessão do espaço para o IPHAN que seria repassado a um parceiro para executar o projeto do Museu. Tudo isso sem NUNCA ter ouvido ou consultado a Ação da Cidadania e sem deixar claro quem são estes parceiros.

Não temos até hoje, apesar de pedidos insistente ao IPHAN do Rio de Janeiro, que a cada vez ofereceu uma desculpa diferente, as informações do que foi tombado no galpão. Não sabemos, por exemplo, se o que foi tombado foi a fachada, o entorno ou a parte interna. Não sabemos, também, se tombaram o projeto de forma correta, sabendo por exemplo, que o galpão foi totalmente remodelado na época da ditadura militar, pois o galpão viveu um estacionamento de veículos blindados, tendo tido suas fachadas e estruturas internas profundamente alteradas.

Também não sabemos se o processo de tombamento cita que toda a parte interna do galpão não reflete a obra do

<http://www.acadacidadania.com.br/?page=noticias&id=375>

2/4

08/09/2018

:: Ação da Cidadania :: CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA :: Notícias

André Albuquerque, já que além da obra do governo militar, o nosso projeto de reforma foi afetado pelo arquiteto Hélio Pellegrino, que modificou profundamente a arquitetura interna do espaço. Cada tijolo, arco e arte dentro do galpão são obra de Hélio Pellegrino, no projeto de revitalização do espaço realizado pela Ação da Cidadania. Se houve tombamento desta parte como parte da obra de André Albuquerque há erros históricos gravíssimos.

Tentamos de todas as formas contato com o IPIHAN, O do Rio, através da Mariana da Costa, senão apenas para nos dizer que tudo isso era do IPIHAN de Brasília, que ela não tinha como intervir nisso. Em Brasília, a Superintendente Rita Roggia, apesar de intervir não quiser para nos receber, sequer respondeu nossos pedidos de audiência ou resposta às nossas indagações sobre não estarmos envolvidos neste processo e os motivos de ela se recusar a nos receber são obscuros.

Nos chegou inclusive o absurdo discurso de que a Ação da Cidadania estaria usando o nome do Betinho em vão.

Em recente aproximação da SMC, a secretária Nilcemar Higuelini nos procurou para propor a criação, em conjunto, do Museu da Escravidão, posteriormente renomeado Museu da Escravidão e Liberdade. Como tínhamos uma proposta semelhante, nosso projeto do Museu da Mãe África, obviamente achamos por bem juntar os projetos para evitar esforços duplicados em um projeto com o mesmo propósito. Em uma primeira reunião, a secretária nos deixou felizes por ter um discurso de construção em conjunto, respeitando a Ação da Cidadania e inclusive divulgando publicamente através de sua assessoria de imprensa no O Globo a parceria firmada.

Dessa inclusive em sua fala na reunião que caso a Ação não quisesse criar o Museu com a SMC, que ela procuraria outro lugar. Obviamente, fomos à favor de criar algo em conjunto, até porque por conta do nosso projeto já ter 10 anos, já temos parceiros com recursos prontos para apoiar e com isso reduzir custos do estado, já combatido com a atual crise que o país passa. Isso está claramente refletido na dificuldade que a própria SMC tem para manter espaços e projetos e espaços culturais atuais, aos quais tem ódio pessoal e reduziu os já poucos recursos.

Passado um mês, depois de uma profunda falta de diálogo e informações distorcidas, nos foi informado que não existe e nunca existiu diálogo para a manutenção da Ação da Cidadania no Galpão, todo de encontro direto as palavras ditas pela secretária em reunião em que estivamos presentes eu, Daniel Souza (presidente do Conselho da Ação) e Adair Rocha (presidente de honras da Ação).

A posição da SMC hoje é: remover a Ação da Cidadania do Galpão para criar o Museu de Escravidão e Liberdade, sendo sua gestão entregue a uma OS em um Museu do tamanho do Museu do Amanhã.

Surrealmente, nos foi oferecido pela SMC o espaço do Centro Cultural José Bonifácio, centro de referência da cultura afro-brasileira, e a primeira escola pública da América Latina, reaberto com o intuito de preservar a cultura afro-brasileira no país.

Ou seja, usando para nossa renovação o discurso de que este espaço é histórico para a cultura afro-brasileira, nos oferecem um outro espaço histórico para o movimento negro nacional, para abrigar a Ação da Cidadania. Além disso, um espaço 10 vezes menor do que o espaço ocupado, reformado e mantido hoje pela Ação que não atende aos projetos que passamos anos desenvolvendo e articulando ações e parcerias.

Descobrimos também que, em acordo com o IPIHAN, a SMC pediu diretamente à SPU a cessão do Galpão, sem nos informar, passando por cima do diálogo que estivamos tendo com a secretária e que esta cessão já foi aprovada e encaminhada para a SPU do Rio, e que nós seremos notificados em breve para liberar o imóvel.

Vivemos tempos sombrios. Tempos em que a autoridade não tem se importado com questões sociais e que projetos pessoais estão acima de projetos históricos no Brasil.

Não estamos disputando a relevância da Ação versus a relevância do Calé do Valongo. Sabemos claramente que cada um tem sua importância histórica para o país e para o território. O que estamos lutando é pela convergência, pelo diálogo e especialmente pela valorização do território que a Ação, ao longo destes 17 anos, ajudou a revitalizar, construir e manter, sozinho.

Sempre queremos o Museu aqui. Temos parceiros para estabilizá-lo. Nos comprometemos com isso nos diálogos com a SPU. Porque a prefeitura e o IPIHAN estão querendo nos remover do espaço se o objetivo é convergente e tem o estado ter que assumir estes projetos enquanto a cultura carrega amarga dificuldades em todas as áreas por falta de recursos? Isso é o interesse público?

Não fomos nós que deixamos de dialogar, mas um diálogo que começa com as imposições de que nós não ficamos no galpão seja qual for o projeto do Museu e que a alternativa é limos para um lugar 10 vezes menor e que nós seremos que estruturar e reformar este novo espaço, não é um diálogo, é uma afronta.

Mas, como sempre, não fugimos à luta.

temos até ao último consequências para que uma decisão autoritária como esta não destrua 25 anos de história da Ação da Cidadania, seu legado e principalmente seu futuro.

Se é o que resta, é o que ficamos.

Se perdemos, a História registrará que foi neste governo atual que a Ação da Cidadania sucumbiu, e esta data irá marcar para sempre estes gestores.

Betinho vive nos nossos corações, e nos deixou com a mensagem ao fim de sua vida: "agora é com você".

Vamos à luta.

#MuseuContraAçãoMuseuComigo #FicaAção

Notícia publicada em 13.05.2017

3 visual

ASSOCIAÇÃO COMITÊ RIO DA AÇÃO DA CIDADANIA, CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA
Av. Barão de TÁPIA, 75 - Saúde-Rio de Janeiro CEP 20220-460

tel: (21) 3339-7460
acao@associadacidade.org.br

QUEM SOMOS

missão

estruturas administrativas

estrutura jurídica

participação de crianças

artigos

PROJETOS

CURSOS

COMITÊS

IMPRESSA

columns

aquecimento de ideias

notas

artigos

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ações realizadas ao ano

relatório 2016

relatório 2017

relatório 2018

Compartilhe



ANEXO E – Jornal do Brasil “Prédio da discórdia no Valongo.”

13/08/2018

Jornal do Brasil - Rio - Prédio da discórdia no Valongo: armazém é alvo de disputa entre Prefeitura e ONG Ação da Cidadania

JORNAL DO BRASIL

Segunda-feira, 13 de agosto de 2018 Fundado em 1891

Rio

12:08 às 08h14 - Atualizado em 12:08 às 08h33

Prédio da discórdia no Valongo: armazém é alvo de disputa entre Prefeitura e ONG Ação da Cidadania

Jornal do Brasil
ROGÉRIO DAPLON, rogerio.daplon@jb.com.br

André Rebouças (1838-1898) é um herói nacional. Engenheiro militar, foi um ativo abolicionista. Entre as obras assinadas por ele, está o antigo Armazém Docas Dom Pedro II, um gigante de 6.500 metros quadrados. Sua importância para o movimento negro é tão grande que a Unesco, ao tornar o Caís do Valongo e seu entorno Patrimônio Cultural da Humanidade, exigiu que o galpão, localizado na Avenida Barão de Tefé e a alguns metros do mítico cais, fosse utilizado como centro de referência de estudos do lugar onde chegaram milhares de pessoas escravizadas da África. A edificação, entretanto, virou alvo de intensa disputa na cidade. E há um relógio correndo em meio a um imbróglio. O organização da ONU deu o prazo de até o fim de 2019 para o edifício cumprir a função por ela determinada.



Com 6.500 metros quadrados, prédio, sede da Ação pela Cidadania desde 2000, foi escolhido pela Unesco para ser centro de referência do Cais do Valongo

A atual administração da Prefeitura do Rio de Janeiro pleiteava, junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que o prédio fosse liberado de seus usos. A ONG Ação da Cidadania – liderada por Daniel de Souza, filho de Herbert de Souza, o Betinho – ocupa o prédio desde 2000, ano em que a então primeira-dama do país, Ruth Cardoso, obteve, no governo federal, a cessão daquele espaço à ONG, com um termo de posse provisória por tempo indeterminado. No mês

passado, a SPU conseguiu, na Justiça, uma ação de despejo da ONG, que, por sua vez, obteve uma liminar na Justiça para continuar no galpão.

Procurador do Ministério Público Federal, Sergio Suíama tem acompanhado a disputa entre a ONG e a prefeitura pelo espaço. Ele participou, após a liminar na Justiça, das tentativas de acordo entre a